



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – Reuniões de Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissão

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

5 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

6 – MANIFESTAÇÕES

7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 19/11/2015

Presidência do Deputado Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Cabo Júlio – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Geisa Teixeira – Glaycon Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Magalhães – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Sargento Rodrigues – Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Sargento Rodrigues) – Às 14h5min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 19 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/10/2015

Às 10h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Bosco e Dilzon Melo (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bosco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Ricardo



Fragoso, diretor-geral da ABNT, publicada no *Diário do Legislativo* em 10/10/2015, prestando informações relativas ao Requerimento Ordinário nº 1.980/2015 em que solicitou providências para elaborar normas técnicas para tubos a vácuo destinados à energia solar; e das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Participação Popular convidando os membros dessa Comissão para participarem das audiências públicas para debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, para o quadriênio 2016 – 2019, no âmbito do eixo Infraestrutura e Logística, a ser realizada no dia 28/10/2015, às 17 horas, no auditório desta Casa, e dia 29/10/15, às 17 horas, no referido auditório, no eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico, ocasião em que serão tratados assuntos pertinentes a essa Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.881/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e ao presidente da Cemig o estudo do WWF-Brasil intitulado "Mecanismo de suporte para inserção da energia solar fotovoltaica na matriz elétrica brasileira: modelos para uma transição acelerada", disponível no endereço eletrônico dessa organização;

nº 3.882/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja formado um grupo de trabalho com a participação de deputados e técnicos da Cemig, da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Sede –, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário – Seda –, do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – Sindieletro –MG – e do Grupo Energisa para realizar um levantamento das obras prioritárias, de acordo com as demandas mais urgentes de cada município, em especial as ligações de energia elétrica de unidades de abastecimento de água, serviços em áreas rurais, expansões de hospitais e postos de saúde, além de instituições de ensino;

nº 3.883/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de providências com vistas à inclusão no plano de universalização as energias alternativas, tais como a energia solar e eólica, especialmente para atendimento do Norte de Minas, Vale do Mucuri e Jequitinhonha, através de projeto-piloto;

nº 3.884/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de providências para que seja priorizado o atendimento no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, por apresentarem os maiores déficits de eletrificação rural e urbana do Estado;

nº 3.886/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada visita à Cemig para apresentação do grupo de trabalho encarregado do levantamento de obras prioritárias, de acordo com as demandas emergenciais de cada município, em especial das ligações de energia elétrica de unidades de abastecimento de água, de serviços em áreas rurais, de expansões de hospitais e postos de saúde e de instituições de ensino;

nº 3.887/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada visita à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg – para debater a implantação de cursos profissionalizantes na área de energia solar fotovoltaica no Estado;

nº 3.888/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizado debate público para debater as experiências internacionais e o contexto brasileiro com relação à energia solar fotovoltaica;

nº 3.889/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada visita ao Seminário Brasileiro de Energias Renováveis – Sebraser – no dia 21/10/2015, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda (PE), com o objetivo de discutir as alternativas de incentivo ao uso de energias renováveis, em especial a energia solar, bem como mostrar os avanços tecnológicos nessa área e as opções para pequenas e para grandes empresas;

nº 3.890/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a expedição realizada pelo Sr. Lu Marini, piloto que sobrevoou com um paramotor os mais de 2.800km de extensão do Rio São Francisco e que pôde constatar o contraste entre as belezas desse rio e o descaso em que ele se encontra;



nº 3.891/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja encaminhado ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS – pedido de providências para que seja revista a questão dos volumes de água liberados pela Cemig na represa de Três Marias para atender à represa de Sobradinho, uma vez que a falta de chuvas no Estado, em especial no Norte de Minas, não está favorecendo esse tipo de manobra;

nº 3.892/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – pedido de providências para que seja disponibilizada uma linha de financiamento para instalação de sistemas de geração de energia solar em unidades consumidoras industriais e comerciais de micro e de pequeno porte na região do semiárido mineiro, similares aos que vêm sendo aplicados pelo programa PE Solar em Pernambuco;

nº 3.893/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado à diretora da Copasa-MG pedido de informações sobre os programas dessa empresa destinados a recuperação e preservação das nascentes em todos os municípios que exploram os serviços de abastecimento de água e de saneamento no Estado;

nº 3.894/2015, do deputado Bosco, em que solicita seja realizada visita ao escritório da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM –, em Belo Horizonte, para se conhecerem os impactos do aumento da Taxa Estadual de Recursos Minerais – TFRM – proposto no Projeto de Lei nº 2.817/2015, mas vetado pelo governador do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2015.

Gil Pereira, presidente – Bosco – Glaycon Franco.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/10/2015

Às 14h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Celinho do Sinttrocel, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual aprova e subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a crise vivida pela cidade de Nova Lima e seus impactos na vida da população e dos trabalhadores municipais. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Rosilene Cristina Rocha, secretária-adjunta da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, representando o Sr. André Quintão, secretário de Estado, e os Srs. Ronaldo Gonçalves Marques, chefe de gabinete, representando o Sr. Cassio Magnani Junior, prefeito Municipal de Nova Lima, José Geraldo Guedes, presidente da Câmara Municipal de Nova Lima, Adriano Alisson Vaz, secretário de Educação de Nova Lima, Igor Gonçalves Melo, diretor do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Lima – Sindserp –, representando a Sra. Érika Fernanda de Souza, presidente, e o Sr. Ludson Rocha Martins, representante do FTSuas – NL – Fórum dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de Nova Lima, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Douglas Melo – Ricardo Faria.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/10/2015

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire e Fábio Cherem, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Professor Neivaldo. Havendo número



regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.911/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita sejam ouvidos as cidadãs e os cidadãos presentes na 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular, representantes dos movimentos sociais em defesa do meio ambiente;

nº 3.914/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de informações sobre o plano de obras de construção da Via 710, constando todas as intervenções previstas no seu entorno, os custos por intervenção e o custo total da obra assim como as fontes de recursos;

nº 3.928/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de informações sobre o processo de remoção das famílias da Vila Artur de Sá para a construção da Via 710, listando as famílias que foram afetadas pelas intervenções realizadas fora das áreas autorizadas pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU – e apresentando proposta específica de compensação a essas famílias, uma vez que o representante da prefeitura admitiu que houve um erro na atuação da área, conforme relatado na 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular, em 15/10/2015;

nº 3.933/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para criação de uma mesa de negociação sobre o processo de remoção das famílias do Vila Artur de Sá para a construção da Via 710, composta pelos moradores afetados, representantes dos órgãos dos governos municipal e estadual responsáveis pelas obras públicas, representante da Secretaria de Patrimônio da União, representantes dos empreendedores responsáveis pela construção do Center Minas e do Minas Shopping, representantes do Ministérios Públicos Estadual e Federal e representantes dos Legislativos municipal e estadual, de forma a dar uma solução para garantia dos direitos das famílias afetadas;

nº 3.934/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita sejam encaminhadas ao Ministério Público Estadual as notas taquigráficas da 4ª Reunião Ordinária da comissão, ocorrida em 13/10/2015, que debateu, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 2.719/2015, que torna obrigatório o diploma de técnico em radiologia para a operação de equipamentos emissores de radiação ionizante no território mineiro;

nº 3.935/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Bernardo Santana, Secretário de Estado de Defesa Social, por viabilizar a contratação de técnicos em radiologia para operar os equipamentos de escaneamento corporal nas unidades prisionais de Minas Gerais, conforme informado pelo Sr. Wilton Ney Martins, diretor de Prevenção da Corregedoria da Seds, em audiência pública da comissão, ocorrida em 13/10/2015, que debateu o Projeto de Lei nº 2.719/2015, que torna obrigatório o diploma de técnico em radiologia para a operação de equipamentos emissores de radiação ionizante no território mineiro;

nº 3.937/2015, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Marília Campos, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 2.946/2015, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema – e dá outras providências, conforme solicitações da Associação Sindical dos Servidores Estaduais do Meio Ambiente – Assema – e dos Movimentos para a Preservação da Serra do Gandarela e pelas Serras e Águas de Minas – MovSAM.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2015.

Fábio Cherem, presidente.

**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/10/2015**

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Gustavo Valadares e Carlos Pimenta (substituindo o deputado Neilando Pimenta, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento das seguintes correspondências: ofício da deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular, e do deputado Tiago Ulisses, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, convidando os membros da comissão para a audiência pública a ser realizada no dia 28/10/2015, às 17 horas, nesta Casa, para debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015 – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, no âmbito do eixo Infraestrutura e Logística. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.905/2015 (Anselmo José Domingos), no 1º turno; e 1.590/2015 (Celinho do Sinttrocel), 1.591/2015 (Gustavo Valadares) e 1.592/2015 (Anselmo José Domingos), em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.452 e 1.588/2015 são retirados de pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 265/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Gustavo Valadares); e 1.196/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Gustavo Valadares, em virtude de redistribuição). O deputado Gustavo Valadares retira-se da reunião e é substituído pelo deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.820, 3.821, 3.822, 3.823, 3.824, 3.825, 3.826, 3.827, 3.828, 3.831, 3.832, 3.834, 3.835, 3.836, 3.837, 3.839 e 3.850/2015.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 3.908/2015, do deputado Deiró Marra, em que solicita seja realizada audiência pública tendo como convidada a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário da Câmara Municipal de Belo Horizonte para debater o transporte de passageiros por táxi, dos diversos municípios até o Aeroporto Internacional de Confins;

nº 3.909/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao ministro dos Transportes pedido de informações sobre a possibilidade de duplicação da BR-251 no trecho que liga os Municípios de Montes Claros e Salinas;

nº 3.910/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita sejam encaminhados ao ministro dos Transportes pedido de informações sobre a previsão de asfaltamento da BR-251 no trecho que liga os Municípios de Pedra Azul e Almenara e pedido de providências para a melhoria das condições atuais de trafegabilidade nesse trecho;

nº 3.912/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao ministro dos Transportes pedido de informações sobre o prazo para conclusão do projeto e a previsão de início das obras na BR-367, no trecho mineiro;

nº 3.913/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao ministro dos Transportes pedido de informações sobre a situação e a previsão de início das obras de asfaltamento da BR-135, no trecho que liga os Municípios de Itacarambi e Manga, passando pelo Município de São João das Missões;

nº 3.915/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita sejam encaminhados ao ministro dos Transportes pedido de informações sobre a situação das obras de asfaltamento da BR-135 no trecho que liga o Município de Montalvânia ao Distrito de Monte Rei, no Município de Juvenília, e pedido de providências para agilizar a obra;

nº 3.916/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à presidenta da República pedido de informações sobre a possibilidade de duplicação da BR-251 no trecho que liga os Municípios de Montes Claros e Salinas;



nº 3.917/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita sejam encaminhados à presidenta da República pedido de informações sobre a previsão de asfaltamento da BR-251 no trecho que liga os Municípios de Pedra Azul e Almenara e pedido de providências para melhoria das condições atuais de trafegabilidade desse trecho;

nº 3.918/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à presidenta da República pedido de informações sobre a previsão de início das obras da BR-367 no trecho mineiro e o prazo para conclusão do projeto;

nº 3.919/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à presidenta da República pedido de informações sobre a situação e a previsão de início das obras de asfaltamento da BR-135 no trecho que liga os Municípios de Itacarambi e Manga, passando pelo Município de São João das Missões;

nº 3.920/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita sejam encaminhados à presidenta da República pedido de informações sobre a situação das obras de asfaltamento na BR-135 no trecho que liga o Município de Montalvânia ao Distrito de Monte Rei, no Município de Juvenília, e pedido de providências para agilizar a obra;

nº 3.922/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater o impacto causado nas residências próximas do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, no Bairro Pampulha, pelo aumento do fluxo de voos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2015.

Deiró Marra, presidente – Celinho do Sinttrocel – Carlos Pimenta.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/10/2015

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão, Elismar Prado e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício dos presidentes das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Participação Popular convidando os membros da comissão para participar da reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental -PPAG-, para o quadriênio 2016-2019, no âmbito do eixo Saúde e Proteção Social, a ser realizada no dia 4/11/2015, e no âmbito do Eixo Educação e Cultura, a ser realizada no dia 5/11/2015, ambas às 17 horas no auditório desta Casa, ocasião em que serão tratados assuntos pertinentes à comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.839, 3.840 e 3.841/2015. São recebidos e aprovados, cada um por sua vez, os seguintes requerimentos:

nº 3.921/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada visita à Secretaria de Saúde para debater a implantação de protocolo uniforme para dispensação de fórmulas infantis especiais a pacientes com alergia à proteína do leite de vaca e sejam convidados para a visita representantes de mães de crianças e adolescentes com essa alergia e profissionais da área;

nº 3.927/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita sejam ouvidos os seguintes convidados na 25ª Reunião Ordinária: as Sras. Sirlene Alves Primo Xavier, Terezinha Rocha e Fabiana Cruzelina da Silva e o Sr. Alberto Luiz Vicente.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:



nº 3.923/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita que a comissão participe do evento Autismo em Conferência, em 28 e 29/11/2015.

Em seguida, o presidente interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Sirlene Alves Primo Xavier, Terezinha Rocha e Fabiana Cruzelina da Silva e o Sr. Alberto Luiz Vicente, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2015.

Duarte Bechir, presidente – Dalmo Ribeiro Silva.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 9 horas do dia 23/11/2015, destinada a homenagear o Sesi-Senai pelo desempenho dos seus alunos no Enem e no World Skills.

Palácio da Inconfidência, 20 de novembro de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Barragens

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Rogério Correia, João Magalhães, Bonifácio Mourão, Cássio Soares, Celinho do Sinttrocel, Gil Pereira, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 23/11/2015, às 9h45min, na Câmara Municipal de Governador Valadares, com a finalidade de debater os impactos do rompimento da barragem de rejeitos da empresa Samarco Mineração e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2015.

Agostinho Patrus Filho, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

EMENDA Nº 1

Emenda nº 0001 Autoria: Inácio Franco – PV

Programa: 066 – DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Ação: 1035 – DESENVOLVIMENTO AEROVIÁRIO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mata	0	2.637.703,00	0	2.113.909,00	0	2.257.164,00	0	2.417.580,00



Oeste	1	500.000,00	1	500.000,00	1	500.000,00	1	500.000,00
Sul	1	35.000.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 – Programa: 070 – COMUNICAÇÃO SOCIAL – Ação: 2037 – DIVULGAÇÃO GOVERNAMENTAL

Justificativa: A proposta de emenda tem por objetivo manter e reformar a infraestrutura do aeroporto situado no Município de Pará de Minas (Aeroporto Municipal Arnould Marinho)

EMENDA Nº 2

Emenda nº 0002 Autoria: Arnaldo Silva – PR

Programa: 079 – ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: 4184 – CONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Central	32	42.195.000,00	32	42.195.000,00	32	42.195.000,00	32	42.195.000,00
Mata	15	22.205.039,00	16	24.681.496,00	16	24.681.496,00	16	24.681.496,00
Metropolitano	58	86.684.010,00	65	96.351.601,00	65	96.351.601,00	65	96.351.601,00
Multiterritorial	3	4.748.157,00	4	5.277.704,00	4	5.277.704,00	4	5.277.704,00
Noroeste	12	18.729.137,00	14	20.817.938,00	14	20.817.938,00	14	20.817.938,00
Sudoeste			1	5.000.000,00				
Sul	2	2.263.656,00	2	2.516.114,00	2	2.516.114,00	2	2.516.114,00
Triângulo Norte	17	25.970.492,00	19	28.866.898,00	19	28.866.898,00	19	28.866.898,00
Vale do Aço	33	49.178.102,00	36	54.662.779,00	36	54.662.779,00	36	54.662.779,00
Vale do Rio Doce	16	24.631.541,00	18	27.378.617,00	18	27.378.617,00	18	27.378.617,00
Vertentes	24	35.488.890,00	26	39.446.853,00	26	39.446.853,00	26	39.446.853,00

Justificativa: CONCLUSÃO DO TRECHO DA RODOVIA ENTRE JACUÍ E FORTALEZA DE MINAS

EMENDA Nº 3

Emenda nº 0003 Autoria: Arnaldo Silva – PR

Programa: 016 – DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA GOVERNAMENTAL

Ação: 4023 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E/OU REFORMAS DE EDIFICAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	3	1.000,00	1	2.000,00	1	2.000,00	1	2.000,00
Triângulo Norte			1	6.000.000,00				

Justificativa: CONSTRUÇÃO DO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR EM ITUIUTABA

EMENDA Nº 4

Emenda nº 0004 Autoria: Paulo Lamac – PT

Programa: 213 – CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA

Ação: 4650 – PLUG MINAS



Mudança de finalidade para: Inserir de Forma Autônoma os Jovens no Mundo do Trabalho e Desenvolver a Participação Cidadã, Possibilitando o Aperfeiçoamento Educacional Profissional Através do Atendimento Prioritário de Jovens de 15 a 29 anos, Estudantes ou Egressos da Rede Pública de Ensino

Justificativa: A transferência do Plug Minas para a Secretaria de Estado de Educação, demanda uma adequação do público-alvo atendido por este projeto, de forma a coincidir com o público atendido por esta Secretaria. Desta forma, apesar de continuarmos priorizando o atendimento ao público jovem, é possível realizar o atendimento aos demais alunos da rede pública de ensino. Além disso, o Estatuto da Juventude, instituído pela Lei Nº 12.852/2013, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e, o Observatório da Juventude de MG (Decreto nº 45.665/2011), consideram a faixa de idade para jovens como sendo 15 a 29 anos, o que também demanda uma adequação da faixa etária de atendimento prioritário deste projeto. Por fim, justifica-se a ampliação da área de abrangência do projeto, que deixa de estar restrito à região metropolitana de Belo Horizonte, passando a atender potencialmente toda a rede pública de ensino, presente em todos os municípios do estado de MG.

EMENDA Nº 5

Emenda nº 0005 Autoria: Paulo Lamac – PT

Programa: 036 – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: – Promoção da Igualdade Racial

Unidade Orçamentária: 1651 – SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: Promoção de ações que fortaleçam a Igualdade Racial

Produto: EVENTO PROMOVIDO/APOIADO

Unidade de medida: EVENTO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: CIDADÃOS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	20	500.000,00						

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 6

Emenda nº 0006 Autoria: Antônio Jorge – PPS

Programa: 145 – SANEAMENTO É VIDA

Ação: 1170 – SERVIÇOS DE SANEAMENTO EM LOCALIDADES COM CONCESSÃO DA COPANOR

Mudança de finalidade para: ATENDER ÀS REGIÕES DE PLANEJAMENTO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS JEQUITINHONHA, MUCURI, SÃO MATEUS, BURANHÉM, ITANHÉM E JUCURUÇU COM SERVIÇOS DE

INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA TRATADA E COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO, COM TARIFAS SUBSIDIADAS, E COM MÓDULOS SANITÁRIOS NAS

CASAS DESPROVIDAS DESSAS INSTALAÇÕES, CONFORME APROVAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Justificativa: Conforme, inciso VI do art. 3º da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, o saneamento básico só pode ser computado como gasto de saúde se for aprovado pelo Conselho de Saúde, neste sentido apresentamos a emenda para incluir na finalidade da ação, a aprovação do Conselho Estadual de Saúde

VI – saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação e esteja de acordo com as diretrizes das demais determinações previstas nesta Lei Complementar;

EMENDA Nº 7

Emenda nº 0007 Autoria: Sargento Rodrigues – PDT

Programa: 004 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DA POLÍCIA CIVIL

Ação: 2084 – APARELHAMENTO DAS UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1.213	10.000.000,00	2.730	10.000.000,00	6.142	10.000.000,00	9.213	10.000.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 9.999.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 8

Emenda nº 0008 Autoria: Sargento Rodrigues – PDT

Programa: 205 – GESTÃO INTEGRADA DE DEFESA SOCIAL -

Ação: 1145 – PROJETO IMPLANTAÇÃO DE VIDEOMONITORAMENTO (OLHO VIVO)

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	49	50.000.000,00	49	50.000.000,00	49	50.000.000,00	49	50.000.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 49.900.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 9

Emenda nº 0009 Autoria: Sargento Rodrigues – PDT

Programa: 004 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DA POLÍCIA CIVIL

Ação: 2003 – GESTÃO DA INFRAESTRUTURA PREDIAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	380.000,00	1	380.000,00	1	380.000,00	1	380.000,00
Mata	2	614.571,00	2	614.571,00	2	614.571,00	2	614.571,00

Metropolitano	5	1.154.429,00	5	1.154.429,00	5	1.154.429,00	5	1.154.429,00
Norte	3	558.000,00	3	558.000,00	3	558.000,00	3	558.000,00
Oeste	2	105.000,00	2	105.000,00	2	105.000,00	2	105.000,00
Sudoeste	2	158.000,00	2	158.000,00	2	158.000,00	2	158.000,00
Sul	3	930.000,00	3	930.000,00	3	930.000,00	3	930.000,00

EMENDA Nº 10

Emenda nº 0010 Autoria: Sargento Rodrigues – PDT

Programa: 009 – ASSISTÊNCIA À SAÚDE NA POLÍCIA CIVIL

Ação: 4321 – ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	527	1.000.000,00	579	1.000.000,00	637	1.000.000,00	701	1.000.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 999.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 11

Emenda nº 0011 Autoria: Sargento Rodrigues – PDT

Programa: 147 – NOSSA CIDADE MELHOR

Ação: 4414 – SEGURANÇA PÚBLICA – PROVIMENTO DE HABITAÇÃO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	249	53.256.000,00	249	53.500.000,00	249	53.500.000,00	249	53.500.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 52.500.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 12

Emenda nº 0012 Autoria: Sargento Rodrigues – PDT

Programa: 007 – PROGRAMA DE APOIO HABITACIONAL AOS MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ação: 4009 – FINANCIAMENTO HABITACIONAL AOS SERVIDORES MILITARES

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1.144	241.513.500,00	1.144	241.514.700,00	1.144	241.514.700,00	1.144	241.514.700,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 210.000.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 13

Emenda nº 0013 Autoria: Sargento Rodrigues – PDT



Programa: 004 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DA POLÍCIA CIVIL

Ação: 2011 – RENOVAÇÃO DA FROTA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	600	21.001.000,00	1.139	39.866.000,00	1.139	39.866.000,00	1.139	39.866.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 21.000.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 14

Emenda nº 0014 Autoria: Sargento Rodrigues – PDT

Programa: 110 – POLICIA OSTENSIVA

Ação: 4271 – POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	13.135	747.976,00	13.135	822.964,00	13.135	885.803,00	13.135	951.791,00
Caparaó	45.886	2.612.993,00	45.886	2.874.954,00	45.886	3.094.485,00	45.886	3.324.994,00
Central	21.193	301.206.843,00	21.193	301.327.830,00	21.193	301.429.226,00	21.193	301.535.691,00
Mata	78.032	4.443.554,00	78.032	4.889.037,00	78.032	5.262.364,00	78.032	5.654.366,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	19.261	1.096.823,00	19.261	1.206.783,00	19.261	1.298.934,00	19.261	1.395.691,00
Metropolitano	480.997	31.178.029,00	480.997	30.136.493,00	480.997	32.437.739,00	480.997	34.854.041,00
Mucuri	14.105	803.213,00	14.105	883.735,00	14.105	951.221,00	14.105	1.022.075,00
Noroeste	54.186	3.085.639,00	54.186	3.394.976,00	54.186	3.654.223,00	54.186	3.926.429,00
Norte	53.240	3.031.776,00	53.240	335.713,00	53.240	3.590.432,00	53.240	3.857.879,00
Oeste	100.927	5.747.323,00	100.927	6.323.502,00	100.927	6.806.373,00	100.927	7.313.381,00
Sudoeste	88.274	5.026.790,00	88.274	5.530.740,00	88.274	5.953.066,00	88.274	6.396.521,00
Sul	168.974	9.622.265,00	168.974	10.586.940,00	168.974	11.395.358,00	168.974	12.244.211,00
Triângulo Norte	80.012	4.556.309,00	80.012	5.013.090,00	80.012	5.395.895,00	80.012	5.797.835,00
Triângulo Sul	45.145	2.570.796,00	45.145	2.828.527,00	45.145	3.044.514,00	45.145	3.271.301,00
Vale do Aço	50.434	2.871.980,00	50.434	3.159.904,00	50.434	3.401.196,00	50.434	3.654.555,00
Vale do Rio Doce	35.725	2.034.369,00	35.725	2.238.324,00	35.725	2.409.249,00	35.725	2.588.708,00
Vertentes	70.264	4.001.205,00	70.264	4.402.336,00	70.264	4.738.500,00	70.264	5.091.475,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 300.000.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 15

Emenda nº 0015 Autoria: Sargento Rodrigues – PDT

Programa: 080 – PROMOÇÃO DE DEFESA CIVIL

Ação: 2093 – REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES PREDIAIS DO CBMMG

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)



Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Caparaó	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,00
Mata	0	340.556,00	0	89.546,00	0	93.763,00	1	98.125,00
Metropolitano	3	3.942.858,00	3	3.942.858,00	6	3.942.858,00	0	3.942.858,00
Norte	0	355.556,00	0	105.348,00	1	110.309,00	0	115.441,00
Oeste	0	255.556,00	1	0,00	0	0,00	1	0,00
Sudoeste	1	150.000,00	0	158.022,00	0	165.464,00	1	173.160,00
Sul	0	255.556,00	3	0,00	0	0,00	0	0,00
Triângulo Norte	0	255.556,00	1	0,00	0	0,00	1	0,00
Triângulo Sul	0	255.556,00	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Vale do Rio Doce	0	355.556,00	0	105.348,00	0	110.309,00	1	115.441,00
Vertentes	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,00

EMENDA Nº 16

Emenda nº 0016 Autoria: Sargento Rodrigues – PDT

Programa: 204 – ROMPIMENTO DA TRAJETÓRIA INFRACIONAL DOS ADOLESCENTES DO ESTADO

Ação: 4595 – ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO E INTERNAÇÃO PROVISÓRIA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	0	0,00	0	0,00	0	0,00	90	0,00
Caparaó	0	0,00	0	0,00	0	0,00	90	0,00
Central	0	0,00	0	0,00	0	0,00	90	0,00
Mata	99	11.647.445,00	99	12.229.817,00	112	12.841.308,00	214	13.483.373,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	0	0,00	0	0,00	0	0,00	90	0,00
Metropolitano	1.337	100.244.699,00	1.347	103.900.953,00	1.757	107.740.016,00	2.074	111.771.037,00
Mucuri	50	5.882.548,00	50	6.176.675,00	57	6.485.509,00	63	6.809.784,00
Noroeste	146	16.163.097,00	146	16.971.252,00	257	17.819.815,00	274	18.710.806,00
Norte	205	23.104.504,00	205	24.259.729,00	324	25.472.716,00	349	26.746.351,00
Oeste	88	10.353.284,00	88	10.870.948,00	190	11.414.496,00	293	11.985.221,00
Sudoeste	0	4.055.769,00	0	4.258.557,00	0	4.471.485,00	0	4.696.059,00
Sul	0	0,00	0	0,00	180	0,00	270	0,00
Triângulo Norte	200	27.119.649,00	210	28.475.632,00	226	29.899.414,00	251	31.394.383,00
Triângulo Sul	98	10.515.852,00	98	11.041.644,00	201	11.593.726,00	214	12.173.413,00
Vale do Aço	41	4.823.689,00	41	5.064.874,00	137	5.318.117,00	142	5.584.023,00
Vale do Rio Doce	136	14.986.588,00	141	15.735.917,00	154	16.522.713,00	171	17.348.849,00
Vertentes	0	0,00	0	0,00	0	0,00	90	0,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 27.119.649,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 17

Emenda nº 0017 Autoria: Celinho do Sinttrocel – PC DO B



Programa: 016 – DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA GOVERNAMENTAL

Ação: 4025 – PROJETOS, CONSTRUÇÕES, REFORMAS E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DA DEFESA SOCIAL

Mudança de IAG:

Para: 0 – Ação de Acompanhamento Geral

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Vale do Aço	1	20.000.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 20.000.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 18

Emenda nº 0018 Autoria: Celinho do Sinttrocel – PC DO B

Programa: 163 – MINAS COMPETITIVA

Ação: 1095 – APOIO À INOVAÇÃO E MELHORIA DA PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS

Mudança de IAG:

Para: 0 – Ação de Acompanhamento Geral

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Vale do Aço	1	1.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 19

Emenda nº 0019 Autoria: Celinho do Sinttrocel – PC DO B

Programa: 041 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR ESPECIALIZADA

Ação: 4099 – COMPLEXO DE HOSPITAIS GERAIS

Mudança de IAG:

Para: 0 – Ação de Acompanhamento Geral

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mata	92.000	17.936.050,00	97.336	18.976.341,00	102.981	20.076.969,00	108.954	21.241.433,00
Metropolitano	175.000	21.813.275,00	185.150	23.079.503,00	195.889	24.418.115,00	207.250	25.834.365,00
Noroeste	92.000	14.256.255,00	97.336	15.083.118,00	102.981	15.957.939,00	108.954	16.883.499,00
Vale do Aço	92.000	17.936.050,00	97.336	18.976.341,00	10.291	20.076.969,00	108.954	21.241.433,00
Vertentes	44.000	9.590.164,00	46.552	10.146.393,00	49.252	10.734.884,00	52.109	11.357.507,00

EMENDA Nº 20

Emenda nº 0020 Autoria: Celinho do Sinttrocel – PC DO B

Programa: 016 – DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA GOVERNAMENTAL



Ação: 4025 – PROJETOS, CONSTRUÇÕES, REFORMAS E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DA DEFESA SOCIAL

Mudança de IAG:

Para: 0 – Ação de Acompanhamento Geral

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mata	1	17.446.044,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Norte	1	13.283.304,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Oeste	1	13.682.730,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sul	2	30.919.307,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Triângulo Norte	1	19.162.827,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Triângulo Sul	1	12.801.564,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vale do Aço	2	20.000.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vertentes	1	13.143.132,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

EMENDA Nº 21

Emenda nº 0021 Autoria: Celinho do Sinttrocel – PC DO B

Programa: 205 – GESTÃO INTEGRADA DE DEFESA SOCIAL

Ação: 1145 – PROJETO IMPLANTAÇÃO DE VIDEOMONITORAMENTO (OLHO VIVO)

Mudança de IAG:

Para: 1 – Ações de Acompanhamento Intensivo

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00
Vale do Aço	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00

EMENDA Nº 22

Emenda nº 0022 Autoria: Celinho do Sinttrocel – PC DO B

Programa: 016 – DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA GOVERNAMENTAL

Ação: 4025 – PROJETOS, CONSTRUÇÕES, REFORMAS E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DA DEFESA SOCIAL

Mudança de IAG:

Para: 0 – Ação de Acompanhamento Geral

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mata	1	17.446.044,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Norte	1	13.283.304,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Oeste	1	13.682.730,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sul	2	30.919.307,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Triângulo Norte	1	19.162.827,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Triângulo Sul	1	12.801.564,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vale do Aço	1	20.000.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vertentes	1	13.143.132,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

EMENDA Nº 23

Emenda nº 0023 Autoria: Celinho do Sinttrocel – PC DO B

Programa: 041 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR ESPECIALIZADA

Ação: 4099 – COMPLEXO DE HOSPITAIS GERAIS

Mudança de IAG:

Para: 0 – Ação de Acompanhamento Geral

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mata	92.000	17.936.050,00	97.336	18.976.341,00	102.981	20.076.969,00	108.954	21.241.433,00
Metropolitano	175.000	21.813.275,00	185.150	23.079.503,00	195.889	24.418.115,00	207.250	25.834.365,00
Noroeste	92.000	14.256.255,00	97.336	15.083.118,00	102.981	15.957.939,00	108.954	16.883.499,00
Vale do Aço	92.000	17.936.050,00	97.336	18.976.341,00	102.981	20.076.969,00	108.954	21.241.433,00
Vertentes	44.000	9.590.164,00	46.552	10.146.393,00	49.252	10.734.884,00	52.109	11.357.507,00

EMENDA Nº 24

Emenda nº 0024 Autoria: Celinho do Sinttrocel – PC DO B

Programa: 174 – POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR

Ação: 1151 – IMPLANTAÇÃO DE HOSPITAIS REGIONAIS

Mudança de IAG:

Para: 1 – Ações de Acompanhamento Intensivo

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mata	0	13.589.765,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	0	2.000.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Metropolitano	0	9.488.187,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Mucuri	0	18.250.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Multiterritorial	0	63.142.514,00	4	200.000.000,00	5	200.000.000,00	5	200.000.000,00
Norte	0	15.000.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Oeste	1	10.729.430,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Triângulo Sul	1	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vale do Aço	1	50.000.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vale do Rio Doce	0	15.800.104,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vertentes	0	2.000.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 25

Emenda nº 0025 Autoria: Celinho do Sinttrocel – PC DO B

Programa: 206 – CULTIVANDO ÁGUA BOA

Ação: – REVITALIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA BACIA DO RIO DOCE

Unidade Orçamentária: 1371 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Viabilizar a revitalização e recuperação da bacia do Rio Doce e seus afluentes



Produto: PLANO DE MELHORIA DA GESTÃO DE EFLUENTES LÍQUIDOS INDUSTRIAIS ELABORADO

Unidade de medida: PLANO

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: PROPRIETÁRIOS RURAIS, COMITÊS DE BACIAS, SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMAD, INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS – IGAM, FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – FEAM, INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS – IEF E FUNDO DE RECUPERAÇÃO, PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FHIDRO

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	1.800.000,00	1	1.000.000,00	1	1.000.000,00	1	1.000.000,00

EMENDA Nº 26

Emenda nº 0026 Autoria: Noraldino Júnior – PSC

Programa: 121 – GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação: – Apoio financeiro e material a municípios para a promoção e desenvolvimento de políticas públicas integradas de vigilância socioassistencial e proteção animal

Unidade Orçamentária: 1371 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Apoiar os municípios no fomento às políticas públicas protetivas aos animais, por meio de ações de promoção à guarda responsável e ao manejo populacional ético de cães e gatos, capacitação sobre educação ambiental para agentes do governo e da sociedade civil, geração de renda alternativa para condutores de veículos de tração animal e ações para provento de infraestrutura

Produto: MUNICÍPIO APOIADO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: CIDADÃOS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	17	300.000,00	34	500.000,00	51	700.000,00	68	900.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 300.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 27

Emenda nº 0027 Autoria: Noraldino Júnior – PSC

Programa: 121 – GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação: – Apoio financeiro e material a entidades e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos para promoção de ações de proteção animal



Unidade Orçamentária: 1371 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Promover ações protetivas aos animais, por meio do apoio financeiro e material às entidades e organizações não governamentais sem fins lucrativos, buscando a manutenção e melhoria de suas unidades e atividades

Produto: ENTIDADE APOIADA

Unidade de medida: ENTIDADE

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial			17	500.000,00	34	700.000,00	68	900.000,00

EMENDA Nº 28

Emenda nº 0028 Autoria: Noraldino Júnior – PSC

Programa: 121 – GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação: – Gestão da informação das políticas públicas de proteção animal

Unidade Orçamentária: 1371 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Promover a melhoria da qualidade e quantidade das ações de proteção animal, por meio do levantamento, produção, sistematização e difusão de informações e do aprimoramento do processo regularizatório

Produto: BANCO DE DADOS ATUALIZADO

Unidade de medida: BANCO DE DADOS

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: Administração pública estadual, prefeituras, instituições (delegacias de proteção animal, delegacias de crime contra a fauna, núcleos de proteção animal da polícia civil, ministério público, corpo de bombeiros, IMA, IEF), universidades, entidades privadas, organizações não governamentais, sociedade civil, polícia militar ambiental

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	100.000,00	1	600.000,00	1	600.000,00	1	600.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 29

Emenda nº 0029 Autoria: João Vítor Xavier – PSDB

Programa: 120 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS

Ação: 4411 – PESQUISA, PROJETOS E PROGRAMAS A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Mudança de finalidade para: CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA QUALIDADE E QUANTIDADE DAS ÁGUAS DO ESTADO, SEU USO RACIONAL E SUSTENTÁVEL, PROMOVER O LEVANTAMENTO, PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE



INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS, COM ÊNFASE NO CONTROLE DE PERDAS HÍDRICAS, ALÉM DA PROMOÇÃO E APRIMORAMENTO DO PROCESSO REGULARIZATÓRIO AMBIENTAL.

EMENDA Nº 30

Emenda nº 0030 Autoria: João Vítor Xavier – PSDB

Programa: 120 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS

Mudança de objetivo para: Monitorar e assegurar os múltiplos usos das águas superficiais e subterrâneas em quantidade, qualidade e regime adequados tendo em vista a segurança hídrica para a população e para o desenvolvimento das atividades sociais, econômicas e ambientais do Estado, incentivando o controle das perdas hídricas.

EMENDA Nº 31

Emenda nº 0031 Autoria: João Vítor Xavier – PSDB

Programa: 120 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS

Ação: – ELABORAÇÃO DE PLANO PARA CONTROLE E COMBATE ÀS PERDAS HÍDRICAS COM METAS DE REDUÇÃO EM PERCENTUAIS INFERIORES A 10%

Unidade Orçamentária: 2241 – INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS

Finalidade: PREVENÇÃO E CORREÇÃO DOS FATORES QUE OCASIONAM O SURGIMENTO DAS PERDAS HÍDRICAS

Produto: PLANO DE TRABALHO ELABORADO

Unidade de medida: PLANO DE TRABALHO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: CIDADÃOS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	200.000,00						

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 200.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 32

Emenda nº 0032 Autoria: João Vítor Xavier – PSDB

Programa: 191 – MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL

Ação: 4525 – GESTÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DE BARRAGENS DE REJEITOS E RESÍDUOS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	300	319.337,00	300	465.336,00	300	465.336,00	300	375.336,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 200.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

**EMENDA Nº 33**

Emenda nº 0033 Autoria: Cristiano Silveira – PT

Programa: 058 – CIDADANIA NO CAMPO: CONSTRUINDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ação: 4129 – INCLUSÃO PELA CIDADANIA E PELA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL – ALIMENTANDO A CIDADANIA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	4	22.400,00	4	42.400,00	4	42.400,00	4	42.400,00
Mata	2		2		2		2	
Médio e Baixo Jequitinhonha	4	22.400,00	4	42.400,00	4	42.400,00	4	42.400,00
Metropolitano	1	5.600,00	1	17.600,00	1	24.600,00	1	31.600,00
Mucuri	3	16.800,00	3	31.800,00	3	31.800,00	3	31.800,00
Norte	4	22.400,00	4	42.400,00	4	42.400,00	4	42.400,00
Vale do Rio Doce	2	11.200,00	2	30.529,00	2	34.914,00	2	39.866,00
Vertentes	2	11.200,00	2	21.200,00	2	21.200,00	2	21.200,00

EMENDA Nº 34

Emenda nº 0034 Autoria: Cristiano Silveira – PT

Programa: 036 – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: – Apoio à atividade dos Conselhos Tutelares

Unidade Orçamentária: 1481 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: Destinar equipamentos para os Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente, propiciar maior efetividade no cumprimento das funções regimentais desses conselhos.

Produto: CONSELHOS TUTELARES APOIADOS

Unidade de medida: BEM MÓVEL/IMÓVEL

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: CONSELHOS E INSTITUIÇÕES LOCAIS/MUNICIPAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	85		85		85		85	

EMENDA Nº 35

Emenda nº 0035 Autoria: Cristiano Silveira – PT

Programa: 036 – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: – centros sociais da terceira idade

Unidade Orçamentária: 4601 – FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO

Finalidade: Criar centros sociais da terceira idade, intuindo implementar atividades culturais, artísticas e físicas para essa população visando o bem estar e o envelhecimento saudável.

Produto: % DE SEDE IMPLANTADA



Unidade de medida: % DE IMPLEMENTAÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População Idosa

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	17		17		17		17	

EMENDA Nº 36

Emenda nº 0036 Autoria: Cristiano Silveira – PT

Programa: 019 – PROMOÇÃO SOCIAL DE JOVENS NO CAMPO E PERIFERIAS URBANAS

Ação: – Escola aberta.

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: Desenvolver atividades extra curriculares nas escolas públicas do ensino fundamental e médio, objetivando maior interação cultural, social e educacional entre os alunos, através de práticas esportivas e atividades culturais no espaço escolar. O objetivo desta ação é retirar os jovens das ruas e proporcionar, através de profissionais qualificados atividades que insiram estes jovens em contexto social favorável ao desenvolvimento pessoal/social e educacional.

Produto: ALUNO BENEFICIADO

Unidade de medida: ALUNO ATENDIDO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	50.000		50.000		50.000		50.000	

EMENDA Nº 37

Emenda nº 0037 Autoria: Fábio Cherem – PSD

Programa: 179 – REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE

Ação: 4494 – APOIO E FORTALECIMENTO DA REDE CEGONHA

Mudança de finalidade para: Prestar assistência integral à saúde da mulher e crianças até 2 anos, pelo fortalecimento e expansão de pontos de atenção da rede de atenção à saúde materno e infantil, assegurando o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada ao parto e ao puerpério, bem como assegurar o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis, priorizando o aleitamento materno, com foco nas mulheres e crianças até 2 anos em situação de risco ou vulnerabilidade a fim de reduzir a mortalidade materna e infantil.

Justificativa: Considerando a cediça importância da amamentação para a saúde do bebê e da mulher, apresenta-se a inclusão da frase "priorizando o aleitamento materno", uma vez que este comprovadamente colabora para a formação do sistema imunológico da criança, previne alergias, obesidade infantil e anemia, além de proteger a mãe contra o câncer de mama e de ovário, entre outros benefícios, ou seja, dar prioridade à amamentação representa uma importante forma de assegurar o crescimento e o desenvolvimento saudáveis do público-alvo dessa Ação.

**EMENDA Nº 38**

Emenda nº 0038 Autoria: Fábio Cherem – PSD

Programa: 036 – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: 4073 – APOIO A PROJETOS ESPECIAIS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DE CRIANÇA E ADOLESCENTES

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	25	5.137.061,00	35	7.137.061,00	35	7.137.061,00	35	7.137.061,00

Justificativa: A ampliação do número de projetos a ser apoiado por essa ação se deve ao fato de que, principalmente nos Municípios de menor porte, é possível promover projetos de menor valor e que apresentam importante resultado para o público-alvo. Nesse sentido, é que se propõe o aumento do número da meta física a fim de possibilitar o apoio a um maior número de projetos em prol da criança e do adolescente do Estado.

EMENDA Nº 39

Emenda nº 0039 Autoria: Fábio Cherem – PSD

Programa: 058 – CIDADANIA NO CAMPO: CONSTRUINDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ação: 4132 – ACESSO À TERRA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Mudança de finalidade para: APOIAR E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (PCTS), CONSIDERANDO SUAS PARTICULARIDADES HISTÓRICO CULTURAIS, COM O OBJETIVO DE SUPERAR A POBREZA NO MEIO RURAL E URBANO DESSES GRUPOS, CONTRIBUINDO, POR MEIO DO INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DE INICIATIVAS COLETIVAS, PARA O ACESSO À TERRA, A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, A AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DOS PCTS E A VALORIZAÇÃO IDENTITÁRIA E CULTURAL DESTES POVOS.

Justificativa: Um dos maiores problemas que se pode identificar ao longo do desenvolvimento político brasileiro é o da desconsideração de fatores socioculturais na elaboração de políticas públicas. Assim como o Brasil, Minas Gerais também se constitui de um cenário plural, onde convergem etnias distintas que ao longo dos séculos se miscigenaram na constituição da população mineira. Os povos e comunidades tradicionais possuem particularidades histórico-culturais que devem ser consideradas no fomento e apoio ao desenvolvimento sustentável desses grupos. A Constituição da República reconhece a diversidade e contempla a sua importância nas ações governamentais. Nesse sentido, deve-se respeitar a constituição regional destes grupos e comunidades tradicionais, a sua formação, sua origem, além dos valores específicos da cultura, como por exemplo, artesanato, expressões artísticas e religiosas.

EMENDA Nº 40

Emenda nº 0040 Autoria: Fábio Cherem – PSD

Programa: 147 – NOSSA CIDADE MELHOR

Mudança de objetivo para: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ORDENADO E SUSTENTÁVEL DAS CIDADES POR MEIO DO APOIO E FOMENTO À IMPLANTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO, MELHORAR A OFERTA E QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA E DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO E QUALITATIVO, E VIABILIZAR O ACESSO À HABITAÇÃO PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA MELHORANDO OS NÍVEIS DE POBREZA E AS CONDIÇÕES DE VIDA DESTA FAIXA DE POPULAÇÃO.

Justificativa: É um desafio das políticas contemporâneas a capacidade de fomentar o desenvolvimento econômico e o progresso social de modo sustentável e capaz de resguardar o meio ambiente natural de excessiva depredação. Um dos pilares do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI, observadas as diretrizes constitucionais, é a sustentabilidade. Em vista disso é importante garantir o desenvolvimento ordenado das cidades, que considere a promoção sustentável buscando conciliar o crescimento econômico proporcionado pelos instrumentos de planejamento urbano, com a valorização do ecossistema e suas peculiaridades.

EMENDA Nº 41

Emenda nº 0041 Autoria: Fábio Cherem – PSD

Programa: 173 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Ação: – CONTROLE SANITÁRIO DE ANIMAIS ABANDONADOS PARA SALVAGUARDAR A SAÚDE PÚBLICA

Unidade Orçamentária: 4291 – FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: Assegurar condições de promoção e proteção à saúde individual e coletiva, por meio dos serviços de castração, medicação e outros cuidados a animais domésticos abandonados ou em situação de vulnerabilidade que coloca em risco a saúde pública.

Produto: ANIMAL DOMÉSTICO ABANDONADO

Unidade de medida: ANIMAL DOMÉSTICO ABANDONADO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: CIDADÃOS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	500	10.000,00	500	10.000,00	500	10.000,00	500	10.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 10.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: Nos últimos anos, a relação homem/animal se intensificou e mudou de valores, sendo que novas perspectivas são vislumbradas. Com essa nova realidade observa-se grande número de animais domésticos de pequeno porte soltos em vias e logradouros públicos, com toda sorte de problemas que causam e sofrem os animais não supervisionados, incluindo o risco de transmissão de doenças para outros animais e para o próprio homem. Para evitar tal risco, e conforme recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, é necessário efetivo controle sobre esses animais abandonados, através de medidas efetivas de vacinação contra raiva, vigilância epidemiológica, apreensão e castração de animais errantes, motivo pelo qual a criação dessa nova ação apresenta-se necessária para salvaguardar a saúde pública.

EMENDA Nº 42

Emenda nº 0042 Autoria: Fábio Cherem – PSD

Programa: 022 – POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ação: – MANUTENÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Unidade Orçamentária: 4091 – FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA

Finalidade: GARANTIR A MANUTENÇÃO E FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, COM VISTAS A FORTALECER A SUA ATUAÇÃO OBJETIVANDO A EFETIVAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Produto: CONSELHO APOIADO

Unidade de medida: CONSELHO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: CRIANÇA E ADOLESCENTE DE 0 A 18 ANOS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	200.000,00	1	200.000,00	1	200.000,00	1	200.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 200.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A Constituição da República Federativa do Brasil estabeleceu em seu art. 227 o dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Dessa forma, considerando a preferência que deve ser concedida à criança e ao adolescente e a função do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente como garantidor desses direitos é que se apresenta fundamental a sua manutenção e seu financiamento para que as políticas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente sejam efetivamente priorizadas.

EMENDA Nº 43

Emenda nº 0043 Autoria: Ione Pinheiro – DEM

Programa: 211 – INFRAESTRUTURA, CUSTEIO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Ação: 4643 – GESTÃO DA INFRAESTRUTURA – ENSINO FUNDAMENTAL

Mudança de finalidade para: GARANTIR O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR MEIO DO PROVIMENTO ADEQUADO DE INFRAESTRUTURA FÍSICA, OPERACIONAL, DE SEGURANÇA E ACESSIBILIDADE (OBRAS, MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS, TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO). Concedendo para cada aluno fundamental, um tablet, para que se estimule o interesse do aluno através da tecnologia nas aulas e atividades desempenhadas na escola.

Justificativa: Justificação: O estímulo do aluno no ensino fundamental, através da tecnologia é essencial para o desenvolvimento e interesse na escola. Tendo em vista, que a escola deve estar em constante evolução, crescendo concomitantemente com a tecnologia, concedendo aos alunos a trabalharem no seu próprio ritmo.

EMENDA Nº 44

Emenda nº 0044 Autoria: Ione Pinheiro – DEM

Programa: 211 – INFRAESTRUTURA, CUSTEIO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Ação: 4645 – GESTÃO DA INFRAESTRUTURA – ENSINO MÉDIO

Mudança de finalidade para: GARANTIR O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO, POR MEIO DO PROVIMENTO ADEQUADO DE INFRAESTRUTURA FÍSICA, OPERACIONAL, DE SEGURANÇA E ACESSIBILIDADE (OBRAS, MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS, TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO).

Concedendo para cada aluno do ensino médio, um tablet, para que se estimule o interesse do aluno através da tecnologia nas aulas e atividades desempenhadas na escola.

Justificativa: O estímulo do aluno no ensino médio, através da tecnologia é essencial para o desenvolvimento e interesse na escola e, ainda preparando o jovem para o seu futuro profissional, uma vez que o mercado de trabalho, espera por jovens que detêm conhecimentos básicos em tecnologias da informação. Tendo em vista, que a escola deve estar em constante evolução, crescendo concomitantemente com a tecnologia, concedendo aos alunos a trabalharem no seu próprio ritmo.

EMENDA Nº 45

Emenda nº 0045 Autoria: Ione Pinheiro – DEM

Programa: 004 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DA POLÍCIA CIVIL

Ação: 2011 – RENOVAÇÃO DA FROTA

Mudança de nome para: aumento e renovação da Frota

Justificativa: Sabe-se que o número da frota da polícia civil possui um número muito inferior para suprir a maioria das demandas do território. Tratando-se de frotas especializadas em remoção de cadáver ou frotas para operações investigativas. Principalmente, se tratando de Belo Horizonte e região metropolitana, que possui apenas um único rabeção para prover com tal necessidade.

EMENDA Nº 46

Emenda nº 0046 Autoria: Ione Pinheiro – DEM

Programa: 194 – POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Ação: 4599 – SISTEMA INTEGRADO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Mudança de finalidade para: FORTALECER e integrar A REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E EXECUTAR ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DE SAÚDE, QUALIDADE DE VIDA, PREVENÇÃO SELETIVA E INDICADA DO USO E ABUSO DE ÁLCOOL, TABACO E OUTRAS DROGAS, ASSISTINDO OS USUÁRIOS E DEPENDENTES QUÍMICOS EM SUAS NECESSIDADES e de apoio aos seus familiares.

Justificativa: A orientação e apoio a família é imprescindível para a reabilitação e reintegração do ex-usuário a sociedade. A rede de atenção psicossocial necessita ser integrada a fim de que o seu objetivo seja alcançado com mais efetividade.

EMENDA Nº 47

Emenda nº 0047 Autoria: Ione Pinheiro – DEM

Programa: 099 – PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Ação: 1049 – AÇÕES EMERGENCIAIS NO PATRIMÔNIO CULTURAL

Mudança de público-alvo:

Para: MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justificativa: Tendo em vista, que muito patrimônio tombado, embora não tenha característica emergencial ou calamitoso. Considerando o dever do Estado de preservar e conservar o patrimônio tombado antes de chegar em estado calamitoso.

EMENDA Nº 48

Emenda nº 0048 Autoria: Ione Pinheiro – DEM

Programa: 020 – GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Ação: 3005 – REFORMAS E MELHORIAS DE USINAS

Mudança de finalidade para: EXECUTAR de forma otimizada os SERVIÇOS DE REFORMAS E MELHORIAS NAS USINAS EM OPERAÇÃO, VISANDO MANTER A EFICÊNCIA DO PARQUE GERADOR INSTALADO, ALÉM DE ESTUDOS E PROJETOS PARA A ampliação DE A TIVOS.

EMENDA Nº 49

Emenda nº 0049 Autoria: Ione Pinheiro – DEM

Programa: 099 – PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Ação: 1051 – CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PROTEGIDO

Mudança de finalidade para: GARANTIR A INTEGRIDADE FÍSICA DE BENS PROTEGIDOS E O VALOR CULTURAL QUE ELES CONTÊM, DESTACANDO SUAS POTENCIALIDADES HISTÓRICA, CULTURAL E SIMBÓLICA E DESENVOLVER ESTRATÉGIAS DE Conservação do acervo cultural protegido, mantendo sua conservação.

Justificativa: A preservação faz com que a memória não se esvaia. As medidas de preservação e conservação temo objetivo de evitar futuras intervenções no acervo cultural protegido.

EMENDA Nº 50

Emenda nº 0050 Autoria: Ione Pinheiro – DEM

Programa: 099 – PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Ação: 1131 – CURSO TÉCNICO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Mudança de finalidade para: OFERECER COM EXCELÊNCIA CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA NA ÁREA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS MÓVEIS (ACERVOS DE PAPEL, ESCULTURA POLICROMADA E PINTURA DE CAVALETE) Disponibilizando a interiorização desta formação.

Justificativa: O mercado de atuação do profissional deve ser desenvolvido com metodologias e produtos que melhorem o nível das intervenções. Para tanto a formação de técnicos capacitados se faz necessário para aumentar a garantia, a estabilidade e a segurança do objeto tratado, da atuação em conservação e supervisão as obras de arte.

EMENDA Nº 51

Emenda nº 0051 Autoria: Ione Pinheiro – DEM

Programa: 099 – PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Ação: 4241 – VISTORIAS TÉCNICAS NO PATRIMÔNIO CULTURAL

Mudança de finalidade para: REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE VISTORIA SISTEMÁTICA EM BENS MÓVEIS, INTEGRADOS E IMÓVEIS TOMBADOS, BEM COMO NÚCLEOS HISTÓRICOS PROTEGIDOS PELO PODER PÚBLICO ESTADUAL COM O FIM DE AVALIAR AS CONDIÇÕES DE INTEGRIDADE DESTES E ORIENTAR O PLANEJAMENTO DE INTERVENÇÕES QUE POSSAM SER NECESSÁRIAS capacitando pessoal para vistoria nos diversos territórios.

Justificativa: O objetivo é preparar profissionais para atuarem na prevenção dos bens culturais, para que sejam capazes de identificar, discutir e resolver problemas neste campo de trabalho, desenvolvendo-lhes o espírito crítico e a iniciativa, para que busquem soluções de acordo com as condições peculiares à sua realidade, e incentivando-os para aspectos da pesquisa na área.



EMENDA Nº 52

Emenda nº 0052 Autoria: Ione Pinheiro – DEM

Programa: 130 – PROMOÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

Ação: 4325 – PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E EDUCATIVOS

Mudança de finalidade para: REALIZAR PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES QUE INCENTIVEM A FRUIÇÃO DE ACERVOS CULTURAIS, HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS E A PRÁTICA DE LEITURA. DIVULGAR O ACERVO ARQUIVÍSTICO, BIBLIOGRÁFICO E MUSEOLÓGICO. ESTIMULANDO A PESQUISA E O ACESSO AO CONHECIMENTO DA GESTÃO E DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO, BIBLIOGRÁFICO E MUSEOLÓGICO DO ESTADO, divulgando nos diversos territórios.

Justificativa: O objetivo é dar conhecimento a maior número de técnicos e capacitá-los na conquista e preservação de material rico em história. Oferecer condições de acesso simultâneo ao conhecimento, às habilidades específicas e a atitudes formativas na área.

EMENDA Nº 53

Emenda nº 0053 Autoria: Ione Pinheiro – DEM

Programa: 210 – COOPERAÇÃO ESTADO MUNICÍPIO NA ÁREA EDUCACIONAL

Ação: 4642 – TRANSPORTE ESCOLAR

Mudança de finalidade para: OFERECER TRANSPORTE ESCOLAR AOS ALUNOS DA ZONA RURAL e da zona urbana DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, VISANDO À PROMOÇÃO DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA inclusive a de um acompanhante quando necessário.

Justificativa: objetivo é oferecer gratuidade de transporte para ida a escola, aos alunos com necessidades especiais e um acompanhante, quando o caso se fizer necessário, visando garantir o maior de número de crianças e adolescentes dentro da escola.

EMENDA Nº 54

Emenda nº 0054 Autoria: Ione Pinheiro – DEM

Programa: 211 – INFRAESTRUTURA, CUSTEIO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Ação: 2130 – ORGANIZAÇÃO ESCOLAR – ENSINO MÉDIO

Mudança de finalidade para: COLETAR INFORMAÇÕES DOS SISTEMAS EDUCACIONAIS COM INTUITO DE PROMOVER A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO POR MEIO DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR, e desenvolver projetos e programas de orientação vocacional e profissional nas comunidades escolares das redes públicas e particulares, no ensino médio do estado.

Justificativa: é possível se ter uma ideia da dificuldade que é para os adolescentes decidirem quais profissões seguirem e quais caminhos tomarem em relação à carreira profissional. Com isto, é indispensável que o adolescente consiga definir os traços da sua personalidade, suas aptidões, habilidades e gostos pessoais. Estas definições de escolhas de conhecimento definirão os caminhos a serem trilhados com auxílio de profissional, que poderá facilitar a sua escolha

EMENDA Nº 55

Emenda nº 0055 Autoria: Ione Pinheiro – DEM

Programa: 214 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: 4654 – SIMAVE – ENSINO MÉDIO

Mudança de finalidade para: AVALIAR A QUALIDADE DO ENSINO médio DO SISTEMA PÚBLICO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, FORNECENDO INFORMAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E REFORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, semestralmente, para uma avaliação de forma constante.

Justificativa: O acompanhamento escolar a cada semestre possibilitará o incremento de aos estudos do aluno no que tange a recuperação de matérias com deficiência. Visa no entanto, que o aluno perca em rendimento, avaliação e não tenha reprovação. O objetivo final é oferecer uma melhor assistência pedagógica ao aluno, e não perder o foco nos estudos.

EMENDA Nº 56

Emenda nº 0056 Autoria: Ione Pinheiro – DEM

Programa: 036 – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: – APOIO A VÍTIMAS DE DESASTRES AMBIENTAIS

Unidade Orçamentária: 4421 – FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS

Finalidade: PROMOVER A REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS À PESSOAS POR DESASTRES AMBIENTAIS ATRAVES DE APOIO PSICOLOGICO E FINANCEIRO.

Produto: PESSOA ATENDIDA / PROTEGIDA

Unidade de medida: PESSOA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS E URBANAS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	60	90.400,00	60	99.200,00	60	104.100,00	60	109.300,00

Justificativa: É real a necessidade de amparo a vítimas de desastres ambientais, tendo em vista que não há ainda, ação específica que atenda os anseios de pessoas, que tiveram lares e familiares perdidos em virtude de danos da natureza..

EMENDA Nº 57

Emenda nº 0057 Autoria: João Leite – PSDB

Programa: 214 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: – Xadrez na Escola

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: Desenvolver, por meio do xadrez, o autocontrole psicofísico, a criatividade, a capacidade de pensar de maneira lógica e ágil, estimulando a tomada de decisões com autonomia e melhorando a capacidade de aprendizado e de integração social.

Produto: ALUNO PARTICIPANTE

Unidade de medida: ALUNO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: ALUNOS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	17	80.000,00	34	160.000,00	51	240.000,00	68	320.000,00



Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 80.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 58

Emenda nº 0058 Autoria: João Leite – PSDB

Programa: 214 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: – Clube/Escola

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: Desenvolver a iniciação esportiva, por meio de modalidades individuais e coletivas, entre os alunos do ensino fundamental, em parceria com clubes esportivos, durante o contra-turno.

Produto: ALUNO PARTICIPANTE

Unidade de medida: ALUNO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: ALUNOS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1.000	120.000,00	2.000	240.000,00	3.000	360.000,00	4.000	480.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 120.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 59

Emenda nº 0059 Autoria: Glaycon Franco – PTN

Programa: 026 – DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA MUNICIPAL E REGIONAL

Ação: 1005 – APOIO AOS MUNICÍPIOS E REGIÕES EM INTERVENÇÕES DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	35.081.620,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vertentes	1	10.000.000,00						

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 10.000.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 60

Emenda nº 0060 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 004 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DA POLÍCIA CIVIL

Ação: 2011 – RENOVAÇÃO DA FROTA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)



Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	50	5.000.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 5.000.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 61

Emenda nº 0061 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 162 – INVESTIGAÇÃO MODELO

Ação: 1093 – PROJETO RAÍZES

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 62

Emenda nº 0062 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 194 – POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Ação: 4535 – APOIO ÀS AÇÕES DO FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO DOS ENTORPECENTES

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00

EMENDA Nº 63

Emenda nº 0063 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 205 – GESTÃO INTEGRADA DE DEFESA SOCIAL

Ação: 1146 – EXPANSÃO DO SERVIÇO OPERACIONAL DE BOMBEIROS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	1.000.000,00	1	1.000.000,00	1	1.000.000,00	1	1.000.000,00

EMENDA Nº 64

Emenda nº 0064 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 205 – GESTÃO INTEGRADA DE DEFESA SOCIAL

Ação: 1157 – MODERNIZAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	50.000	100.000,00	50.000	100.000,00	50.000	100.000,00	50.000	100.000,00

Justificativa: Há, no texto original, obviamente, um erro: define-se como produto "documento digitalizado" e como unidade de medida "documento". Assim, tem-se como meta a digitalização de UMA ficha datiloscopia ao preço de MIL reais. A emenda visa evitar que o planejamento do Estado, que se consubstancia no PPAG, seja objeto de chacota.

EMENDA Nº 65

Emenda nº 0065 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 162 – INVESTIGAÇÃO MODELO

Ação: 1098 – PROJETO DELEGACIAS GERAIS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: Trata-se, na ação, da elaboração de projeto piloto para a implantação de delegacias integradas. Considerando-se que a implantação de uma AISP custa em torno de 200.000 reais, conforme dados da Polícia Civil, acredita-se que a metade do valor seja o mínimo necessário para a implantação deste tipo de unidade. O valor previsto originalmente – "janela" de mil reais – não é condizente com a seriedade que se espera no planejamento estadual e que é, também, alardeada no projeto de revisão do PMDI como sendo um dos "pilares" da nova administração. Assim, apresenta-se a emenda com o intuito de ajudar o atual governo a manter a seriedade no planejamento, como tem sido a tônica no Estado nas últimas décadas.

EMENDA Nº 66

Emenda nº 0066 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 016 – DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA GOVERNAMENTAL

Ação: 1096 – CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TECIDOS BIOLÓGICOS DE MINAS GERAIS – CETEBIO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	25	1.900.000,00	25	1.900.000,00	25	1.900.000,00	25	1.900.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.900.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A ação tem como produto o percentual da sede do CETEBIO concluída a cada ano de vigência do PPAG (como unidade de medida, o %). As metas físicas por ano são de 1% e as financeiras de mil reais. Conclui-se, por simples matemática, que a finalização prevista para o Centro de Tecidos Biológicos, já em implantação no município de Lagoa Santa, demorará, segundo a proposta de planejamento, quase um século. Entretanto, para ajudar o governo a melhorar o seu planejamento e, talvez, a integração de informações internas entre a SEPLAG e a SETOP, informamos que o DEOP publicou no dia 23 de outubro do corrente ano o resultado da licitação para a continuidade das obras do CETEBIO, sendo vencedora a



Topo Engenharia e Consultoria, com uma proposta de R\$ 7,8 milhões. Como as obras serão feitas por etapas, a emenda apresentada visa adequar o planejamento à proposta já vencedora da licitação. Trata-se, portanto, de uma adequação técnica da realidade, apenas.

EMENDA Nº 67

Emenda nº 0067 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 016 – DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA GOVERNAMENTAL

Ação: 4024 – PROJETOS, CONSTRUÇÕES, REFORMAS E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	50	5.000.000,00	50	5.000.000,00	50	5.000.000,00	50	5.000.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 5.000.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A ação tem como produto a reforma / ampliação de unidades educacionais. A meta física prevista é de uma unidade, ao custo de mil reais. Trata-se de simples "janela", com valor irrisório. A emenda visa apenas tornar mais plausível a intenção do planejador, evitando-se que o PPAG, que é um instrumento sério de planejamento, seja ridicularizado publicamente.

EMENDA Nº 68

Emenda nº 0068 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 026 – DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA MUNICIPAL E REGIONAL

Ação: 1004 – APOIO A INFRAESTRUTURA MUNICIPAL E REGIONAL COM FORNECIMENTO DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	10.000	10.000.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 10.000.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: Embora descrita de forma quase incompreensível ("fornecer elementos estruturais, contribuindo para a melhoria da mobilidade das pessoas ...") a ação tem como uma finalidade bastante simples: fornecer vigas para a construção de pontes. As metas físicas e financeiras, simples janelas, são apenas mais um exemplo da "seriedade" que, segundo consta no PMDI, se quer implantar no "novo" planejamento estadual. Apresentamos, portanto, a emenda com o intuito de contribuir, modestamente, para que a proposta seja minimamente coerente com o que se espera de um governo de um Estado do porte e das tradições de Minas Gerais.

EMENDA Nº 69

Emenda nº 0069 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 026 – DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA MUNICIPAL E REGIONAL

Ação: 1022 – DESAPROPRIAÇÃO E REMOÇÃO DE FAMÍLIAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DA LAGOA DA PAMPULHA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	171	3.157.800,00	171	3.157.800,00	0	0,00	0	

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 3.157.800,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A ação tem como finalidade a remoção e o reassentamento de 342 famílias que serão atingidas pelas obras e serviços de ampliação do esgotamento sanitário na região da Lagoa da Pampulha. São obras necessárias para a despoluição da lagoa, fato que, por sua vez, é imprescindível e urgente, dadas as pretensões de se obter o reconhecimento, pela Unesco, da condição de patrimônio cultural da humanidade. Há, entretanto, uma incoerência entre a finalidade e as metas: são previstas, ao longo de quatro anos, a remoção de apenas 63 famílias. Para evitar ilações desnecessárias acerca da inconsistência do planejamento estadual ou, quiçá, acerca da pouca seriedade nas intenções do planejador, apresentamos a emenda, em que dividimos a meta física final em apenas dois exercícios, fato que é coerente com a urgência já mencionada, mantendo a proporcionalidade financeira já prevista para 2016.

EMENDA Nº 70

Emenda nº 0070 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 066 – DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Ação: 1038 – REDE DE METRÔ

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 71

Emenda nº 0071 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 067 – PLANEJAMENTO, GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Ação: 1037 – DESENVOLVIMENTO E GERENCIAMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS DE TRANSPORTES

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	10	100.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

**EMENDA Nº 72**

Emenda nº 0072 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 145 – SANEAMENTO É VIDA

Ação: 1112 – IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	420	2.415.000,00	280	1.710.000,00	0	0,00	0	0,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	300	1.260.000,00	200	840.000,00	0	0,00	0	0,00
Metropolitano	0	0,00	0	0,00	1	10.800,00	1	10.800,00
Mucuri	480	2.940.000,00	320	1.960.000,00	0	0,00	0	0,00
Norte	340	3.956.023,00	160	720.000,00	0	0,00	0	0,00
Oeste	130	3.512.173,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sudoeste	350	10.286.198,00	240	4.956.267,00	0	0,00	0	0,00
Sul	170	3.959.644,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Justificativa: Adequação: não se gasta dinheiro com o que não é feito.

EMENDA Nº 73

Emenda nº 0073 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 147 – NOSSA CIDADE MELHOR

Ação: 4443 – CONCESSÃO DE SUBSÍDIO TEMPORÁRIO PARA AUXÍLIO HABITACIONAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	400	2.400.000,00	100	600.000,00	100	600.000,00	100	600.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 2.400.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A meta tem como finalidade conceder auxílio emergencial para famílias em situação de emergência e vulnerabilidade habitacional temporária. Prevê-se, como meta física para 2016, o auxílio a apenas UMA família, e para os anos seguintes, para cem a cada ano. Além de subestimada em sua concepção original, a meta foi afetada pelos eventos recentes, ocorridos após o envio da proposição. Por este motivo, apresentamos a emenda, com o intuito de possibilitar a ação estatal no auxílio das populações carentes.

EMENDA Nº 74

Emenda nº 0074 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 194 – POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Ação: – Rede de atendimento a crianças e adolescentes dependentes químicos

Unidade Orçamentária: 1671 – SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

Finalidade: Promover a implantação dos serviços de atenção, orientação, apoio, encaminhamento e prevenção ao abuso do álcool e outras drogas por crianças e adolescentes, visando a recuperação e a reinserção social.

Produto: A DEFINIR



Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: CRIANÇA E ADOLESCENTE DE 0 A 18 ANOS

Justificativa: Referida estrada encontra-se em péssimas condições de tráfego e por esta condição tem provocado inúmeros acidentes. Além disso, a estrada é estratégica para escoamento da produção da região.

EMENDA Nº 75

Emenda nº 0075 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 003 – FUNÇÕES E SERVIÇOS FINALÍSTICOS DA POLÍCIA CIVIL

Ação: – Delegacia Itinerante

Unidade Orçamentária: 1511 – POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Aquisição de ônibus com equipamentos necessários para criação do projeto Delegacia Itinerante para o atendimento de ocorrências de violência contra a mulher, as famílias e afins.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: POPULAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justificativa: Em face da dimensão territorial do Estado, as limitações de recursos da Administração Pública impossibilita a construção e instalação de delegacias em diversos municípios e sobretudo nas áreas rurais. Com isso, inúmeros de registros de ocorrência de violência contra a mulher, as famílias e outras tantas deixam de ser registrados e também enfrentados pelo Estado. Neste sentido, o projeto Delegacia Itinerante, semelhantemente ao que ocorre com o mamógrafo móvel, possibilitará as comunidades mais distantes acessar o sistema de segurança pública do Estado.

EMENDA Nº 76

Emenda nº 0076 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 079 – ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: – Recuperação Asfáltica de Estradas Intermunicipais

Unidade Orçamentária: 1301 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Pavimentação asfáltica do trecho da Rodovia MG 295 que liga o município de Consolação ao município de Cambuí.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO – SUL

Justificativa: A falta de pavimentação asfáltica dificulta o escoamento da produção e o turismo na região.

EMENDA Nº 77

Emenda nº 0077 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 079 – ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: – Recuperação Asfáltica das Estradas Intermunicipais



Unidade Orçamentária: 1301 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Pavimentação asfáltica do trecho da estrada que liga o município de Jacutinga/MG ao município de Espírito Santo do Pinhal/SP.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO – SUL

Justificativa: A falta de pavimentação dificulta o escoamento da produção e sua realização gerará um impacto positivo na economia do município, facilitando o acesso e os negócios realizados com o município paulista, já que a grande maioria dos turistas que visitam o circuito das malhas são paulistas.

EMENDA Nº 78

Emenda nº 0078 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 079 – ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: – Recuperação asfáltica das estradas intermunicipais

Unidade Orçamentária: 1301 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de Monte Sião ao município de Jacutinga.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO – SUL

Justificativa: Referida estrada encontra-se em péssimas condições de tráfego e por esta condição tem provocado inúmeros acidentes. Além disso, a estrada é estratégica para escoamento da produção da região.

EMENDA Nº 79

Emenda nº 0079 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 079 – ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: – Recuperação asfáltica das estradas intermunicipais

Unidade Orçamentária: 1301 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Pavimentação asfáltica do trecho da rodovia que liga o município de Bueno Brandão ao município de Munhoz

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO – SUL

Justificativa: Referida estrada encontra-se em péssimas condições de tráfego e por esta condição tem provocado inúmeros acidentes. Além disso, a estrada é estratégica para escoamento da produção da região.

EMENDA Nº 80

Emenda nº 0080 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB



Programa: 079 – ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: – Recuperação asfáltica das estradas intermunicipais

Unidade Orçamentária: 1301 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Pavimentação asfáltica do trecho da rodovia que liga o município de Consolação ao município de Cambuí.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO – SUL

Justificativa: Referida estrada encontra-se em péssimas condições de tráfego e por esta condição tem provocado inúmeros acidentes. Além disso, a estrada é estratégica para escoamento da produção da região.

EMENDA Nº 81

Emenda nº 0081 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 079 – ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: – Recuperação asfáltica das estradas intermunicipais

Unidade Orçamentária: 1301 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Pavimentação asfáltica do trecho da rodovia que liga os municípios de Turvolância ao município de Cordislândia.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO – SUL

Justificativa: Referida estrada encontra-se em péssimas condições de tráfego e por esta condição tem provocado inúmeros acidentes. Além disso, a estrada é estratégica para escoamento da produção da região.

EMENDA Nº 82

Emenda nº 0082 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 079 – ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: – Recuperação asfáltica de estradas intermunicipais

Unidade Orçamentária: 1301 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Pavimentação asfáltica do trecho da rodovia que liga o município de Elói Mendes ao município de Monsenhor Paulo.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO – SUL

Justificativa: Referida estrada encontra-se em péssimas condições de tráfego e por esta condição tem provocado inúmeros acidentes. Além disso, a estrada é estratégica para escoamento da produção da região.



EMENDA Nº 83

Emenda nº 0083 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 079 – ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: – Recuperação asfáltica das estradas intermunicipais

Unidade Orçamentária: 1301 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Pavimentação asfáltica do trecho da rodovia que liga o município de Ouro Fino ao município de Santa Rita de Caldas.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO – SUL

Justificativa: Referida estrada encontra-se em péssimas condições de tráfego e por esta condição tem provocado inúmeros acidentes. Além disso, a estrada é estratégica para escoamento da produção da região.

EMENDA Nº 84

Emenda nº 0084 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 079 – ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: – Recuperação asfáltica das estradas intermunicipais

Unidade Orçamentária: 1301 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Revitalização integral da Rodovia MG 290

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO – SUL

Justificativa: Rodovia MG 290 tem sido palco de intensas discussões e a muitos anos referentes as condições de tráfego que comprometem tanto a integridade física das pessoas que por lá transitam quanto a repercussão econômica, por se tratar de uma importante rodovia de ligação. Contudo, até então, não há resultados práticos que sinaliza no sentido da resolução da revitalização, bem como de construção de terceira faixa. A criação desta ação no PPAG possibilitará a efetiva priorização por parte do Governo para sua revitalização e com isso diminuir os números de acidentes na rodovia.

EMENDA Nº 85

Emenda nº 0085 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 059 – APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO – DO CAMPO À MESA

Ação: – Desenvolvimento e fomento ao polo morango

Unidade Orçamentária: 1231 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Finalidade: Fomentar o desenvolvimento do polo do morango

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR



IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENDA Nº 86

Emenda nº 0086 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 174 – POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR

Ação: – Financiamento para custeio hospitalar

Unidade Orçamentária: 1321 – SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Finalidade: Destinação de recurso para custeio das atividades do Hospital Samuel Libânio situado no município de Pouso Alegre

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO – SUL

Justificativa: Hospital Samuel Libânio é o hospital referencia na macrorregião sul do Estado, absorvendo, por tanto, a maior parte das demandas de alta e média complexidade da região. Todavia, o hospital tem enfrentado dificuldades econômicas para manutenção das atividades de custeio. Nesse sentido, essa ação objetiva assegurar ao Samuel Libânio uma política de financiamento perene, com vista ao atendimento de suas atividades fins.

EMENDA Nº 87

Emenda nº 0087 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 174 – POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR

Ação: – Fomento ao custeio hospitalar

Unidade Orçamentária: 1321 – SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Finalidade: Destinação de recurso para custeio das atividades do Santa Casa de Misericórdia situado no município de Itajubá

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO – SUL

Justificativa: A Santa Casa de Misericórdia de Itajubá é uma das instituições de saúde mais antiga da região sul do Estado e vem se esforçando para atender de maneira satisfatória as demandas de saúde que chega diariamente. Todavia, não tem conseguido manter as despesas básicas como salários dos profissionais e aquisição de medicamentos. Assim sendo, será de extrema importância inserir a Santa Casa na política de financiamento para custeio de suas atividades.

EMENDA Nº 88

Emenda nº 0088 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 179 – REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE

Ação: – Ampliação da Rede Hospitalar do Sul de Minas

Unidade Orçamentária: 1321 – SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE



Finalidade: Construção do Hospital do Câncer no município de Poços de Caldas

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO – SUL

Justificativa: Infelizmente a um aumento dos índices de incidência de câncer em todo Estado, visto que não é diferente na região sul. Portanto, a construção do Hospital do Câncer em Poços de Caldas propiciará o tratamento dos pacientes de oncologia da região, além de desafogar os demais hospitais que ofertam este tipo de atendimento no Estado, evitando um deslocamento cansativo e desumano até a capital para tratamento.

EMENDA Nº 89

Emenda nº 0089 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 205 – GESTÃO INTEGRADA DE DEFESA SOCIAL

Ação: – Ampliação da rede de segurança pública

Unidade Orçamentária: 1451 – SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Finalidade: Instalação de um batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais no município de Extrema

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO – SUL

EMENDA Nº 90

Emenda nº 0090 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 205 – GESTÃO INTEGRADA DE DEFESA SOCIAL

Ação: – Ampliação da segurança pública

Unidade Orçamentária: 1451 – SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Finalidade: Instalação de um batalhão do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais no município de Ouro

Fino

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO – SUL

EMENDA Nº 91

Emenda nº 0091 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 013 – FOMENTO À INDÚSTRIA DE ALTA TECNOLOGIA

Ação: – Fomento à produção de novas tecnologias

Unidade Orçamentária: 1221 – SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Finalidade: Fomentar o desenvolvimento e produção de novas tecnologias para atendimento às novas tendências de mercado pelas empresas do Vale da Eletrônica

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: Industrias de produção e inovação tecnológica

EMENDA Nº 92

Emenda nº 0092 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 026 – DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA MUNICIPAL E REGIONAL

Ação: – Preservação e recuperação de equipamentos turísticos

Unidade Orçamentária: 1411 – SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

Finalidade: Preservação e recuperação do Circuito Mineiro das Águas, com a revitalização dos parques e estâncias hidrominerais.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: Cidades integrantes do Circuito das Águas

EMENDA Nº 93

Emenda nº 0093 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 193 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ação: – Estações das profissões

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: Criação e implantação da escola profissionalizante no município de Ouro Fino

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: JOVENS COM IDADE ENTRE 14 E 29 ANOS

EMENDA Nº 94

Emenda nº 0094 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 170 – PROMOÇÃO E FOMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MINAS GERAIS

Ação: – Desenvolvimento e fomento do circuito das malhas

Unidade Orçamentária: 1461 – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Finalidade: Fomentar o desenvolvimento do circuito das malhas

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: Indústria de malhas e tecidos

EMENDA Nº 95

Emenda nº 0095 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 170 – PROMOÇÃO E FOMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MINAS GERAIS

Ação: – Desenvolvimento e fomento ao Polo da Cerâmica

Unidade Orçamentária: 1461 – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Finalidade: Fomentar o desenvolvimento do Polo cerâmico do município de Andradas.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: Indústria de Cerâmicas

EMENDA Nº 96

Emenda nº 0096 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 208 – INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL

Ação: – Ampliação da rede de segurança pública

Unidade Orçamentária: 1451 – SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Finalidade: Construção e instalação de Unidade Prisional no município de Andradas

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: PRESOS SOB CUSTÓDIA DA SEDS

EMENDA Nº 97

Emenda nº 0097 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 087 – PROGRAMA DE APOIO A AMPLIAÇÃO E A MELHORIA DOS SISTEMAS PRISIONAL E SOCIEDUCATIVO

Ação: – Fomento ao custeio prisional

Unidade Orçamentária: 1451 – SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Finalidade: Destinação de recurso para custeio das atividades do Centro Socieducativo José Ruffo Bernardes no município de Ouro Fino

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: Crianças e adolescentes submetidos a medidas socioeducativas

EMENDA Nº 98

Emenda nº 0098 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB



Programa: – Campos iluminados

Eixo: Educação e Cultura

Unidade Responsável: 1671 – SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

Tipo de Programa:

Objetivo: Programa social a partir da iluminação de campos de futebol amador em Minas Gerais, objetivando a melhoria na qualidade de vida das comunidades, através do esporte e da cultura.

Ação: – Iluminação de campos de futebol amador

Unidade Orçamentária: 1671 – SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

Finalidade: Desenvolvimento de infraestrutura para a iluminação da totalidade dos campos de futebol amador em todo o estado de Minas Gerais.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENDA Nº 99

Emenda nº 0099 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 026 – DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA MUNICIPAL E REGIONAL

Ação: – Revitalização de espaços públicos municipais

Unidade Orçamentária: 1271 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Finalidade: Revitalização do Teatro Municipal Mathilde de Almeida localizado no município de Ouro Fino.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: POPULAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENDA Nº 100

Emenda nº 0100 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 065 – APOIO AOS MUNICÍPIOS E AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MINAS GERAIS

Ação: – Construção de abrigos de apoio ao Turismo nos Circuitos de Minas

Unidade Orçamentária: 1411 – SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

Finalidade: Construção de abrigos de apoio para os caminhantes dos circuitos turísticos, históricos e religiosos do Estado.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: TURISTAS



EMENDA Nº 101

Emenda nº 0101 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 151 – APOIO ÀS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação: – Fundo de amparo a adoção

Unidade Orçamentária: 1481 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: Constituição de um fundo para o financiamento de casas de acolhimento, abrigos e incentivos à famílias que integrem a política de adoção de crianças e adolescentes no Estado.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: CRIANÇA E ADOLESCENTE DE 0 A 18 ANOS

Justificativa: Infelizmente o Estado não possui um política efetiva para adoção de crianças e adolescentes. É recorrente em toda Minas Gerais o abandono de filhos, seja no período pós parto ou no curso da vida dos infantes. Todavia, a rede de proteção e de acolhimento destas crianças e adolescentes ainda é muito incipiente, restando quase que exclusivamente às associações filantrópicas a realização destes acolhimentos. Nesse sentido, entendemos que já passou da hora do Estado ter uma política de financiamento capaz de absorver as demandas de adoção, sobretudo a adoção tardia.

EMENDA Nº 102

Emenda nº 0102 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

Programa: 151 – APOIO ÀS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação: – Fundo Estadual dos Direitos da Mulher

Unidade Orçamentária: 1481 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: Estimulo e promoção de política de ações com caráter de afirmação da condição da mulher como sujeitas de direitos sociais, políticos e econômicos.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: MULHERES E FAMÍLIAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

EMENDA Nº 103

Emenda nº 0103 Autoria: Antônio Jorge – PPS

Programa: 075 – DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). -

Ação: 4173 – PRODUÇÃO DE VACINA, SOROS E BIOFÁRMACOS

Mudança de produto para: MEDICAMENTO, VACINA OU SORO PRODUZIDO

Justificativa: Tecnicamente o programa de imunização do Ministério da Saúde e o tratamento de acidentes com animais peçonhentos são atendidos por meio de vacina e soro, assim sugerimos adequação do produto

EMENDA Nº 104

Emenda nº 0104 Autoria: Antônio Jorge – PPS



Programa: 179 – REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE -

Ação: 4578 – APOIO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Mudança de finalidade para: IMPLANTAR E CONSOLIDAR A REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, ORGANIZANDO EM MINAS GERAIS O MODELO DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL: USUÁRIO CENTRADO, MULTIPROFISSIONAL, INTERSETORIAL, DE BASE TERRITORIAL DEFINIDA, RESOLUTIVA E DE QUALIDADE, ARTICULANDO OS CAPS COM A ATENÇÃO PRIMÁRIA, COM AS DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, E COM AS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS.

Justificativa: A ação de governo, especialmente nas políticas de saúde, deve ter como foco ações de promoção, prevenção e recuperação de saúde e não em posições ideológicas, quando o direcionamento da ação, responsável pelo fortalecimento da rede de atenção psicossocial do estado, está focado na implantação e consolidação da reforma psiquiátrica antimanicomial do estado, restringimos os modelos de atenção, contrariando a boa prática que aponta para a necessária pluralidade de abordagens devem ser plural, aplicado de acordo com cada caso.

A ideologia adotada exclui, por exemplo, as comunidades terapêuticas são englobam serviços de atenção em regime residencial, e a elas devem ser aplicadas as normas atinentes aos serviços da Rede de Atenção Psicossocial, destinada ao atendimento de pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS. Tendo em vista sua importância como componente complementar dessa Rede, faz-se necessário garantir que os serviços prestados nas referidas instituições estejam inseridos na rede de cuidados do SUS, possibilitando o adequado encaminhamento de usuários de drogas às comunidades terapêuticas, bem como o acompanhamento dos serviços oferecidos pela Secretaria de Estado de Saúde. Em razão disso, esperamos o apoio desta Casa à aprovação deste projeto.

Ressalta-se ainda que a proposta como originariamente apresentada contratara a política nacional da Rede de Atenção Psicossocial, regulamentado pela Portaria do Ministério da Saúde nº 3.088 de 23 de dezembro de 2011.

EMENDA Nº 105

Emenda nº 0105 Autoria: Antônio Jorge – PPS

Programa: 179 – REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE -

Ação: 4578 – APOIO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Mudança de produto para: COMUNIDADE TERAPÊUTICA OU PONTO DE ATENÇÃO IMPLANTADO

Justificativa: A ação de governo, especialmente nas políticas de saúde, deve ter como foco ações de promoção, prevenção e recuperação de saúde e não em posições ideológicas, quando o direcionamento da ação, responsável pelo fortalecimento da rede de atenção psicossocial do estado, está focado na implantação e consolidação da reforma psiquiátrica antimanicomial do estado, restringimos os modelos de atenção, contrariando a boa prática que aponta para a necessária pluralidade de abordagens devem ser plural, aplicado de acordo com cada caso.

A ideologia adotada exclui, por exemplo, as comunidades terapêuticas são englobam serviços de atenção em regime residencial, e a elas devem ser aplicadas as normas atinentes aos serviços da Rede de Atenção Psicossocial, destinada ao atendimento de pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS. Tendo em vista sua importância como componente complementar dessa Rede, faz-se necessário garantir que os serviços prestados nas referidas instituições estejam inseridos na rede de cuidados do SUS, possibilitando o adequado encaminhamento de usuários de drogas às comunidades terapêuticas, bem como o acompanhamento dos serviços oferecidos pela Secretaria de Estado de Saúde. Em razão disso, esperamos o apoio desta Casa à aprovação deste projeto.

Ressalta-se ainda que a proposta como originariamente apresentada contratara a política nacional da Rede de Atenção Psicossocial, regulamentado pela Portaria do Ministério da Saúde nº 3.088 de 23 de dezembro de 2011.

**EMENDA Nº 106**

Emenda nº 0106 Autoria: Antônio Jorge – PPS

Programa: 192 – ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE -

Ação: 4527 – FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	5.135	30.595.590,00	5.185	26.314.470,00	5.220	26.830.440,00	5.255	27.346.410,00

Justificativa: Conforme consulta à página eletrônica do Ministério da Saúde (<http://dab.saude.gov.br/portaldab>), a média de equipes implantadas, de janeiro a setembro de 2015, foi de 5034 equipes, sendo que em setembro havia 5145 equipes implantadas no estado, neste sentido a meta para o exercício de 2016 não pode ser inferior a meta alcançada em 2015.

EMENDA Nº 107

Emenda nº 0107 Autoria: Antônio Jorge – PPS

Programa: 192 – ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE -

Ação: 4532 – IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	846	21.549.285,00	847	21.884.100,00	849	22.321.782,00	853	22.768.217,00

Justificativa: Em razão do preceito constitucional e da importância da promoção da saúde para melhoria dos indicadores e da qualidade de vida da população as ações de promoção da saúde devem ser realizadas em todos municípios.

EMENDA Nº 108

Emenda nº 0108 Autoria: Antônio Jorge – PPS

Programa: 701 – APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -

Ação: 2417 – REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	2.496	223.000.000,00	2.496	229.000.000,00	2.496	237.000.000,00	2.496	242.000.000,00

Justificativa: Em virtude do aumento da violência e a sensação de insegurança da sociedade, e ainda, o concurso homologado para a polícia militar é necessário reservar o orçamento necessário para contratação e remuneração dos policiais.

EMENDA Nº 109

Emenda nº 0109 Autoria: Antônio Jorge – PPS

Programa: 726 – ACESSO À JUSTIÇA -

Ação: 2068 – CAPACITAÇÃO DE MEMBROS E SERVIDORES DA DEFENSORIA PÚBLICA

Mudança de finalidade para: PROMOVER A CAPACITAÇÃO DE DEFENSORES E SERVIDORES, COM FOCO NOS MÉTODOS DE SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS, TAIS COMO A CONCILIAÇÃO, A MEDIAÇÃO, JUSTIÇA RESTAURATIVA, JUSTIÇA TERAPÊUTICA E ARBITRAGEM, BEM COMO EM MEDIDAS CAUTELARES PENAIIS, PENAS DE MEDIDAS ALTERNATIVAS, VISANDO À PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA MAIS EFICIENTE E QUALIFICADA À



POPULAÇÃO HIPOSSUFICIENTE, À DIMINUIÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO DE CONFLITOS E À MELHORIA DA GESTÃO DAS ATIVIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA.

Justificativa: A Justiça Terapêutica é um programa judicial para atendimento integral do indivíduo, adolescente ou maior, envolvido com drogas lícitas ou ilícitas, inclusive alcoolismo, e violência doméstica ou social, priorizando a recuperação do autor da infração e a reparação dos danos à vítima. É um instrumento judicial para evitar a imposição de penas privativas de liberdade ou até mesmo penas de multa – que, no caso, podem se mostrar ineficientes -, deslocando o foco da punição pura e simples para a recuperação biopsicossocial do agente

EMENDA Nº 110

Emenda nº 0110 Autoria: Antônio Jorge – PPS

Programa: 176 – LOGÍSTICA E APOIO ÀS REDES

Ação: – Apoio aos consórcios intermunicipais de saúde

Unidade Orçamentária: 4291 – FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: integrar os municípios das regiões de saúde, por meio dos consórcios, visando instituir atenção especializada multidisciplinar e articulada com os demais níveis de atenção, garantindo acesso universal e regulado, estabelecendo estrutura adequada de apoio ao diagnóstico e tratamento

Produto: CONSÓRCIO ATENDIDO

Unidade de medida: CONSÓRCIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	20	1.000,00	22	1.000,00	23	1.000,00	23	1.000,00

Justificativa: O consórcio intermunicipal de saúde é uma iniciativa autônoma de municípios localizados em áreas geográficas contíguas que se associam para gerir e prover conjuntamente serviços especializados e de apoio diagnóstico de maior densidade tecnológica à população das municipalidades participantes. Essas associações constituem uma forma inovadora de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) que a cada dia torna-se mais comum em todo o Brasil, principalmente nas regiões Sul e Sudeste.

Cabe ressaltar que os consórcios facilitam a implementação do sistema de referências, isto é, a consulta com especialistas é realizada somente após a indicação do clínico, o que tende a reduzir os custos de atendimento. Essas associações também induzem à padronização dos procedimentos médicos, visto que interligam diferentes unidades de saúde, seja por meio do sistema de referências, seja pelo fato dessas unidades estarem sujeitas a uma mesma instância de controle e avaliação. Desta forma o fomento da sua ação é fundamental para ampliação das ações do SUS no âmbito do estado.

EMENDA Nº 111

Emenda nº 0111 Autoria: Antônio Jorge – PPS

Programa: 109 – QUALIFICAÇÃO DO USO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO PATRIMÔNIO CULTURAL

Ação: – Veias da Liberdade

Unidade Orçamentária: 1271 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Finalidade: Promover a circulação pelo estado de atividades culturais montadas e apresentadas nos equipamentos culturais do Circuito Praça da Liberdade. A circulação se fará em edificações tombadas nas cidades que promovem a recuperação e manutenção de edificações tombadas

Produto: PARCERIA FORMALIZADA

Unidade de medida: ATIVIDADE

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Caparaó	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Central	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Mata	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Metropolitano	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Mucuri	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Noroeste	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Norte	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Oeste	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Sudoeste	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Sul	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Triângulo Norte	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Triângulo Sul	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Vale do Aço	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Vale do Rio Doce	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Vertentes	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Justificativa: Possibilitar a circulação de exposições que vêm à capital através dos espaços do Circuito, nos municípios do interior de Minas Gerais, podendo haver inclusive o intercâmbio.

A ideia de Veias da Liberdade faz uma alusão à capilaridade do sistema circulatório ao mesmo tempo que pode traçar paralelos com nossos rios que "vascularizam" Minas Gerais.

EMENDA Nº 112

Emenda nº 0112 Autoria: Antônio Jorge – PPS

Programa: 130 – PROMOÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

Ação: – Gestão de parcerias para a conservação do patrimônio natural e coleções vivas

Unidade Orçamentária: 1271 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Finalidade: VIABILIZAR A MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO DO USO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL (FAUNA E FLORA) POR MEIO DE PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

Produto: PARCERIA FORMALIZADA

Unidade de medida: ATIVIDADE



IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Justificativa: Apoio aos Jardins Botânicos, Jardins Zoológicos e aquários, os quais são considerados espaços museais

EMENDA Nº 113

Emenda nº 0113 Autoria: Antônio Jorge – PPS

Programa: 179 – REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE

Ação: – PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

Unidade Orçamentária: 4291 – FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: : IMPLANTAR E IMPLEMENTAR NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PRÁTICAS TERAPÊUTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES (HOMEOPATIA, FITOTERAPIA, TERMALISMO, MEDICINA

ANTROPOSÓFICA, MEDICINA TRADICIONAL CHINESA, ACUPUNTURA E PRÁTICAS CORPORAIS) COM A PERSPECTIVA DA PREVENÇÃO DE AGRAVOS, DA PROMOÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE.

Produto: UNIDADE IMPLANTADA.

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mata	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Justificativa: O campo das práticas integrativas e complementares contempla sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos, os quais são também denominados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de medicina tradicional e complementar/alternativa (MT/MCA). Este sistema envolvem abordagens que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade. Outros pontos compartilhados pelas diversas abordagens abrangidas nesse campo são a visão ampliada do processo saúde-doença e a promoção global do cuidado humano, especialmente do autocuidado.

Por outro lado, na relação intercultural, busca-se favorecer o entendimento de pessoas com culturas diferentes, em que a escuta e o enriquecimento dos diversos espaços de relação são facilitados e promovidos visando o fortalecimento da identidade própria, do autocuidado, da autoestima, da valorização da diversidade e das diferenças, além de proporcionar o desenvolvimento de uma consciência de interdependência para o benefício e desenvolvimento comum.

EMENDA Nº 114

Emenda nº 0114 Autoria: Dirceu Ribeiro – PHS

Programa: 062 – INFRAESTRUTURA RURAL

Ação: 4149 – CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE SUB BACIAS HIDROGRÁFICAS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Central	2	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Mata	5	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Metropolitano	2	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Noroeste	2	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Norte	11	1.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Oeste	5	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Triângulo Norte	1	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vertentes	1	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 115

Emenda nº 0115 Autoria: Dirceu Ribeiro – PHS

Programa: 061 – ESTRADAS VICINAIS DE MINAS

Ação: 2047 – READEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS COM ENFOQUE AMBIENTAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mata	10	1.000,00	10	1.000,00	10	1.000,00	10	1.000,00
Metropolitano	6	1.000,00	0	1.000,00	0	1.000,00	0	1.000,00
Noroeste	6	1.000,00	0	1.000,00	0	1.000,00	0	1.000,00
Norte	48	1.000,00	85	1.000,00	85	1.000,00	85	1.000,00
Oeste	25	1.000,00	0	1.000,00	0	1.000,00	0	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 116

Emenda nº 0116 Autoria: Emidinho Madeira – PT DO B

Programa: 055 – CERTIFICA MINAS CAFÉ

Ação: 4121 – COORDENAÇÃO, EXPANSÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DO CERTIFICA MINAS CAFÉ – CMC

Mudança de finalidade para: COORDENAR O CERTIFICA MINAS CAFÉ (CMC), AUMENTAR O ALCANCE QUANTITATIVO (NÚMERO DE PROPRIEDADES CERTIFICADAS) E ABRIR MERCADOS, NO BRASIL E NO EXTERIOR, PARA O PRODUTO CERTIFICADO SOB ESSE SELO com apoio a consórcios públicos de municípios para o desenvolvimento do café nas regiões cafeeiras de Minas Gerais.

EMENDA Nº 117

Emenda nº 0117 Autoria: Emidinho Madeira – PT DO B

Programa: 110 – POLICIA OSTENSIVA

Ação: 4271 – POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL

Mudança de finalidade para: EXERCER O PODER DE POLÍCIA OSTENSIVA, COM A FINALIDADE DE PREVENIR OU INIBIR ATOS ANTI-SOCIAIS, INCLUSIVE POR MEIO DO MONITORAMENTO DE PONTOS ESTRATÉGICOS



E DE GRANDE INCIDÊNCIA CRIMINAL, ATUANDO PREVENTIVA E REPREENSIVAMENTE NA RESTAURAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, ADOTANDO MEDIDAS DE PROTEÇÃO E SOCORRO COMUNITÁRIOS OU

ATUANDO EM APOIO AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA QUE LHES COUBER nas áreas urbanas e rurais do Estado de Minas Gerais.

EMENDA Nº 118

Emenda nº 0118 Autoria: Emidinho Madeira – PT DO B

Programa: 218 – APOIO A CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ

Ação: 4673 – APOIO FINANCEIRO A PROJETOS DA CADEIA PRODUTIVA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	1.050,00	1	1.103,00	1	1.158,00	1	1.216,00

EMENDA Nº 119

Emenda nº 0119 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 079 – ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Mudança de nome para: CAMINHOS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Justificativa: TRATA-SE DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA CAMINHOS DE MINAS, EXECUTADO COM SUCESSO ATÉ O ANO DE 2015, NÃO SENDO JUSTIFICADA A SUBSTITUIÇÃO DE SEU NOME POR ESTRADAS DE MINAS, CONFORME APRESENTADO PELO GOVERNO. ASSIM, A EMENDA VISA MANTER O NOME DO PROGRAMA QUE HOJE É UMA REFERÊNCIA PARA OS CIDADÃOS MINEIROS.

EMENDA Nº 120

Emenda nº 0120 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 203 – PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Ação: 4579 – PREVENÇÃO SOCIAL ÀS VIOLÊNCIAS E CRIMINALIDADES

Mudança de nome para: FICA VIVO! – CONTROLE DE HOMICÍDIOS ENTRE JOVENS DE 12 A 24 ANOS

Justificativa: O PROGRAMA FICA VIVO SE TORNOU UMA REFERÊNCIA NACIONAL NO CONTROLE DE HOMICÍDIOS ENTRE JOVENS, SENDO DE EXTREMA IMPORTÂNCIA MANTER SEU NOME E SUA MARCA.

EMENDA Nº 121

Emenda nº 0121 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 126 – POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ação: 4679 – JOVEM APRENDIZ MINAS GERAIS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	100	174.698,00	120	193.433,00	120	213.104,00	120	233.766,00
Norte	80	200.000,00	80	200.000,00	80	200.000,00	80	200.000,00

Justificativa: A EMENDA É NECESSÁRIA PARA GARANTIR AÇÕES ESPECÍFICAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS NA REGIÃO DO NORTE DE MINAS.

EMENDA Nº 122

Emenda nº 0122 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 220 – INTEGRAÇÃO, COORDENAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS E AÇÕES PARA A JUVENTUDE

Ação: 4685 – APOIO A INICIATIVAS E OFERTA DE AÇÕES PARA A JUVENTUDE EM TERRITÓRIOS URBANOS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mata	0	0,00	1	519.231,00	1	197.368,00	1	197.368,00
Metropolitano	7	3.450.000,00	9	2.492.307,00	14	3.860.528,00	14	3.457.896,00
Norte	1	600.000,00	1	600.000,00	1	600.000,00	1	600.000,00
Triângulo Norte	0	0,00	1	519.231,00	1	197.368,00	1	197.368,00
Vale do Aço	0	0,00	0	0,00	1	497.368,00	1	197.368,00
Vale do Rio Doce	0	0,00	1	519.231,00	1	197.368,00	1	197.368,00

Justificativa: A ALTERAÇÃO DAS METAS POR TERRITÓRIO SE FAZ NECESSÁRIA, A FIM DE AMPLIAR O ATENDIMENTO AOS JOVENS DA REGIÃO NORTE COM OPORTUNIDADES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

EMENDA Nº 123

Emenda nº 0123 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 099 – PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Ação: 1049 – AÇÕES EMERGENCIAIS NO PATRIMÔNIO CULTURAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	5	500.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 400.000,00 – Programa: 107 – SALVAGUARDA E PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – Ação: 4243 – AÇÕES INTEGRADAS DE EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL

EMENDA Nº 124

Emenda nº 0124 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 099 – PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Ação: 1051 – CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PROTEGIDO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	5	500.000,00	5	500.000,00	5	500.000,00	5	500.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 125

Emenda nº 0125 Autoria: Bloco Verdade e Coerência



Programa: 099 – PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Ação: 4240 – PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	5	500.000,00	5	500.000,00	5	500.000,00	5	500.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 126

Emenda nº 0126 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 099 – PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Ação: 4241 – VISTORIAS TÉCNICAS NO PATRIMÔNIO CULTURAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	10	100.000,00	10	100.000,00	10	100.000,00	10	100.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 127

Emenda nº 0127 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 220 – INTEGRAÇÃO, COORDENAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS E AÇÕES PARA A JUVENTUDE

Ação: 4684 – FOMENTO E PROVISÃO DE SERVIÇOS E PROJETOS PARA ADOLESCENTES E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	0	0,00	0	0,00	1	450.000,00	1	150.000,00
Caparaó	0	0,00	1	450.000,00	1	150.000,00	1	150.000,00
Central	0	0,00	0	0,00	1	450.000,00	0	0,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	0	0,00	0	0,00	1	450.000,00	0	0,00
Mucuri	0	0,00	1	450.000,00	1	150.000,00	1	150.000,00
Noroeste	1	450.000,00	1	150.000,00	1	150.000,00	1	150.000,00
Norte	1	600.000,00	1	600.000,00	1	600.000,00	1	600.000,00
Oeste	0	0,00	1	450.000,00	1	150.000,00	1	150.000,00
Sudoeste	0	0,00	1	450.000,00	1	150.000,00	1	150.000,00
Sul	0	0,00	0	0,00	1	450.000,00	1	150.000,00
Triângulo Norte	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	150.000,00
Triângulo Sul	0	0,00	1	450.000,00	1	150.000,00	1	150.000,00



Vertentes	0	0,00	0	0,00	1	450.000,00	1	150.000,00
-----------	---	------	---	------	---	------------	---	------------

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 600.000,00 – Programa: 070 – COMUNICAÇÃO SOCIAL – Ação: 2037 – DIVULGAÇÃO GOVERNAMENTAL

Justificativa: A AMPLIAÇÃO DA META FINANCEIRA SE FAZ NECESSÁRIA PARA GARANTIR O ATENDIMENTO DOS JOVENS DA REGIÃO NORTE COM AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO.

EMENDA Nº 128

Emenda nº 0128 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 138 – MODERNIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA INFRAESTRUTURA CULTURAL

Ação: 4343 – REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS CULTURAIS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	500.000,00	1	500.000,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 129

Emenda nº 0129 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 138 – MODERNIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA INFRAESTRUTURA CULTURAL

Ação: 4427 – GESTÃO DO CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 130

Emenda nº 0130 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 140 – FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

Ação: 4361 – IMPLANTAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS CADEIAS E ARRANJOS PRODUTIVOS DA ECONOMIA CRIATIVA EM MINAS GERAIS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	50	100.000,00	52	110.000,00	54	120.000,00	56	130.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 131

Emenda nº 0131 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 701 – APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Mudança de objetivo para: DESENVOLVER AÇÕES ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS VISANDO A GARANTIR RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS, FINANCEIROS, TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS A CARGO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, BEM COMO GARANTIR O PAGAMENTO DO PRÊMIO POR PRODUTIVIDADE.

Justificativa: O ACORDO DE RESULTADOS REPRESENTOU UM GRANDE AVANÇO PARA A GESTÃO DO ESTADO, AO PERMITIR UM ALINHAMENTO ENTRE AS AÇÕES DOS SERVIDORES E OS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS DO GOVERNO. ASSIM, A GARANTIA DE CONTINUIDADE DO MODELO E DO PAGAMENTO DO PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES SE FAZEM NECESSÁRIOS PARA O APRIMORAMENTO CONSTANTE DA GESTÃO DO ESTADO.

EMENDA Nº 132

Emenda nº 0132 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 213 – CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA

Ação: 4651 – POUPANÇA JOVEM

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mata	4.258	5.250.000,00	694	5.250.000,00	100	300.000,00	100	300.000,00
Metropolitano	9.064	5.415.000,00	1.475	5.415.000,00	100	300.000,00	100	300.000,00
Mucuri	1.289	15.000,00	210	15.000,00	100	300.000,00	100	300.000,00
Norte	3.268	60.000.000,00	532	10.500.000,00	100	300.000,00	100	300.000,00
Sul	961	15.000,00	156	15.000,00	100	300.000,00	100	300.000,00
Vale do Rio Doce	2.660	3.000.000,00	433	3.000.000,00	100	300.000,00	100	300.000,00

Justificativa: O Processo Estratégico Poupança Jovem, como se informa no site mantido pelo governo do Estado, foi criado em 2007 e está inserido em 194 escolas, dos 9 municípios participantes do Estado de Minas Gerais: Esmeraldas, Governador Valadares, Ibirité, Juiz de Fora, Montes Claros, Pouso Alegre, Ribeirão das Neves, Sabará e Teófilo Otoni. De acordo com a Secretaria de Educação, o programa "tem como objetivo oferecer aos estudantes do ensino médio das escolas participantes, a oportunidade do desenvolvimento humano e social, contribuir para a redução do abandono/evasão escolar e aumentar as taxas de conclusão do ensino médio.". Ao suprimir metas físicas e financeiras para os exercícios de 2018 e 2019 o planejador determina o seu encerramento sem que se tenha discutido democraticamente a questão com as populações envolvidas. Assim, apresentamos a emenda que possibilita, com a inclusão de uma "janela", pelo menos que se tenha a discussão no futuro.

EMENDA Nº 133

Emenda nº 0133 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 036 – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: 4547 – IMPLEMENTAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mata	1	500.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00

Metropolitano	1	500.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00
Multiterritorial	0	0,00	5	1.500.000,00	5	2.000.000,00	5	2.500.000,00
Norte	1	500.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00
Triângulo Norte	1	500.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00
Vale do Rio Doce	1	500.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00

Justificativa: A ação tem como finalidade "implantar e manter" centros de referência em Direitos Humanos. Trata-se de atividade relevante e de natureza permanente. Entretanto, talvez por algum lapso, não há previsão de metas físicas e financeiras para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, o que poderia ser interpretado como o abandono total da ação. Para evitar essa interpretação, que não é condizente com a natureza prioritária que se pretende dar ao planejamento estadual, conforme afirma-se no PMDI, e com o intuito de contribuir para o aprimoramento da proposição, apresentamos esta emenda.

EMENDA Nº 134

Emenda nº 0134 Autoria: Ione Pinheiro – DEM

Programa: 194 – POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Ação: – APOIO A MULHER GRÁVIDA, USUÁRIA DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Unidade Orçamentária: 1451 – SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Finalidade: PROMOVER APOIO A MULHER GRÁVIDA USUÁRIA DE DROGAS E ÁLCOOL E DANDO OPORTUNIDADE DE TRATAMENTO PSICOLÓGICO E APOIO JURÍDICO.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: USUÁRIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: MULHER DEPENDENTE DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	50	20.000,00	53	20.000,00	56	20.000,00	59	20.000,00

Justificativa: em virtude do quadro de fragilidade em que se encontra a grávida usuária, a criação desta Casa de apoio poderá auxiliar a mesma e sua família extensa, na condução de um parto humanizado. O objetivo é oportunizar o tratamento da gestante, bem como a criação do seu próprio filho, evitando o cumprimento da recomendação nº 6/2014 do Ministério Público, em que dispõe sobre que a obrigatoriedade de bebês de mães usuárias de crack sejam levados para abrigos.

EMENDA Nº 135

Emenda nº 0135 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 036 – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: 4624 – OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONSELHOS ESTADUAIS DE DIREITOS HUMANOS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	8	266.666,00	8	266.666,00	8	266.666,00	8	266.666,00

Justificativa: Segundo o art. 256-H da Lei n.º 21.693, de 2015, integram a área de competência da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, por subordinação administrativa:

I – o Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial – Conepir;

II – o Conselho Estadual de Defesa dos Portadores de Deficiência – Cedpo;



- III – o Conselho Estadual da Mulher – CEM;
- IV – o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca;
- V – o Conselho Estadual de Direitos Difusos – Cedif;
- VI – o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – Conedh;
- VII – o Conselho Estadual do Idoso – CEI;
- VIII – o Conselho Estadual da Juventude;

São portanto, 8, e não 9 como previsto na ação. Para isto apresentamos a emenda, de adequação técnica apenas.

EMENDA Nº 136

Emenda nº 0136 Autoria: Anselmo José Domingos – PTC

Programa: 189 – INCENTIVO AO ESPORTE

Ação: 4510 – FOMENTO AO FUTEBOL AMADOR

Mudança de finalidade para: Apoiar a prática do futebol amador no Estado de Minas Gerais, com ênfase na manutenção, reforma e implantação de campos de futebol amador.

EMENDA Nº 137

Emenda nº 0137 Autoria: Anselmo José Domingos – PTC

Programa: 220 – INTEGRAÇÃO, COORDENAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS E AÇÕES PARA A JUVENTUDE

Ação: 4684 – FOMENTO E PROVISÃO DE SERVIÇOS E PROJETOS PARA ADOLESCENTES E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Mudança de finalidade para: CONTRIBUIR PARA INCLUSÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL POR MEIO DO INCENTIVO E DA PROVISÃO DE SERVIÇOS E PROJETOS PARA JUVENTUDE, PRIORIZANDO PROJETOS LIGADOS A PRÁTICA ESPORTIVA.

EMENDA Nº 138

Emenda nº 0138 Autoria: Anselmo José Domingos – PTC

Programa: 189 – INCENTIVO AO ESPORTE

Ação: 4507 – AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS

Mudança de finalidade para: MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS COM OBJETIVO DE ESTIMULAR A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E DE ESPORTES, POR MEIO DE APOIO FINANCEIRO, PARA A REFORMA, ESTRUTURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E DE LAZER, ASSIM COMO APOIO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A UTILIZAÇÃO DESTES ESPAÇOS, CONSULTANDO SEMPRE NO MOMENTO DO PLANEJAMENTO ENTIDADES LIGADAS À MODALIDADE ESPORTIVA, TAIS COMO LIGAS, ASSOCIAÇÕES E FEDERAÇÕES.

EMENDA Nº 139

Emenda nº 0139 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 125 – CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ação: 4639 – ASSESSORIA TÉCNICA ÀS EMPREENHIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)



Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Norte	80	600.000,00	80	600.000,00	80	600.000,00	80	600.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 600.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A EMENDA VISA A CRIAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS À ASSESSORIA DAS FAMÍLIAS ARTESÃS NO NORTE DE MINAS.

EMENDA Nº 140

Emenda nº 0140 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Texto da emenda: Na ação 4472, onde se lê "orquestra FILAMÔNICA" leia-se "orquestra FILARMÔNICA"

Justificativa: Correção necessária, em nome da preservação do vernáculo

EMENDA Nº 141

Emenda nº 0141 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 103 – EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA E AUTÔNOMA DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Ação: 4637 – PROJETOS, CONSTRUÇÕES, REFORMAS E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DE SAÚDE

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00

EMENDA Nº 142

Emenda nº 0142 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 051 – PLANO DE ATENÇÃO A SAÚDE

Ação: 4211 – REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE HOSPITALAR CONTRATADA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	61.155	2.804.673,00	70.040	3.322.498,00	72.181	3.541.813,00	74.389	3.775.604,00
Caparaó	124.523	5.710.882,00	142.616	6.765.279,00	146.979	7.211.850,00	151.478	7.687.897,00
Central	37.289	1.710.175,00	42.707	2.025.925,00	44.016	2.159.655,00	45.362	2.302.213,00
Mata	400.238	18.356.209,00	458.388	21.745.298,00	472.410	23.180.681,00	486.866	24.710.816,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	59.802	2.742.697,00	68.489	3.249.077,00	70.585	3.463.545,00	72.745	3.692.170,00
Metropolitano	967.710	41.899.775,00	1.108.289	52.576.751,00	1.142.205	56.047.289,00	1.177.163	59.746.913,00
Mucuri	98.355	4.510.857,00	112.643	5.343.693,00	116.090	5.696.426,00	119.642	6.072.443,00
Noroeste	121.352	5.565.596,00	138.980	6.593.166,00	143.233	7.028.374,00	147.615	7.492.310,00
Norte	372.207	17.070.827,00	426.284	20.222.597,00	439.328	21.557.473,00	452.774	22.980.457,00
Oeste	256.844	11.779.479,00	294.159	13.954.311,00	303.160	14.875.420,00	312.438	15.857.330,00
Sudoeste	83.485	3.828.848,00	95.615	4.535.764,00	98.538	4.835.166,00	101.553	5.154.330,00
Sul	365.748	16.774.003,00	418.889	19.870.976,00	431.707	21.182.638,00	444.916	22.580.882,00
Triângulo Norte	259.791	11.914.920,00	297.533	14.114.760,00	306.642	15.046.461,00	316.026	16.039.663,00



Triângulo Sul	96.050	4.405.116,00	110.005	5.218.429,00	113.372	5.562.892,00	116.841	5.930.093,00
Vale do Aço	76.056	3.488.218,00	87.106	4.132.245,00	89.773	4.405.010,00	92.520	4.695.781,00
Vale do Rio Doce	146.652	6.726.130,00	167.961	7.967.971,00	173.102	8.493.929,00	178.401	9.054.606,00
Vertentes	130.139	5.968.258,00	149.041	7.070.173,00	153.604	7.536.866,00	158.301	8.034.369,00

EMENDA Nº 143

Emenda nº 0143 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 189 – INCENTIVO AO ESPORTE

Ação: 4508 – APOIO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00

Justificativa: Ainda que seja apenas uma janela orçamentária, o valor deve ser compatível com a realização de pelo menos um evento ao ano

EMENDA Nº 144

Emenda nº 0144 Autoria: João Alberto – PMDB

Programa: 206 – CULTIVANDO ÁGUA BOA

Ação: -

Unidade Orçamentária: -

Finalidade: PROMOVER DE MANEIRA EFETIVA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO ÂMBITO

DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO SF2, SF3, SF5, SF6, SF7, SF8, SF9, SF10, JQ1, JQ2, JQ3, MU1 E PA1, BEM COMO FOMENTAR O CADASTRAMENTO DE ACUMULAÇÕES SUPERFICIAIS DE ÁGUA, COM VOLUME MÁXIMO DE 5.000 M³ DEFINIDAS COMO USOS INSIGNIFICANTES PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE LIMPEZA, CERCAMENTO DE NASCENTES E DESASSOREAMENTO DESTAS INTERVENÇÕES.

Produto:

Unidade de medida:

IAG:

Público Alvo:

Justificativa: Esta proposição tem como objetivo acrescentar à finalidade do programa garantindo aos municípios a realização de cadastramento de acumulações superficiais, com volume máximo de 5.000 m³ definidas como usos insignificantes para execução de ações de limpeza e desassoreamento destas intervenções, tendo em vista a necessidade dos agricultores familiares em realizar ações de limpeza e desassoreamento nos reservatórios existentes nas propriedades.

A medida proporcionará ganhos ambientais de acumulação de água de chuva para recargas dos lençóis freáticos, além de minimizar o pico de cheia causado por chuvas intensas.

EMENDA Nº 145

Emenda nº 0145 Autoria: João Alberto – PMDB

Programa: 029 – MINAS MAIS RESILIENTE

Ação: 4565 – PREVENÇÃO E ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS E SEGURANÇA QUÍMICA

Mudança de finalidade para: PREVENIR, ATENDER E ACOMPANHAR OS ACIDENTES E EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS QUE COLOQUEM EM RISCO O MEIO AMBIENTE, A SAÚDE PÚBLICA E AS ATIVIDADES SOCIAIS E

ECONÔMICAS, BEM COMO FOMENTAR A ADOÇÃO DE AÇÕES PREVENTIVAS, ALÉM DA ADOÇÃO DE MEDIDAS COM O OBJETIVO DE INCENTIVAR O APROVEITAMENTO DO POTENCIAL EXISTENTE EM PILHAS DE ESTÉRIL, BARRAGENS DE REJEITO, EXECUÇÃO DE PLANOS DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E DE PRODUÇÃO MINERAL A PARTIR DE PROCESSOS DE BENEFICIAMENTO A SECO DE MINERAIS METÁLICOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justificativa: É fato que a atividade de mineração é geradora de resíduos. O estéril, resíduo decorrente do processo de britagem primária, após o desmonte da rocha, é armazenado em pilhas. Já o rejeito é o resíduo do processo de beneficiamento do minério com a utilização de água e é armazenado em barragens.

Além disso, muitas empresas de mineração deixaram áreas degradadas em decorrência da extração dos minérios do solo com a supressão da cobertura vegetal e a remoção de terra. Nesses casos deve ser executado um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD.

As pilhas de estéril e barragens de rejeito são hoje estruturas de resíduos sem valor econômico, pois, embora contenham minerais que podem ser explorados, essa exploração apresenta custos elevados se comparados com a extração dos recursos in situ. Assim, as empresas geradoras dos resíduos não têm o interesse de explorar as pilhas de estéril e barragens de rejeito.

Já as áreas degradadas foram, muitas vezes, abandonadas por empresas que não executaram o PRAD ao qual estavam obrigadas. Outras empresas têm, muitas vezes, o interesse de extrair minérios nessas áreas ao mesmo tempo em que executam o PRAD, mas precisam resolver a questão dos custos.

As pilhas de estéril, barragens de rejeito e áreas degradadas são passivos ambientais (externalidades negativas) de grande impacto e que demandam uma solução.

De igual forma, nos dias de hoje existem tecnologias disponíveis aos processos de beneficiamento mineral a seco, sem o uso de água no processo que ocorre por meio de britagem, moagem, classificação, peneiramento e concentração. Tal comportamento deve ser fomentado pelo poder público vez que permite a desmobilização destas estruturas para que o beneficiamento seja realizado a partir dos materiais nelas depositados, assim como permite a lavra de minério in situ em novos projetos sem a necessidade de construção de barragens.

Ademais, o aproveitamento dos materiais nessas estruturas e áreas geraria emprego e renda para as comunidades.

EMENDA Nº 146

Emenda nº 0146 Autoria: João Alberto – PMDB

Programa: 125 – CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ação: 4566 – INCLUSÃO PRODUTIVA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NAS COLETAS SELETIVAS SOLIDÁRIAS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	6	39.998,00	6	41.998,00	6	44.098,00	6	46.303,00
Caparaó	6	39.998,00	6	41.998,00	6	44.098,00	6	46.303,00
Central	6	39.998,00	42	41.989,00	6	44.098,00	6	46.303,00
Mata	36	239.986,00	36	251.986,00	36	264.586,00	36	277.814,00
Médio e Baixo	96	639.965,00	96	671.965,00	96	705.565,00	96	740.842,00

Jequitinhonha								
Metropolitano	284	1.800.078,00	284	1.890.087,00	284	1.984.596,00	284	2.083.821,00
Mucuri	6	39.998,00	42	41.989,00	6	44.098,00	6	46.303,00
Norte	42	279.986,00	42	293.986,00	42	308.686,00	42	324.121,00
Oeste	30	199.989,00	30	209.989,00	30	220.489,00	30	231.513,00

EMENDA Nº 147

Emenda nº 0147 Autoria: João Alberto – PMDB

Programa: 025 – GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA

Ação: 4062 – DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE PROJETOS

Mudança de finalidade para: FORTALECER A INTEGRAÇÃO DA EPAMIG COM ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS PARA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, GARANTINDO O NÃO CONTINGENCIAMENTO NAS AÇÕES DE EXECUÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE GERAÇÃO DE TECNOLOGIAS, DE CONHECIMENTO, DE INFORMAÇÕES E DE INFRAESTRUTURA QUE VISEM A ATENDER DEMANDAS EMERGENCIAIS E ESTRATÉGICAS DE PESQUISA E EXPERIMENTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO.

EMENDA Nº 148

Emenda nº 0148 Autoria: João Alberto – PMDB

Programa: 061 – ESTRADAS VICINAIS DE MINAS

Ação: 2047 – READEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS COM ENFOQUE AMBIENTAL

Mudança de finalidade para: READEQUAR E CONSERVAR OS LEITOS DAS ESTRADAS VICINAIS COM ENFOQUE AMBIENTAL, TRANSFERINDO ÀS PREFEITURAS MUNICIPAIS A TECNOLOGIA NECESSÁRIA PARA QUE

MANTENHAM AS ESTRADAS EM BOAS CONDIÇÕES E, AO MESMO TEMPO, ELIMINEM AS CAUSAS DA EROÇÃO E OUTROS DANOS AMBIENTAIS, COM ENFOQUE NOS LEITOS DAS ESTRADAS VICINAIS, DANDO O MÍNIMO DE TRAFEGABILIDADE DURANTE TODO O PERÍODO DO ANO E VIABILIZANDO O ACESSO DA POPULAÇÃO RURAL AOS CENTROS URBANOS PRIORIZANDO A PAVIMENTAÇÃO DAS ESTRADAS UTILIZADAS PARA O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS MUNICÍPIOS, ATENDENDO OS PRODUTORES E A POPULAÇÃO EM GERAL.

Justificativa: A alteração pretende estabelecer as diretrizes para a recuperação emergencial de estradas vicinais no Estado de Minas Gerais.

São cerca de 200 mil quilômetros de estradas vicinais em Minas Gerais, são elas que irrigam o tecido da economia do Estado e Minas e escoam a produção rural.

As estradas vicinais também são importantes para a educação uma vez que os estudantes as utilizam para irem às cidades estudar.

Outro aspecto relevante é a preservação ambiental, pois se pressupõe que ao ter uma boa estrada também há um bom sistema de drenagem, o que evita a degradação, como as erosões provocadas pelas enxurradas.

EMENDA Nº 149

Emenda nº 0149 Autoria: João Alberto – PMDB

Programa: 079 – ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: 4184 – CONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)



Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	3	4.748.157,00	4	527.770.400,00	4	5.277.704,00	4	5.277.704,00
Central	32	42.195.000,00	32	42.195.000,00	32	42.195.000,00	32	42.195.000,00
Mata	15	22.205.039,00	16	24.681.496,00	16	24.681.496,00	16	24.681.496,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	3	4.748.157,00	4	527.770.400,00	4	5.277.704,00	4	5.277.704,00
Metropolitano	58	86.684.010,00	65	96.351.601,00	65	96.351.601,00	65	96.351.601,00
Mucuri	3	4.748.157,00	4	527.770.400,00	4	5.277.704,00	4	5.277.704,00
Multiterritorial	3	4.748.157,00	4	5.277.704,00	4	5.277.704,00	4	5.277.704,00
Noroeste	12	18.729.137,00	14	20.817.938,00	14	20.817.938,00	14	20.817.938,00
Sul	2	2.263.656,00	2	2.516.114,00	2	2.516.114,00	2	2.516.114,00
Triângulo Norte	17	25.970.492,00	19	28.866.898,00	19	28.866.898,00	19	28.866.898,00
Vale do Aço	33	49.178.102,00	36	54.662.779,00	36	54.662.779,00	36	54.662.779,00
Vale do Rio Doce	16	24.631.541,00	18	27.378.617,00	18	27.378.617,00	18	27.378.617,00
Vertentes	24	35.488.890,00	26	39.446.853,00	26	39.446.853,00	26	39.446.853,00

EMENDA Nº 150

Emenda nº 0150 Autoria: João Alberto – PMDB

Programa: 058 – CIDADANIA NO CAMPO: CONSTRUINDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ação: 4136 – APOIO À PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO E À CONTINUIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR – SUCESSÃO RURAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	40	159.100,00	40	171.354,00	40	179.898,00	40	188.868,00
Central	40	159.100,00	40	171.354,00	40	179.898,00	40	188.868,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	40	159.100,00	40	171.354,00	40	179.898,00	40	
Mucuri	40	159.100,00	40	171.354,00	40	179.898,00	40	188.868,00

EMENDA Nº 151

Emenda nº 0151 Autoria: João Alberto – PMDB

Programa: 122 – ÁGUA PARA TODOS – UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DA ÁGUA

Ação: 1060 – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	12	1.800.000,00	12	1.800.000,00	0	0,00	0	0,00
Central	12	1.800.000,00	12	1.800.000,00	0	0,00	0	0,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	64	9.600.000,00	64	9.600.000,00	0	0,00	0	0,00
Mucuri	12	1.800.000,00	12	1.800.000,00	0	0,00	0	0,00
Norte	124	18.600.000,00	124	18.600.000,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 152

Emenda nº 0152 Autoria: João Alberto – PMDB

Programa: 143 – PROTEÇÃO DAS ÁREAS AMBIENTALMENTE CONSERVADAS, A FAUNA, E A BIODIVERSIDADE FLORESTAL.

Ação: 4488 – BOLSA VERDE, AMPLIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL NATIVA.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	7.264	2.325.038,00	4.815	1.608.863,00	4.809	1.685.592,00	307	1.920.653,00
Central	7.264	2.325.038,00	4.815	1.608.863,00	4.809	1.685.592,00	307	1.920.653,00
Mata	7.264	2.325.038,00	4.815	1.608.863,00	4.809	1.685.592,00	307	1.920.653,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	7.264	2.325.038,00	4.815	1.608.863,00	4.809	1.685.592,00	307	1.920.653,00
Metropolitano	7.264	2.325.037,00	4.815	1.608.863,00	4.809	1.685.592,00	307	1.920.653,00
Mucuri	7.264	2.325.037,00	4.815	1.608.863,00	4.809	1.685.592,00	307	1.920.653,00
Noroeste	14.528	4.650.075,00	9.630	3.217.726,00	9.618	3.371.184,00	614	3.841.306,00
Norte	14.528	4.650.074,00	9.630	3.217.726,00	9.618	3.371.184,00	614	3.841.306,00
Oeste	7.264	2.325.038,00	4.815	1.608.863,00	4.809	1.685.592,00	307	1.920.653,00
Sul	7.264	2.325.038,00	4.815	1.608.863,00	4.809	1.685.592,00	307	1.920.653,00
Triângulo Norte	7.264	2.325.038,00	4.815	1.608.863,00	4.809	1.685.592,00	307	1.920.653,00
Vale do Rio Doce	7.264	2.325.037,00	4.815	1.608.863,00	4.809	1.685.592,00	307	1.920.653,00
Vertentes	7.268	2.325.038,00	4.826	1.608.871,00	4.816	1.685.604,00	316	1.920.665,00

EMENDA Nº 153

Emenda nº 0153 Autoria: João Alberto – PMDB

Programa: 073 – MINAS SEM FOME

Ação: 4169 – APOIO Á INSTALAÇÃO DE FEIRAS LIVRES

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	53	25.023,00	58	27.024,00	63	29.186,00	67	31.521,00
Central	22	11.370,00	26	12.279,00	26	12.290,00	28	14.322,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	44	19.935,00	46	21.531,00	49	23.253,00	53	25.114,00
Metropolitano	24	11.370,00	26	12.279,00	28	13.262,00	30	14.322,00
Mucuri	44	20.852,00	48	22.520,00	52	24.322,00	56	26.268,00
Noroeste	24	11.495,00	26	12.415,00	28	13.408,00	30	14.480,00
Norte	289	135.788,00	312	146.651,00	337	158.383,00	363	171.054,00
Vale do Rio Doce	22	10.537,00	24	11.380,00	26	12.290,00	28	13.273,00

EMENDA Nº 154

Emenda nº 0154 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 189 – INCENTIVO AO ESPORTE

Ação: 4509 – APOIO AO ATLETA E AO PROFISSIONAL DO ESPORTE

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)



Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	100	500.000,00	100	500.000,00	100	500.000,00	100	500.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 499.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: Alteração proposta para que a meta de apoio a atleta passe de apenas 1 para pelo menos 100, o que é o mínimo que se espera de um Estado como Minas Gerais

EMENDA Nº 155

Emenda nº 0155 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 051 – PLANO DE ATENÇÃO A SAÚDE

Ação: – Atenção continuada à saúde de servidor

Unidade Orçamentária: 2011 – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Assegurar o atendimento de saúde a servidores designados, ainda que desligados do Estado, nos casos já iniciados e em que haja necessidade de continuidade de tratamento

Produto: USUÁRIO ATENDIDO

Unidade de medida: USUÁRIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO IPSEMG

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	500	5.000.000,00	100	1.000.000,00	10	100.000,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 5.000.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 156

Emenda nº 0156 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 178 – MINAS ESPORTIVA

Ação: 5009 – GESTÃO DO ICMS ESPORTIVO

Justificativa: A AÇÃO POSSUI META FINANCEIRA ZERO PARA TODOS OS ANOS, NÃO JUSTIFICANDO A SUA EXISTÊNCIA ENQUANTO AÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

EMENDA Nº 157

Emenda nº 0157 Autoria: Geraldo Pimenta – PC DO B

Programa: 066 – DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Ação: – Expansão da Rede do Metrô à Betim

Unidade Orçamentária: 1301 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS



Finalidade: CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA MOBILIDADE URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH), COM O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA MODALIDADE

METROVIÁRIA, AUMENTANDO A OFERTA DO SERVIÇO, O CONFORTO E A SEGURANÇA DOS USUÁRIOS.

Produto: MALHA METROVIÁRIA GERENCIADA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: USUÁRIOS DO TRANSPORTE PÚBLICO METROPOLITANO

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 – Programa: 066 – DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – Ação: 1035 – DESENVOLVIMENTO AEROVIÁRIO

EMENDA Nº 158

Emenda nº 0158 Autoria: Geraldo Pimenta – PC DO B

Programa: 066 – DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Ação: – Implantação do BRT Betim a Belo Horizonte

Unidade Orçamentária: 1301 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR, MANTER E MELHORAR A INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE COLETIVO RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS, OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DO BOM

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMPLANTADO E A REGULARIDADE DOS SERVIÇOS NO ESTADO.

Produto: PROJETO/OBRA REALIZADO

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: USUÁRIOS DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 – Programa: 066 – DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – Ação: 1035 – DESENVOLVIMENTO AEROVIÁRIO

EMENDA Nº 159

Emenda nº 0159 Autoria: Geraldo Pimenta – PC DO B

Programa: 206 – CULTIVANDO ÁGUA BOA

Ação: – Rio Doce Vivo



Unidade Orçamentária: 1371 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Recuperação da Bacia do Rio Doce através de ações integradas

Produto: PLANO DE MELHORIA DA GESTÃO DE EFLUENTES LÍQUIDOS INDUSTRIAIS ELABORADO

Unidade de medida: PLANO

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO – VALE DO RIO DOCE

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Vale do Rio Doce	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 – Programa: 701 – APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – Ação: 2002 – PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

EMENDA Nº 160

Emenda nº 0160 Autoria: Geraldo Pimenta – PC DO B

Programa: 191 – MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL

Ação: – Reciclagem automotiva

Unidade Orçamentária: 2091 – FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Finalidade: CONTRIBUIR PARA A MELHORIA EFETIVA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO MINEIRA E AMBIENTAL DO ESTADO POR MEIO DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO RECICLAGEM AUTOMOTIVA

Produto: ÁREA FOMENTADA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: INDÚSTRIA, COMÉRCIO E CONSUMIDORES

EMENDA Nº 161

Emenda nº 0161 Autoria: Geraldo Pimenta – PC DO B

Programa: 106 – DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG

Ação: – Campi UEMG Betim

Unidade Orçamentária: 2351 – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: CONSTRUIR CAMPIS DA UEMG BETIM PARA ATENDER À DEMANDA

Produto: UNIDADE CONSTRUÍDA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: CIDADÃOS COM FORMAÇÃO NECESSÁRIA INTERESSADOS EM INGRESSAR E CONCLUIR O ENSINO SUPERIOR

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras
------------	---------	-------------	---------	-------------	---------	-------------	---------	-------------



	2016	2016	2017	2017	2018	2018	2019	2019
Metropolitano	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 – Programa: 106 – DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG – Ação: 1053 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UNIDADES E DOS CAMPUS DA UEMG

EMENDA Nº 162

Emenda nº 0162 (originada da PLE nº 3/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 091 – QUALIFICA SUAS

Ação: 4444 – CAPACITAÇÃO CONTINUADA DO SUAS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	12.000	5.288.968,00	15.000	6.611.210,00	12.000	5.288.968,00	15.000	6.611.210,00

EMENDA Nº 163

Emenda nº 0163 (originada da PLE nº 3/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 091 – QUALIFICA SUAS

Ação: 4446 – VIGILÂNCIA E APOIO TÉCNICO AOS MUNICÍPIOS NO APRIMORAMENTO DO SUAS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	24	0,00	24	0,00	24	0,00	24	0,00
Caparaó	55	0,00	55	0,00	55	0,00	55	0,00
Central	17	0,00	17	0,00	17	0,00	17	0,00
Mata	93	0,00	93	0,00	93	0,00	93	0,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	31	0,00	31	0,00	31	0,00	31	0,00
Metropolitano	90	0,00	90	0,00	90	0,00	90	0,00
Mucuri	29	0,00	29	0,00	29	0,00	29	0,00
Multiterritorial	0	903.000,00	0	903.000,00	0	903.000,00	0	903.000,00
Noroeste	30	0,00	30	0,00	30	0,00	30	0,00
Norte	86	0,00	86	0,00	86	0,00	86	0,00
Oeste	56	0,00	56	0,00	56	0,00	56	0,00
Sudoeste	34	0,00	34	0,00	34	0,00	34	0,00
Sul	119	0,00	119	0,00	119	0,00	119	0,00
Triângulo Norte	30	0,00	30	0,00	30	0,00	30	0,00
Triângulo Sul	27	0,00	27	0,00	27	0,00	27	0,00
Vale do Aço	33	0,00	33	0,00	33	0,00	33	0,00
Vale do Rio Doce	49	0,00	49	0,00	49	0,00	49	0,00
Vertentes	50	0,00	50	0,00	50	0,00	50	0,00

EMENDA Nº 164

Emenda nº 0164 (originada da PLE nº 4/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 194 – POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Ação: 4535 – APOIO ÀS AÇÕES DO FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO DOS ENTORPECENTES

Mudança de finalidade para: Possibilitar a obtenção e administração de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de ações que visem a minimização do uso de drogas e substâncias psicoativas em todo o estado de Minas Gerais, A PARTIR DA REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO DE ENTORPECENTES (FUNPREN).

EMENDA Nº 165

Emenda nº 0165 (originada da PLE nº 4/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 194 – POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Ação: 4599 – SISTEMA INTEGRADO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Mudança de finalidade para: INTEGRAR AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA AOS USUÁRIOS E DEPENDENTES QUÍMICOS EM SUAS NECESSIDADES, FORTALECENDO a Rede de Atenção Psicossocial e executar estratégias de promoção de saúde, qualidade de vida, prevenção seletiva e indicada do uso e abuso de álcool, tabaco e outras drogas.

Mudança de público-alvo:

Para: USUÁRIOS E DEPENDENTES DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS E POPULAÇÃO GERAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mata	250	668.586,00	260	702.016,00	270	737.116,00	280	773.972,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	1.000,00						
Metropolitano	1.150	4.344.323,00	1.280	4.561.533,00	1.330	4.789.619,00	1.360	5.029.093,00
Norte	100	334.293,00	100	351.008,00	110	368.558,00	110	386.986,00
Oeste	200	668.586,00	220	702.016,00	220	737.116,00	240	773.972,00
Sul	100	334.293,00	110	351.008,00	110	368.558,00	120	386.986,00
Triângulo Norte	200	668.586,00	200	702.015,00	215	737.115,00	220	773.972,00
Triângulo Sul	300	1.337.169,00	310	1.404.031,00	325	1.474.227,00	340	1.547.943,00
Vale do Aço	100	334.293,00	110	351.008,00	110	368.558,00	110	386.986,00
Vale do Rio Doce	200	334.293,00	200	351.008,00	200	368.558,00	200	386.986,00
Vertentes	100	334.293,00	110	351.008,00	110	368.558,00	120	386.986,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 166

Emenda nº 0166 (originada da PLE nº 4/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 194 – POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Ação: 4606 – PREVENÇÃO DO USO E ABUSO DE ÁLCOOL, TABACO E OUTRAS DROGAS

Mudança de finalidade para: Desenvolver e fomentar estratégias de prevenção contribuindo para o fortalecimento de habilidades pessoais e sociais com vistas a maximizar os fatores de proteção para o uso e abuso de álcool, tabaco e outras drogas, com foco em intervenções universais, seletivas e quaternárias. Ações de inclusão e reinserção social, a fim de ampliar a autonomia e fortalecer os vínculos familiares, profissionais, culturais e sociais, ATENTANDO PARA AS ESPECIFICIDADES REGIONAIS.

**EMENDA Nº 167**

Emenda nº 0167 (originada da PLE nº 5/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 125 – CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ação: 4562 – ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS/DE SERVIÇOS

Mudança de produto para: Empreendimento econômico solidário apoiado (equipamentos e insumos fornecidos)

Mudança de unidade de medida para: Empreendimento econômico solidário

Mudança de público-alvo:

Para: Empreendimentos econômicos solidários

EMENDA Nº 168

Emenda nº 0168 (originada da PLE nº 5/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 125 – CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ação: 4564 – ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS PARA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

Mudança de finalidade para: Implementar e estruturar espaços de comercialização da economia solidária.

Mudança de produto para: Espaço de comercialização implantado

Mudança de unidade de medida para: Espaço de comercialização

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	36	1.229.680,00	25	619.164,00	25	650.122,00	25	682.628,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 640.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 169

Emenda nº 0169 (originada da PLE nº 5/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 125 – CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ação: – Financiamento, crédito e finanças solidárias

Unidade Orçamentária: 1481 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: Financiar empreendimentos econômicos solidários utilizando as metodologias fundo rotativo solidário e bancos comunitários.

Produto: Aportes financeiros realizados

Unidade de medida: Aportes financeiros

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: Fundo rotativo solidário e bancos comunitários

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	18	100.000,00	18	100.000,00	18	100.000,00	18	100.000,00

**EMENDA Nº 170**

Emenda nº 0170 (originada da PLE nº 9/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 127 – AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR

Ação: 4568 – IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DO TRABALHO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	3	2.373.512,00	8	2.492.188,00	5	4.116.797,00	1	2.747.637,00

EMENDA Nº 171

Emenda nº 0171 (originada da PLE nº 9/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 127 – AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR

Ação: 4570 – IMPLANTAÇÃO, MELHORIA E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO SINE

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	15.345	337.962,00	15.345	354.861,00	15.345	372.603,00	15.345	391.233,00
Caparaó	9.563	112.654,00	9.563	118.287,00	9.563	124.201,00	9.563	130.411,00
Central	15.145	225.308,00	15.145	236.574,00	15.145	248.402,00	15.145	260.822,00
Mata	44.305	450.616,00	44.305	473.148,00	44.305	496.804,00	44.305	521.644,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	11.127	225.307,00	11.127	236.574,00	11.127	248.402,00	11.127	260.822,00
Metropolitano	1.028.526	3.154.306,00	1.028.526	3.312.032,00	1.028.526	3.477.627,00	1.028.526	3.651.507,00
Mucuri	7.457	112.654,00	7.457	118.287,00	7.457	124.201,00	7.457	130.411,00
Noroeste	21.838	337.961,00	21.838	354.861,00	21.838	372.603,00	21.838	391.233,00
Norte	197.770	1.689.807,00	197.770	1.774.305,00	197.770	1.863.015,00	197.770	1.956.165,00
Oeste	181.385	1.689.807,00	181.385	1.774.305,00	181.385	1.863.015,00	181.385	1.956.165,00
Sudoeste	62.986	337.962,00	62.986	354.861,00	62.986	372.603,00	62.986	391.233,00
Sul	121.169	1.013.884,00	121.169	1.064.583,00	121.169	1.117.809,00	121.169	1.173.699,00
Triângulo Norte	250.476	675.923,00	250.476	709.722,00	250.476	745.206,00	250.476	782.466,00
Triângulo Sul	75.000	563.269,00	75.000	591.435,00	75.000	621.005,00	75.000	652.055,00
Vale do Aço	39.509	337.962,00	39.509	354.860,00	39.509	372.603,00	39.509	391.233,00
Vale do Rio Doce	7.457	112.654,00	7.457	118.287,00	7.457	124.201,00	7.457	130.411,00
Vertentes	112.706	450.615,00	112.706	473.148,00	112.706	496.804,00	112.706	521.644,00

EMENDA Nº 172

Emenda nº 0172 (originada da PLE nº 9/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 127 – AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR

Ação: 4681 – FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS DE TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
------------	--------------	------------------	--------------	------------------	--------------	------------------	--------------	------------------



Multiterritorial	3	253.663,00	8	266.346,00	5	449.663,00	1	293.647,00
------------------	---	------------	---	------------	---	------------	---	------------

EMENDA Nº 173

Emenda nº 0173 (originada da PLE nº 10/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 115 – APOIO AO CONTROLE SOCIAL E À GESTÃO COMPARTILHADA DO SUAS

Ação: 4319 – OPERACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO COMPARTILHADA E PARTICIPATIVA DO SUAS

Mudança de público-alvo:

Para: GESTORES, usuários, trabalhadores E REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Caparaó	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Central	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Mata	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Metropolitano	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Mucuri	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Multiterritorial	17	50.000,00	0	50.000,00	0	50.000,00	0	50.000,00
Noroeste	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Norte	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Oeste	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Sudoeste	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Sul	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Triângulo Norte	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Triângulo Sul	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Vale do Aço	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Vale do Rio Doce	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Vertentes	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00

EMENDA Nº 174

Emenda nº 0174 (originada da PLE nº 11/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 184 – AVANÇA MINAS

Ação: – Incentivo à Implantação de Estações Aduaneiras do Interior – EADIs.

Unidade Orçamentária: 1461 – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Finalidade: Realização de estudos de viabilidade e/ou projetos para implantação de estações aduaneiras do interior – EADIs.

Produto: ESTUDO E PROJETO ELABORADO

Unidade de medida: ESTUDO / PROJETO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: INDÚSTRIA, COMÉRCIO E CONSUMIDORES

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	50.000,00	1	50.000,00	0	0,00	0	0,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	50.000,00	1	50.000,00	0	0,00	0	0,00
Mucuri	1	50.000,00	1	50.000,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 150.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: Minas Gerais tem cinco portos secos ou estações aduaneiras do interior – EADIs –, para exportação e importação de bens produzidos no estado: Betim, Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia, Varginha e na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, que é o primeiro porto seco industrial do Brasil.

Essas EADIs visam a otimizar a integração com os portos marítimos do país e estão interligados ao sistema rodoviário, ferroviário e aeroviário do Estado.

O novo planejamento governamental de gestão pública do estado, baseada nos territórios de desenvolvimento, sugere a indução estatal a conjuntos de ações que visem ao desenvolvimento produtivo em regiões de escassa dinamização econômica, como é o caso dos territórios definidos como prioritários nessa proposta nova ação orçamentária: Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, e Mucuri.

EMENDA Nº 175

Emenda nº 0175 (originada da PLE nº 12/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 204 – ROMPIMENTO DA TRAJETÓRIA INFRACIONAL DOS ADOLESCENTES DO ESTADO

Ação: 4582 – APRIMORAMENTO E EXPANSÃO DA EXECUÇÃO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS DEFINIDOS PELO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (FAMÍLIA, ESCOLARIZAÇÃO, PRO

Mudança de nome para: Expansão e Aprimoramento da Execução dos Eixos Estratégicos definidos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo -- Sinase

Mudança de finalidade para: Garantir a Execução com Qualidade dos Eixos Estratégicos Definidos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo -- SINASE -- (Família, Esporte, Cultura, Lazer e Educação).

Mudança de público-alvo:

Para: Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação, internação provisória e internação-sanção

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha							2	75.480,00
Caparaó							2	75.480,00
Central							2	75.480,00
Mata	4	111.318,00	4	122.450,00	2	88.701,00	6	226.439,00
Médio e Baixo Jequitinhonha					2	88.701,00	2	75.480,00
Metropolitano	47	1.447.129,00	47	1.591.841,00	43	1.507.919,00	32	1.434.113,00
Mucuri	4	111.318,00	4	122.450,00	5	177.403,00	4	150.960,00
Noroeste	7	222.636,00	7	244.899,00	7	266.104,00	8	301.919,00

Norte	7	222.636,00	7	244.899,00	7	266.104,00	6	226.439,00
Oeste	4	111.318,00	4	122.450,00	5	177.403,00	6	226.439,00
Sudoeste	4	111.318,00	4	122.450,00	2	88.701,00	2	75.480,00
Sul					5	177.403,00	6	226.439,00
Triângulo Norte	11	333.953,00	11	367.349,00	7	266.104,00	8	301.919,00
Triângulo Sul	4	111.318,00	4	122.450,00	5	177.403,00	4	150.960,00
Vale do Aço	4	111.318,00	4	122.450,00	5	177.403,00	4	150.960,00
Vale do Rio Doce	4	111.318,00	4	122.450,00	5	177.403,00	4	150.960,00
Vertentes							2	75.480,00

EMENDA Nº 176

Emenda nº 0176 (originada da PLE nº 12/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 204 – ROMPIMENTO DA TRAJETÓRIA INFRACIONAL DOS ADOLESCENTES DO ESTADO

Ação: – Atendimento aos adolescentes desligados do Sistema Socioeducativo

Unidade Orçamentária: 1451 – SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Finalidade: Ampliar o acompanhamento a todos os adolescentes desligados judicialmente das unidades socioeducativas de privação e restrição de liberdade vinculadas à Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas -- Suase --, auxiliando no seu processo de fortalecimento de vínculos comunitários, familiares e sociais, objetivando-se, entre outros, garantir a continuidade do processo de escolarização e profissionalização dos adolescentes.

Produto: ADOLESCENTE ATENDIDO

Unidade de medida: ADOLESCENTE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ADOLESCENTES DESLIGADOS DAS MEDIDAS DE INTERNAÇÃO OU SEMILIBERDADE

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha							20	27.943,00
Caparaó							20	27.943,00
Central							20	27.943,00
Mata	30	92.562,00	44	86.598,00	52	49.701,00	52	56.568,00
Médio e Baixo Jequitinhonha					20	39.760,00	25	27.943,00
Metropolitano	110	376.156,00	181	325.608,00	254	310.132,00	303	254.215,00
Mucuri	20	72.868,00	32	69.278,00	38	40.754,00	35	28.625,00
Noroeste	35	145.736,00	55	136.824,00	80	119.281,00	85	85.193,00
Norte	37	112.256,00	67	135.092,00	98	119.281,00	100	85.193,00
Oeste	20	70.899,00	35	67.546,00	60	79.521,00	85	84.511,00
Sudoeste		72.868,00	35	67.546,00	35	39.760,00	35	28.625,00
Sul					40	79.521,00	70	83.830,00
Triângulo Norte	38	218.604,00	99	204.372,00	113	119.282,00	110	85.874,00
Triângulo Sul	20	72.868,00	35	67.546,00	60	79.521,00	65	56.568,00
Vale do Aço	20	70.899,00	35	67.546,00	60	79.521,00	65	57.249,00
Vale do Rio Doce	20	72.868,00	32	69.278,00	40	40.754,00	40	28.625,00
Vertentes							20	27.943,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.378.584,00 – Programa: 204 – ROMPIMENTO DA TRAJETÓRIA INFRACIONAL DOS ADOLESCENTES DO ESTADO – Ação: 4582 – APRIMORAMENTO E EXPANSÃO DA EXECUÇÃO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS DEFINIDOS PELO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (FAMÍLIA, ESCOLARIZAÇÃO, PRO

EMENDA Nº 177

Emenda nº 0177 (originada da PLE nº 12/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 204 – ROMPIMENTO DA TRAJETÓRIA INFRACIONAL DOS ADOLESCENTES DO ESTADO

Ação: 4595 – ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO E INTERNAÇÃO PROVISÓRIA

Mudança de finalidade para: PRESTAR ATENDIMENTO QUALIFICADO AO ADOLESCENTE DURANTE A TRAJETÓRIA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO, ESPECIFICAMENTE NAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO E INTERNAÇÃO PROVISÓRIA, CENTRO DE INTERNAÇÃO SANÇÃO E NO CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL DE BELO HORIZONTE (CIA-BH), GARANTINDO o acesso aos serviços e atividades de saúde, educação, cultura, esporte e lazer, bem como a manutenção de condições sanitárias e de higiene adequadas, e recursos humanos qualificados e bem dimensionados para o atendimento socioeducativo em meio fechado, seguindo, no mínimo, os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 119/2006 do Conanda, que dispõe sobre o Sinase.

EMENDA Nº 178

Emenda nº 0178 (originada da PLE nº 14/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 036 – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: – Implementação e Monitoramento do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e dos Planos Temáticos de Convivência Familiar e Comunitária, Enfrentamento ao Trabalho Infantil e Enfrentamento à Violência Sexual.

Unidade Orçamentária: 4091 – FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA

Finalidade: prosseguir o processo de revisão e implantação dos planos estaduais; expandir e acompanhar o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual – Pair -, por meio de processos de monitoramento e avaliação de suas ações; e desenvolver ações de protagonismo juvenil no Estado.

Produto: PLANO IMPLANTADO

Unidade de medida: PLANO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	4	600.000,00	4	300.000,00	4	300.000,00	4	300.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 600.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 179

Emenda nº 0179 (originada da PLE nº 14/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 036 – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL



Ação: 4663 – PROMOÇÃO DO DIREITO À MEMÓRIA, À VERDADE E À JUSTIÇA

Mudança de finalidade para: PROMOVER O DIREITO À MEMÓRIA, À VERDADE E À JUSTIÇA, APOIANDO A COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS, GARANTINDO A SUA ESTRUTURAÇÃO E o DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, bem como implantando e mantendo um centro de memória no prédio do antigo Dops-MG.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00
Multiterritorial	1	900.000,00	1	300.000,00	1	300.000,00	1	300.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 700.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 180

Emenda nº 0180 (originada da PLE nº 14/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 036 – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: – Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT – Minas sem Homofobia

Unidade Orçamentária: 1651 – SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: realizar ações de promoção dos direitos humanos e cidadania LGBT, promovendo o combate à discriminação da população LGBT.

Produto: PROGRAMA IMPLEMENTADO

Unidade de medida: PROGRAMA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	500.000,00	1	500.000,00	1	500.000,00	1	500.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 181

Emenda nº 0181 (originada da PLE nº 14/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 036 – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: – Promoção da Autonomia das Mulheres

Unidade Orçamentária: 1651 – SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: desenvolver ações que garantam a promoção dos direitos humanos e a autonomia das mulheres do campo e da cidade.

Produto: PESSOA ATENDIDA

Unidade de medida: PESSOA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: mulheres do Estado de Minas Gerais

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	100	300.000,00	100	300.000,00	100	300.000,00	100	300.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 300.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 182

Emenda nº 0182 (originada da PLE nº 15/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 210 – COOPERAÇÃO ESTADO MUNICÍPIO NA ÀREA EDUCACIONAL

Ação: – APOIO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO CAMPO

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: DISPONIBILIZAR RECURSOS HUMANOS, TÉCNICOS, MATERIAIS E FINANCEIROS PARA OS MUNICÍPIOS MINEIROS, COM VISTAS A IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CAMPO

Produto: MUNICÍPIO APOIADO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: CRIANÇAS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Caparaó	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Central	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Mata	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Metropolitano	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Mucuri	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Noroeste	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Norte	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Oeste	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Sudoeste	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Sul	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Triângulo Norte	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Triângulo Sul	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Vale do Aço	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Vale do Rio Doce	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Vertentes	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 170.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 183

Emenda nº 0183 (originada da PLE nº 16/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 213 – CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA

Mudança de objetivo para: Promover PROJETOS ESPECÍFICOS QUE PROPICIEM A DISCUSSÃO SOBRE A DIVERSIDADE NAS ESCOLAS, DE FORMA A CONSCIENTIZAR A COMUNIDADE ESCOLAR para a importância de se reconhecer e respeitar as peculiaridades – características físicas, socioculturais, etárias, de gênero E ORIENTAÇÃO SEXUAL – DE CADA SEGMENTO OU GRUPO ÉTNICO-CULTURAL – INDÍGENAS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, MULHERES DO CAMPO, DE FLORESTAS E DAS ÁGUAS. Contribuir para ampliação da postura cidadã e protagonista do jovem em minas gerais, por meio da articulação e desenvolvimento de ações conjuntas dos diversos órgãos do governo e da sociedade civil, COM DESTAQUE PARA AS QUE BENEFICIEM A JUVENTUDE NEGRA.

EMENDA Nº 184

Emenda nº 0184 (originada da PLE nº 16/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 213 – CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA

Ação: 1161 – EDUCAÇÃO, CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Mudança de finalidade para: construir ações educativas de promoção dos direitos da pessoa humana, ABARCANDO AS TEMÁTICAS DE GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL, ÉTNICO-RACIAL, DIVERSIDADE RELIGIOSA, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIREITOS HUMANOS, FORTALECENDO a integração entre escola e comunidade e a ampliação das oportunidades de acesso a espaços de cidadania E PROMOVER A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO FORMA DE INTERVENÇÃO EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS.

EMENDA Nº 185

Emenda nº 0185 (originada da PLE nº 17/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 130 – PROMOÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

Ação: 4334 – PRODUÇÃO EDITORIAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	7	36.794,00	7	37.162,00	7	37.534,00	7	37.909,00
Multiterritorial	8	120.000,00	8	124.800,00	8	129.792,00	8	134.984,00

EMENDA Nº 186

Emenda nº 0186 (originada da PLE nº 19/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 214 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: 4653 – DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL

Mudança de finalidade para: Prover educação profissional e formação técnica em nível médio, INCLUSIVE PARA A POPULAÇÃO DO CAMPO, atendendo às demandas regionais e municipais, identificando e diagnosticando tendência do mercado de trabalho e necessidades de mão de obra e contribuindo para o desenvolvimento econômico do Estado.

EMENDA Nº 187

Emenda nº 0187 (originada da PLE nº 19/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 214 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Mudança de objetivo para: Aumentar o tempo de permanência diária dos alunos nas escolas, INCLUSIVE OS ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIEDUCATIVA (educação integral), atingir o nível recomendado de proficiência por meio do desenvolvimento da educação básica (desenvolvimento da educação básica), estruturar o ensino médio, mais participativo, possibilitando a mobilização social e emancipação dos jovens (desenvolvimento do ensino médio), prover o ensino fundamental de qualidade de forma a ampliar o acesso e as taxas de proficiência (desenvolvimento do ensino fundamental), avaliar a qualidade do ensino do sistema público de educação (simave) E FORTALECER A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO.

EMENDA Nº 188

Emenda nº 0188 (originada da PLE nº 19/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: – DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Eixo: Educação e Cultura

Unidade Responsável: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Tipo de Programa:

Objetivo: UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA, COM QUALIDADE, EM TODAS AS ETAPAS E MODALIDADES, COM ATENÇÃO ESPECIAL PARA A POPULAÇÃO JOVEM; REDUZIR AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS ENTRE REGIÕES, ESCOLAS, TURMAS E ESTUDANTES, ELEVANDO A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 15 (QUINZE) ANOS OU MAIS E APERFEIÇOANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS; GARANTIR QUE A ESCOLA SEJA UM ESPAÇO DE DIVERSIDADE E RESPEITO ÀS DIFERENÇAS, CONSIDERANDO AS COMUNIDADES TRADICIONAIS, DO CAMPO, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS.

Ação: – EDUCAÇÃO DO CAMPO – ENSINO FUNDAMENTAL

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: IMPLEMENTAR E FORTALECER AS POLÍTICAS E AÇÕES DAS DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS DE ÁREAS RURAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	590	4.800.000,00	450	3.000.000,00	450	3.000.000,00	450	3.000.000,00

Ação: – EDUCAÇÃO DO CAMPO – ENSINO MÉDIO

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: IMPLEMENTAR E FORTALECER AS POLÍTICAS E AÇÕES DAS DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: UNIDADE



IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS DE ÁREAS RURAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	590	2.400.000,00	450	1.500.000,00	450	1.500.000,00	450	1.500.000,00

Ação: – EDUCAÇÃO ESPECIAL – ENSINO FUNDAMENTAL

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: ESTABELECE E IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	3.064	7.510.000,00	3.264	8.042.000,00	3.410	9.472.000,00	3.464	9.480.344,00

Ação: – EDUCAÇÃO ESPECIAL – ENSINO MÉDIO

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: ESTABELECE E IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	186	490.000,00	186	458.000,00	190	528.000,00	190	519.656,00

Ação: – EDUCAÇÃO INDÍGENA – ENSINO FUNDAMENTAL

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: GARANTIR O ENSINO DIFERENCIADO E ESPECÍFICO PARA OS POVOS INDÍGENAS, CONSIDERANDO CURRÍCULOS E METODOLOGIAS QUE VALORIZEM SUAS ESPECIFICIDADES CULTURAIS E SOCIAIS.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS INDÍGENAS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	18	1.000.000,00	19	1.000.000,00	20	1.000.000,00	20	1.000.000,00

Ação: – EDUCAÇÃO INDÍGENA – ENSINO MÉDIO

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO



Finalidade: GARANTIR O ENSINO DIFERENCIADO E ESPECÍFICO PARA OS POVOS INDÍGENAS, CONSIDERANDO CURRÍCULOS E METODOLOGIAS QUE VALORIZEM SUAS ESPECIFICIDADES CULTURAIS E SOCIAIS.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS INDÍGENAS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	9	500.000,00	10	500.000,00	10	500.000,00	11	500.000,00

Ação: – EDUCAÇÃO QUILOMBOLA – ENSINO FUNDAMENTAL

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: DESENVOLVER O ENSINO DIFERENCIADO E ESPECÍFICO PARA OS POVOS DAS ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS PROPONDO CURRÍCULOS E METODOLOGIAS QUE VALORIZEM SUAS ESPECIFICIDADES CULTURAIS E SOCIAIS, BEM COMO GARANTIR O ATENDIMENTO ADEQUADO AOS ESTUDANTES; AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NAS DEFINIÇÕES DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA; AVANÇAR NA QUALIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA; PROTEÇÃO SOCIAL AOS QUILOMBOLAS AMPLIADA E INTEGRADA À REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS SOCIAIS.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS QUILOMBOLAS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	9	913.043,00	9	913.043,00	9	913.043,00	9	913.043,00

Ação: – EDUCAÇÃO QUILOMBOLA – ENSINO MÉDIO

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: DESENVOLVER O ENSINO DIFERENCIADO E ESPECÍFICO PARA OS POVOS DAS ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS PROPONDO CURRÍCULOS E METODOLOGIAS QUE VALORIZEM SUAS ESPECIFICIDADES CULTURAIS E SOCIAIS, BEM COMO GARANTIR O ATENDIMENTO ADEQUADO AOS ESTUDANTES; AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NAS DEFINIÇÕES DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA; AVANÇAR NA QUALIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA; PROTEÇÃO SOCIAL AOS QUILOMBOLAS AMPLIADA E INTEGRADA À REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS SOCIAIS.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS QUILOMBOLAS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	14	586.957,00	14	586.957,00	14	586.957,00	14	586.957,00



Ação: – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: APOIO ÀS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTURA.

Produto: ESCOLA ATENDIDA

Unidade de medida: ESCOLA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	19	200.000,00	19	200.000,00	19	200.000,00	19	200.000,00

Ação: – ATENDIMENTO ÀS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS PARA APOIO ÀS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA CONFORME AS MODALIDADES DE ENSINO PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES EDUCATIVAS.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: ESCOLA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	400.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00
Caparaó	6	2.400.000,00	6	2.550.000,00	6	2.550.000,00	6	2.550.000,00
Mata	1	400.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	5	2.000.000,00	5	2.125.000,00	5	2.125.000,00	5	2.125.000,00
Mucuri	2	800.000,00	2	850.000,00	2	850.000,00	2	850.000,00
Noroeste	1	400.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00
Norte	2	800.000,00	2	850.000,00	2	850.000,00	2	850.000,00
Sul	1	400.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00
Vertentes	1	400.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00

Cancelamentos Compensatórios:

Valor (R\$): 1.576.957,00 – Programa: 214 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Ação: 4655 – DIVERSIDADE E INCLUSÃO – ENSINO MÉDIO

Valor (R\$): 16.623.043,00 – Programa: 214 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Ação: 4659 – DIVERSIDADE E INCLUSÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

Valor (R\$): 8.000.000,00 – Programa: 214 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Ação: 4662 – ATENDIMENTO ÀS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA

Valor (R\$): 200.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA



Justificativa: A proposta é desmembrar as ações 4659 e 4655 do programa 214 – Desenvolvimento da Educação Básica objetivando maior transparência e visibilidade para as temáticas especiais de ensino.

EMENDA Nº 189

Emenda nº 0189 (originada da PLE nº 19/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 214 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – ENSINO FUNDAMENTAL

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: PROPORCIONAR OPORTUNIDADES DE ESTUDO A JOVENS E ADULTOS, AUMENTANDO A ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO QUE AINDA NÃO CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL E O ENSINO MÉDIO.

Produto: ALUNO BENEFICIADO

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	58.781	2.750.000,00	58.781	2.750.000,00	58.781	2.750.000,00	58.781	2.750.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 2.750.000,00 – Programa: 214 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Ação: 4657 – DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

EMENDA Nº 190

Emenda nº 0190 (originada da PLE nº 19/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 214 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – ENSINO MÉDIO

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: PROPORCIONAR OPORTUNIDADES DE ESTUDO A JOVENS E ADULTOS, AUMENTANDO A ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO QUE AINDA NÃO CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL E O ENSINO MÉDIO.

Produto: ALUNO BENEFICIADO

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	243.063	5.500.000,00	243.063	5.500.000,00	243.063	5.500.000,00	243.063	5.500.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 5.500.000,00 – Programa: 214 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Ação: 4657 – DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

EMENDA Nº 191

Emenda nº 0191 (originada da PLE nº 19/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 214 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: 4662 – ATENDIMENTO ÀS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA

Justificativa: Ação transferida para o novo programa "Diversidade e Inclusão"

EMENDA Nº 192

Emenda nº 0192 (originada da PLE nº 20/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 135 – DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA

Ação: 4342 – CRIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Mudança de finalidade para: IMPLEMENTAR POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À LEITURA, CULTURA E INFORMAÇÃO, INCENTIVANDO A CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

Justificativa: Alteração da finalidade da Ação 4342 – Criação, estruturação e dinamização das bibliotecas públicas municipais.

EMENDA Nº 193

Emenda nº 0193 (originada da PLE nº 21/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 138 – MODERNIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA INFRAESTRUTURA CULTURAL

Ação: 4345 – MANUTENÇÃO DE GRUPOS E ESPAÇOS CULTURAIS

Mudança de nome para: REFORMA, ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS E GRUPOS

Mudança de finalidade para: REFORMAR, modernizar, preservar e manter espaços e grupos culturais geridos por entidades sem fins lucrativos e MUNICÍPIOS, visando fortalecer identidades culturais no estado de Minas Gerais.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	11	20.050.000,00	7	20.072.000,00	7	20.874.880,00	7	21.709.875,00
Vale do Rio Doce	1	300.000,00						

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.050.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: Alteração dos seguintes atributos da Ação 4345 – Manutenção de grupos e espaços culturais -: nome, finalidade, regionalização, metas físicas e financeiras

EMENDA Nº 194

Emenda nº 0194 (originada da PLE nº 22/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 212 – VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Mudança de objetivo para: REMUNERAR OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO, CONFERINDO CONDIÇÕES ADEQUADAS AO CUMPRIMENTO DA POLÍTICA REMUNERATÓRIA ESTABELECIDADA PELA LEI Nº 21.710, DE 30/6/2015. Qualificar o servidor por meio de curso de educação básica, profissional, extensão, aperfeiçoamento, superior, mestrado e doutorado, que contribuam para a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços públicos prestados ao cidadão. Capacitar

de forma continuada os profissionais da educação nos diferentes campos de atuação por meio de programas presenciais, semipresenciais e virtuais, de maneira a promover a melhoria da qualidade do sistema público de educação de Minas Gerais

EMENDA Nº 195

Emenda nº 0195 (originada da PLE nº 22/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 212 – VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Ação: 2139 – VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Mudança de finalidade para: Qualificar os PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO por meio de curso de educação básica, profissional, EXTENSÃO, aperfeiçoamento, superior, mestrado e doutorado, que contribuam para a melhoria da qualidade DA EDUCAÇÃO, DESTACANDO-SE A FORMAÇÃO EM TEMAS RELACIONADOS AOS ESTUDOS DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL, EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAL, EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DIVERSIDADE RELIGIOSA, DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO INTEGRAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	92	1.470.013,00	92	1.384.717,00	92	1.419.785,00	92	1.505.912,00
Caparaó	118	1.879.764,00	118	1.770.698,00	118	1.815.539,00	118	1.925.668,00
Central	35	550.057,00	35	518.142,00	35	531.265,00	35	563.489,00
Mata	200	3.179.175,00	200	2.994.725,00	200	3.070.556,00	200	3.256.826,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	98	1.567.267,00	98	1.476.334,00	98	1.513.719,00	98	1.605.545,00
Metropolitano	715	11.401.353,00	715	10.739.835,00	715	11.011.805,00	715	11.679.806,00
Mucuri	109	1.744.241,00	109	1.643.040,00	109	1.684.648,00	109	1.786.844,00
Noroeste	114	1.823.963,00	114	1.718.133,00	114	1.761.642,00	114	1.868.518,00
Norte	374	5.974.109,00	374	5.627.487,00	374	5.769.995,00	374	6.120.012,00
Oeste	169	2.691.302,00	169	2.535.148,00	169	2.599.347,00	169	2.757.028,00
Sudoeste	76	1.218.101,00	76	1.147.428,00	76	1.176.481,00	76	1.247.848,00
Sul	274	4.362.203,00	274	4.109.103,00	274	4.200.839,00	274	4.468.739,00
Triângulo Norte	184	2.916.131,00	184	2.746.887,00	184	2.828.791,00	184	3.000.396,00
Triângulo Sul	94	1.503.493,00	94	1.416.259,00	94	1.452.123,00	94	1.540.213,00
Vale do Aço	113	1.798.452,00	113	1.694.103,00	113	1.737.004,00	113	1.842.376,00
Vale do Rio Doce	128	2.039.200,00	128	1.920.885,00	128	1.969.528,00	128	2.089.006,00
Vertentes	107	1.712.355,00	107	1.613.005,00	107	1.653.850,00	107	1.754.177,00

Justificativa: Alterada finalidade da ação, por sugestão popular; metas financeiras de 2018; e metas físicas de 2016 a 2018. Alterações das metas foram enviadas pelo Executivo.

EMENDA Nº 196

Emenda nº 0196 (originada da PLE nº 23/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 140 – FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

Ação: 4348 – PREMIAÇÃO À PRODUÇÃO CULTURAL

Mudança de nome para: PREMIAÇÃO À PRODUÇÃO LITERÁRIA BRASILEIRA

EMENDA Nº 197

Emenda nº 0197 (originada da PLE nº 23/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 140 – FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

Ação: 4353 – APOIO, ESTÍMULO, DIFUSÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS DO SETOR AUDIOVISUAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	60	8.000,00	75	8.320,00	80	8.653,00	85	8.999,00
Multiterritorial	60	8.000,00	60	8.000,00	60	8.000,00	60	8.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 8.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 198

Emenda nº 0198 (originada da PLE nº 23/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 140 – FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

Ação: 4364 – ESTÍMULO À PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E INTERCÂMBIO CULTURAL

Mudança de finalidade para: Incentivar e apoiar a produção, a difusão e o intercâmbio da cultura mineira nos diversos segmentos tais como: artes visuais, circo, dança, teatro, audiovisual (cinema e vídeo), novas mídias, literatura, livro e leitura, memória, cultura afro-brasileira, CULTURAS INDÍGENAS, patrimônio museológico, patrimônio cultural, design e moda, gestão e produção cultural, serviços criativos, humanidades, diversidade cultural e artesanato, dentre outras, nos âmbitos regional, nacional e internacional.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	400.000,00	1	400.000,00	1	400.000,00	1	400.000,00
Multiterritorial	40	450.000,00	42	468.000,00	44	486.720,00	46	506.190,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 400.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 199

Emenda nº 0199 (originada da PLE nº 25/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 164 – CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE E SUPERIOR

Mudança de nome para: EXPANSÃO e Consolidação do Ensino Profissionalizante e Superior

Justificativa: Acrescentar no início do nome do Programa 164 – Consolidação do Ensino Profissionalizante e Superior – a expressão "Expansão".

EMENDA Nº 200

Emenda nº 0200 (originada da PLE nº 26/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 205 – GESTÃO INTEGRADA DE DEFESA SOCIAL

Ação: 4610 – FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL

Mudança de finalidade para: CONSOLIDAR O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DEFESA SOCIAL, POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO,



TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PRESENCIAIS E À DISTÂNCIA DOS AGENTES DE DEFESA SOCIAL e demais servidores dos sistemas socioeducativo e prisional, ALÉM DE PROMOVER AO AGENTE PÚBLICO DO SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO, O

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS QUE O HABILITE PARA O DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES.

EMENDA Nº 201

Emenda nº 0201 (originada da PLE nº 27/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 220 – INTEGRAÇÃO, COORDENAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS E AÇÕES PARA A JUVENTUDE

Ação: 4685 – APOIO A INICIATIVAS E OFERTA DE AÇÕES PARA A JUVENTUDE EM TERRITÓRIOS URBANOS

Mudança de produto para: território intraurbano atendido

Mudança de unidade de medida para: território intraurbano

Mudança de público-alvo:

Para: Adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social em territórios urbanos com concentração de homicídios de jovens

Justificativa: A alteração se justifica uma vez que o público-alvo lançado no PPAG está incorreto, não correspondendo ao público que realmente será o foco da ação.

EMENDA Nº 202

Emenda nº 0202 (originada da PLE nº 28/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 189 – INCENTIVO AO ESPORTE

Ação: 4507 – AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS

Mudança de finalidade para: Modernização de espaços esportivos, BUSCANDO PRIORIZAR AQUELES QUE ATENDAM MAIS DE UMA MODALIDADE ESPORTIVA, com o objetivo de estimular a prática de atividade física e de esportes, por meio de apoio financeiro para a reforma, estruturação e construção de instalações esportivas e de lazer, assim como apoio para a aquisição de equipamentos necessários para a utilização destes espaços.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	59	7.100.000,00	62	7.455.000,00	65	7.827.750,00	70	8.219.137,00

Justificativa: Alteração da finalidade e da territorialidade da Ação 4507 – Ampliação e reestruturação de espaços esportivos.

EMENDA Nº 203

Emenda nº 0203 (originada da PLE nº 28/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 189 – INCENTIVO AO ESPORTE -

Ação: 4508 – APOIO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00



Justificativa: Alteração da regionalização e das metas físicas e financeiras, de 2017 a 2019, da Ação 4508 – Apoio e realização de eventos esportivos.

EMENDA Nº 204

Emenda nº 0204 (originada da PLE nº 28/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 189 – INCENTIVO AO ESPORTE

Ação: 4509 – APOIO AO ATLETA E AO PROFISSIONAL DO ESPORTE

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Justificativa: Alteração da regionalização e das metas físicas e financeiras, de 2017 a 2019, da Ação 4509 – Apoio ao atleta e ao profissional do esporte.

EMENDA Nº 205

Emenda nº 0205 (originada da PLE nº 28/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 189 – INCENTIVO AO ESPORTE

Ação: 4510 – FOMENTO AO FUTEBOL AMADOR

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Justificativa: Alteração da regionalização e das metas físicas e financeiras, de 2017 a 2019, da Ação 4510 – Fomento ao futebol amador.

EMENDA Nº 206

Emenda nº 0206 (originada da PLE nº 28/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 189 – INCENTIVO AO ESPORTE

Ação: – PROMOÇÃO DO ESPORTE INDÍGENA

Unidade Orçamentária: 1671 – SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

Finalidade: PROPICIAR CONDIÇÕES PARA A PRÁTICA ESPORTIVA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS, INCLUSIVE DOS ESPORTES QUE FAZEM PARTE DA CULTURA INDÍGENA, E REALIZAR OS JOGOS INDÍGENAS DE MINAS GERAIS.

Produto: EVENTO APOIADO

Unidade de medida: EVENTO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: INDÍGENA PARTICIPANTE DOS JOGOS INDÍGENAS DE MINAS GERAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	200.000,00						

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 200.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: Inclusão de nova ação no Programa 189 – Incentivo ao Esporte.

EMENDA Nº 207

Emenda nº 0207 (originada da PLE nº 29/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 208 – INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL

Ação: 1135 – HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL, IMPLANTAÇÃO DE APAC

Mudança de finalidade para: GARANTIR A MANUTENÇÃO DAS VAGAS DISPONIBILIZADAS PELAS APACS E FOMENTAR A CRIAÇÃO DE NOVOS CENTROS DE reintegração social NO ESTADO DE MINAS GERAIS, POSSIBILITANDO UM PERCENTUAL MAIOR DE recuperandos SENDO ATENDIDOS PELA METODOLOGIA APAC, e, ASSIM, UMA HUMANIZAÇÃO MAIS EFICAZ E MENOS ONEROSA PARA O ESTADO. AMPLIAR O ATENDIMENTO HUMANIZADO AO PRESO, INVESTINDO EM AÇÕES DE NATUREZA SOCIAL, VOLTADAS PARA A RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DO TRABALHO E ESCOLARIZAÇÃO.

EMENDA Nº 208

Emenda nº 0208 (originada da PLE nº 30/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 203 – PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Ação: 1140 – GRUPOS ESPECIALIZADOS EM POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO GEPAR

Mudança de finalidade para: REDUZIR A INCIDÊNCIA DE HOMICÍDIOS EM ÁREAS DE RISCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR MEIO DA ESTRUTURAÇÃO e da capacitação DOS GRUPOS ESPECIALIZADOS EM POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO – GEPAR.

EMENDA Nº 209

Emenda nº 0209 (originada da PLE nº 31/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 075 – DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).

Ação: 4430 – PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O COMPONENTE BÁSICO E ESTRATÉGICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Mudança de finalidade para: Fornecer medicamentos para os componentes básico e estratégico da assistência farmacêutica do sistema único de saúde E OS QUE AS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS NÃO TEM INTERESSE EM PRODUZIR. O componente básico está relacionado aos medicamentos e insumos da assistência farmacêutica no âmbito da atenção básica à saúde e o componente estratégico está relacionado com medicamentos utilizados para o tratamento de agravos específicos, que possuam perfil endêmico e tenham impacto socioeconômico.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	168.702.288	300.000,00	208.702.288	304.000,00	308.702.288	308.080,00	408.702.288	312.241,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 210

Emenda nº 0210 (originada da PLE nº 32/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 192 – ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

Ação: – ATENÇÃO À SAÚDE DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Unidade Orçamentária: 4291 – FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: ORGANIZAR O ACESSO DA POPULAÇÃO INDÍGENA ÀS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICIDADES DE MORBIMORTALIDADE DESSE GRUPO POPULACIONAL E DESENVOLVER AÇÕES ESPECÍFICAS PARA O POVO QUILOMBOLA A PARTIR DO DESENHO E IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE.

Produto: MUNICÍPIO COM COMUNIDADE QUILOMBOLA BENEFICIADO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: população indígena e quilombola

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	11	1.000,00						
Caparaó	4	1.000,00						
Central	1	1.000,00						
Mata	6	1.000,00						
Médio e Baixo Jequitinhonha	9	1.000,00						
Metropolitano	20	1.000,00						
Mucuri	11	1.000,00						
Noroeste	6	1.000,00						
Norte	24	1.000,00						
Oeste	6	1.000,00						
Sudoeste	1	1.000,00						
Sul	1	1.000,00						
Triângulo Norte	1	1.000,00						
Vale do Aço	2	1.000,00						
Vale do Rio Doce	3	1.000,00						
Vertentes	7	1.000,00						

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 16.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 211

Emenda nº 0211 (originada da PLE nº 33/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 726 – ACESSO À JUSTIÇA

Ação: 1050 – EXPANSÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras
------------	---------	-------------	---------	-------------	---------	-------------	---------	-------------

	2016	2016	2017	2017	2018	2018	2019	2019
Alto Jequitinhonha	1	283.102,00	1	308.423,00	1	336.008,00	1	366.061,00
Caparaó			1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Central			1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Mata					1	1.000,00	1	1.000,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	157.198,00	1	172.892,00	1	188.355,00	1	205.202,00
Metropolitano	1	283.102,00	1	308.423,00	1	336.008,00	1	366.061,00
Mucuri	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Noroeste			1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Norte	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Oeste	1	283.102,00	1	308.282,00	1	335.702,00	1	365.561,00
Sudoeste					1	1.000,00	1	1.000,00
Sul					1	1.000,00	1	1.000,00
Triângulo Norte					1	1.000,00	1	1.000,00
Triângulo Sul					1	1.000,00	1	1.000,00
Vale do Aço			1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Vale do Rio Doce	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Vertentes					1	1.000,00	1	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 3.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 212

Emenda nº 0212 (originada da PLE nº 33/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 726 – ACESSO À JUSTIÇA

Ação: 1099 – IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIZADA

Mudança de finalidade para: IMPLANTAR NÚCLEOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIZADA, EM PARTICULAR NÚCLEOS ITINERANTES, TENDO EM VISTA O ATENDIMENTO AOS PÚBLICOS CONSIDERADOS PRIORITÁRIOS POR SUA VULNERABILIDADE SOCIAL, COMO MULHERES, IDOSOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, CONSUMIDORES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, LGBTs, QUILOMBOLAS, negros, índios, povos e comunidades tradicionais, pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional, ETC

EMENDA Nº 213

Emenda nº 0213 (originada da PLE nº 33/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 726 – ACESSO À JUSTIÇA

Ação: 2068 – CAPACITAÇÃO DE MEMBROS E SERVIDORES DA DEFENSORIA PÚBLICA

Mudança de finalidade para: Promover a capacitação de defensores e servidores, com foco nos métodos de solução extrajudicial de conflitos, TAIS COMO A CONCILIAÇÃO, A MEDIAÇÃO, JUSTIÇA RESTAURATIVA E ARBITRAGEM, BEM COMO EM MEDIDAS CAUTELARES PENAIAS, PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS, visando à prestação de assistência jurídica mais eficiente e qualificada à população hipossuficiente, à diminuição da judicialização de conflitos e à melhoria da gestão das atividades da defensoria pública.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019



Metropolitano	330	300.000,00	330	300.000,00	330	300.000,00	350	300.000,00
---------------	-----	------------	-----	------------	-----	------------	-----	------------

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 214

Emenda nº 0214 (originada da PLE nº 33/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 726 – ACESSO À JUSTIÇA

Ação: 4150 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Caparaó	50.906	640.819,00	50.906	393.669,00	50.906	427.919,00	50.906	463.611,00
Central	9.355	117.771,00	9.355	72.349,00	9.355	78.643,00	9.355	85.203,00
Mata	234.248	2.948.848,00	234.248	1.811.541,00	234.248	1.969.143,00	234.248	2.133.397,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	3.344	42.094,00	3.344	25.859,00	3.344	28.109,00	3.344	30.453,00
Metropolitano	1.023.589	12.985.486,00	1.023.589	7.915.832,00	1.023.589	8.604.505,00	1.023.589	9.322.228,00
Mucuri	22.409	282.093,00	22.409	173.296,00	22.409	188.373,00	22.409	204.085,00
Noroeste	41.793	526.108,00	41.793	323.200,00	41.793	351.318,00	41.793	380.622,00
Norte	66.288	834.467,00	66.288	512.631,00	66.288	557.230,00	66.288	603.710,00
Oeste	119.272	1.501.466,00	119.272	922.384,00	119.272	1.002.629,00	119.272	1.086.263,00
Sudoeste	65.800	828.319,00	65.800	508.852,00	65.800	553.122,00	65.800	599.261,00
Sul	248.204	3.124.549,00	248.204	1.919.477,00	248.204	2.086.471,00	248.204	2.260.509,00
Triângulo Norte	148.938	1.874.928,00	148.938	1.151.809,00	148.938	1.252.015,00	148.938	1.356.449,00
Triângulo Sul	110.185	1.387.059,00	110.185	852.100,00	110.185	926.232,00	110.185	1.003.491,00
Vale do Aço	41.253	519.306,00	41.253	319.021,00	41.253	346.775,00	41.253	375.700,00
Vale do Rio Doce	41.580	523.433,00	41.580	321.556,00	41.580	349.531,00	41.580	378.687,00
Vertentes	77.335	973.549,00	77.335	598.072,00	77.335	650.105,00	77.335	704.331,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 215

Emenda nº 0215 (originada da PLE nº 34/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 004 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DA POLÍCIA CIVIL

Ação: 2003 – GESTÃO DA INFRAESTRUTURA PREDIAL

Mudança de finalidade para: PROPORCIONAR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO AOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL, COMO FORMA DE MELHORAR O ATENDIMENTO À SOCIEDADE E A EFETIVIDADE DO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE, assegurando também a criação de estrutura específica voltada para o atendimento às mulheres vítimas de violência, com instalação predial e posto pericial para cada território.

Mudança de produto para: OBRA CONCLUÍDA

Mudança de unidade de medida para: OBRA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	380.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Mata	2	614.571,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Metropolitano	5	1.154.429,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Multiterritorial	2	500.000,00						
Norte	3	558.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Oeste	2	105.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sudoeste	2	158.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sul	3	930.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 216

Emenda nº 0216 (originada da PLE nº 34/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 004 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DA POLÍCIA CIVIL

Ação: 2084 – APARELHAMENTO DAS UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL

Mudança de finalidade para: PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE TRABALHO ADEQUADAS AOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL, NO QUE TANGE ÀS CONDIÇÕES DE USO DAS MÁQUINAS, APARELHOS, UTENSÍLIOS, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS DE USO ADMINISTRATIVO, COMO FORMA DE MELHORAR O ATENDIMENTO À SOCIEDADE E A EFETIVIDADE DO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE, em especial instrumentos de tecnologia relacionados à medicina legal e à sexologia forense.

EMENDA Nº 217

Emenda nº 0217 (originada da PLE nº 36/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 022 – POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ação: – Programa de Proteção da Juventude Negra

Unidade Orçamentária: 1651 – SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: proteger os jovens de 15 a 29 anos ameaçados de morte e/ou com seus direitos violados, inclusive por violência institucional, garantindo-se sua integridade física e psicológica por meio de ações específicas de enfrentamento à violência letal contra a juventude negra acompanhada ou não de seu núcleo familiar.

Produto: PESSOA ATENDIDA / PROTEGIDA

Unidade de medida: PESSOA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: jovem negro ameaçado (18 a 29 anos)

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	100	1.000.000,00	100	1.000.000,00	100	1.000.000,00	100	1.000.000,00

Cancelamento Compensatório:



Valor (R\$): 1.000.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 218

Emenda nº 0218 (originada da PLE nº 36/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 022 – POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ação: – Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Unidade Orçamentária: 1651 – SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: promover ações de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres do campo e da cidade.

Produto: PESSOA ATENDIDA / PROTEGIDA

Unidade de medida: PESSOA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: mulheres vítimas de violência

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	200	100.000,00	100	1.000.000,00	100	1.000.000,00	100	1.000.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 219

Emenda nº 0219 (originada da PLE nº 36/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 022 – POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Mudança de área/objetivo estratégico para:

Alteração do Objetivo estratégico do Programa para:

-CONSOLIDAR O SISTEMA DE PROTEÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE;

- ELIMINAR TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES, JOVENS, POPULAÇÃO NEGRA, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, PESSOAS IDOSAS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E POPULAÇÃO LGBT

EMENDA Nº 220

Emenda nº 0220 (originada da PLE nº 37/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 006 – ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

Ação: – Protocolo de Humanização do Atendimento à Vítima de Violência Sexual

Unidade Orçamentária: 1511 – POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Implementar o protocolo de humanização do atendimento à vítima de violência sexual por meio de ações de capacitação dos agentes de segurança pública e dos atores do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente para o atendimento humanizado das vítimas de violência sexual.



Produto: SERVIDOR CAPACITADO

Unidade de medida: SERVIDOR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	500	150.000,00	500	150.000,00	500	150.000,00	500	150.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 150.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 221

Emenda nº 0221 (originada da PLE nº 38/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 205 – GESTÃO INTEGRADA DE DEFESA SOCIAL

Ação: 1146 – EXPANSÃO DO SERVIÇO OPERACIONAL DE BOMBEIROS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	75.000,00						

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 75.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 222

Emenda nº 0222 (originada da PLE nº 41/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 034 – TURISMO COMO FATOR DE SUSTENTABILIDADE REGIONAL

Ação: 4092 – QUALIFICAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO

Mudança de nome para: Qualificação dos Gestores Públicos e da Cadeia Produtiva do Turismo

Mudança de finalidade para: POTENCIALIZAR A COMPETITIVIDADE TURÍSTICA POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS EM TURISMO VISANDO O FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA E MELHORIA DA SATISFAÇÃO DOS VISITANTES E, CONSEQUENTEMENTE, AUMENTAR A GERAÇÃO DE NEGÓCIOS E RENDA EM ATIVIDADES ECONÔMICAS RELACIONADAS AO TURISMO e potencializar a qualificação dos gestores municipais do turismo a fim de aumentar a competitividade dos destinos e valorizar as vocações regionais.

EMENDA Nº 223

Emenda nº 0223 (originada da PLE nº 41/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 034 – TURISMO COMO FATOR DE SUSTENTABILIDADE REGIONAL

Ação: 4094 – REGIONALIZAÇÃO E FOMENTO A DESCENTRALIZAÇÃO E DA POLÍTICA ESTADUAL DO TURISMO

Mudança de nome para: Fomento à Política de Regionalização e Descentralização para Fortalecimento dos Circuitos Turísticos

**EMENDA Nº 224**

Emenda nº 0224 (originada da PLE nº 41/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 034 – TURISMO COMO FATOR DE SUSTENTABILIDADE REGIONAL

Ação: 4095 – POTENCIALIZAÇÃO DO TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS EM MINAS GERAIS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mata	1	30.000,00	1	31.500,00	1	33.075,00	1	34.728,00
Metropolitano	1	30.000,00	1	31.500,00	1	33.075,00	1	34.728,00
Norte	1	30.000,00	1	31.500,00	1	33.075,00	1	34.728,00
Sul	1	30.000,00	1	31.500,00	1	33.075,00	1	34.728,00
Triângulo Norte	1	30.000,00	1	31.500,00	1	33.075,00	1	34.728,00
Triângulo Sul	1	30.000,00	1	31.500,00	1	33.075,00	1	34.728,00
Vale do Rio Doce	1	30.000,00	1	31.500,00	1	33.075,00	1	34.728,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 90.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: .

EMENDA Nº 225

Emenda nº 0225 (originada da PLE nº 42/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 035 – IDENTIDADE TURÍSTICA DE MINAS GERAIS

Ação: 4088 – FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA E GASTRONOMIA

Mudança de finalidade para: FOMENTAR A ECONOMIA CRIATIVA, A GASTRONOMIA E O EMPREENDEDORISMO NO ESTADO, ORGANIZAR A PRODUÇÃO DE DIFERENTES SEGMENTOS DA INDÚSTRIA CRIATIVA MINEIRA, FORTALECER A IDENTIDADE DE MINAS GERAIS, PROMOVER A INTEGRAÇÃO DO TURISMO COM OS SETORES CULTURA, MEIO AMBIENTE E AGROPECUÁRIA, CONTRIBUIR PARA A GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES E NOVOS NEGÓCIOS NO ESTADO POR MEIO DO TURISMO, CONTRIBUIR PARA O AUMENTO DO FLUXO DE TURISTAS E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, MELHORAR A SATISFAÇÃO DOS VISITANTES e fomentar o turismo de base comunitária, por meio da produção associada ao turismo.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	2	500.000,00	2	500.000,00	2	500.000,00	2	500.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 284.882,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 226

Emenda nº 0226 (originada da PLE nº 43/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 121 – GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação: – Promoção e desenvolvimento de políticas para proteção animal



Unidade Orçamentária: 1371 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Promover políticas voltadas à proteção animal no Estado de Minas Gerais

Produto: AÇÃO REALIZADA

Unidade de medida: AÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 227

Emenda nº 0227 (originada da PLE nº 46/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 122 – ÁGUA PARA TODOS – UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DA ÁGUA

Ação: 1056 – IMPLANTAÇÃO DE BARRAGINHAS OU PEQUENA BARRAGEM

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	42	400.000,00						
Médio e Baixo Jequitinhonha	63	600.000,00						
Norte	525	5.000.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.000.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 228

Emenda nº 0228 (originada da PLE nº 46/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 122 – ÁGUA PARA TODOS – UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DA ÁGUA

Ação: 1059 – IMPLANTAÇÃO DE CISTERNA DE CONSUMO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1.000	340.000,00						
Médio e Baixo Jequitinhonha	864	2.938.775,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Norte	606	2.061.225,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:



Valor (R\$): 340.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 229

Emenda nº 0229 (originada da PLE nº 48/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 181 – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Ação: 1110 – REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

EMENDA Nº 230

Emenda nº 0230 (originada da PLE nº 49/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 046 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E ACESSO A TERRA

Ação: 2115 – MEDIAÇÃO DE CONFLITOS URBANOS

Mudança de nome para: Mediação de Conflitos urbanos e rurais

Mudança de público-alvo:

Para: Ocupantes de áreas urbanas e rurais irregulares

EMENDA Nº 231

Emenda nº 0231 (originada da PLE nº 49/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 046 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E ACESSO A TERRA

Ação: 4112 – CRÉDITO FUNDIÁRIO RURAL

Mudança de finalidade para: TRABALHADORES RURAIS, FILHOS DE AGRICULTORES FAMILIARES OU ESTUDANTE DE ESCOLAS AGROTÉCNICAS e de Escolas Família Agrícola, COM RENDA FAMILIAR ANUAL DE ATÉ R\$ 15 MIL, PATRIMÔNIO DE ATÉ R\$ 30 MIL E MAIS DE 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA RURAL NOS ÚLTIMOS 15 ANOS

EMENDA Nº 232

Emenda nº 0232 (originada da PLE nº 50/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 145 – SANEAMENTO É VIDA

Ação: 1112 – IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

Mudança de produto para: SISTEMA IMPLANTADO

Mudança de unidade de medida para: SISTEMA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	0	2.415.000,00	7	1.710.000,00	0	0,00	0	0,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	0	1.260.000,00	5	840.000,00	0	0,00	0	0,00
Metropolitano	0	10.800,00	0	10.800,00	1	10.800,00	1	10.800,00
Mucuri	0	2.940.000,00	8	1.960.000,00	0	0,00	0	0,00



Norte	1	3.956.023,00	4	720.000,00	0	0,00	0	0,00
Oeste	2	3.512.173,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sudoeste	3	10.286.198,00	5	4.956.267,00	0	0,00	0	0,00
Sul	2	3.959.644,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 233

Emenda nº 0233 (originada da PLE nº 50/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 145 – SANEAMENTO É VIDA

Ação: 2107 – COORDENAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Mudança de IAG:

Para: 1 – Ações de Acompanhamento Intensivo

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	510.900,00	1	10.900,00	1	10.900,00	1	10.900,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 234

Emenda nº 0234 (originada da PLE nº 53/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 058 – CIDADANIA NO CAMPO: CONSTRUINDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ação: 1058 – APOIO À INCLUSÃO PRODUTIVA E AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES DO CAMPO

Mudança de produto para: PROJETO APOIADO

Mudança de unidade de medida para: PROJETO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	3	200.000,00	3	200.000,00	3	200.000,00	3	200.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 73.500,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 235

Emenda nº 0235 (originada da PLE nº 53/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 058 – CIDADANIA NO CAMPO: CONSTRUINDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ação: 4136 – APOIO À PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO E À CONTINUIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR – SUCESSÃO RURAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mucuri	40	159.100,00	40	171.354,00	40	179.898,00	40	188.868,00
Multiterritorial	60	250.000,00						



Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 250.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 236

Emenda nº 0236 (originada da PLE nº 54/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 067 – PLANEJAMENTO, GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Ação: – TRANSPORTE METROPOLITANO INTEGRADO

Unidade Orçamentária: 1301 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Elaborar plano de mobilidade da RMBH considerando as diversas modalidades, em especial o transporte ferroviário (trens de passageiros).

Produto: PLANO ELABORADO.

Unidade de medida: PLANO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: população da RMBH

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	3.000.000,00						

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 3.000.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: Título: TRANSPORTE METROPOLITANO INTEGRADO

Finalidade: Elaborar plano de mobilidade da RMBH considerando as diversas modalidades, em especial o transporte ferroviário (trens de passageiros).

Público-alvo: população da RMBH

Produto: Plano elaborado

Unidade de Medida: Plano

Unidade Orçamentária: Setop

Territorialização: Metropolitano – metas físicas:1 metas financeiras: R\$ 3.000.000,00

EMENDA Nº 237

Emenda nº 0237 (originada da PLE nº 57/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 214 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: – Rede de acompanhamento social nas escolas

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: PROMOVER O ACOMPANHAMENTO SOCIAL NAS ESCOLAS DE FORMA INTEGRADA AOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

Produto: ESCOLA ASSISTIDA



Unidade de medida: ESCOLA

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	2	100.000,00	2	100.000,00	2	100.000,00	2	100.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 238

Emenda nº 0238 (originada da PLE nº 57/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 214 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: – Desenvolvimento da educação no sistema socioeducativo

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: Garantir a oferta da educação básica para adolescentes em jovens em cumprimento de medida socioeducativa, priorizando a alfabetização e a capacitação de professores que atendem a esse público.

Produto: UNIDADE PRISIONAL OU SOCIOEDUCATIVA BENEFICIADA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 239

Emenda nº 0239 (originada da PLE nº 58/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 143 – PROTEÇÃO DAS ÁREAS AMBIENTALMENTE CONSERVADAS, A FAUNA, E A BIODIVERSIDADE FLORESTAL.

Ação: 4433 – PROTEÇÃO DA FAUNA SILVESTRE

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	0	250.000,00	0	35.250,00	0	275.625,00	0	289.406,00
Central	0	250.000,00	0	35.250,00	0	275.625,00	0	289.406,00
Mata	1.000	250.000,00	1.000	35.250,00	1.000	275.625,00	1.000	289.406,00
Metropolitano	1.000	2.000.000,00	1.000	282.000,00	2.000	2.205.000,00	2.000	2.315.253,00
Mucuri	0	250.000,00	0	35.250,00	0	275.625,00	0	289.406,00



Noroeste	0	250.000,00	0	35.250,00	0	275.625,00	0	289.406,00
Norte	1.000	500.000,00	1.000	70.500,00	1.000	551.250,00	1.000	578.812,00
Oeste	0	250.000,00	0	35.250,00	0	275.625,00	0	289.406,00
Sul	0	250.000,00	0	35.250,00	0	275.625,00	0	289.406,00
Triângulo Norte	0	250.000,00	0	35.250,00	0	275.625,00	0	289.406,00
Vale do Rio Doce	0	250.000,00	0	35.250,00	0	275.625,00	0	289.406,00
Vertentes	0	250.000,00	0	35.250,00	0	275.625,00	0	289.406,00

EMENDA Nº 240

Emenda nº 0240 (originada da PLE nº 59/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 206 – CULTIVANDO ÁGUA BOA

Ação: 4592 – AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS DE VEGETAÇÃO NATIVA E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS, CULTIVANDO ÁGUA BOA.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	50	250.000,00						
Médio e Baixo Jequitinhonha	100	250.000,00						
Metropolitano	80	1.100.000,00						
Multiterritorial	200	1.000,00	240	1.607.732,00	280	1.623.809,00	300	1.640.047,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.600.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 241

Emenda nº 0241 (originada da PLE nº 63/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 121 – GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação: – Educação e Extensão Ambiental

Unidade Orçamentária: 1371 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Desenvolver e coordenar programas, projetos e ações de educação e extensão ambiental por meio de parcerias, visando à conscientização, à mobilização e à formação da sociedade para práticas ambientalmente sustentáveis.

Produto: PROJETO APOIADO

Unidade de medida: PROJETO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: Municípios Mineiros e Sociedade Civil

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	5	500.000,00	5	500.000,00	5	500.000,00	5	500.000,00

Cancelamento Compensatório:



Valor (R\$): 500.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 242

Emenda nº 0242 (originada da PLE nº 63/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 121 – GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação: – Revitalização, conservação e preservação do Parque Fernão Dias

Unidade Orçamentária: 1371 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: REVITALIZAR, CONSERVAR E PRESERVAR O PARQUE FERNÃO DIAS VISANDO AO EQUILÍBRIO AMBIENTAL E ECOLÓGICO, BEM COMO A PRESERVAÇÃO DAS NASCENTES, FAUNA E FLORA E SUA UTILIZAÇÃO PARA O LAZER, A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE METROPOLITANA.

Produto: Área revitalizada, conservada e preservada

Unidade de medida: HECTARE

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	127	800.000,00	127	800.000,00	127	800.000,00	127	800.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 800.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 243

Emenda nº 0243 (originada da PLE nº 64/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 150 – TECNOCAMPO

Ação: 4351 – DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO NOS TERRITÓRIOS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	17	46.709,00						
Caparaó	15	39.590,00						
Central	33	92.979,00						
Mata	27	75.186,00						
Médio e Baixo Jequitinhonha	15	39.590,00						
Metropolitano	15	39.590,00						
Mucuri	15	39.590,00						
Multiterritorial	1	500.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Noroeste	15	39.590,00						
Norte	18	50.268,00						
Oeste	15	39.590,00						



Sudoeste	27	75.183,00						
Sul	15	39.590,00						
Triângulo Norte	20	53.827,00						
Triângulo Sul	19	53.829,00						
Vale do Aço	15	39.590,00						
Vale do Rio Doce	17	46.709,00						
Vertentes	15	39.590,00						

EMENDA Nº 244

Emenda nº 0244 (originada da PLE nº 65/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 059 – APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO – DO CAMPO À MESA

Mudança de objetivo para: Fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar e a produção sustentável E SOLIDÁRIA, por meio do apoio à transição agroecológica, da agregação de valor, da promoção da agroindústria e da infraestrutura necessária, do associativismo e do acesso aos mercados, garantindo que os produtos da agricultura familiar cheguem à mesa dos mineiros e mineiras.

EMENDA Nº 245

Emenda nº 0245 (originada da PLE nº 65/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 059 – APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO – DO CAMPO À MESA

Ação: 4131 – APOIO A FEIRAS LIVRES DA AGRICULTURA FAMILIAR – "AQUI TEM FEIRA!"

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	5	65.400,00	5	65.400,00	5	65.400,00	5	65.400,00
Mata	5	65.400,00	5	65.400,00	5	65.400,00	5	65.400,00
Metropolitano	0	3.800,00	0	24.242,00	0	38.494,00	0	53.458,00
Multiterritorial	20	134.600,00						
Norte	5	65.400,00	5	65.400,00	5	65.400,00	5	65.400,00
Vertentes	5	65.400,00	5	65.400,00	5	65.400,00	5	65.400,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 134.600,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 246

Emenda nº 0246 (originada da PLE nº 65/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 059 – APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO – DO CAMPO À MESA

Ação: 4143 – APOIO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS E PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras
------------	---------	-------------	---------	-------------	---------	-------------	---------	-------------



	2016	2016	2017	2017	2018	2018	2019	2019
Metropolitano	6	198.700,00	6	198.700,00	6	198.700,00	6	198.700,00
Multiterritorial	3	100.000,00						
Norte	2	66.200,00	2	86.603,00	2	100.829,00	2	115.764,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 247

Emenda nº 0247 (originada da PLE nº 65/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 059 – APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO – DO CAMPO À MESA

Ação: – Campanha de conscientização para redução do uso de agrotóxico

Unidade Orçamentária: 1641 – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Finalidade: Promover a conscientização dos efeitos nocivos advindos do uso de agrotóxicos para os agricultores familiares e à sociedade em geral, principalmente através da contaminação dos alimentos.

Produto: EVENTO REALIZADO

Unidade de medida: EVENTO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, trabalhadores rurais sem terra, atingidos por barragens e por grandes empreendimentos.

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	17	200.000,00						

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 200.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 248

Emenda nº 0248 (originada da PLE nº 65/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 059 – APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO – DO CAMPO À MESA

Ação: – Feira Estadual da Agricultura Familiar

Unidade Orçamentária: 1641 – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Finalidade: Realizar uma feira estadual da agricultura familiar, tendo como objetivo fortalecer a comercialização de seus produtos e expandir o acesso aos mercados

Produto: FEIRA REALIZADA

Unidade de medida: FEIRA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral



Público Alvo: Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, trabalhadores rurais sem terra, atingidos por barragens e por grandes empreendimentos, cooperativas e associações de agricultores

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	400.000,00						

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 400.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 249

Emenda nº 0249 (originada da PLE nº 66/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 126 – POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ação: 4538 – QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mata	165	327.401,00	210	343.770,00	210	360.960,00	210	379.006,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	33	61.545,00	50	64.622,00	50	67.853,00	50	71.246,00
Metropolitano	470	929.257,00	560	975.718,00	560	1.024.506,00	560	1.075.731,00
Mucuri	25	50.000,00	25	50.000,00	25	50.000,00	25	50.000,00
Norte	198	369.270,00	300	387.732,00	300	407.118,00	300	427.476,00
Sudoeste	33	61.545,00	50	64.622,00	50	67.853,00	50	71.246,00
Sul	66	123.090,00	100	129.244,00	100	135.706,00	100	142.492,00
Triângulo Norte	33	61.545,00	50	64.622,00	50	67.853,00	50	71.246,00
Triângulo Sul	66	123.090,00	100	129.244,00	100	135.706,00	100	142.492,00
Vale do Aço	66	120.622,00	80	126.653,00	80	132.986,00	80	139.635,00
Vale do Rio Doce	25	50.000,00	25	50.000,00	25	50.000,00	25	50.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 250

Emenda nº 0250 (originada da PLE nº 67/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 157 – ENERGIA COMPETITIVA E SUSTENTÁVEL

Ação: 4459 – PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM MINAS GERAIS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	1.000,00						
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	1.000,00						
Metropolitano	1	1.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Mucuri	1	1.000,00					
Norte	1	1.000,00					
Vale do Rio Doce	1	1.000,00					

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 5.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 251

Emenda nº 0251 (originada da PLE nº 68/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 062 – INFRAESTRUTURA RURAL

Ação: 4149 – CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE SUB BACIAS HIDROGRÁFICAS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Central	2	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Metropolitano	2	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Noroeste	2	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Norte	11	1.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Oeste	5	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Triângulo Norte	1	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vertentes	1	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 2.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 252

Emenda nº 0252 (originada da PLE nº 68/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 062 – INFRAESTRUTURA RURAL

Ação: 4672 – PISCICULTURA

Mudança de nome para: Fomento à Piscicultura

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Mucuri	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Norte	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 3.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 253

Emenda nº 0253 (originada da PLE nº 68/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular



Programa: 062 – INFRAESTRUTURA RURAL

Ação: – Fomento à Apicultura

Unidade Orçamentária: 2111 – FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA-RURALMINAS

Finalidade: IMPLANTAR E CONSOLIDAR ESTRUTURAS DE PRODUÇÃO DE MEL E DERIVADOS, PROPORCIONANDO A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, SEGURANÇA ALIMENTAR E FIXAÇÃO DO PRODUTOR NO MEIO RURAL

Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA

Unidade de medida: FAMÍLIA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: Produtor e trabalhador rural

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	50	25.000,00	50	25.000,00	50	25.000,00	50	25.000,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	50	25.000,00	50	25.000,00	50	25.000,00	50	25.000,00
Mucuri	50	25.000,00	50	25.000,00	50	25.000,00	50	25.000,00
Norte	60	30.000,00	60	30.000,00	60	30.000,00	60	30.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 105.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 254

Emenda nº 0254 (originada da PLE nº 61/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 046 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E ACESSO A TERRA

Ação: 4549 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA PLENA

Mudança de finalidade para: PROMOVER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA EM CONSONÂNCIA COM O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE, PREFERENCIALMENTE EM ASSENTAMENTOS EM ÁREAS URBANAS HABITADOS POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.

Mudança de IAG:

Para: 1 – Ações de Acompanhamento Intensivo

Mudança de público-alvo:

Para: OCUPANTES, PREFERENCIALMENTE DE BAIXA RENDA, DE ÁREAS URBANAS IRREGULARES

Transferência da ação para o programa: 147 – NOSSA CIDADE MELHOR

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	150	1.190.977,00	220	70.694,00	300	115.322,00	350	137.854,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.150.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA



EMENDA Nº 255

Emenda nº 0255 (originada da PLE nº 61/2015) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 058 – CIDADANIA NO CAMPO: CONSTRUINDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ação: 4132 – ACESSO À TERRA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Mudança de finalidade para: APOIAR E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (PCTS) COM O OBJETIVO DE SUPERAR A POBREZA NO MEIO RURAL E URBANO

DESSES GRUPOS, CONTRIBUINDO, POR MEIO DO INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DE INICIATIVAS COLETIVAS, PARA O ACESSO À TERRA, A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, A AGREGAÇÃO DE VALOR E A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DOS PCTS E A VALORIZAÇÃO IDENTITÁRIA E CULTURAL DESTES POVOS.

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

EMENDA Nº 1

Emenda de despesa: 1 Autor: Roberto Andrade

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 2

Emenda de despesa: 2 Autor: Roberto Andrade

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Apoio à Infraestrutura das Cidades (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 3

Emenda de despesa: 3 Autor: Elismar Prado

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo à Produção, Circulação e Intercâmbio Cultural (despesas de capital)

Valor: R\$ 750.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 4

Emenda de despesa: 4 Autor: Elismar Prado

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo à Produção, Circulação e Intercâmbio Cultural (despesas de capital)

Valor: R\$ 750.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 5

Emenda de despesa: 5 Autor: Bonifácio Mourão

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.350.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 6

Emenda de despesa: 6 Autor: Bonifácio Mourão

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Médio (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 7

Emenda de despesa: 7 Autor: Gustavo Corrêa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 8

Emenda de despesa: 8 Autor: Léo Portela

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 9

Emenda de despesa: 9 Autor: Léo Portela

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas (despesas correntes)

Valor: R\$ 18.000.000,00

Dedução: Fundo Estadual de Saúde - 4578 - Apoio e Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 10

Emenda de despesa: 10 Autor: Deiró Marra



Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 11

Emenda de despesa: 11 Autor: Deiró Marra

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Desenvolvimento Aeroviário - Ampliação do Aeroporto do Município de Patrocínio (despesas de capital)

Valor: R\$ 4.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 12

Emenda de despesa: 12 Autor: Deiró Marra

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção, Ampliação E/Ou Reformas de Edificações Governamentais - Construção da Sede do Corpo de Bombeiros do Município de Patrocínio (despesas de capital)

Valor: R\$ 4.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 13

Emenda de despesa: 13 Autor: Deiró Marra

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - Pavimentação do Trecho da MG 230 Entre a Br365 e Mg187 (despesas de capital)

Valor: R\$ 10.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 14

Emenda de despesa: 14 Autor: Fred Costa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 15

Emenda de despesa: 15 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 16

Emenda de despesa: 16 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Recapeamento Asfáltico em Estradas de Ligação Entre Municípios da Zona da Mata, Ligando o Município de Pedra Dourada ao Município de Vieiras. (despesas de capital)

Valor: R\$ 10.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 17

Emenda de despesa: 17 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica em Estradas Ligando o Distrito de Angostura, Município de Além Paraíba à Br 116. (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 18

Emenda de despesa: 18 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica na Estrada Antônio Madeira Que Liga o Município de Santo Antônio de Aventureiro à MG 267. (despesas de capital)

Valor: R\$ 10.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 19

Emenda de despesa: 19 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica nas Vias Urbanas do Município de São Sebastião da Vargem Alegre. (despesas de capital)

Valor: R\$ 12.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 20

Emenda de despesa: 20 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica nas Vias Urbanas do Distrito de Dores da Vitória em Miraf. (despesas de capital)



Valor: R\$ 7.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 21

Emenda de despesa: 21 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Planejamento, Gestão e Finanças - Manutenção das Atividades do Conselho de Criminologia e Políticas Criminais do Estado de Minas Gerais Afeto à Secretaria de Estado de Defesa Social. (despesas correntes)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 22

Emenda de despesa: 22 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: - Recurso Destinado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais para Pagamento de Exames de Dna nas Ações em Que Forem Partes as Pessoas Hipossuficientes Requerentes da Gratuidade de Justiça. (despesas correntes)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 23

Emenda de despesa: 23 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: - para Manutenção das Atividades do Comitê Estadual para Prevenção da Tortura e de Outros Tratamentos Ou Penas Cruéis, Desumanos Ou Degradantes - Cept/Mg (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 24

Emenda de despesa: 24 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: - Manutenção das Importantes Atividades do Conselho de Criminologia e Política Criminal para Elaboração de Políticas nas Áreas Criminais e Proposição de Soluções para Problemas de Segurança Pública no Estado. (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 25

Emenda de despesa: 25 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Implementação de Pavimentação Asfáltica na Estrada Que Liga o Município de São Sebastião da Vargem Alegre à Rodovia Br 356 Que Vai de Ervália à Muriaé. (despesas de capital)

Valor: R\$ 15.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 26

Emenda de despesa: 26 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Objeto do Gasto: Desenvolvimento Agropecuário nos Territórios (despesas de capital)

Valor: R\$ 6.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 27

Emenda de despesa: 27 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Objeto do Gasto: Fortalecimento do Setor Agroindustrial (despesas de capital)

Valor: R\$ 6.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 28

Emenda de despesa: 28 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica na Estrada Que Liga o Distrito de Taruaçu, Município de São João Nepomuceno ao Município de Argirita. (despesas de capital)

Valor: R\$ 6.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 29

Emenda de despesa: 29 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica na Estrada Que Liga o Município de Mirafá ao Município de São Sebastião da Vargem Alegre, Passando Pelos Distritos de Dores da Vitória e o Distrito de Santo Antônio do Rio Preto, Ambos Pertencentes ao Município de Mirafá. (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 30

Emenda de despesa: 30 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica na Estrada Que Liga o Município de Santana de Cataguases à Cidade de Laranjal (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 31

Emenda de despesa: 31 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Mineiro de Agropecuária

Objeto do Gasto: Fortalecimento das Agroindústrias de Pequeno Porte (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 32

Emenda de despesa: 32 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Mineiro de Agropecuária

Objeto do Gasto: Inspeção de Produtos de Origem Animal (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 33

Emenda de despesa: 33 Autor: Dilzon Melo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 34

Emenda de despesa: 34 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Infraestrutura Esportiva (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 35

Emenda de despesa: 35 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Objeto do Gasto: Fortalecimento do Setor Agroindustrial (despesas de capital)



Valor: R\$ 115.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 36

Emenda de despesa: 36 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Implantação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgoto (despesas de capital)

Valor: R\$ 85.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 37

Emenda de despesa: 37 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Médio - Construção da Escola Estadual Professora Neide, Localizada no Residencial 2000, no Município de Uberaba (despesas de capital)

Valor: R\$ 3.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 38

Emenda de despesa: 38 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Apoio e Fortalecimento à Rede de Urgência e Emergência - Recurso para Implantação da Rede de Urgência e Emergência na Macroregião Triângulo do Sul (despesas de capital)

Valor: R\$ 6.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 39

Emenda de despesa: 39 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Médio (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 40

Emenda de despesa: 40 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Combate a Sinistros, Prevenção, Proteção e Defesa Civil - Aquisição de Equipamentos e Veículos de Combate a Incêndio, para o Oitavo Batalhão de Bombeiros Militar do Município de Uberaba (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 41

Emenda de despesa: 41 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Projetos, Construções, Reformas e Ampliações de Unidades da Defesa Social - Construção de Abrigos para Sanitários na Penitenciária Professor Aluizio Ignácio de Oliveira ,Localizada no Município de Uberaba. (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 42

Emenda de despesa: 42 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Policiamento Ostensivo Geral - Aquisição de Veículos e Equipamentos, para o 4º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Situado no Município de Uberaba (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 43

Emenda de despesa: 43 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Implantação de Hospitais Regionais - Construção do Hospital da Associação do Noroeste Mineiro de Estudos e Combate ao Cancer, no Município de Unai (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 44

Emenda de despesa: 44 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Aquisição de Castra Movel e Implantação de Chips,para a Diminuição da População de Cães e Gatos, no Sentido de Controle de Zoonoses, no Município de Uberaba (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 45

Emenda de despesa: 45 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo



Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Aquisição de Castra Movel e Implantação de Chips, para Diminuição da População de Cães e Gatos, para Controle de Zoonoses no Município de Iturama (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 46

Emenda de despesa: 46 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Aquisição de Castra Movel e Implantação de Chips, para Diminuição da População de Cães e Gatos, no Sentido do Controle de Zoonoses, no Município de Frutal (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 47

Emenda de despesa: 47 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Aquisição de Castra Movel e Implantação de Chips, para Diminuição da População de Cães e Gatos, no Sentido do Controle de Zoonoses no Município de Araxá (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 48

Emenda de despesa: 48 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Aquisição de Castra Movel e Implantação de Chips, para Diminuição da População de Cães e Gatos, para Controle de Zoonoses no Município de Contagem (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 49

Emenda de despesa: 49 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Aquisição de Castra Movel e Implantação de Chips, para Diminuição da População de Cães e Gatos, para Controle de Zoonoses no Município de Patrocínio (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 50

Emenda de despesa: 50 Autor: João Vítor Xavier

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 51

Emenda de despesa: 51 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 52

Emenda de despesa: 52 Autor: Gil Pereira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Apoio e Realização de Eventos Esportivos (despesas correntes)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 53

Emenda de despesa: 53 Autor: Gil Pereira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 54

Emenda de despesa: 54 Autor: João Alberto

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - o Recurso Será Destinado para Pavimentação da Rodovia Lmg 677 no Vale do Jequitinhonha, no Trecho de 42 Km Que Liga os Municípios de José Gonçalves de Minas, Virgem da Lapa e Coronel Murta (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 55

Emenda de despesa: 55 Autor: Fabiano Tolentino

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo



Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 600.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 56

Emenda de despesa: 56 Autor: Fabiano Tolentino

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Promoção da Saúde Por Meio da Atividade Física (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 57

Emenda de despesa: 57 Autor: Fabiano Tolentino

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 58

Emenda de despesa: 58 Autor: Fabiano Tolentino

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Objeto do Gasto: Promoção do Agronegócio Mineiro (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 59

Emenda de despesa: 59 Autor: Fabiano Tolentino

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Objeto do Gasto: Promoção do Agronegócio Mineiro (despesas correntes)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 60

Emenda de despesa: 60 Autor: Fabiano Tolentino

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Médio (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 61

Emenda de despesa: 61 Autor: Fabiano Tolentino

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Médio (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 62

Emenda de despesa: 62 Autor: Inácio Franco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 63

Emenda de despesa: 63 Autor: Inácio Franco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 64

Emenda de despesa: 64 Autor: Inácio Franco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 65

Emenda de despesa: 65 Autor: Inácio Franco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Desenvolvimento Aeroviário - Manter e Reformar a Infraestrutura do Aeroporto Situado no Município de Pará de Minas (Aeroporto Municipal Arnauld Marinho) (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 66

Emenda de despesa: 66 Autor: Gilberto Abramo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 67

Emenda de despesa: 67 Autor: Gilberto Abramo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Apoio e Realização de Eventos Esportivos (despesas correntes)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 68

Emenda de despesa: 68 Autor: Gilberto Abramo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos (despesas de capital)

Valor: R\$ 15.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 69

Emenda de despesa: 69 Autor: Gilberto Abramo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Apoio e Realização de Eventos Esportivos (despesas correntes)

Valor: R\$ 15.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 70

Emenda de despesa: 70 Autor: Fábio Avelar Oliveira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 71

Emenda de despesa: 71 Autor: Arnaldo Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 72

Emenda de despesa: 72 Autor: Arnaldo Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Garantia de Recursos Por Meio de Repasses Voluntários para as Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 73

Emenda de despesa: 73 Autor: Arnaldo Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - Conclusão do Trecho da Rodovia Mgc 455 Entre Campo Florido e Uberlândia (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 74

Emenda de despesa: 74 Autor: Arnaldo Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Construção da Uti Pediátrica do Hospital de Clínicas de Uberlândia (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 75

Emenda de despesa: 75 Autor: Arnaldo Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - Conclusão do Trecho da Rodovia Lmg 680 Que Liga Brasilândia de Minas a Paracatu (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 76

Emenda de despesa: 76 Autor: Antônio Carlos Arantes

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 77

Emenda de despesa: 77 Autor: Arlete Magalhães

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 78

Emenda de despesa: 78 Autor: Anselmo José Domingos

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 79

Emenda de despesa: 79 Autor: Braulio Braz

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 80

Emenda de despesa: 80 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Pavimentação Asfáltica na Estrada de Acesso ao Distrito de Vilas Boas - Fase V, Município de Guiricema (despesas de capital)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 81

Emenda de despesa: 81 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Pavimentação do Trecho de Acesso ao Bairro Castanheiras em Sabará - Subtrecho Estaca 94 + 9,029 a Estaca 229 + 3,127 (despesas de capital)

Valor: R\$ 3.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 82

Emenda de despesa: 82 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos - Construção do Muro, Instalação de Alambrado e Para-Bolas e Reforma do Campo Paraíso, Localizado à Rua da Comunidade, Nº 14, Bairro Paraíso, Regional Leste de Belo Horizonte / MG (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 83

Emenda de despesa: 83 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Pavimentação Asfáltica da Rua dos Bandeirantes, Município de Nova Era (despesas de capital)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 84

Emenda de despesa: 84 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes

Objeto do Gasto: Apoio às Ações do Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão dos Entorpecentes - Custeio Capacitação para Profissionais das Comunidades Terapêuticas (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 85

Emenda de despesa: 85 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Modernização da Infraestrutura de Pesquisa e de Transfêrencia de Tecnologia - Construção de Sala para Capacitação e Treinamento de Agricultores no Campo Experimental do Vale do Piranga da Epamig, Situado no Município de Oratórios / MG (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 86

Emenda de despesa: 86 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Objeto do Gasto: Operacionalização dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos - Apoio a Estruturação dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente Possibilitando Melhor Desempenho de Suas Atribuições (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 87

Emenda de despesa: 87 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Bolsa-Atleta e Bolsa Técnico - Apoiar Financeiramente os Atletas Praticantes e os Técnicos de Atletas Ligados à Associação Mineira de Desportos para Amputados- Amda Prioritariamente em Modalidades Paralímpicas e Subsidiariamente Não Paralímpicas (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 88

Emenda de despesa: 88 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Reforma e Ampliação da Escola Estadual Governador Bias Fortes Localizada no Município de Alvinópolis (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 89

Emenda de despesa: 89 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Objeto do Gasto: Operacionalização dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos - Capacitação Continuada de Conselheiros dos Conselhos Tutelares, Conselho Estadual e Municipais de Assistência Social e Conselho Estadual e Municipais da Criança e do Adolescente Por Meio da Escola de Conselhos (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 90

Emenda de despesa: 90 Autor: Cristiano Silveira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 91

Emenda de despesa: 91 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo à Produção, Circulação e Intercâmbio Cultural - Conceder Premiação Cultural Com Objetivo de Promover, Proteger e Divulgar o Movimento Junino Mineiro (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 92

Emenda de despesa: 92 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo e Apoio as Culturas Populares e Tradicionais - Realização do Concurso Estadual dos Quadrilheiros Juninos Mineiros - Contemplando Etapas Regionais (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 93

Emenda de despesa: 93 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo e Apoio as Culturas Populares e Tradicionais - Realização do Arraial de Belô 2016 - Concurso de Quadrilhas do Grupo Especial (despesas correntes)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 94

Emenda de despesa: 94 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Polícia para Cidadania - Capacitar Policiais Militares para Atuarem Como Instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd (despesas correntes)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 95

Emenda de despesa: 95 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Polícia para Cidadania - Aquisição de Veículos (Caminhão 3.4, Micro Ônibus, Van (16 Lugares) e Viatura), Instrumentos Musicais e Equipamentos para Realizar Melhorias na Infraestrutura do Serviço Juventude e Polícia. (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 96

Emenda de despesa: 96 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Polícia para Cidadania - Realizar Melhorias na Operacionalização do Serviço Juventude e Polícia (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 97

Emenda de despesa: 97 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Resgatar e Manter as Fanfarras Escolares de Minas (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 98

Emenda de despesa: 98 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Médio - Resgatar e Manter as Fanfarras Escolares de Minas (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 99

Emenda de despesa: 99 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Educação Integral - Resgatar e Manter as Fanfarras Escolares de Minas (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 100

Emenda de despesa: 100 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Pavimentação da Rua Vinte (Entre as Ruas Vinte e Três e Sem Nome), Bairro Vista do Sol, Município de Belo Horizonte / MG (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 101

Emenda de despesa: 101 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Pavimentação da Rua Dois (Entre as Ruas Treze e Sete), Bairro Vista do Sol, Município de Belo Horizonte / MG (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 102

Emenda de despesa: 102 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos - Revitalização da Pista de Cooper da Avenida dos Andradas (Trecho Entre a Rua Itamar - Bairro Vera Cruz Até Avenida Silviano Brandão - Bairro Horto), Município de Belo Horizonte / MG (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 103

Emenda de despesa: 103 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Habitação

Objeto do Gasto: Construção de Habitação de Interesse Social - Revitalização do Conjunto Habitacional Granja Iv, Localizado na Rua Olaria, Bairro Granja de Freitas, Município de Belo Horizonte / MG (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 104

Emenda de despesa: 104 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Objeto do Gasto: Promoção de Direitos Humanos e Participação Social - Ampliar o Atendimento Realizado Pelo Escritório de Direitos Humanos (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 105

Emenda de despesa: 105 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Compete Minas - Possibilitar Que Atletas Praticantes Ligados à Associação Mineira de Desportos para Amputados- Amda Participem das Principais Competições Estaduais, Nacionais e Internacionais de Desportos para Amputados. (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 106

Emenda de despesa: 106 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento às Escolas Família Agrícola - Construção do Refeitório da Escola Família Agrícola de Itaipé, Aquisição de Um (1) Trator para a Escola Família Agrícola de Ladainha (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 107

Emenda de despesa: 107 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento às Escolas Família Agrícola - Aquisição de Três (3) Mine Tratores para a Escola Família Agrícola de Sem Peixe (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 108

Emenda de despesa: 108 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Cultura

Objeto do Gasto: Apoio a Projetos Culturais Via Fundo Estadual de Cultura - Construção da Casa de Cultura de Guaraciaba (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 109

Emenda de despesa: 109 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Pavimentação da Rua Clemente Eseves Ferraz, Distrito de Fidelândia, Município de Ataléia (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 110

Emenda de despesa: 110 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Pavimentação das Ruas: Dr, José Sete de Barros; José Vicente de Godoy; Antônio Alves Particular; José Eduardo Soares; Conceição Barbosa Colombari; Felipe Marum; São José; Lélío dos Reis Correia e João Pinto de Godoy, Distrito de Vau-Açu, Município de Ponte Nova. (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 111

Emenda de despesa: 111 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Construção de Um Novo Prédio para o Funcionamento da Escola Estadual Padre Vicente Carvalho de Ensino Fundamental e Médio, Município de Presidente Bernardes (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 112

Emenda de despesa: 112 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Complexo de Saúde Mental - Reforma e Ampliação do Centro Mineiro de Toxicomania, Belo Horizonte / MG (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 113

Emenda de despesa: 113 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Complexo de Saúde Mental - Capacitação dos Profissionais do Centro Mineiro de Toxicomania, Belo Horizonte / MG (despesas correntes)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 114

Emenda de despesa: 114 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Complexo de Saúde Mental - Aquisição de Uma Van de 15 (Quinze) Lugares para Transportar os Pacientes do Centro Mineiro de Toxicomania, Belo Horizonte / MG (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 115

Emenda de despesa: 115 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Custódia e Ressocialização de Presos - Aquisição de Tornozeleiras para o Sistema Prisional Mineiro e a Manutenção do Sistema de Monitoramento (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 116

Emenda de despesa: 116 Autor: Paulo Lamac



Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Polícia para Cidadania - Aquisição de Equipamentos para Assegurar a Segurança Pública Voltadas à Segurança do Turista e à Guarda e Proteção do Patrimônio Artístico e Cultural Situados na Área Central da Cidade de Belo Horizonte, Importante Palco dos Principais Eventos Turísticos da Capital Mineira (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 117

Emenda de despesa: 117 Autor: Cristina Corrêa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 118

Emenda de despesa: 118 Autor: Gustavo Valadares

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 119

Emenda de despesa: 119 Autor: Neilando Pimenta

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Compra de Equipamentos Hospitares e de Saúde para o Hospital Regional de Teófilo Otoni. (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 120

Emenda de despesa: 120 Autor: Neilando Pimenta

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Desenvolvimento Aeroviário - Recursos para Custear o Projeto do Aeroporto Regional de Itambacuri-Mg (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 121

Emenda de despesa: 121 Autor: Neilando Pimenta

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Recursos para Custear o Projeto do Estádio Municipal de Teófilo Otoni - MG (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 122

Emenda de despesa: 122 Autor: Douglas Melo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 123

Emenda de despesa: 123 Autor: Durval Ângelo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 124

Emenda de despesa: 124 Autor: Durval Ângelo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo à Produção, Circulação e Intercâmbio Cultural (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 125

Emenda de despesa: 125 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 126

Emenda de despesa: 126 Autor: Arlen Santiago

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 127

Emenda de despesa: 127 Autor: Arlen Santiago

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 128

Emenda de despesa: 128 Autor: Agostinho Patrus Filho

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 800.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 129

Emenda de despesa: 129 Autor: Agostinho Patrus Filho

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 130

Emenda de despesa: 130 Autor: Agostinho Patrus Filho

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 131

Emenda de despesa: 131 Autor: Agostinho Patrus Filho

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 132

Emenda de despesa: 132 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Aparentamento das Unidades da Polícia Civil (despesas de capital)



Valor: R\$ 9.999.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 133

Emenda de despesa: 133 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Projeto Implantação de Videomonitoramento (Olho Vivo) (despesas de capital)

Valor: R\$ 49.900.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 134

Emenda de despesa: 134 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Policiamento Ostensivo Geral (despesas correntes)

Valor: R\$ 300.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 135

Emenda de despesa: 135 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Renovação da Frota (despesas de capital)

Valor: R\$ 21.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 136

Emenda de despesa: 136 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Financiamento Habitacional aos Servidores Militares (despesas correntes)

Valor: R\$ 210.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 137

Emenda de despesa: 137 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Habitação

Objeto do Gasto: Segurança Pública - Provimento de Habitação (despesas correntes)

Valor: R\$ 52.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 138

Emenda de despesa: 138 Autor: Sargento Rodrigues



Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Assistência Psicossocial (despesas correntes)

Valor: R\$ 999.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 139

Emenda de despesa: 139 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Atendimento ao Adolescente em Cumprimento das Medidas Socioeducativas de Internação e Internação Provisória (despesas correntes)

Valor: R\$ 27.119.649,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 140

Emenda de despesa: 140 Autor: Adalclever Lopes

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 141

Emenda de despesa: 141 Autor: Tito Torres

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 142

Emenda de despesa: 142 Autor: Tito Torres

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 143

Emenda de despesa: 143 Autor: Doutor Wilson Batista

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 144

Emenda de despesa: 144 Autor: Geisa Teixeira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 145

Emenda de despesa: 145 Autor: Thiago Cota

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 146

Emenda de despesa: 146 Autor: Thiago Cota

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Apoio à Infraestrutura das Cidades (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 147

Emenda de despesa: 147 Autor: Missionário Marcio Santiago

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 148

Emenda de despesa: 148 Autor: Missionário Marcio Santiago

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 149

Emenda de despesa: 149 Autor: Carlos Pimenta

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 750.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 150

Emenda de despesa: 150 Autor: Carlos Pimenta

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas correntes)

Valor: R\$ 750.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 151

Emenda de despesa: 151 Autor: Tiago Ulisses

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 152

Emenda de despesa: 152 Autor: Tiago Ulisses

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 153

Emenda de despesa: 153 Autor: Ricardo Faria

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 154

Emenda de despesa: 154 Autor: Ricardo Faria

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 155

Emenda de despesa: 155 Autor: Leandro Genaro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 156

Emenda de despesa: 156 Autor: Leonídio Bouças

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 157

Emenda de despesa: 157 Autor: Leonídio Bouças

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Apoio e Realização de Eventos Esportivos (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 158

Emenda de despesa: 158 Autor: Marília Campos

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 159

Emenda de despesa: 159 Autor: Hely Tarquínio

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 160

Emenda de despesa: 160 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 161

Emenda de despesa: 161 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 162

Emenda de despesa: 162 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes

Objeto do Gasto: Controle de Pesagem de Cargas - Complementação de Despesas Destinadas ao Atingimento da Meta de 1% do Valor do Programa em 2016 no Vale do Aço. (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.078.395,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 163

Emenda de despesa: 163 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Projetos, Construções, Reformas e Ampliações de Unidades da Defesa Social - Construção da Delegacia Regional da Polícia Civil de Coronel Fabriciano. (despesas de capital)

Valor: R\$ 20.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 164

Emenda de despesa: 164 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Objeto do Gasto: Apoio à Inovação e Melhoria da Produtividade Industrial de Minas Gerais - Construção de Uma Política Industrial Voltada ao Atendimento da Indústria Naval e Fornecedores para o Setor de Petróleo e Gás, Agregando Valor ao Aço e a Indústria Regional. (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 165

Emenda de despesa: 165 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Complexo de Hospitais Gerais - Ampliação de Leitos no Vale do Aço, do Hospital Sociedade Beneficente São Camilo de Coronel Fabriciano (despesas de capital)

Valor: R\$ 17.936.050,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 166

Emenda de despesa: 166 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - Complementação de Recursos para a Realização da Obra da Lmg-760, Identificada Como Prc-22.033/12 - Melhoramento e Pavimentação Entre Br/262 - Entre São José do Goiabal - Cava Grande (despesas de capital)

Valor: R\$ 251.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 167

Emenda de despesa: 167 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Projetos, Construções, Reformas e Ampliações de Unidades da Defesa Social - Reestruturação do Centro de Internação de Menores (despesas de capital)

Valor: R\$ 10.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 168

Emenda de despesa: 168 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Projetos, Construções, Reformas e Ampliações de Unidades da Defesa Social - Reestruturação dos Centros Prisionais Locais (despesas de capital)

Valor: R\$ 10.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 169

Emenda de despesa: 169 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Projeto Implantação de Videomonitoramento (Olho Vivo) - Implantação do Sistema de Olho Vivo na Região do Vale do Aço. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 170

Emenda de despesa: 170 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Turismo

Objeto do Gasto: Regionalização e Fomento a Descentralização e da Política Estadual do Turismo - Recursos para Realização de 45 Circuitos Culturais nos Municípios (despesas correntes)



Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 171

Emenda de despesa: 171 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Turismo

Objeto do Gasto: Marketing do Destino Minas Gerais - Promoção de Destinos Turísticos Mineiros nos Mercados Nacional

e Internacional (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 172

Emenda de despesa: 172 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Turismo

Objeto do Gasto: Fomento à Economia Criativa e Gastronomia - Apoio À Produção Sustentável, Agregação de Valor e Comercialização do Campo a Mesa. (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 173

Emenda de despesa: 173 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Projetos, Construções, Reformas e Ampliações de Unidades da Defesa Social - Implantação e Implementação do Batalhão de Polícia Militar em Coronel Fabriciano (despesas de capital)

Valor: R\$ 20.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 174

Emenda de despesa: 174 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Complexo de Hospitais Gerais - Ampliação de Leitos no Vale do Aço, do Hospital e Maternidade Vital Brazil em Timóteo. (despesas de capital)

Valor: R\$ 17.936.050,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 175

Emenda de despesa: 175 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde



Objeto do Gasto: Apoio e Fortalecimento à Rede de Urgência e Emergência - Garantir a Construção de Upa (Unidade de Pronto Atendimento) em Coronel Fabriciano e Timóteo. (despesas de capital)

Valor: R\$ 30.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 176

Emenda de despesa: 176 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Implantação de Hospitais Regionais - Implantação do Hospital Regional Metropolitano no Vale do Aço (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 177

Emenda de despesa: 177 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Observatório do Mercado de Trabalho - Produzir Conhecimento do Mercado de Trabalho e Sobre o Público Usuário das Ações de Trabalho, Emprego e Renda para Fins de Melhoria do Planejamento e Execução de Políticas Públicas (despesas correntes)

Valor: R\$ 2.369.496,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 178

Emenda de despesa: 178 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Fortalecimento dos Conselhos de Trabalho e Economia Solidária - Aumentar a Participação Social Por Meio do Fortalecimento dos Conselhos Estaduais de Trabalho, Emprego e Geração de Renda e da Economia Popular Solidária (despesas correntes)

Valor: R\$ 553.663,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 179

Emenda de despesa: 179 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Objeto do Gasto: - Viabilizar a Revitalização e Recuperação da Bacia do Rio Doce e Seus Afluentes (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.800.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 180

Emenda de despesa: 180 Autor: Lafayette de Andrada

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 181

Emenda de despesa: 181 Autor: Lafayette de Andrada

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Apoio à Infraestrutura das Cidades (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 182

Emenda de despesa: 182 Autor: Lafayette de Andrada

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio a Infraestrutura Municipal e Regional Com Fornecimento de Elementos Estruturais (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 183

Emenda de despesa: 183 Autor: Lafayette de Andrada

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 184

Emenda de despesa: 184 Autor: Tony Carlos

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 185

Emenda de despesa: 185 Autor: Tony Carlos



Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 186

Emenda de despesa: 186 Autor: Tony Carlos

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Apoio à Infraestrutura das Cidades - Construção de Viaduto no Município de Uberaba (Parque de Exposições) (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 187

Emenda de despesa: 187 Autor: João Leite

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 900.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 188

Emenda de despesa: 188 Autor: João Leite

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 189

Emenda de despesa: 189 Autor: João Leite

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 190

Emenda de despesa: 190 Autor: João Leite

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Apoio e Realização de Eventos Esportivos (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 191

Emenda de despesa: 191 Autor: Rosângela Reis

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 192

Emenda de despesa: 192 Autor: Alencar da Silveira Jr.

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 193

Emenda de despesa: 193 Autor: Alencar da Silveira Jr.

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 194

Emenda de despesa: 194 Autor: Ivair Nogueira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 195

Emenda de despesa: 195 Autor: Ivair Nogueira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 196

Emenda de despesa: 196 Autor: Ivair Nogueira



Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes
Objeto do Gasto: Apoio e Realização de Eventos Esportivos (despesas correntes)
Valor: R\$ 100.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 197

Emenda de despesa: 197 Autor: Ivair Nogueira
Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde
Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas de capital)
Valor: R\$ 300.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 198

Emenda de despesa: 198 Autor: Ivair Nogueira
Unidade Orçamentária Beneficiada: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais
Objeto do Gasto: Reforma e Ampliação de Unidades Prediais do Cbmmg - Esta Emenda Objetiva a Construção de Um Batalhão do Cbmmg em Betim, Tendo em Vista Que Esse Município Tem Uma População Estimada de 400 Mil Habitantes, Além do Maior Distrito Industrial do Estado, Razão Pela Qual É Necessário Ampliar a Estrutura da Corporação em Betim. (despesas de capital)
Valor: R\$ 1.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 199

Emenda de despesa: 199 Autor: Ulysses Gomes
Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo
Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)
Valor: R\$ 1.500.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 200

Emenda de despesa: 200 Autor: João Magalhães
Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo
Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)
Valor: R\$ 1.500.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 201

Emenda de despesa: 201 Autor: João Leite
Unidade Orçamentária Beneficiada: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais



Objeto do Gasto: Expansão e Aperfeiçoamento do Atendimento do Cbmmg para Tornar o Estado de Minas Gerais Mais Resiliente aos Desastres - Aquisição de Equipamentos e Unidade de Resgate para o Corpo de Bombeiros do Município de Contagem (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 202

Emenda de despesa: 202 Autor: Fábio Cherem

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo para a Infância e a Adolescência

Objeto do Gasto: Apoio a Projetos Especiais de Promoção e Proteção de Criança e Adolescentes - Manutenção e Operacionalização do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 203

Emenda de despesa: 203 Autor: Fábio Cherem

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas correntes)

Valor: R\$ 450.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 204

Emenda de despesa: 204 Autor: Fábio Cherem

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 205

Emenda de despesa: 205 Autor: Fabiano Tolentino

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Médio (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 206

Emenda de despesa: 206 Autor: Glaycon Franco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais



Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - Ação Específica para Encaminhamento de Asfaltamento de Rodovia Ligando o Município de Santana dos Montes ao Município de Rio Espera, Passando Por Joselândia, Piranguita e Rio Melo, Num Trecho de Aproximadamente 34 Km. de Extensão. (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 207

Emenda de despesa: 207 Autor: Glaycon Franco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - Viabilização de Rodovia Com Asfaltamento Ligando Monsenhor Izidro no Município de Itaverava ao Município de Ouro Branco. (despesas de capital)

Valor: R\$ 4.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 208

Emenda de despesa: 208 Autor: Glaycon Franco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Projeto Implantação de Videomonitoramento (Olho Vivo) - Viabilização de Programa "Olho Vivo" de Videomonitoramento para o Município de Conselheiro Lafaiete. (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 209

Emenda de despesa: 209 Autor: Glaycon Franco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Complementação da Construção do Hospital Regional de Conselheiro Lafaiete. (despesas de capital)

Valor: R\$ 15.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 210

Emenda de despesa: 210 Autor: Glaycon Franco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Desenvolvimento Aeroviário - Viabilização de Obras de Ampliação do Aeroporto das Bandeirinhas no Município de Conselheiro Lafaiete. (despesas de capital)

Valor: R\$ 4.700.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 211

Emenda de despesa: 211 Autor: Glaycon Franco



Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 212

Emenda de despesa: 212 Autor: Glaycon Franco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Apoio e Realização de Eventos Esportivos (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 213

Emenda de despesa: 213 Autor: João Vítor Xavier

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Estadual do Meio Ambiente

Objeto do Gasto: Gestão das Condições de Segurança de Barragens de Rejeitos e Resíduos (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 214

Emenda de despesa: 214 Autor: Rogério Correia

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 900.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 215

Emenda de despesa: 215 Autor: Rogério Correia

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Médio (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 216

Emenda de despesa: 216 Autor: Rogério Correia

Unidade Orçamentária Beneficiada: Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Desenvolvimento de Pesquisa Agropecuária e Agroindustrial (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 217

Emenda de despesa: 217 Autor: Rogério Correia

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo à Produção, Circulação e Intercâmbio Cultural (despesas de capital)

Valor: R\$ 40.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 218

Emenda de despesa: 218 Autor: Rogério Correia

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo à Produção, Circulação e Intercâmbio Cultural (despesas correntes)

Valor: R\$ 60.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 219

Emenda de despesa: 219 Autor: Rogério Correia

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 220

Emenda de despesa: 220 Autor: Noraldino Júnior

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 221

Emenda de despesa: 221 Autor: Ulysses Gomes

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura Predial - Construção da Delegacia de Polícia Civil do Município de Itajubá (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 222

Emenda de despesa: 222 Autor: Ulysses Gomes

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais



Objeto do Gasto: Elaboração de Projetos de Engenharia - Elaboração do Projeto de Engenharia para Melhoria e Adequação da Br 267, Entre Carvalhópolis e Cordislândia, Trecho Sob Delegação do Der - MG (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 223

Emenda de despesa: 223 Autor: Ulysses Gomes

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Elaboração de Projetos de Engenharia - Elaboração de Projeto de Engenharia para Pavimentação da MG 295, Entre Cambuí e Consolação. (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 224

Emenda de despesa: 224 Autor: Neilando Pimenta

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 225

Emenda de despesa: 225 Autor: Cabo Júlio

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Policiamento Ostensivo Geral (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 226

Emenda de despesa: 226 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção, Ampliação E/Ou Reformas de Edificações Governamentais - Construção do Batalhão da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - Pmmg no Município de Sabará/Mg. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 227

Emenda de despesa: 227 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural Protegido - Reforma e Restauração dos Patrimônios Históricos e Culturais, Localizados no Município de Sabará/Mg. (despesas de capital)



Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 228

Emenda de despesa: 228 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Expansão do Serviço Operacional de Bombeiros - Construção de Uma Unidade do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais - Cbmmg no Município de Santa Luzia/Mg. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 229

Emenda de despesa: 229 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Expansão e Modernização do Sistema Socioeducativo - Construção Ou Aluguel de Um Centro/Casa de Acautelamento de Menores, no Município de Sabará/Mg. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 230

Emenda de despesa: 230 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção, Ampliação E/Ou Reformas de Edificações Governamentais - Reforma/Ampliação do Posto da Polícia Militar Rodoviária do Estado de Minas Gerais Localizado na Mg-05, Bairro Nações Unidas, em Sabará/Mg. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 231

Emenda de despesa: 231 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Reforma e Manutenção da Escola Estadual Paula Rocha, Localizada no Município de Sabará/Mg. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 232

Emenda de despesa: 232 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais



Objeto do Gasto: Expansão e Aperfeiçoamento do Atendimento do Cbmmg para Tornar o Estado de Minas Gerais Mais Resiliente aos Desastres - Manutenção e Aquisição de Equipamentos para Suprir a Necessidade da Unidade do Corpo de Bombeiros Militar Localizado no Município de Sabará/Mg. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 233

Emenda de despesa: 233 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 234

Emenda de despesa: 234 Autor: Celise Laviola

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 235

Emenda de despesa: 235 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Valor Destinado para Implantação de Castramóvel em Belo Horizonte e Mais 34 Municípios da Região Metropolitana. (despesas de capital)

Valor: R\$ 15.300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 236

Emenda de despesa: 236 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Referente a Asfaltamento de Trecho Que Liga o Município de Paula Candido ao Município de Divinésia. (despesas de capital)

Valor: R\$ 15.400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 237

Emenda de despesa: 237 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais



Objeto do Gasto: Policiamento Ostensivo Geral - Criação de Unidade Policial para Atuar em Combate as Pichações Com Vigilância Noturna. (despesas de capital)

Valor: R\$ 2.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 238

Emenda de despesa: 238 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Aparelhamento das Unidades da Polícia Civil - Aquisição de Equipamentos, Mobiliário para as Delegacias de Mulheres Já Existentes. (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 239

Emenda de despesa: 239 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material às Organizações da Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos - Destina-Se a Prefeitura Municipal de Ibituripe para Reforma do Centro de Referência de Assistência Social e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Situada a Rua Caramuru, 12 - Bairro Lago Azul. (despesas de capital)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 240

Emenda de despesa: 240 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material às Organizações da Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos - Valor Destinado a Prefeitura de Ibituripe para a Reforma do Centro de Referência de Assistência Social e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Situados a Rua Alexandre Herculano, Nº 312, Bairro: Washington Pires. (despesas de capital)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 241

Emenda de despesa: 241 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material às Organizações da Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos - Valor Destinado a Prefeitura de Ibituripe para Reforma do Centro de Referência de Assistência Social Cras, Situado à Rua Maria Irmandade, Nº 15, Bairro Primavera. (despesas de capital)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 242

Emenda de despesa: 242 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Construção do Subtrecho Brumadinho/ Inhotim/ Mg-040, Com 3,17 Km de Extensão, Ponte de Interligação do Trecho Sobre o Rio Paraopeba, e Viaduto de Intersecção de Acesso ao Museu de Arte Contemporânea no Município de Brumadinho. (despesas de capital)

Valor: R\$ 40.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 243

Emenda de despesa: 243 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Valor Destinado para o Asfaltamento da MG 040 do Trecho Que Liga as Cidades de Brumadinho / Bonfim / Crucilândia, Com a Extensão de 46 Km (Quarenta e Seis Quilômetros). (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.600.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 244

Emenda de despesa: 244 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Aparelhamento das Unidades da Polícia Civil - Valor de R\$ 4.800.000,00 para Aquisição 30 Veículos de Rabecão, da Polícia Civil para Belo Horizonte e Região Metropolitana. (despesas de capital)

Valor: R\$ 4.800.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 245

Emenda de despesa: 245 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Ações Emergenciais no Patrimônio Cultural - Valor de R\$ 1.000.000,00 para a Execução de Obras de Reforma da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, Localizada no Município de Jequitibá. (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 246

Emenda de despesa: 246 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Manutenção e Ampliação dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Telecomunicação - Valor de R\$ 150.000,00 para Aquisição de Equipamento a Polícia Militar do Município de Lagoa Dourada – MG (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 247

Emenda de despesa: 247 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Reforma do Prédio da Escola Estadual Viritato Melgaço, Situada no Município de Pequi. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 248

Emenda de despesa: 248 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor Destinado para Reforma na Estrutura Física da Escola Estadual Antonio Pinheiro Diniz, Localizada no Município de Ibitité, Que Encontra-Se Comprometida. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 249

Emenda de despesa: 249 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor Destinado para Reforma da Quadra Esportiva da Escola Municipal São José, Situada no Município de Poté. (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 250

Emenda de despesa: 250 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor Destinado para Reforma do Prédio da Escola Municipal Frei Gaspar, Situada no Município de Poté. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 251

Emenda de despesa: 251 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor para Reforma do Prédio da Escola Municipal Santa Terezinha, Situada no Município de Poté. (despesas de capital)



Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 252

Emenda de despesa: 252 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor Destinado para Reforma do Prédio da Escola Municipal Tiradentes, Situada no Município de Poté (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 253

Emenda de despesa: 253 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor Destinado para Reforma do Prédio da Escola Estadual Helena Vieira Gonçalves, Situada no Município de Raposos (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 254

Emenda de despesa: 254 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor Destinado para Reforma do Prédio da Escola Municipal Manuel Pereira Ramalho, Situada no Município de Ribeirão Vermelho (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 255

Emenda de despesa: 255 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor Destinado para Aquisição de Equipamentos para Escola Municipal Estelita Parreiras Borges, Situada no Município de Rio Manso (despesas de capital)

Valor: R\$ 20.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 256

Emenda de despesa: 256 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor Destinado para Aquisição de Equipamentos para Escola Estadual Presidente Itamar Franco, Situada no Município de Santa Luzia. (despesas de capital)



Valor: R\$ 20.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 257

Emenda de despesa: 257 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor Destinado para Reforma da Escola Estadual Josefina Pimenta Situada no Município de São João Evangelista (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 258

Emenda de despesa: 258 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor Destinado para Reforma e Aquisição de Equipamento para Escola Estadual Santo Antônio, Situada no Município de Silveirânia. (despesas de capital)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 259

Emenda de despesa: 259 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor Destinado para Reforma e Aquisição de Equipamento para Escola Estadual Prefeito Aristeu Eduardo, Situada no Município de Taquaraçu de Minas. (despesas de capital)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 260

Emenda de despesa: 260 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor Destinado para Construção de Quadra Esportiva da Escola Municipal Maria da Conceição Mendes, Situada no Município de Belo Vale. (despesas de capital)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 261

Emenda de despesa: 261 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação



Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor Destinado para Construção de Quadra Esportiva da Escola Municipal Santana do Paraopeba, Situado no Povoado Lages, Distrito de Belo Vale. (despesas de capital)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 262

Emenda de despesa: 262 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor Destinado para Reconstrução e Recuperação de Bens Materiais Danificados na Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, Situada à Rua Matias Barbosa, Nº 513, Centro, Barra Longa, em Detrimento ao Acidente Ocorrido na Barragem do Fundão em Mariana. (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 263

Emenda de despesa: 263 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor Destinado a Escola Municipal Santa Rosa de Lima, Situado e Domiciliado a Avenida Dois, Nº 352, Bairro: Santa Rosa, Sarzedo, para Construção de Quadra de Esportes. (despesas de capital)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 264

Emenda de despesa: 264 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor Destinado para Reformas da Escola Estadual Antônio Marinho Campos, Situada a Rua Rua Geraldo Pedro de Moraes, 220, Bairro Monsenhor Horta, Situada no Município de Ibirité (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 265

Emenda de despesa: 265 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor Destinado para Construção de Uma Sala de Aula na Escola Municipal Padre Virigílio, Situado no Povoado de Roças Novas de Baixo, Município de Belo Vale. (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 266

Emenda de despesa: 266 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor Destinado para Ampliação de Sala de Aula na Escola Estadual de Melo Franco, Situado no Município de Brumadinho (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 267

Emenda de despesa: 267 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor Destinado para Reforma de Duas Salas de Aula e Cozinha da Escola Municipal Ilza Maria Rezende de Souza, Situado no Município de Brumadinho. (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 268

Emenda de despesa: 268 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor Destinado para Reforma da Escola Municipal Córrego dos Pintos, Situado no Povoado dos Pintos, Distrito de Divinolândia de Minas. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 269

Emenda de despesa: 269 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor Destinado para Reforma da Escola Municipal Córrego dos Robertos, Situado no Povoado dos Robertos, Distrito de Divinolândia de Minas. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 270

Emenda de despesa: 270 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor Destinado para Reforma da Escola Municipal Rui Barbosa, Situado no Município de Divinolândia de Minas. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 271

Emenda de despesa: 271 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor Destinado para Reforma e Ampliação da Escola Municipal Sagrado Coração de Jesus, Situado no Município de Funilândia. (despesas de capital)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 272

Emenda de despesa: 272 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor Destinado para Cobertura da Quadra Esportiva e Cobertura do Pátio da Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário, Situada no Município de Ladainha. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 273

Emenda de despesa: 273 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor Destinado para Ampliação da Escola Municipal Sebastião Pereira Campos, Situada no Município de Ladainha. (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 274

Emenda de despesa: 274 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor Destinado para Ampliação de Quatro Salas de Aulas e Pintura da Escola Estadual de Mário Campos, Situada no Município de Mário Campos (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 275

Emenda de despesa: 275 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 500.000,00 para Construção de Quadra Esportiva e Ampliação da Escola Municipal Antonio Pinheiro Diniz, Situada no Município de Mário Campos. (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 276

Emenda de despesa: 276 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - para Reforma da Escola Municipal Claudiorio Tavares, no Município de Queluzito. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 277

Emenda de despesa: 277 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - para Reforma da Escola Municipal Antônio Leôncio Carneiro, no Distrito de Zito Soares Situada no Município de Santa Cruz do Escalvado. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 278

Emenda de despesa: 278 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 400.000,00 para Reforma da Escola e Construção da Cobertura da Quadra Esportiva da Escola Municipal Alaíde de Oliveira Sales, Situada no Município de Sarzedo. (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 279

Emenda de despesa: 279 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma da Escola Municipal Professora Helena Eustáquio de Souza, Situada no Município de Sarzedo. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 280

Emenda de despesa: 280 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma da Escola Municipal São Domingos Sávio, Situada no Município de Santo Antônio do Grama. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 281

Emenda de despesa: 281 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma da Escola Estadual Mariano Gomes, Situada no Município de Santo Antônio do Grama. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 282

Emenda de despesa: 282 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 220.000,00 para Reforma e Aquisição de Equipamentos para Cozinha da Escola Estadual Desembargador Barcelos Correia Situada Distrito de Major Ezequiel, no Município de Alvinópolis. (despesas de capital)

Valor: R\$ 220.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 283

Emenda de despesa: 283 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma da Escola Estadual Antônio Carlos, no Município de Alvinópolis. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 284

Emenda de despesa: 284 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma da Escola Estadual Desembargador Barcelos Correia, no Município de Alvinópolis. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 285

Emenda de despesa: 285 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 220.000,00 para Reforma da Escola e Aquisição de Mobiliário para Escola Estadual José Ribeiro da Silva, no Município de Baldim. (despesas de capital)

Valor: R\$ 220.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 286

Emenda de despesa: 286 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 220.000,00 para Reforma e Aquisição de Mobiliário da Escola Estadual Oscar Arthur Guimarães, no Município de Baldim. (despesas de capital)

Valor: R\$ 220.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 287

Emenda de despesa: 287 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma Geral da Escola Estadual Gramout Alves Gontijo, Cintrolândia, no Município de Betim. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 288

Emenda de despesa: 288 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 50.000,00 para Aquisição de Mobiliário de Alunos e Professores da Escola Estadual Melo Viana, no Município de Bonfim (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 289

Emenda de despesa: 289 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma da Escola Municipal Bom Começo, no Município de Cantagalo. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 290

Emenda de despesa: 290 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma da Escola Estadual Deputado Patrus de Souza, no Município de Carandaí. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 291

Emenda de despesa: 291 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma da Escola Estadual Coronel Celso Resende, no Município de Caranaíba. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 292

Emenda de despesa: 292 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 550.000,00 para Construção de Quadra Esportiva e Reforma da Escola Municipal de Bela Vista, Situada no Município de Mateus Leme. (despesas de capital)

Valor: R\$ 550.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 293

Emenda de despesa: 293 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 550.000,00 para Construção de Quadra Esportiva e Reforma da Escola Municipal Geny Guimarães de Oliveira, Situada no Município de Mateus Leme. (despesas de capital)

Valor: R\$ 550.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 294

Emenda de despesa: 294 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma da Escola Municipal Manuel Braz (Vila Suzana), Situada no Município de Mateus Leme. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 295

Emenda de despesa: 295 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma da Escola Municipal Helen Jaqueline de Souza (Azurita), Situada no Município de Mateus Leme. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 296

Emenda de despesa: 296 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 500.000,00 para Reforma da Quadra Esportiva, Construção da Cobertura da Respectiva Quadra e Edificação de 3 Salas de Aula da Escola Municipal Maria Guaraciaba Passos (Imperatriz), Situada no Município de Mateus Leme. (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 297

Emenda de despesa: 297 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 500.000,00 para Reforma da Quadra Esportiva, Construção da Cobertura da Respectiva Quadra da Escola Municipal Dona Ailza Maria de Jesus (Serra Azul), Situada no Município de Mateus Leme. (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 298

Emenda de despesa: 298 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma Escola Municipal do Bairro Serra Dourada, Situada no Município de Ibitaré. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 299

Emenda de despesa: 299 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma do Prédio da Escola Municipal Prefeito José Wanderley, Situada no Município de Ibitaré. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 300

Emenda de despesa: 300 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma do Prédio da Escola Municipal do Bairro Jardim das Rosas, Situada no Município de Ibitaré. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 301

Emenda de despesa: 301 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma do Prédio da Escola Municipal da Vila Ideal/ Serra Dourada, Situada no Município de Ibirité. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 302

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma do Prédio da Escola Municipal Maria das Mercês Aguiar, Situada no Município de Ibirité. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 303

Emenda de despesa: 303 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma do Prédio da Escola Municipal do Bairro Alvorada, Situada no Município de Ibirité. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 304

Emenda de despesa: 304 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma do Prédio da Escola Municipal do Bairro Jardim Montreal/ Ouro Negro, Situada no Município de Ibirité. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 305

Emenda de despesa: 305 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma do Prédio da Escola Municipal Maria José Campos Dias/ Rola Moça, Situada no Município de Ibirité (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 306

Emenda de despesa: 306 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma do Prédio da Escola Municipal Maria Martins de Moraes, Situada no Município de Ibitaré (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 307

Emenda de despesa: 307 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma do Prédio Escola Municipal do Bairro Palmeiras, Situada no Município de Ibitaré. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 308

Emenda de despesa: 308 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma do Prédio da Escola Municipal do Bairro Jardim Montanhês, Situada no Município de Ibitaré. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 309

Emenda de despesa: 309 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma do Prédio da Escola Municipal de Barreirinho, Situada no Município de Ibitaré. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 310

Emenda de despesa: 310 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma do Prédio da Escola Municipal do Bairro Morada da Serra, Situada no Município de Ibitaré. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 311

Emenda de despesa: 311 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma do Prédio da Escola Municipal do Águia Dourada, Situada no Município de Ibitité. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 312

Emenda de despesa: 312 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma do Prédio da Escola Municipal Cristiano Pacifico, Situada no Município de Ibitité. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 313

Emenda de despesa: 313 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma do Prédio da Escola Municipal Coronel Durval de Barro, Situada no Município de Ibitité. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 314

Emenda de despesa: 314 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma do Prédio da Escola Municipal Maria Helena de Aguiar/ Dea Marli, Situada no Município de Ibitité. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 315

Emenda de despesa: 315 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma do Prédio da Escola Municipal Maria José Aguiar, Situada no Município de Ibitité. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 316

Emenda de despesa: 316 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 40.000,00 para Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para Escola Estadual Jaider Gomes da Silva – Povoado do Boachá, Ipaba-Mg (despesas de capital)

Valor: R\$ 40.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 317

Emenda de despesa: 317 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 70.000,00 para Pintura e Aquisição de Equipamento para Laboratório e para Cozinha da Escola Estadual Emília Cabral Mota - Distrito do Vale Verde, Ipaba-Mg (despesas de capital)

Valor: R\$ 70.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 318

Emenda de despesa: 318 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma do Prédio da Escola Estadual Gerson Gomes de Almeida, Centro de Ipaba-Mg (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 319

Emenda de despesa: 319 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 70.000,00 para R para Pintura e Aquisição de Equipamentos e Mobiliário Escola Estadual Manoel Machado Franco, Centro de Ipaba-Mg (despesas de capital)

Valor: R\$ 70.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 320

Emenda de despesa: 320 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 100.000,00 para Pintura e Construção de Duas Salas na Escola Estadual Joelma Alves de Oliveira, Situada no Município de Igarapé. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 321

Emenda de despesa: 321 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 30.000,00 para Pintura e Reforma do Telhado da Quadra da Escola Estadual Tancredo Neves, Situado no Município de Dom Silvério. (despesas de capital)

Valor: R\$ 30.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 322

Emenda de despesa: 322 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 80.000,00 para Cobertura da Quadra e Reforma da Arquibancada da Escola Estadual Padre Gregório, Situado no Município de Itaguara. (despesas de capital)

Valor: R\$ 80.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 323

Emenda de despesa: 323 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 50.000,00 para Reforma da Quadra da Escola Estadual Dom Delfim, Situado no Município de Itumirim. (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 324

Emenda de despesa: 324 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 250.000,00 para Construção de Quadra na Escola Municipal Pedro Saturnino, Situado no Município de Jequitibá. (despesas de capital)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 325

Emenda de despesa: 325 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 100.000,00 para Cobertura da Quadra e Pintura da Escola Municipal Paulo Rodrigues de Aguiar, Situado no Município de Jaboticatubas. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 326

Emenda de despesa: 326 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 100.000,00 para Construção e Pintura de Quadra da Escola Municipal Monsenhor Fausto de Vasconcellos Craveiro, Situado no Município de Jesuânia. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 327

Emenda de despesa: 327 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma da Escola Estadual Joaquina Candida Moreira, Situado no Município de Paraopeba. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 328

Emenda de despesa: 328 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma da Escola Estadual Joaquina Candida Moreira, Situado no Município de Paraopeba. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 329

Emenda de despesa: 329 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 25.000,00 para Ampliação da Biblioteca da Escola Estadual Conselheiro Afonso Pena, Situado no Município de Paraopeba. (despesas de capital)

Valor: R\$ 25.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 330

Emenda de despesa: 330 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Valor de R\$ 200.000,00 para Reforma da Escola Estadual Geralda Eugenia da Silva, Situada no Município de São Joaquim de Bicas. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 331

Emenda de despesa: 331 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Valor de R\$ 150.000,00 para Aquisição de Bens Materiais e Permanentes para a Upa Municipal, do Município de São Joaquim de Bicas. (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 332

Emenda de despesa: 332 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Apoio à Infraestrutura das Cidades - Valor de R\$80.000,00 para a Construção de Poços Artesianos Comunidade de Bacaúba de Baixo. Município de Bonfim (despesas de capital)

Valor: R\$ 80.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 333

Emenda de despesa: 333 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Apoio à Infraestrutura das Cidades - Valor de R\$80.000,00 para a Construção de Poços Artesianos em Ladainha – Vale do Mucuri. (despesas de capital)

Valor: R\$ 80.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 334

Emenda de despesa: 334 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 250.000,00 para Construção da Quadra Poliesportiva da Escola Estadual Professora Elza Cardoso Rangel, Situada na Av. Ibirité, Nº 92, Bairro Marilândia, Ibirité, no Terreno Doador Pela Prefeitura Municipal de Ibirité (Imóvel Limítrofe à Escola). (despesas de capital)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 335

Emenda de despesa: 335 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação



Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 200.000,00 para Construção de Quadra Esportiva da Escola Estadual Patrocínia Cândida de Oliveira , Situada no Município de São Joaquim de Bicas. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 336

Emenda de despesa: 336 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Valor de R\$ 1.000.000,00 para a Reforma do Hospital Regional de Ibitaré (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 337

Emenda de despesa: 337 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Valor de R\$ 1.000.000,00 para a Reforma do Hospital Municipal de Ladainha. (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 338

Emenda de despesa: 338 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Valor de R\$ 1.000.000,00 para a Reforma do Hospital Municipal de Brumadinho (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 339

Emenda de despesa: 339 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Valor de R\$ 1.000.000,00 para Reforma e Aquisição de Bens Materiais e Permanentes Upa Municipal, do Município de Santa Luzia (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 340

Emenda de despesa: 340 Autor: Ione Pinheiro



Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Valor de R\$ 200.000,00 Destinado para Micro-Ônibus para Transporte de Pacientes Com Tratamento de Hemodiálise (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 341

Emenda de despesa: 341 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção, Ampliação E/Ou Reformas de Edificações Governamentais - Valor de R\$ 9.000.000,00 para Construção de Sede de Delegacias de Mulheres para Cidades para Cada Territorio, Totalizando 18 Territorios. Valor de R\$500.000,00 para Cada Sede a Ser Edificada. (despesas de capital)

Valor: R\$ 9.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 342

Emenda de despesa: 342 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Aparelhamento das Unidades da Polícia Civil - Valor de R\$ 4.500.000,00 para Aquisição de Equipamentos de Delegacias de Mulheres para Cidades para Cada Territorio, Totalizando 18 Territorios. Valor de R\$250.000,00 para Cada Sede a Ser Edificada. (despesas de capital)

Valor: R\$ 4.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 343

Emenda de despesa: 343 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Valor de R\$ 50.000,00 para Reforma da Quadra, na Escola Estadual Abeilard Pereira, Situada no Municipio de Lagoa Dourada (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 344

Emenda de despesa: 344 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material às Organizações da Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos - Valor de R\$ 200.000,00 para Construção de Centro de Referência de Assistência Social, no Município de Ibitiré. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 345

Emenda de despesa: 345 Autor: João Alberto

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 346

Emenda de despesa: 346 Autor: Dirceu Ribeiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Construção de Velório Municipal em Guiricema. (despesas de capital)

Valor: R\$ 120.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 347

Emenda de despesa: 347 Autor: Dirceu Ribeiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.380.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 348

Emenda de despesa: 348 Autor: Duarte Bechir

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Apoio à Infraestrutura das Cidades (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 349

Emenda de despesa: 349 Autor: Duarte Bechir

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 350

Emenda de despesa: 350 Autor: Duarte Bechir

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social



Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Municípios na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 351

Emenda de despesa: 351 Autor: Duarte Bechir

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Municípios na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 352

Emenda de despesa: 352 Autor: Duarte Bechir

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 353

Emenda de despesa: 353 Autor: Duarte Bechir

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Apoio e Realização de Eventos Esportivos (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 354

Emenda de despesa: 354 Autor: Bosco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 355

Emenda de despesa: 355 Autor: Luiz Humberto Carneiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 356

Emenda de despesa: 356 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Destinado ao Município de Natalândia (despesas correntes)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 357

Emenda de despesa: 357 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Destinado ao Município de Riachinho (despesas correntes)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 358

Emenda de despesa: 358 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Destinado ao Município de Cambuquira. (despesas correntes)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 359

Emenda de despesa: 359 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Infraestrutura Esportiva - Aquisição de Academia ao Ar Livre para Instalação no Município de Quartel Geral (despesas correntes)

Valor: R\$ 25.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 360

Emenda de despesa: 360 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Policiamento Ostensivo Geral - Destinada a Aquisição de Material de Consumo e Equipamentos Permanentes para a Cam/Belo Horizonte. (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 361

Emenda de despesa: 361 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Policiamento Ostensivo Geral - Reforma da Unidade Policial - 136 Cia Pm/2 Bpm - São João Nepomuceno. (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 362

Emenda de despesa: 362 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Destinada ao Município de Inhaúma. (despesas correntes)

Valor: R\$ 30.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 363

Emenda de despesa: 363 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Policiamento Ostensivo Geral - Revitalização da Sede Administrativa da Cia Ind e de Policiamento Com Cães - Canil Central - Belo Horizonte/Mg. (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 364

Emenda de despesa: 364 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Destinada a Aquisição de Equipamentos para a Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida no Município de Ilícinea (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 365

Emenda de despesa: 365 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Policiamento Ostensivo Geral - Reforma e Ampliação da Sede do Destacamento em Ilícinea - 3gp/2pel Pm/172 Cia Pm/24 Bpm (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 366

Emenda de despesa: 366 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais - Reestabelecimento do Sistema de Videomonitoramento, Reforma da Cozinha e Refeitório, Aquisição de Materiais Pelo Colégio Tiradentes de Juiz de Fora. (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 367

Emenda de despesa: 367 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais - Aquisição de Equipamentos de Lazer para o Colégio Tiradentes de Bom Despacho (despesas correntes)

Valor: R\$ 10.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 368

Emenda de despesa: 368 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Infraestrutura Esportiva - Destinada a Secretaria de Esportes do Município de Belo Horizonte. (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 369

Emenda de despesa: 369 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Policiamento Ostensivo Geral - Reforma da Creche da Academia de Polícia Militar em Belo Horizonte. (despesas correntes)

Valor: R\$ 30.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 370

Emenda de despesa: 370 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Policiamento Ostensivo Geral - Implantação de Projeto de Ecoterapia na Pmmg - Belo Horizonte. (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 371

Emenda de despesa: 371 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Policiamento Ostensivo Geral - Reforma da Quadra do Quartel de Abaeté - 141 Cia Pm/ 7 Bpm
(despesas correntes)

Valor: R\$ 25.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 372

Emenda de despesa: 372 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas correntes)

Valor: R\$ 380.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 373

Emenda de despesa: 373 Autor: Nozinho

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 374

Emenda de despesa: 374 Autor: Glaycon Franco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Projeto de Execução do Ramal Ferroviário Ligando o Município de Conselheiro Lafaiete ao de Belo Horizonte, Como Contribuição ao Movimento Pró- Ferrovia "Minas de Volta aos Trilhos", para a Volta do Trem de Passageiros ao Ramal Paraopeba. (despesas de capital)

Valor: R\$ 10.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 375

Emenda de despesa: 375 Autor: Cássio Soares

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 376

Emenda de despesa: 376 Autor: Cássio Soares

Unidade Orçamentária Beneficiada: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Reforma e Ampliação de Unidades Prediais do Cbmmg - Reforma e Ampliação do Imóvel Que Abrigará 2ª Companhia de Corpo de Bombeiros no Município de Passos /Mg (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 377

Emenda de despesa: 377 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 378

Emenda de despesa: 378 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Modernização e Expansão do Sistema Prisional (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 379

Emenda de despesa: 379 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 380

Emenda de despesa: 380 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 381

Emenda de despesa: 381 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes



Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 382

Emenda de despesa: 382 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Apoio e Realização de Eventos Esportivos (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 383

Emenda de despesa: 383 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Turismo

Objeto do Gasto: Infraestrutura dos Atrativos e Destinos Turísticos (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 384

Emenda de despesa: 384 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - Pavimentação do Trecho da Lmg677 Entre José Gonçalves de Minas(Ijicatu) a Virgem da Lapa - 41 Km (despesas de capital)

Valor: R\$ 60.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 385

Emenda de despesa: 385 Autor: Celinho do Sinttrocel

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 386

Emenda de despesa: 386 Autor: Vanderlei Miranda

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 387

Emenda de despesa: 387 Autor: Geraldo Pimenta

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 388

Emenda de despesa: 388 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 389

Emenda de despesa: 389 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas de capital)

Valor: R\$ 600.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 390

Emenda de despesa: 390 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas correntes)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 391

Emenda de despesa: 391 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Habitação

Objeto do Gasto: Construção de Habitação de Interesse Social - Construção de Casas Populares no Município de Matias Barbosa (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 392

Emenda de despesa: 392 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde



Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Aquisição de Materiais Hospitalares para a Associação Evangélica Beneficiante de Minas Gerais - Hospital Evangélico (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 393

Emenda de despesa: 393 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Aquisição de Insumos e Materiais Hospitalares para o Hospital do Município de Campanha (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 394

Emenda de despesa: 394 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Aquisição de Insumos e Materiais Hospitalares para a Prefeitura de Nanuque (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 395

Emenda de despesa: 395 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Aquisição de Insumos e Materiais Hospitalares para a Santa Casa de Pompéu (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 396

Emenda de despesa: 396 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Apoio à Infraestrutura das Cidades - Projeto de Abastecimento de Água da Comunidade do Assentamento Paulista do Município de Pompéu (despesas de capital)

Valor: R\$ 60.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 397

Emenda de despesa: 397 Autor: Antônio Jorge



Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Reforma do Telhado da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Candeias (despesas de capital)

Valor: R\$ 60.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 398

Emenda de despesa: 398 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Aquisição de Insumos e Materiais Hospitalares para a Fundação Comunitária de Saúde de Candeias (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 399

Emenda de despesa: 399 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Aquisição de Material de Consumo para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Leopoldina (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 400

Emenda de despesa: 400 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Polícia para Cidadania - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 401

Emenda de despesa: 401 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Ezequiel Dias

Objeto do Gasto: Pesquisa e Desenvolvimento - Garantir a Consolidação da Funed Como Instituto de Ciência e Tecnologia (despesas correntes)

Valor: R\$ 20.000,00

Dedução: Fundação Ezequiel Dias - 4430 - Produção de Medicamentos para o Componente Básico e Estratégico da Assistência Farmacêutica (outras despesas correntes)



EMENDA Nº 402

Emenda de despesa: 402 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos - Cobertura da Quadra de Esporte da Comunidade do Zueira do Município de São João Del Rei (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 403

Emenda de despesa: 403 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica em Área Urbana para o Município de Palma (despesas de capital)

Valor: R\$ 120.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 404

Emenda de despesa: 404 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Reforma de Unidade Básica de Saúde e Compra de Equipamentos para o Município de Santa Maria do Suaçui. (despesas de capital)

Valor: R\$ 80.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 405

Emenda de despesa: 405 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Aquisição de Insumos e Materiais Hospitalares para o Município de Água Boa (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 406

Emenda de despesa: 406 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Aquisição de Equipamentos para as Unidades de Saúde do Município de Peçanha. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 407

Emenda de despesa: 407 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Aquisição de Equipamentos para o Hospital do Município de Virginópolis (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 408

Emenda de despesa: 408 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Polícia para Cidadania - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 409

Emenda de despesa: 409 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Apoio à Infraestrutura das Cidades - Telhado para Cobertura Total de Galpão para Implantação de Indústria Fileteadora de Peixes para o Município de Palma (despesas de capital)

Valor: R\$ 360.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 410

Emenda de despesa: 410 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Construção do Pronto Atendimento, Ampliação da Uti e Construção da Uti Neonatal do Hospital do Município de Cataguases (despesas de capital)

Valor: R\$ 6.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 411

Emenda de despesa: 411 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Construção de Unidade Básica de Saúde no Município de Rio Novo (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 412

Emenda de despesa: 412 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação da Estrada Que Liga o Município de Lima Duarte ao Distrito de Conceição de Ibitipoca (despesas de capital)

Valor: R\$ 15.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 413

Emenda de despesa: 413 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Apoio à Infraestrutura das Cidades - Saneamento e Recuperação Ambiental do Córrego do Macuco de Conceição do Pará (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 414

Emenda de despesa: 414 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Obra de Urbanização da Via de Acesso ao Santuário da Imaculada Conceição do Pará (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 415

Emenda de despesa: 415 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Apoio à Infraestrutura das Cidades - Sistema de Tratamento de Esgoto para o Distrito de Coneição de Ibitipoca para o Município de Lima Duarte (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 416

Emenda de despesa: 416 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Aquisição de Equipamentos Hospitalares para o Hospital de Paracatu (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 417

Emenda de despesa: 417 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Aquisição de Equipamentos Odontológicos para o Município de Pedro Teixeira (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 418

Emenda de despesa: 418 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Aquisição de Equipamentos Odontológicos para o Município de Olaria (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 419

Emenda de despesa: 419 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas - Custeio das Ações da Associação de Parentes e Amigos dos Dependentes Químicos - Apadec de São João Del Rei (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 420

Emenda de despesa: 420 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas - Aquisição de Veículo para Associação Brasileira Comunitária para Prevenção ao Uso de Drogas, em Belo Horizonte (despesas de capital)

Valor: R\$ 40.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 421

Emenda de despesa: 421 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas - Aquisição de Veículo para Associação Beneficente para o Desenvolvimento Educacional Qualificação e Reintegração Social - Adequar, em Betim (despesas de capital)

Valor: R\$ 40.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 422

Emenda de despesa: 422 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas - Aquisição de Veículo para o Centro de Reabilitação Contra Dependência Química Gileade, em Alvinópolis (despesas de capital)

Valor: R\$ 40.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 423

Emenda de despesa: 423 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas - Aquisição de Veículo para Associação Carmense para Promoção Humana, em Carmo da Mata (despesas de capital)

Valor: R\$ 40.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 424

Emenda de despesa: 424 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas - Aquisição de Veículo para Comunidade Terapêutica Filhos do Rei, em Jequitinhonha (despesas de capital)

Valor: R\$ 40.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 425

Emenda de despesa: 425 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas - Investimento na Codesmig - Cooperação para o Desenvolvimento Educacional e Social de Minas Gerais, em Belo Horizonte (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 426

Emenda de despesa: 426 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas - Investimento na Fazenda de Esperança de Santa Maria de Itabira, em Itabira (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 427

Emenda de despesa: 427 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas - Investimento na Comunidade Terapêutica Arca de Noé, em Betim (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 428

Emenda de despesa: 428 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Poliétrica para o Município de Além Paraíba (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 429

Emenda de despesa: 429 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica para o Município de Pirapetinga (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 430

Emenda de despesa: 430 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Construção de Unidade Básica de Saúde no Município de Rio Pomba (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 431

Emenda de despesa: 431 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Reforma de Unidade Básica de Saúde para o Município de São João Nepomuceno (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 432

Emenda de despesa: 432 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica para a Prefeitura de São Geraldo (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 433

Emenda de despesa: 433 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica para o Município de Santos Dumont (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 434

Emenda de despesa: 434 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica para o Município de Bocaina de Minas (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 435

Emenda de despesa: 435 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica para o Município de Goianá (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 436

Emenda de despesa: 436 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica para o Município de Liberdade (despesas de capital)

Valor: R\$ 80.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 437

Emenda de despesa: 437 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica para o Município de Santana do Deserto (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 438

Emenda de despesa: 438 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica para o Município de Coronel Pacheco (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 439

Emenda de despesa: 439 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Custeio das Ações de Saúde do Município de Andrelândia (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 440

Emenda de despesa: 440 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Custeio dos Serviços da Fundação Minas Novas - Hospital Badaró Júnior do Município de Minas Novas (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 441

Emenda de despesa: 441 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Custeios de Ações de Saude da Conferência de São Vicente de Paulo do Município de Turmalina (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 442

Emenda de despesa: 442 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação para o Município de Bom Jardim de Minas (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 443

Emenda de despesa: 443 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação - Município de Lima Duarte (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 444

Emenda de despesa: 444 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação - Município de Pedro Teixeira (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 445

Emenda de despesa: 445 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação - Município de Olaria (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 446

Emenda de despesa: 446 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação - Município de Arantina (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 447

Emenda de despesa: 447 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Construção da Clínica de Especialidades Médicas da Região das Vertentes - Consórcio Intermunicipal de Saúde das Vertentes (despesas de capital)

Valor: R\$ 7.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 448

Emenda de despesa: 448 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Custeio de Serviços de Saúde - Agencia de Cooperação Intermunicipal em Saúde do Pé da Serra (despesas correntes)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 449

Emenda de despesa: 449 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Custeio para o Hospital São Vicente de Paula - Município de Itabirito (despesas correntes)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 450

Emenda de despesa: 450 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Custeio de Ações - Ong de Proteção Animal Voluntários da Pata - Município de Pouso Alegre (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 451

Emenda de despesa: 451 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Construção do Hospital Regional do Município de Contagem (despesas de capital)

Valor: R\$ 25.000.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 452

Emenda de despesa: 452 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Equipamentos Hospitalares (Ventiladores Mecânicos) para a Sociedade Caritativa Sagrado Coração de Jesus - Hospital do Município de Baependi (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 453

Emenda de despesa: 453 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Objeto do Gasto: Apoio a Gestão Ambiental - Reforma e Revitalização do Parque Estadual Fernão Dias no Município de Contagem (despesas de capital)

Valor: R\$ 9.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 454

Emenda de despesa: 454 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Custeio das Ações de Saúde do Hospital Regional do Município de Janaúba (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 455

Emenda de despesa: 455 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Estadual do Meio Ambiente

Objeto do Gasto: Gestão das Condições de Segurança de Barragens de Rejeitos e Resíduos (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 456

Emenda de despesa: 456 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas correntes)

Valor: R\$ 3.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)



EMENDA Nº 457

Emenda de despesa: 457 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Implantação de Barraginhas Ou Pequena Barragem (despesas correntes)

Valor: R\$ 2.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 458

Emenda de despesa: 458 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Monitoramento da Qualidade e Quantidade da Água (despesas correntes)

Valor: R\$ 3.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 459

Emenda de despesa: 459 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Ações Emergenciais no Patrimônio Cultural (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 460

Emenda de despesa: 460 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Vistorias Técnicas no Patrimônio Cultural (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 461

Emenda de despesa: 461 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio a Infraestrutura Municipal e Regional Com Fornecimento de Elementos Estruturais (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 462

Emenda de despesa: 462 Autor: Bloco Verdade e Coerência



Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Gerenciamento de Estudos e Projetos de Infraestrutura e de Obras Públicas (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 463

Emenda de despesa: 463 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Implantação de Serviços de Prevenção à Criminalidade (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 464

Emenda de despesa: 464 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Expansão e Modernização do Sistema Socioeducativo (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 465

Emenda de despesa: 465 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Modernização e Expansão do Sistema Prisional (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 466

Emenda de despesa: 466 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Renovação da Frota (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 467

Emenda de despesa: 467 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Aparelhamento das Unidades da Polícia Civil (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)



EMENDA Nº 468

Emenda de despesa: 468 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Modernização da Identificação Civil e Criminal (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 469

Emenda de despesa: 469 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Assistência Psicossocial (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 470

Emenda de despesa: 470 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção do Centro de Tecidos Biológicos de Minas Gerais - Cetebio (despesas de capital)

Valor: R\$ 2.500.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 471

Emenda de despesa: 471 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Projetos, Construções, Reformas e Ampliações de Unidades da Educação (despesas de capital)

Valor: R\$ 2.500.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 472

Emenda de despesa: 472 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Rede de Metrô (despesas de capital)

Valor: R\$ 3.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 473

Emenda de despesa: 473 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Estadual de Florestas

Objeto do Gasto: Ampliação das Áreas de Vegetação Nativa e Recuperação de Áreas Degradadas, Cultivando Água Boa. (despesas correntes)



Valor: R\$ 2.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 474

Emenda de despesa: 474 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Mineiro de Gestão das Águas

Objeto do Gasto: Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água - Qualiágua (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 475

Emenda de despesa: 475 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo de Incentivo à Inovação Tecnológica

Objeto do Gasto: Suporte a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos e Processos Inovadores (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 476

Emenda de despesa: 476 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Habitação

Objeto do Gasto: Concessão de Subsídio Temporário para Auxílio Habitacional (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 477

Emenda de despesa: 477 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Objeto do Gasto: Administração de Concessões de Serviços (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 478

Emenda de despesa: 478 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Rede Estadual de Capacitação e Educação Sanitária (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 479

Emenda de despesa: 479 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Desenvolvimento do Portal das Cidades (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 480

Emenda de despesa: 480 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Apoio à Infraestrutura das Cidades (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 481

Emenda de despesa: 481 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Intervenções Urbanísticas (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 482

Emenda de despesa: 482 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material às Organizações da Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 483

Emenda de despesa: 483 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Rede de Atenção à Saúde Hospitalar Contratada (despesas correntes)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 484

Emenda de despesa: 484 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Rede de Atenção à Saúde Ambulatorial Contratada (despesas correntes)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 485

Emenda de despesa: 485 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Assistência Ambulatorial na Capital (despesas correntes)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 486

Emenda de despesa: 486 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Assistência Médica Hospitalar na Capital (despesas correntes)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 487

Emenda de despesa: 487 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Objeto do Gasto: Manejo Integrado de Sub Bacias Hidrográficas (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 488

Emenda de despesa: 488 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Modernização da Infraestrutura de Pesquisa e de Transfêrencia de Tecnologia (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 489

Emenda de despesa: 489 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Mineiro de Agropecuária

Objeto do Gasto: Fortalecimento das Agroindústrias de Pequeno Porte (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 490

Emenda de despesa: 490 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual do Café

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro a Projetos da Cadeia Produtiva (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 491

Emenda de despesa: 491 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Assistência Técnica aos Produtores Rurais no Programa Minas Pecuária (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 492

Emenda de despesa: 492 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Rural Mineira

Objeto do Gasto: Conservação e Revitalização de Sub Bacias Hidrográficas (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 493

Emenda de despesa: 493 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Objeto do Gasto: Irriga Minas (despesas de capital)

Valor: R\$ 2.000.000,00

Deduções: Reserva de Contingência - R\$ 1.000.000,00

Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes) - R\$ 1.000.000,00

EMENDA Nº 494

Emenda de despesa: 494 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Mineiro de Agropecuária

Objeto do Gasto: Certificação de Propriedades Inscritas no Programa Certifica Minas Café (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 495

Emenda de despesa: 495 Autor: Bloco Verdade e Coerência



Unidade Orçamentária Beneficiada: Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Modernização da Infraestrutura de Pesquisa e de Transfêrencia de Tecnologia (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 496

Emenda de despesa: 496 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica em Área Urbana para o Município de Abaeté (despesas de capital)

Valor: R\$ 120.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 497

Emenda de despesa: 497 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção, Ampliação E/Ou Reformas de Edificações Governamentais - Valor de R\$500.000,00 para Construção de Sede de Delegacias de Mulheres para o Município de Ibirité. (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 498

Emenda de despesa: 498 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Aparelhamento das Unidades da Polícia Civil - Valor de R\$ 2501.000,00 para Aquisição de Equipamentos de Sede de Delegacias de Mulheres para o Município de Ibirité (despesas de capital)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 499

Emenda de despesa: 499 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Valor de R\$ 300.000,00 para Aquisição e Distribuição de Vacina Contra Leishmaniose, para os Municípios Mineiros, (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 500

Emenda de despesa: 500 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas



Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Valor de R\$2.500.000,00 Destinado para Agilizar a Retomada das Obras do Trevo da Quintas da Jangada, Localizado no Município de Ibirité. (despesas de capital)

Valor: R\$ 2.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 501

Emenda de despesa: 501 Autor: Emidinho Madeira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 502

Emenda de despesa: 502 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Fomento ao Futebol Amador - Construção de Arquibancada e Alamedado no Campo do Flamengo Esporte Clube, no Município de Conceição do Pará (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 503

Emenda de despesa: 503 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental - Construção de Unidade Escolar de Ensino Fundamental e Médio no Distrito de Taquaral, Município de Itinga. (despesas de capital)

Valor: R\$ 4.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 504

Emenda de despesa: 504 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Elaboração de Projetos de Engenharia - Projeto de Engenharia Visando a Pavimentação da Lmg 678 Entre Novo Cruzeiro e Entroncamento Com Araçuaí - 92 Km (despesas correntes)

Valor: R\$ 109.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 505

Emenda de despesa: 505 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais



Objeto do Gasto: Elaboração de Projetos de Engenharia - - Projeto de Engenharia Visando a Pavimentação da Lmg 105 em Jequitinhonha - 55 Km (despesas correntes)

Valor: R\$ 109.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 506

Emenda de despesa: 506 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Elaboração de Projetos de Engenharia - Projeto de Engenharia Visando a Pavimentação da Lmg 214 Entre Capelinha e Itamarandiba - 52 Km (despesas correntes)

Valor: R\$ 109.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 507

Emenda de despesa: 507 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Elaboração de Projetos de Engenharia - Projeto de Engenharia Visando a Pavimentação da Mg406 Entre Almenara e Pedra Azul (Sub Trecho Almenara-Pedra Grande) - 35 Km (despesas correntes)

Valor: R\$ 109.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 508

Emenda de despesa: 508 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Elaboração de Projetos de Engenharia - Projeto de Engenharia Visando a Pavimentação da Mgc 251 Entre Almenara e Pedra Azul (Sub Trecho Pedra Azul e Pedra Grande) - 58 Km (despesas correntes)

Valor: R\$ 109.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 509

Emenda de despesa: 509 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - - Pavimentação da MG 211 Entre Capelinha e Setubinha (despesas de capital)

Valor: R\$ 75.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 510

Emenda de despesa: 510 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas



Objeto do Gasto: Desenvolvimento Aeroviário - Reforma do Aeroporto do Município de Campo Belo (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 511

Emenda de despesa: 511 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Construção de Calçadas de Concreto de Zinato para o Município de Carneirinho. (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 512

Emenda de despesa: 512 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Aquisição de 20 Ar Condicionado para a E.M. Vicente Luiza, no Município de Carneirinho (despesas de capital)

Valor: R\$ 80.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 513

Emenda de despesa: 513 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Término da Construção da Câmara Municipal do Município de Gonzaga (despesas de capital)

Valor: R\$ 70.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 514

Emenda de despesa: 514 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Construção de Sala do Velório no Município de Gurinhatã (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 515

Emenda de despesa: 515 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes



Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos - Construção de Uma Quadra Poliesportiva no Município de Lassance (despesas de capital)

Valor: R\$ 110.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 516

Emenda de despesa: 516 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Aquisição de Um Veículo Ônibus para a Secretaria Municipal de Esportes do Município de Pirajuba (despesas de capital)

Valor: R\$ 75.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 517

Emenda de despesa: 517 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Emulsão Asfáltica para Pavimentação Asfáltica de Ruas do Bairro Recanto das Acácias e Dentro do Parque de Exposição João de Freitas Barbosa no Município de Capinópolis. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 518

Emenda de despesa: 518 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Melhoria e Reforma da Área de Lazer no Bairro Jardim Primavera no Município de Carneirinho. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 519

Emenda de despesa: 519 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Aquisição de Um Veículo Micro-Ônibus para a Secretaria Municipal de Esportes do Município de Iturama. (despesas de capital)

Valor: R\$ 75.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 520

Emenda de despesa: 520 Autor: Iran Barbosa



Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Custeio para o Sanatório do Município de Ituiutaba.
(despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 521

Emenda de despesa: 521 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos - Cobertura e Iluminação da Quadra no Município de Juíz de Fora. (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 522

Emenda de despesa: 522 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Apoio à Infraestrutura das Cidades - Implantação de Um Poço Artesiano no Município de Pedra Maria da Cruz. (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 523

Emenda de despesa: 523 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Construção de Uma Área de Lazer para a Convivência Social dos Moradores do Distrito de Taruaçu, no Município de São João Nepomuceno. (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 524

Emenda de despesa: 524 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos - Construção de Uma Quadra Poliesportiva na Comunidade de Caquende, Distrito do Município de Santo Hipólito. (despesas de capital)

Valor: R\$ 80.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 525

Emenda de despesa: 525 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Aquisição de Um Veículo Ambulância para o Município de Gurinhatã (despesas de capital)

Valor: R\$ 75.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 526

Emenda de despesa: 526 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Emulsão Asfáltica para o Município de Carneirinho (despesas de capital)

Valor: R\$ 120.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 527

Emenda de despesa: 527 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Emulsão Asfáltica para o Município de Pirapora (despesas de capital)

Valor: R\$ 115.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 528

Emenda de despesa: 528 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Mineiro de Agropecuária

Objeto do Gasto: Análise Laboratorial (despesas correntes)

Valor: R\$ 2.400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 529

Emenda de despesa: 529 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Mineiro de Agropecuária

Objeto do Gasto: Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (despesas correntes)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 530

Emenda de despesa: 530 Autor: Bloco Verdade e Coerência



Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Rural Mineira

Objeto do Gasto: Piscicultura (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 531

Emenda de despesa: 531 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Rural Mineira

Objeto do Gasto: Readequação de Estradas Vicinais Com Enfoque Ambiental (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 532

Emenda de despesa: 532 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Expansão e Aperfeiçoamento do Atendimento do Cbmmg para Tornar o Estado de Minas Gerais Mais Resiliente aos Desastres (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 533

Emenda de despesa: 533 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Turismo

Objeto do Gasto: Infraestrutura dos Atrativos e Destinos Turísticos (despesas correntes)

Valor: R\$ 660.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 534

Emenda de despesa: 534 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Rural Mineira

Objeto do Gasto: Mediação de Conflitos Socioambientais e Fundiários (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 535

Emenda de despesa: 535 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio a Iniciativas e Oferta de Ações para a Juventude em Territórios Urbanos (despesas correntes)

Valor: R\$ 600.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 536

Emenda de despesa: 536 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Rural Mineira

Objeto do Gasto: Construção de Reservatórios de Pequeno Porte (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 537

Emenda de despesa: 537 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica em Área Urbana para o Município de Salinas (despesas de capital)

Valor: R\$ 120.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 538

Emenda de despesa: 538 Autores: Fabiano Tolentino, Antônio Carlos Arantes

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Recursos para Estruturação Física da Sede e Núcleos Regionais da Accomig/Caprileite, Viabilizando o Programa da Cadeia Produtiva Berro de Minas. (despesas de capital)

Valor: R\$ 10.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 539

Emenda de despesa: 539 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Valor Destinado para Reforma do Posto de Saúde Juventino Ferreira Nunes, Situada no Município de Mário Campos (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 540

Emenda de despesa: 540 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Valor Destinado para Ampliação da Policlínica para Upa, Situada no Município de Sarzedo (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 541

Emenda de despesa: 541 Autor: Professor Neivaldo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 542

Emenda de despesa: 542 Autor: Dalmo Ribeiro Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 543

Emenda de despesa: 543 Autor: Dalmo Ribeiro Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 544

Emenda de despesa: 544 Autor: Dalmo Ribeiro Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Apoio e Realização de Eventos Esportivos (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 545

Emenda de despesa: 545 Autor: Dalmo Ribeiro Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 546

Emenda de despesa: 546 Autor: Dalmo Ribeiro Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Apoio à Infraestrutura das Cidades (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 547

Emenda de despesa: 547 Autor: Dalmo Ribeiro Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo à Produção, Circulação e Intercâmbio Cultural (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 548

Emenda de despesa: 548 Autor: Dalmo Ribeiro Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 549

Emenda de despesa: 549 Autor: João Alberto

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Objeto do Gasto: Desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 550

Emenda de despesa: 550 Autor: João Alberto

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Objeto do Gasto: Desenvolvimento Agropecuário nos Territórios (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 551

Emenda de despesa: 551 Autor: João Alberto

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - o Recurso Será Destinado para Pavimentação da Rodovia MG 20 16km Entre os Municípios de Joboticatubas e São José de Almeida. (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 552

Emenda de despesa: 552 Autor: João Alberto

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - o Recurso Será Destinado para a Pavimentação da MG 231 entre os Municípios de Cordisburgo e Santana do Pirapama (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 553

Emenda de despesa: 553 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Apoio a Agricultura Familiar (despesas correntes)

Valor: R\$ 600.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 554

Emenda de despesa: 554 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Rural Mineira

Objeto do Gasto: Planejamento e Execução do Sistema de Telefonia Rural (despesas correntes)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 555

Emenda de despesa: 555 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Rural Mineira

Objeto do Gasto: Manutenção nos Postos Telefônicos Rurais Instalados (despesas correntes)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 556

Emenda de despesa: 556 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo de Assistência ao Turismo

Objeto do Gasto: Fastur (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 557

Emenda de despesa: 557 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Mineiro de Gestão das Águas

Objeto do Gasto: Pacto Nacional Pela Gestão das Águas - Progestão (despesas correntes)



Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 558

Emenda de despesa: 558 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Jucemg Digital (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 559

Emenda de despesa: 559 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Infojucemg (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 560

Emenda de despesa: 560 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Estadual de Florestas

Objeto do Gasto: Proteção e Recuperação da Mata Atlântica Fase II Promata II (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 561

Emenda de despesa: 561 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Assessoria Técnica à Empreendimentos da Economia Solidária (despesas correntes)

Valor: R\$ 600.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 562

Emenda de despesa: 562 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Estadual de Florestas

Objeto do Gasto: Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga (Cultivando Água Boa). (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 563

Emenda de despesa: 563 Autor: Bloco Verdade e Coerência
Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
Objeto do Gasto: Promoção da Eficiência Energética em Minas Gerais (despesas correntes)
Valor: R\$ 200.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 564

Emenda de despesa: 564 Autor: Bloco Verdade e Coerência
Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
Objeto do Gasto: Plano Estadual de Mineração e Transformação Mineral (despesas correntes)
Valor: R\$ 200.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 565

Emenda de despesa: 565 Autor: Bloco Verdade e Coerência
Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
Objeto do Gasto: Apoio à Inovação e Melhoria da Produtividade Industrial de Minas Gerais (despesas correntes)
Valor: R\$ 100.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 566

Emenda de despesa: 566 Autor: Bloco Verdade e Coerência
Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
Objeto do Gasto: Fortalecimento do Cooperativismo Mineiro (despesas correntes)
Valor: R\$ 200.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 567

Emenda de despesa: 567 Autor: Bloco Verdade e Coerência
Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
Objeto do Gasto: Promoção e Participação em Feiras, Exposições e Eventos (despesas correntes)
Valor: R\$ 100.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 568

Emenda de despesa: 568 Autor: Bloco Verdade e Coerência
Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
Objeto do Gasto: Fomento ao Crescimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de Minas Gerais.
(despesas correntes)



Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 569

Emenda de despesa: 569 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Objeto do Gasto: Estímulo ao Desenvolvimento Produtivo e à Inovação (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 570

Emenda de despesa: 570 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Objeto do Gasto: Promoção do Estado para a Prospecção de Empreendimentos da Novíssima Economia (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 571

Emenda de despesa: 571 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Objeto do Gasto: Economia Circular - Plano de Transição para o Modelo Circular da Economia de Minas Gerais (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 572

Emenda de despesa: 572 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Objeto do Gasto: Desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 573

Emenda de despesa: 573 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo de Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Gestão de Contratos de Ppp (despesas correntes)

Valor: R\$ 105.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 574

Emenda de despesa: 574 Autor: Bloco Verdade e Coerência
Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural
Objeto do Gasto: Funderur (despesas correntes)
Valor: R\$ 1.000.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 575

Emenda de despesa: 575 Autor: Felipe Attiê
Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde
Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas correntes)
Valor: R\$ 1.000.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 576

Emenda de despesa: 576 Autor: Felipe Attiê
Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas
Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural (despesas de capital)
Valor: R\$ 2.000.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 577

Emenda de despesa: 577 Autor: Felipe Attiê
Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Habitação
Objeto do Gasto: Construção de Habitação de Interesse Social (despesas correntes)
Valor: R\$ 1.000.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 578

Emenda de despesa: 578 Autor: Felipe Attiê
Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde
Objeto do Gasto: Abastecimento de Medicamentos Especializados. (despesas correntes)
Valor: R\$ 500.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 579

Emenda de despesa: 579 Autor: Felipe Attiê
Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes
Objeto do Gasto: Bolsa-Atleta e Bolsa Técnico (despesas correntes)



Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 580

Emenda de despesa: 580 Autor: Felipe Attiê

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo e Apoio as Culturas Populares e Tradicionais (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 581

Emenda de despesa: 581 Autor: Felipe Attiê

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Reabilitação de Áreas Contaminadas (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 582

Emenda de despesa: 582 Autor: Felipe Attiê

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental (despesas correntes)

Valor: R\$ 2.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 583

Emenda de despesa: 583 Autor: Felipe Attiê

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Implantação de Hospitais Regionais (despesas de capital)

Valor: R\$ 2.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 584

Emenda de despesa: 584 Autor: Felipe Attiê

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Fundese Geraminas (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 585

Emenda de despesa: 585 Autor: Felipe Attiê

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 586

Emenda de despesa: 586 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Projetos, Construções, Reformas e Ampliações de Unidades de Saúde (despesas de capital)

Valor: R\$ 2.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 587

Emenda de despesa: 587 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Segurança nas Olimpíadas (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 588

Emenda de despesa: 588 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Receptividade nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 589

Emenda de despesa: 589 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Compete Minas (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 590

Emenda de despesa: 590 Autor: Professor Neivaldo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Recursos para Obras de Asfaltamento em Vias Públicas do Município de Frutal. (despesas de capital)

Valor: R\$ 2.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 591

Emenda de despesa: 591 Autor: Professor Neivaldo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - Recursos para Obras de Pavimentação da Rodovia Lmg 746 no Trecho de Ligação Entre o Município de Monte Carmelo e o Distrito de Chapada de Minas, Propiciando Melhor Acesso da Comunidade Acadêmica ao Campus da Universidade Federal de Uberlândia Nesta Localidade. (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 592

Emenda de despesa: 592 Autor: Professor Neivaldo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - Recursos para Obras de Melhoria na Rodovia Mgc-497 no Trecho de Ligação Entre os Municípios de Uberlândia e Prata, Ressaltando Que Se Trata de Rodovia de Grande Importância para o Escoamento da Produção Agrícola e Transporte de Mercadorias Dessa Região. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 593

Emenda de despesa: 593 Autor: Professor Neivaldo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - Recursos para Pavimentação da Estrada Vicinal Paralela a Br-364, no Entroncamento da Mgc-455, Sentido Mg-427, no Entorno do Município de Planura. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 594

Emenda de despesa: 594 Autor: Professor Neivaldo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - Recursos para Obras de Melhoria na Rodovia Mgt-154, Trecho de Ligação Entre os Municípios de Itapagipe e Campina Verde Até o Entroncamento da Rodovia Mg-255. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 595

Emenda de despesa: 595 Autor: Professor Neivaldo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo



Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Recursos para Obras de Reforma e Melhoria do Prédio da Cadeia Pública de Monte Alegre de Minas. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 596

Emenda de despesa: 596 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Modernização Institucional da Polícia Civil (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 597

Emenda de despesa: 597 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Modernização e Expansão do Sistema Prisional (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 598

Emenda de despesa: 598 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Expansão e Modernização do Sistema Socioeducativo (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 599

Emenda de despesa: 599 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Projeto Implantação de Videomonitoramento (Olho Vivo) (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 600

Emenda de despesa: 600 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Expansão do Serviço Operacional de Bombeiros (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 601

Emenda de despesa: 601 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 602

Emenda de despesa: 602 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Estruturação e Manutenção de Espaços para Comercialização dos Produtos (despesas correntes)

Valor: R\$ 640.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 603

Emenda de despesa: 603 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: - Atendimento a Adolescentes e Jovens Egressos do Sistemas Socioeducativo (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.378.584,00

Dedução: Secretaria de Estado de Defesa Social - 4582 - Aprimoramento e Expansão da Execução dos Eixos Estratégicos Definidos Pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Família, Escolarização, Pro (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 604

Emenda de despesa: 604 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Manutenção de Grupos e Espaços Culturais - R\$150.000,00, no Território Metropolitano, para a Manutenção da Orquestra Jovem de Minas, em Contagem (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.050.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 605

Emenda de despesa: 605 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Ezequiel Dias

Objeto do Gasto: Produção de Medicamentos para o Componente Básico e Estratégico da Assistência Farmacêutica (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 606

Emenda de despesa: 606 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Expansão da Defensoria Pública no Estado (despesas correntes)

Valor: R\$ 3.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 607

Emenda de despesa: 607 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Capacitação de Membros e Servidores da Defensoria Pública (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 608

Emenda de despesa: 608 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Assistência Jurídica - Ampliação do Número de Estagiários da Defensoria Pública de Minas Gerais (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 609

Emenda de despesa: 609 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Turismo

Objeto do Gasto: Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos em Minas Gerais - Relatório a Ser Elaborado para Municípios do Circuito das Águas (despesas correntes)

Valor: R\$ 30.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 610

Emenda de despesa: 610 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Turismo

Objeto do Gasto: Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos em Minas Gerais - Relatório a Ser Elaborado para o Município de Montes Claros e Região (despesas correntes)

Valor: R\$ 30.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 611

Emenda de despesa: 611 Autor: Comissão de Participação Popular



Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Turismo

Objeto do Gasto: Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos em Minas Gerais - Relatório a Ser Elaborado para o Município de Governador Valadares e Região (despesas correntes)

Valor: R\$ 30.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 612

Emenda de despesa: 612 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Turismo

Objeto do Gasto: Fomento à Economia Criativa e Gastronomia (despesas correntes)

Valor: R\$ 284.882,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 613

Emenda de despesa: 613 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Implantação de Barraginhas Ou Pequena Barragem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 614

Emenda de despesa: 614 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Implantação de Cisterna de Consumo (despesas de capital)

Valor: R\$ 340.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 615

Emenda de despesa: 615 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Coordenação da Política Estadual de Saneamento Básico - Eleboração do Plano Estadual de Saneamento Básico (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 616

Emenda de despesa: 616 Autor: Comissão de Participação Popular



Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Objeto do Gasto: Apoio à Inclusão Produtiva e Autonomia Econômica das Mulheres do Campo (despesas correntes)

Valor: R\$ 73.500,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 617

Emenda de despesa: 617 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Objeto do Gasto: Apoio à Permanência do Jovem no Campo e à Continuidade da Agricultura Familiar - Sucessão Rural (despesas correntes)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 618

Emenda de despesa: 618 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Estadual de Florestas

Objeto do Gasto: Ampliação das Áreas de Vegetação Nativa e Recuperação de Áreas Degradadas, Cultivando Água Boa. - no Território Metropolitano, R\$1.100.000 para a Proteção das Nascentes da Apa Várzea das Flores, Situada nos Municípios de Contagem e Betim. (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.600.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 619

Emenda de despesa: 619 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Objeto do Gasto: - Desenvolvimento do Estudo Técnico para a Criação do Parque Fernão Dias, nos Municípios de Contagem e Betim, Como Unidade de Conservação. (despesas correntes)

Valor: R\$ 800.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 620

Emenda de despesa: 620 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Objeto do Gasto: Desenvolvimento Agropecuário nos Territórios - dos R\$500.000,00 Acrescentados na Regionalização Multiterritorial, R\$400.00 Têm Como Objeto do Gasto a Aquisição de Dispositivo Refrigerado para Transporte de Sêmem e R\$100.000 Têm Como Destinação o Melhoramento Genético da Ovinocaprinocultura para Pequenos e Médios Produtores e para a Difusão Tecnológica de Bem Estar Animal. (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 621

Emenda de despesa: 621 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Objeto do Gasto: Apoio a Feiras Livres da Agricultura Familiar - "Aqui Tem Feira!" (despesas correntes)

Valor: R\$ 134.600,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 622

Emenda de despesa: 622 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Objeto do Gasto: Apoio e Realização de Eventos e Produção de Informações para o Desenvolvimento Rural (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 623

Emenda de despesa: 623 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Qualificação para o Trabalho (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 624

Emenda de despesa: 624 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Objeto do Gasto: Promoção da Eficiência Energética em Minas Gerais (despesas correntes)

Valor: R\$ 5.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 625

Emenda de despesa: 625 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Rural Mineira

Objeto do Gasto: Conservação e Revitalização de Sub Bacias Hidrográficas (despesas correntes)

Valor: R\$ 2.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 626

Emenda de despesa: 626 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Rural Mineira

Objeto do Gasto: Piscicultura (despesas correntes)



Valor: R\$ 3.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 627

Emenda de despesa: 627 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Regularização Fundiária Urbana Plena (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 628

Emenda de despesa: 628 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Apoio, Estímulo, Difusão e Internacionalização de Projetos Culturais do Setor Audiovisual (despesas correntes)

Valor: R\$ 8.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 629

Emenda de despesa: 629 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo à Produção, Circulação e Intercâmbio Cultural - Realização do Festivale no Território Médio/Baixo Jequitinhonha. (despesas correntes)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 630

Emenda de despesa: 630 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Expansão do Serviço Operacional de Bombeiros - Desenvolvimento de Projeto de Pelotão do Cbm no Município de Itaobim. (despesas correntes)

Valor: R\$ 75.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 631

Emenda de despesa: 631 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura Predial - Obras Necessárias à Instalação de Delegacias de Mulheres e Postos Periciais em Contagem e Ipatinga. (despesas de capital)



Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 632

Emenda de despesa: 632 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo para a Infância e a Adolescência

Objeto do Gasto: - Realização de Encontros Regionais e Estaduais de Protagonismo Juvenil no Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes. (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 633

Emenda de despesa: 633 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Objeto do Gasto: Promoção do Direito à Memória, à Verdade e à Justiça - Estruturação e Desenvolvimento das Atribuições da Comissão da Verdade em Minas Gerais. (despesas correntes)

Valor: R\$ 600.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 634

Emenda de despesa: 634 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Objeto do Gasto: Promoção do Direito à Memória, à Verdade e à Justiça - Elaboração de Projeto de Implementação do Centro de Memória no Prédio do Antigo Dops. (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 635

Emenda de despesa: 635 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Estadual de Florestas

Objeto do Gasto: Proteção da Biodiversidade (despesas correntes)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 636

Emenda de despesa: 636 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Difusão e Transfêrencia de Tecnologia (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 637

Emenda de despesa: 637 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Objeto do Gasto: Georreferenciamento de Propriedades Rurais (despesas correntes)

Valor: R\$ 84.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 638

Emenda de despesa: 638 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Objeto do Gasto: Georreferenciamento de Propriedades Rurais (despesas correntes)

Valor: R\$ 84.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 639

Emenda de despesa: 639 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Objeto do Gasto: Georreferenciamento de Propriedades Rurais (despesas correntes)

Valor: R\$ 84.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Claudio Cardoso de Almeida, da Prefeitura Municipal de Mário Campos, e outros, sugere alterações no Programa 26 – Desenvolvimento da Infraestrutura Municipal e Regional – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 28/10/2015, durante o processo de discussão participativa do eixo Infraestrutura e Logística do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam a sugestão de estabelecer convênio de repasse de recurso para o Município de Itaverava para o asfaltamento do trecho que liga Itaverava



a Ouro Branco e do trecho que liga Itaverava a Santana dos Montes, no âmbito do Programa 26 – Desenvolvimento da Infraestrutura Municipal e Regional.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, para inclusão do trecho no planejamento por meio de repasse de recursos ao município.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2/2015 na forma do requerimento anexo. Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2/2015, de Claudio Cardoso de Almeida, da Prefeitura Municipal de Mário Campos, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para inclusão do trecho que liga Itaverava a Ouro Branco e do trecho que liga Itaverava a Santana dos Montes no planejamento, por meio de repasse de recursos aos municípios.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 3/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 3/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Alex Maciel Teixeira, da 11ª RPM – Polícia Militar de Minas Gerais –, e outros, sugere alterações no Programa 091 – Qualifica Suas – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 4/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Saúde e Proteção Social do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 091 – Qualifica Suas:

- alterar metas física e financeira da Ação 4444 – Capacitação Continuada do Suas – para os anos 2017 e 2019;
- alterar meta física e financeira da Ação 4446 – Vigilância e Apoio Técnico aos Municípios no Aprimoramento do Suas.

Além disso, foi apresentada recomendação dirigida à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – para que seja criado um indicador adicional para o programa, de modo a mensurar melhor a evolução dos serviços do Suas nos municípios mineiros.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e de requerimento com pedido de providências à Sedese.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 3/2015 na forma das emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e do requerimento anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 091 - QUALIFICA SUAS -

Ação: 4444 - CAPACITAÇÃO CONTINUADA DO SUAS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	12.000	5.288.968,00	15.000	6.611.210,00	12.000	5.288.968,00	15.000	6.611.210,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 091 - QUALIFICA SUAS

Ação: 4446 - VIGILÂNCIA E APOIO TÉCNICO AOS MUNICÍPIOS NO APRIMORAMENTO DO SUAS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	24	0,00	24	0,00	24	0,00	24	0,00
Caparaó	55	0,00	55	0,00	55	0,00	55	0,00
Central	17	0,00	17	0,00	17	0,00	17	0,00
Mata	93	0,00	93	0,00	93	0,00	93	0,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	31	0,00	31	0,00	31	0,00	31	0,00
Metropolitano	90	0,00	90	0,00	90	0,00	90	0,00
Mucuri	29	0,00	29	0,00	29	0,00	29	0,00
Multiterritorial	0	903.000,00	0	903.000,00	0	903.000,00	0	903.000,00
Noroeste	30	0,00	30	0,00	30	0,00	30	0,00
Norte	86	0,00	86	0,00	86	0,00	86	0,00
Oeste	56	0,00	56	0,00	56	0,00	56	0,00
Sudoeste	34	0,00	34	0,00	34	0,00	34	0,00
Sul	119	0,00	119	0,00	119	0,00	119	0,00
Triângulo Norte	30	0,00	30	0,00	30	0,00	30	0,00
Triângulo Sul	27	0,00	27	0,00	27	0,00	27	0,00
Vale do Aço	33	0,00	33	0,00	33	0,00	33	0,00
Vale do Rio Doce	49	0,00	49	0,00	49	0,00	49	0,00
Vertentes	50	0,00	50	0,00	50	0,00	50	0,00

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 3/2015, apresentada por Alex Maciel Teixeira, da 11ª RPM – Polícia Militar de Minas Gerais –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social para que seja criado um indicador adicional para o Programa 91 – Capacita Suas –, de modo a mensurar com mais precisão a evolução dos serviços do Sistema Único de Assistência Social nos municípios mineiros.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 4/2015**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 4/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Amauri dos Santos Barra, do Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC – Jardim Leblon, e outros, sugere alterações no Programa 194 – Política Sobre Drogas – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 3/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Segurança Pública do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 194 – Política Sobre Drogas:

- alteração de finalidade na Ação 4535 – Apoio às Ações do Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão dos Entorpecentes;
- alteração de finalidade, público-alvo e territorialização na Ação 4599 – Sistema Integrado de Políticas sobre Drogas;
- alteração de finalidade e metas financeiras na Ação 4606 – Prevenção do Uso e Abuso de Alcool, Tabaco e Outras Drogas.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016 e dos seguintes requerimentos com pedido de providências:

- à Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds –, solicitando a regulamentação do Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes – Funpren;

– à Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds – para que avalie com o governo do Estado a viabilidade de suplementação orçamentária para a Ação 4606 – Prevenção do Uso e Abuso de Álcool, Tabaco e outras Drogas – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, de forma a possibilitar sua execução;

– ao governo do Estado, solicitando a regulamentação do Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes – Funpren.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 4/2015 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 2.937/2015 e 2.938/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 194 - POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Ação: 4535 - APOIO ÀS AÇÕES DO FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO DOS ENTORPECENTES

Mudança de finalidade:

Para: Possibilitar a obtenção e administração de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de ações que visem à minimização do uso de drogas e substâncias psicoativas em todo o estado de Minas Gerais, A PARTIR DA REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO DE ENTORPECENTES (FUNPREN).

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Emenda ao PPAG nº 8

Programa: 194 - POLÍTICAS SOBRE DROGAS -

Ação: 4599 - SISTEMA INTEGRADO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Mudança de finalidade:

Para: INTEGRAR AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA AOS USUÁRIOS E DEPENDENTES QUÍMICOS EM SUAS NECESSIDADES, FORTALECENDO a Rede de Atenção Psicossocial e executar estratégias de promoção de saúde, qualidade de vida, prevenção seletiva e indicada do uso e abuso de álcool, tabaco e outras drogas.

Mudança de público-alvo:

Para: USUÁRIOS E DEPENDENTES DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS E POPULAÇÃO GERAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mata	250	668.586,00	260	702.016,00	270	737.116,00	280	773.972,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	1.000,00						
Metropolitano	1.150	4.344.323,00	1.280	4.561.533,00	1.330	4.789.619,00	1.360	5.029.093,00
Norte	100	334.293,00	100	351.008,00	110	368.558,00	110	386.986,00
Oeste	200	668.586,00	220	702.016,00	220	737.116,00	240	773.972,00
Sul	100	334.293,00	110	351.008,00	110	368.558,00	120	386.986,00
Triângulo Norte	200	668.586,00	200	702.015,00	215	737.115,00	220	773.972,00



Triângulo Sul	300	1.337.169,00	310	1.404.031,00	325	1.474.227,00	340	1.547.943,00
Vale do Aço	100	334.293,00	110	351.008,00	110	368.558,00	110	386.986,00
Vale do Rio Doce	200	334.293,00	200	351.008,00	200	368.558,00	200	386.986,00
Vertentes	100	334.293,00	110	351.008,00	110	368.558,00	120	386.986,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 1.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 194 - POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Ação: 4606 - PREVENÇÃO DO USO E ABUSO DE ÁLCOOL, TABACO E OUTRAS DROGAS

Mudança de finalidade:

Para: Desenvolver e fomentar estratégias de prevenção contribuindo para o fortalecimento de habilidades pessoais e sociais com vistas a maximizar os fatores de proteção para o uso e abuso de álcool, tabaco e outras drogas, com foco em intervenções universais, seletivas e quaternárias. Ações de inclusão e reinserção social, a fim de ampliar a autonomia e fortalecer os vínculos familiares, profissionais, culturais e sociais, ATENTANDO PARA AS ESPECIFICIDADES REGIONAIS.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1451 - Secretaria de Estado de Defesa Social

Ação: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 1.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 1.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 4/2015, apresentada por Amauri dos Santos Barra, da Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC – Jardim Leblon, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds – para que avalie com o governo do Estado a viabilidade de suplementação orçamentária para a Ação 4606 – Prevenção do Uso e Abuso de Álcool, Tabaco e outras Drogas – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, com vistas a possibilitar a sua execução.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.



REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 4/2015, apresentada por Amauri dos Santos Barra, da Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC – Jardim Leblon, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências ao governo do Estado para regulamentar o Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes – Funpren.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 4/2015, apresentada por Amauri dos Santos Barra, da Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC Jardim Leblon, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds – para regulamentar o Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes – Funpren.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 5/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 5/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Ana Paula Soares Medina, do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, e outros, sugere alterações no Programa 125 – Consolidação da Política de Economia Solidária – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 4/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Saúde e Proteção Social do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 125 – Consolidação da Política de Economia Solidária:

- alteração de público-alvo, produto e unidade de medida e ampliação das metas físicas e financeiras da Ação 4562 – Estruturação de Unidades Produtivas / de Serviços;
- alteração de finalidade, produto e unidade de medida e ampliação das metas físicas e financeiras da Ação 4564 – Estruturação e Manutenção de Espaços para Comercialização dos Produtos;

- inclusão de nova ação, denominada Financiamento, Crédito e Finanças Solidárias.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016, e de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – para que, juntamente com o governo do Estado, estude a viabilidade de suplementação orçamentária para a ação Financiamento, Crédito e Finanças Solidárias do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, de forma a possibilitar a sua execução.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 5/2015 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 2.937/2015 e 2.938/2015 e do requerimento anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 125 - CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ação: 4562 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS / DE SERVIÇOS

Mudança de produto:

Para: Empreendimento econômico solidário apoiado (equipamentos e insumos fornecidos)

Mudança de unidade de medida:

Para: Empreendimento econômico solidário

Mudança de público-alvo:

Para: Empreendimentos econômicos solidários

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 125 - CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA -

Ação: 4564 - ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS PARA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

Mudança de finalidade:

Para: Implementar e estruturar espaços de comercialização da economia solidária.

Mudança de produto:

Para: Espaço de comercialização implantado

Mudança de unidade de medida:

Para: Espaço de comercialização

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	36	1.229.680,00	25	619.164,00	25	650.122,00	25	682.628,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA



Valor (R\$): 640.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 125 - CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ação: - Financiamento, crédito e finanças solidárias

Unidade Orçamentária: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: Financiar empreendimentos econômicos solidários utilizando as metodologias fundo rotativo solidário e bancos comunitários.

Produto: Aportes financeiros realizados

Unidade de medida: Aportes financeiros

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público-Alvo: Fundo rotativo solidário e bancos comunitários

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	18	100.000,00	18	100.000,00	18	100.000,00	18	100.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1481 - Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Ação: Estruturação e Manutenção de Espaços para Comercialização dos Produtos

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 640.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 640.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 5/2015, apresentada por Ana Paula Soares Medina, do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – para que, juntamente com o governo do Estado, estude a viabilidade de suplementação orçamentária para a ação Financiamento, Crédito e Finanças Solidárias do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, com vistas a possibilitar a sua execução.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 6/2015****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 6/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Alex Maciel Teixeira, da 11ª RPM – Polícia Militar de Minas Gerais –, e outros, sugere alterações no Programa 114 – Oferta de Proteção Socioassistencial – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 4/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Saúde e Proteção Social do PPAG – 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 114 – Oferta de Proteção Socioassistencial:

- alterar a meta financeira da Ação 4311 – Piso Mineiro de Assistência Social Fixo –, utilizando como base de cálculo o CadÚnico 2015;
- alterar as metas física e financeira da Ação 4312 – Piso Mineiro de Assistência Social Variável para os anos 2016 a 2019;
- alterar as metas física e financeira da Ação 4447 – Implantação e Manutenção de Serviços Regionais de Média e Alta Complexidade –, destinando o recurso acrescido para acolhimento institucional regional de crianças e adolescentes;
- alterar a meta financeira da Ação 4585 – Estruturação da Rede Socioassistencial Privada e Pública –, destinando os recursos acrescidos para aquisição de veículos e melhoria da capacidade instalada das entidades;
- incluir nova ação para cofinanciamento para a construção de equipamentos de assistência social, a fim de atender a municípios com demanda de equipamentos em zona rural.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de requerimentos com os seguintes pedidos de providência:

- à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, solicitando estudo de viabilidade para atualização da base de cálculo do Piso Mineiro fixo, já para 2016, considerando o número de inscritos no CadÚnico em 2015;
- à Sedese, para que avalie com o governo do Estado a viabilidade de suplementação orçamentária da Ação 4312, com vistas a atender as demandas populares;
- à Sedese, para que avalie com o governo do Estado a viabilidade de suplementação orçamentária da Ação 4447, com vistas a possibilitar as atividades nela previstas;
- à Sedese, solicitando estudo sobre a estrutura da rede socioassistencial privada e pública, incluindo a necessidade de veículos;



- à Sedese, solicitando estudo de demanda para a criação de ação que tenha por objetivo o cofinanciamento para construção de equipamentos de assistência social.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 6/2015 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 6/2015, apresentada por Alex Maciel Teixeira, da 11º RPM – Polícia Militar de Minas Gerais –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – no sentido de realizar estudo de viabilidade para atualização da base de cálculo do Piso Mineiro Fixo, para 2016, considerando o número de inscritos no CadÚnico em 2015, antecipando a revisão do cálculo prevista para 2019.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 6/2015, apresentada por Alex Maciel Teixeira, da 11º RPM – Polícia Militar de Minas Gerais –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – no sentido de verificar a viabilidade para atualização da base de cálculo do Piso Mineiro fixo, já para 2016, considerando o número de inscritos no CadÚnico em 2015, antecipando a revisão do cálculo prevista para 2019.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 6/2015, apresentada por Alex Maciel Teixeira, da 11º RPM – Polícia Militar de Minas Gerais –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese –, para que avalie com o governo do estado a viabilidade de suplementação orçamentária da Ação 4312 – Piso Mineiro de Assistência Social Variável –, com vistas a atender as demandas populares apresentadas para essa ação, como se segue:

- ampliar metas físicas e financeiras para os anos 2016 a 2019, de modo que

1) 620 municípios com menos de 20 mil habitantes e sem Creas possam ter cofinanciamento de R\$2.000,00 por mês, de forma que 155 municípios recebam recursos em 2016; 310 em 2017; 465 em 2018 e 620 em 2019.

2) 175 municípios sem cofinanciamento federal para serviços de convivência e fortalecimento de vínculos possam receber R\$9.000,00 por mês, de forma que 44 municípios recebam recursos em 2016; 88 em 2017; 132 em 2018 e 175 em 2019.



3) 164 municípios com 50% ou mais de população rural, de acordo com os dados do IBGE, recebam R\$4.500,00 por mês, de forma que 41 municípios recebam recursos em 2016; 82 em 2017; 123 em 2018; e 164 em 2019.

4) 28 municípios de grande porte possam receber R\$40.000,00 por mês, como cofinanciamento do Centro-Dia do governo federal, de forma que 7 municípios recebam recursos em 2016; 14 em 2017; 21 em 2018; e 28 em 2019.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 6/2015, apresentada por Alex Maciel Teixeira, da 11º RPM – Polícia Militar de Minas Gerais –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providência à Secretaria de Estado de Trabalho e do Desenvolvimento Social – Sedese – para que avalie com o governo do Estado a viabilidade de suplementação orçamentária da Ação 4447 – Implantação e Manutenção de Serviços Regionais de Média e Alta Complexidade – do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2016-2019, com vistas a possibilitar a execução das atividades nela previstas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 6/2015, apresentada por Alex Maciel Teixeira, da 11º RPM – Polícia Militar de Minas Gerais –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – solicitando estudo para mapeamento de demanda por melhoria na estrutura física da rede socioassistencial privada e pública, bem como da demanda por veículos para municípios para viabilizar a oferta dos serviços socioassistenciais em áreas rurais.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 6/2015, apresentada por Alex Maciel Teixeira, da 11º RPM – Polícia Militar de Minas Gerais –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese –, solicitando estudo para mapeamento de demanda por cofinanciamento para construção de equipamentos de assistência social em municípios onde sejam necessários para o atendimento da população rural.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 7/2015****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 7/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Adriana Chagas Corrêa, do Serviço Social do Comércio – Sesc – Saúde São Francisco, e outros, sugere alterações no Programa 174 – Política Estadual de Atenção Hospitalar – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 4/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Saúde e Proteção Social do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram recomendação relacionada à Ação 1151 – Implantação de Hospitais Regionais –, do Programa 174 – Política Estadual de Atenção Hospitalar. A recomendação foi dirigida à Secretaria de Estado de Saúde para elaborar estudo técnico a fim de embasar a definição da localidade onde será construído o Hospital Regional do Território Médio e Baixo Jequitinhonha. Conforme a justificativa, está prevista a sua construção no Município de Novo Cruzeiro, mas, segundo participantes que apresentaram essa recomendação, a localidade é de difícil acesso para moradores de outros municípios que serão referenciados para o futuro hospital. Assim, deveria ser escolhida outra localidade com melhor acessibilidade para a construção do hospital regional.

Segundo informações da Secretaria de Estado de Saúde, a maior parte desse estudo técnico já foi realizada. Informaram também que já está em construção o Hospital Regional de Teófilo Otoni, que atenderá a população dos municípios próximos, e que estão estudando a vocação para o hospital de Novo Cruzeiro.

Assim, após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de informações ao Secretário de Estado de Saúde sobre os estudos realizados para fundamentar a implantação do hospital regional do Médio e Baixo Jequitinhonha e sobre a definição da vocação do hospital de Novo Cruzeiro.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 7/2015 na forma do requerimento anexo. Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 7/2015, apresentada por Adriana Chagas Corrêa, do Serviço Social do Comércio – Sesc – Saúde São Francisco, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de informação ao Secretário de Estado de Saúde sobre os estudos realizados para

fundamentar a implantação do hospital regional do Médio e Baixo Jequitinhonha e sobre a definição da vocação do hospital de Novo Cruzeiro.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 8/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 8/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Adriana Chagas Corrêa, do Serviço Social do Comércio – Sesc – Saúde São Francisco, e outros, sugere alterações no Programa 179 – Redes de Atenção à Saúde – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 4/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Saúde e Proteção Social do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 179 – Redes de Atenção à Saúde:

- incremento de 30% nas metas financeiras de todas as ações do programa, redistribuindo esse valor proporcionalmente entre os territórios já previstos, com ajuste nas metas físicas estabelecido a partir de cálculo realizado pelas áreas técnicas responsáveis pela gestão de cada ação;

- alteração de finalidade na Ação 4578 – Apoio e Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial.

No que se refere à última sugestão, esta comissão considerou inadequado vincular a finalidade na Ação 4578 – Apoio e Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial – aos dispositivos da Portaria nº 3.088, de 2011, do Ministério da Saúde, pois, além da portaria, há outras normas infralegais que regulamentam o assunto e são frequentemente alteradas.

Além disso, foi apresentada recomendação dirigida à Secretaria de Estado de Saúde para utilizar a regionalização estabelecida no atual Plano Diretor de Regionalização – PDR – da saúde em todas as ações do programa. Quanto a isso, informamos que a nova regionalização em territórios, organizada pelo atual governo, é inspirada na territorialização da saúde e que não há como alterar a divisão regional do Estado apenas em um programa específico, já que a nova regionalização está definida no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – para todos os programas do planejamento estadual.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma dos seguintes requerimentos com pedidos de providências:

– à Secretaria de Estado de Saúde – SES –, solicitando que, juntamente com o governo do Estado, estude a viabilidade de suplementação orçamentária das Ações 4485, 4490, 4491, 4494 e 4578 do PPAG – 2016-2019, com vistas a possibilitar as atividades nelas previstas;



– à Secretaria de Estado de Saúde – SES – para que promova ampla discussão sobre a Portaria nº 3.088, de 2011, do Ministério da Saúde, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de *crack*, álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS –, bem como sobre as formas de viabilizar a implementação da rede por meio de convênios com a iniciativa privada.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 8/2015 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2015, apresentada por Adriana Chagas Corrêa, do Serviço Social do Comércio – Sesc Saúde São Francisco, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde – SES – que, juntamente com o governo do Estado, estude a viabilidade de suplementação orçamentária das Ações 4485, 4490, 4491, 4494 e 4578 do PPAG – 2016-2019, com vistas a possibilitar as atividades nela previstas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 8/2015, apresentada por Adriana Chagas Corrêa, do Serviço Social do Comércio – Sesc – Saúde São Francisco, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde – SES – com vistas a promover ampla discussão sobre a Portaria nº 3.088, de 2011, do Ministério da Saúde, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de *crack*, álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde, bem como sobre as formas de viabilizar a implementação da rede por meio de convênios com a iniciativa privada.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 9/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 9/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Ana Paula Soares Medina, do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, e outros, sugere alterações no Programa 127 – Ampliação e Melhoria da Qualidade dos Serviços de Atendimento ao Trabalhador – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 4/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Saúde e Proteção Social do PPAG 2016-2019, do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em

audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 127 – Ampliação e melhoria da qualidade dos serviços de atendimento ao trabalhador:

- alteração no objetivo do Programa 127 – Ampliação e Melhoria da Qualidade dos Serviços de Atendimento ao Trabalhador;

- alteração de metas físicas e financeiras da Ação 4568 – Implantação e Manutenção dos Centros de Referência do Trabalho;

- alteração de metas físicas da Ação 4570 – Implantação, Melhoria e Manutenção das Unidades de Atendimento Sine – para o território do Vale do Rio Doce;

- alteração de metas financeiras da Ação 4571 – Observatório do Mercado de Trabalho;

- alteração de metas físicas e financeiras da Ação 4681 – Fortalecimento dos Conselhos de Trabalho e Economia Solidária.

Esta comissão considerou desnecessária a inclusão da economia solidária no objetivo do Programa 127, tendo em vista que já existe um programa específico a ela destinado (Programa 125 – Consolidação da Política de Economia Solidária).

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – para que, juntamente com o governo do Estado, estude a viabilidade de suplementação orçamentária para a Ação 4571 – Observatório do Mercado de Trabalho – do Plano Plurianual de Ação Governamental 2016-2019, de forma a possibilitar a extensão da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED – para a Região Metropolitana do Vale do Aço.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 9/2015 na forma das emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e do requerimento anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 127 - AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR

Ação: 4568 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DO TRABALHO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	3	2.373.512,00	8	2.492.188,00	5	4.116.797,00	1	2.747.637,00

**EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015**

Programa: 127 - AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR

Ação: 4570 - IMPLANTAÇÃO, MELHORIA E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO SINE

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	15.345	337.962,00	15.345	354.861,00	15.345	372.603,00	15.345	391.233,00
Caparaó	9.563	112.654,00	9.563	118.287,00	9.563	124.201,00	9.563	130.411,00
Central	15.145	225.308,00	15.145	236.574,00	15.145	248.402,00	15.145	260.822,00
Mata	44.305	450.616,00	44.305	473.148,00	44.305	496.804,00	44.305	521.644,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	11.127	225.307,00	11.127	236.574,00	11.127	248.402,00	11.127	260.822,00
Metropolitano	1.028.526	3.154.306,00	1.028.526	3.312.032,00	1.028.526	3.477.627,00	1.028.526	3.651.507,00
Mucuri	7.457	112.654,00	7.457	118.287,00	7.457	124.201,00	7.457	130.411,00
Noroeste	21.838	337.961,00	21.838	354.861,00	21.838	372.603,00	21.838	391.233,00
Norte	197.770	1.689.807,00	197.770	1.774.305,00	197.770	1.863.015,00	197.770	1.956.165,00
Oeste	181.385	1.689.807,00	181.385	1.774.305,00	181.385	1.863.015,00	181.385	1.956.165,00
Sudoeste	62.986	337.962,00	62.986	354.861,00	62.986	372.603,00	62.986	391.233,00
Sul	121.169	1.013.884,00	121.169	1.064.583,00	121.169	1.117.809,00	121.169	1.173.699,00
Triângulo Norte	250.476	675.923,00	250.476	709.722,00	250.476	745.206,00	250.476	782.466,00
Triângulo Sul	75.000	563.269,00	75.000	591.435,00	75.000	621.005,00	75.000	652.055,00
Vale do Aço	39.509	337.962,00	39.509	354.860,00	39.509	372.603,00	39.509	391.233,00
Vale do Rio Doce	7.457	112.654,00	7.457	118.287,00	7.457	124.201,00	7.457	130.411,00
Vertentes	112.706	450.615,00	112.706	473.148,00	112.706	496.804,00	112.706	521.644,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 127 - AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR

Ação: 4681 - FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS DE TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	3	253.663,00	8	266.346,00	5	449.663,00	1	293.647,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 9/2015, apresentada por Ana Paula Soares Medina, do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social para que, juntamente com o governo do Estado, estude a viabilidade de suplementação orçamentária para a Ação 4571 – Observatório do Mercado de Trabalho – do Plano Plurianual de Ação Governamental 2016-2019, de forma a possibilitar a extensão da Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana do Vale do Aço.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 10/2015****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 10/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Alex Maciel Teixeira, da 11ª RPM – Polícia Militar de Minas Gerais –, e outros, sugere alterações no Programa 115 – Apoio ao Controle Social e à Gestão Compartilhada do Suas – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 4/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Saúde e Proteção Social do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 115 – Apoio ao Controle Social e à Gestão Compartilhada do Suas:

- alterar finalidade, territorialização, público-alvo e metas física e financeira da Ação 4319 – Operacionalização da Gestão Compartilhada e Participativa do Suas;

- alterar metas física e financeira da Ação 4320 – Manutenção do Conselho Estadual de Assistência Social –, com vistas a custear ações descentralizadas do conselho.

Além disso, foi apresentada sugestão dirigida à Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social no sentido de promover articulação das Ações 4320 e 4444 – Capacitação Continuada do Suas, assegurando capacitação voltada para as lideranças comunitárias e usuários indicados nas instâncias de participação da política de assistência social.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e de requerimentos com pedido de providências à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 10/2015 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 115 - APOIO AO CONTROLE SOCIAL E À GESTÃO COMPARTILHADA DO SUAS -

Ação: 4319 - OPERACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO COMPARTILHADA E PARTICIPATIVA DO SUAS

Mudança de público-alvo:

Para: GESTORES, usuários, trabalhadores E REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Caparaó	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Central	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Mata	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Metropolitano	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Mucuri	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Multiterritorial	17	50.000,00	0	50.000,00	0	50.000,00	0	50.000,00
Noroeste	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Norte	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Oeste	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Sudoeste	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Sul	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Triângulo Norte	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Triângulo Sul	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Vale do Aço	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Vale do Rio Doce	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Vertentes	0	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 10/2015, apresentada por Alex Maciel Teixeira, da 11º RPM – Polícia Militar de Minas Gerais –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, para que considere as seguintes medidas sugeridas na proposta para a descentralização das ações do Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas:

- financiar as visitas do Ceas às 17 União Regional do Conselho Estadual de Assistência Social - Urcmas;
- financiar duas reuniões anuais para os presidentes das 17 Urcmas;
- custeio de material gráfico e audiovisual para o Ceas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 10/2015, apresentada por Alex Maciel Teixeira, da 11º RPM – Polícia Militar de Minas Gerais –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, para que seja assegurada capacitação continuada, ofertada no âmbito da Ação nº 4444 do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2016-2019, para as lideranças comunitárias e usuários indicados nas instâncias de participação da política de assistência social.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 11/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 11/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Sergio Evandro de Andrade, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig –, e outros, sugere alterações no programa 184 – Avança Minas – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 29/10/2015, durante o processo de discussão participativa do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 184 – Avança Minas:

Inclusão de nova ação para implantação de centros logísticos regionais no Estado, com ênfase na alocação de recursos físicos e financeiros nos territórios de desenvolvimento Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, e Mucuri, com os seguintes atributos:

Título da ação: Incentivo à Implantação de Centros Logísticos Regionais.

Descrição: ação de acompanhamento intensivo.

Finalidade da ação: alocação de recurso para estudos e ou projetos de implantação de centros logísticos, centro de desenvolvimento, centro industrial.

Público-Alvo: indústria, comércio e serviços do Estado de Minas Gerais.

Produto: estudo/projeto realizado.

Unidade de medida do produto: estudo/projeto.

Unidade orçamentária responsável pela ação: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Territorialização, metas físicas e financeiras:

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	180.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	180.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Mucuri	1	180.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Inclusão de nova ação para realizar estudos de viabilidade para implantação de parques tecnológicos espalhados por diversos territórios de desenvolvimento do Estado, com os seguintes atributos:

Título da ação: Incentivo à Implantação de Parques Tecnológicos.

Descrição: ação de acompanhamento intensivo.

Finalidade da ação: realizar estudos de viabilidade para implantação de parques tecnológicos vinculados a universidades federais, à Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – e a cadeias de valor e cadeias produtivas regionais.

Produto: estudo/projeto e monitoramento realizado.

Unidade de medida do produto: estudo/projeto.

Unidade orçamentária responsável pela ação: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Territorialização, metas físicas e financeiras:

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	200.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	200.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Mucuri	1	200.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Norte	1	200.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vale do Rio Doce	1	200.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Em relação à primeira proposta popular de inclusão de nova ação, consideramo-la pertinente. Minas Gerais tem cinco portos secos ou estações aduaneiras do interior – EADIs –, para exportação e importação de bens produzidos no Estado: em Betim, Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia, Varginha e na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, que é o primeiro porto seco industrial do Brasil.

Essas EADIs visam a otimizar a integração com os portos marítimos do país e estão interligadas ao sistema rodoviário, ferroviário e aeroviário do Estado.

O novo planejamento governamental de gestão pública do Estado, baseada nos territórios de desenvolvimento, sugere a indução estatal a conjuntos de ações que visem ao desenvolvimento produtivo em regiões de escassa dinamização econômica, como é o caso dos territórios definidos como prioritários nessa proposta de nova ação orçamentária: Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, e Mucuri.

Entendemos que a forma e o conteúdo dessa proposta pode ser aperfeiçoada, por meio de definição mais objetiva do nome e da finalidade da ação, e com a redefinição, para os exercícios de 2016 e 2017, de metas físicas e financeiras ajustadas, na forma a seguir apresentada.

Título da ação: Incentivo à Implantação de Estações Aduaneiras do Interior – EADIs.

Finalidade da ação: realização de estudos de viabilidade e/ou projetos para implantação de estações aduaneiras do interior – EADIs.

Territorialização, metas físicas e financeiras:

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	50.000,00	1	50.000,00	0	0,00	0	0,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	50.000,00	1	50.000,00	0	0,00	0	0,00
Mucuri	1	50.000,00	1	50.000,00	0	0,00	0	0,00

No que diz respeito à segunda proposta de inclusão de nova ação, consideramo-la relevante, uma vez que a criação de mecanismos de indução ao desenvolvimento produtivo que incorpore o progresso tecnológico e a inovação de produtos, serviços e processos é condição necessária e essencial ao incremento sustentável de renda, capital e bem-estar social. Ao mesmo tempo, mecanismos de sinergia e ressonância entre estado (indução e regulação), academia (pesquisa e

desenvolvimento) e setor produtivo (capital e empreendedorismo) representam o maior potencial de eficiência em termos de desenvolvimento, motivo pelo qual a arquitetura institucional de parques tecnológicos deve ter essa composição tripartite.

Entretanto, ao analisarmos a proposta de planejamento de ação governamental em tramitação neste parlamento, observamos a existência da Ação 1070 – Apoio aos Ambientes de Inovação, que compõe o Programa 116 – Minas Digital. Essa ação visa a estimular o desenvolvimento do empreendedorismo de base tecnológica e da inovação, por meio da construção de políticas públicas visando à implantação e à manutenção de ambientes de inovação e de ferramentas que possam contribuir ao estabelecimento de novos produtos de alta complexidade e valor estratégico para o Estado, de acordo com os conceitos e oportunidades da nova economia. O produto da ação são parques ou incubadoras de base tecnológica apoiados e seu público-alvo são instituições de ciência e tecnologia envolvidos na produção e transferência de conhecimento para a sociedade.

Dessa forma, entendemos que a proposta já está contemplada no planejamento governamental para o próximo quadriênio, motivo pelo qual opinamos por transformá-la em requerimento de envio de pedido de providências à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sectes – para realização de estudos de viabilidade de implantação de parques tecnológicos nos territórios evidenciados na proposta popular.

Assim, após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e de requerimento com pedido de providências à Sectes.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 11/2015 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e do requerimento anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 184 – Avança Minas

Nova ação: Incentivo à Implantação de Estações Aduaneiras do Interior – EADIs.

Finalidade da ação: realização de estudos de viabilidade e/ou projetos para implantação de estações aduaneiras do interior – EADIs.

Público-Alvo: indústria, comércio e serviços do estado de minas gerais.

Produto: estudo/projeto realizado.

Unidade de medida do produto: estudo/projeto.

Unidade orçamentária responsável pela ação: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede.

Territorialização, metas físicas e financeiras:

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	50.000,00	1	50.000,00	0	0,00	0	0,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	50.000,00	1	50.000,00	0	0,00	0	0,00
Mucuri	1	50.000,00	1	50.000,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 150.000,00

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 11/2015, apresentada por Sergio Evandro de Andrade, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sectes –, para que realize estudos de viabilidade de implantação de parques tecnológicos nos territórios de desenvolvimento Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Vale do Rio Doce, no âmbito da Ação 1070 – Apoio aos Ambientes de Inovação, contida no Programa 184 – Avança Minas – do PPAG 2016-2019.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 12/2015**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 12/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, sugere alterações no Programa 204 – Rompimento da Trajetória Infracional dos Adolescentes do Estado – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 3/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Segurança Pública do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 204 – Rompimento da Trajetória Infracional dos Adolescentes do Estado:

- desmembramento da Ação 1127 – Expansão e Modernização do Sistema Socioeducativo – em três novas ações, denominadas: Expansão do Atendimento às Medidas Socioeducativas de Internação, Internação Provisória e Internação-Sanção; Reforma, Manutenção e Adequação das Unidades Socioeducativas de Internação por Prazo Indeterminado, Internação Provisória e Internação-Sanção; e Modernização das Unidades Socioeducativas de Internação por Prazo Indeterminado, Internação Provisória e Internação-Sanção;

- alteração da finalidade e das metas financeiras da Ação 4581 – Atendimento à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei;

- alteração do nome e da finalidade da Ação 4582 – Aprimoramento e Expansão da Execução dos Eixos Estratégicos definidos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Família, Escolarização, Profissionalização dos Adolescentes);

- alteração da regionalização (de 11 para 17 territórios) e das metas físicas e financeiras (nos quatro anos) da Ação 4583 – Atendimento ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Semiliberdade;

- alteração do nome, da finalidade, do produto, da unidade de medida, da regionalização (para Multiterritorial) e das metas físicas e financeiras da Ação 4595 – Atendimento ao Adolescente em Cumprimento das Medidas Socioeducativas de Internação e Internação Provisória;

- inclusão de nova ação, denominada Atendimento à Saúde do Servidor Suase;

- inclusão de nova ação, denominada Ampliação e Aprimoramento do Atendimento aos Adolescentes e Jovens Egressos do Sistema Socioeducativo;

- inclusão de nova ação, denominada Implantação e Manutenção de Centros Integrados de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional – CIAs.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016, e dos seguintes requerimentos:

- envio de pedido de providências à Secretaria de Defesa Social – Seds –, para o fortalecimento do sistema socioeducativo no Estado, de forma a ampliar e qualificar as vagas para o atendimento às medidas socioeducativas; para a manutenção das condições sanitárias e de higiene nas unidades de internação; e para a implementação de políticas de saúde e de prevenção de doenças profissionais voltadas aos profissionais de defesa social;

- envio de pedido de informações ao secretário de Defesa Social sobre o planejamento da expansão, reforma e modernização das unidades do sistema socioeducativo;

- envio de pedido de informações ao secretário de Defesa Social, ao subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas, ao comandante-geral da Polícia Militar e ao chefe da Polícia Civil sobre a viabilidade de expansão de Centros Integrados de Atendimento ao Adolescente – CIAs –, conforme a demanda.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 12/2015 na forma das emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, ao Projeto de Lei nº 2.938/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 204 - ROMPIMENTO DA TRAJETÓRIA INFRACIONAL DOS ADOLESCENTES DO ESTADO -

Ação: 4582 - APRIMORAMENTO E EXPANSÃO DA EXECUÇÃO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS DEFINIDOS PELO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (FAMÍLIA, ESCOLARIZAÇÃO, PRO

Mudança de nome:

Para: Expansão e Aprimoramento da Execução dos Eixos Estratégicos definidos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo -- Sinase

Mudança de finalidade:

Para: Garantir a Execução com Qualidade dos Eixos Estratégicos Definidos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo -- SINASE -- (Família, Esporte, Cultura, Lazer e Educação).

Mudança de público-alvo:

Para: Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação, internação provisória e internação-sanção

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha							2	75.480,00
Caparaó							2	75.480,00
Central							2	75.480,00
Mata	4	111.318,00	4	122.450,00	2	88.701,00	6	226.439,00
Médio e Baixo Jequitinhonha					2	88.701,00	2	75.480,00
Metropolitano	47	1.447.129,00	47	1.591.841,00	43	1.507.919,00	32	1.434.113,00
Mucuri	4	111.318,00	4	122.450,00	5	177.403,00	4	150.960,00
Noroeste	7	222.636,00	7	244.899,00	7	266.104,00	8	301.919,00
Norte	7	222.636,00	7	244.899,00	7	266.104,00	6	226.439,00
Oeste	4	111.318,00	4	122.450,00	5	177.403,00	6	226.439,00
Sudoeste	4	111.318,00	4	122.450,00	2	88.701,00	2	75.480,00
Sul					5	177.403,00	6	226.439,00
Triângulo Norte	11	333.953,00	11	367.349,00	7	266.104,00	8	301.919,00
Triângulo Sul	4	111.318,00	4	122.450,00	5	177.403,00	4	150.960,00
Vale do Aço	4	111.318,00	4	122.450,00	5	177.403,00	4	150.960,00
Vale do Rio Doce	4	111.318,00	4	122.450,00	5	177.403,00	4	150.960,00
Vertentes							2	75.480,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 204 - ROMPIMENTO DA TRAJETÓRIA INFRACIONAL DOS ADOLESCENTES DO ESTADO

Ação: - Atendimento aos adolescentes desligados do Sistema Socioeducativo

Unidade Orçamentária: 1451 - SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Finalidade: Ampliar o acompanhamento a todos os adolescentes desligados judicialmente das unidades socioeducativas de privação e restrição de liberdade vinculadas à Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas -- Suase --, auxiliando no seu processo de fortalecimento de vínculos comunitários, familiares e sociais, objetivando-se, entre outros, garantir a continuidade do processo de escolarização e profissionalização dos adolescentes.

Produto: ADOLESCENTE ATENDIDO

Unidade de medida: ADOLESCENTE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ADOLESCENTES DESLIGADOS DAS MEDIDAS DE INTERNAÇÃO OU SEMILIBERDADE

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha							20	27.943,00
Caparaó							20	27.943,00
Central							20	27.943,00
Mata	30	92.562,00	44	86.598,00	52	49.701,00	52	56.568,00
Médio e Baixo Jequitinhonha					20	39.760,00	25	27.943,00
Metropolitano	110	376.156,00	181	325.608,00	254	310.132,00	303	254.215,00
Mucuri	20	72.868,00	32	69.278,00	38	40.754,00	35	28.625,00
Noroeste	35	145.736,00	55	136.824,00	80	119.281,00	85	85.193,00



Norte	37	112.256,00	67	135.092,00	98	119.281,00	100	85.193,00
Oeste	20	70.899,00	35	67.546,00	60	79.521,00	85	84.511,00
Sudoeste		72.868,00	35	67.546,00	35	39.760,00	35	28.625,00
Sul					40	79.521,00	70	83.830,00
Triângulo Norte	38	218.604,00	99	204.372,00	113	119.282,00	110	85.874,00
Triângulo Sul	20	72.868,00	35	67.546,00	60	79.521,00	65	56.568,00
Vale do Aço	20	70.899,00	35	67.546,00	60	79.521,00	65	57.249,00
Vale do Rio Doce	20	72.868,00	32	69.278,00	40	40.754,00	40	28.625,00
Vertentes							20	27.943,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 204 - ROMPIMENTO DA TRAJETÓRIA INFRACIONAL DOS ADOLESCENTES DO ESTADO

Ação: 4582 - APRIMORAMENTO E EXPANSÃO DA EXECUÇÃO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS DEFINIDOS PELO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (FAMÍLIA, ESCOLARIZAÇÃO, PRO

Valor (R\$): 1.378.584,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1451 - Secretaria de Estado de Defesa Social

Ação: Atendimento a Adolescentes e Jovens Egressos do Sistemas Socioeducativo

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 1.378.584,00

Dedução:

UO deduzida: 1451 - Secretaria de Estado de Defesa Social

Ação: Aprimoramento e Expansão da Execução dos Eixos Estratégicos Definidos Pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Família, Escolarização, Pro

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 1.378.584,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 204 - ROMPIMENTO DA TRAJETÓRIA INFRACIONAL DOS ADOLESCENTES DO ESTADO -

Ação: 4595 - ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO E INTERNAÇÃO PROVISÓRIA

Mudança de finalidade:

Para: PRESTAR ATENDIMENTO QUALIFICADO AO ADOLESCENTE DURANTE A TRAJETÓRIA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO, ESPECIFICAMENTE NAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO E INTERNAÇÃO PROVISÓRIA, CENTRO DE INTERNAÇÃO SANÇÃO E NO CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL DE BELO HORIZONTE (CIA-BH), GARANTINDO o acesso aos serviços e atividades de saúde, educação, cultura, esporte e lazer, bem como a manutenção de condições sanitárias e de higiene adequadas, e recursos humanos qualificados e bem dimensionados para o atendimento socioeducativo em meio fechado, seguindo, no mínimo, os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 119/2006 do Conanda, que dispõe sobre o Sinase.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:



A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 12/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social para promover gestão junto ao governo do Estado com vistas à suplementação de recursos na Ação 1127 – Expansão e Modernização do Sistema Socioeducativo – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, para fortalecer o sistema socioeducativo no Estado e expandir a execução dos eixos estratégicos do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase, de forma a qualificar e ampliar as unidades de atendimento às medidas socioeducativas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 12/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social para a manutenção das condições sanitárias e de higiene nas unidades de internação do sistema socioeducativo do Estado.

Ressalte-se que essa demanda gerou alteração na finalidade da Ação 4595 – Atendimento ao Adolescente em Cumprimento das Medidas Socioeducativas de Internação e Internação Provisória – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 12/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social para a implementação de políticas de saúde e de prevenção de doenças profissionais voltadas aos profissionais de defesa social.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 12/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de informações ao secretário de Defesa Social sobre o planejamento da expansão, reforma e modernização das unidades do sistema socioeducativo no Estado.

Requer, ainda, que se solicite ao secretário que informe esta comissão sobre a execução da Ação 1127 – Expansão e Modernização do Sistema Socioeducativo – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, inclusive para que se dê conhecimento aos proponentes da referida proposta de ação legislativa.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...



Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 12/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de informações ao secretário de Defesa Social sobre a viabilidade de expansão dos Centros Integrados de Atendimento ao Adolescente – CIAs –, por território, conforme a demanda.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 12/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de informações ao subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas sobre a viabilidade de expansão dos Centros Integrados de Atendimento ao Adolescente – CIAs –, por território, conforme a demanda.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 12/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de informações ao comandante-geral da Polícia Militar sobre a viabilidade de expansão dos Centros Integrados de Atendimento ao Adolescente – CIAs –, por território, conforme a demanda.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 12/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de informações ao chefe da Polícia Civil sobre a viabilidade de expansão dos Centros Integrados de Atendimento ao Adolescente – CIAs –, por território, conforme a demanda.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 13/2015****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 13/2015, elaborada por grupo de trabalho composto pela Sra. Maria da Conceição de Oliveira, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Contagem – Seduc/Contagem – e outros, sugere alterações no Programa 19 – Promoção Social de Jovens no Campo e Periferias Urbanas – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019. Esse programa é de responsabilidade da Fundação Caio Martins – Fucam.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 5/11/2015, durante o processo de discussão participativa do eixo Educação e Cultura do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Durante a reunião dos grupos de trabalho, os participantes formularam sugestões de alterações no Programa 19 – Promoção Social de Jovens no Campo e Periferias Urbanas, as quais sintetizamos a seguir.

A Sugestão nº 96 visa alterar as metas financeiras do território Norte da Ação 4031 – Atendimento à Criança, Adolescente e Jovens em Situação de Vulnerabilidade – e a Sugestão nº 99 visa alterar as metas financeiras da Ação 4373 – Educação Complementar e Ações Comunitárias –, de forma a incrementar recursos para essas ações.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta pode ser acolhida na forma de requerimentos. As mudanças sugeridas têm por objetivo permitir o custeio da Fucam, mas não explicitam se, para o aumento da meta financeira, haverá um correspondente aumento da meta física ou se o valor por aluno atendido foi considerado baixo.

Parece-nos que o valor financeiro estipulado no programa é fruto de um trabalho técnico que vem sendo realizado há muitos anos pelo Poder Executivo. No entanto, causa estranheza a esta comissão que, na Ação 4031, as metas financeiras dos territórios Noroeste e Metropolitano estejam zeradas, mesmo havendo unidades da Fucam nesses locais. Seria importante haver esclarecimentos para que o Poder Legislativo possa acompanhar a execução da ação.

Dessa forma, somos favoráveis à proposição em comento na forma de requerimentos dirigidos à Fucam e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, para que informem, de forma detalhada, se a previsão constante no PPAG 2016-2019 atende às necessidades da fundação e quais as razões de estarem zeradas as metas financeiras para os territórios Metropolitano e Noroeste.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 13/2015 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Doutor Jean Freire.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 13/2015, apresentada por Maria da Conceição de Oliveira, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Contagem – Seduc/Contagem – e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de informações à presidente da Fundação Caio Martins – Fucam – para que esclareça se a previsão constante do referido plano plurianual atende às necessidades da fundação e as razões de estarem zeradas as metas financeiras para os territórios Metropolitano e Noroeste.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 13/2015, apresentada por Maria da Conceição de Oliveira, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Contagem – Seduc/Contagem – e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de informações ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão para que esclareça se a previsão constante do referido plano plurianual atende às necessidades da Fundação Caio Martins – Fucam – e as razões de estarem zeradas as metas financeiras para os territórios Metropolitano e Noroeste.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 14/2015**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 14/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Willian Lelis Brás Nascentes, do Ministério Público de Minas Gerais, e outros, sugere alterações no Programa 36 – Promoção da Cidadania e Participação Social – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 4/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Saúde e Proteção Social do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 36 – Promoção da Cidadania e Participação Social:

- alteração das metas físicas e financeiras da Ação 4546 – Operacionalização das Conferências de Direitos Humanos;



- alteração das metas físicas e financeiras da Ação 4547 – Implementação dos Centros de Referência em Direitos Humanos –, com vistas à implantação e à manutenção das unidades;
- ampliação das metas financeiras da Ação 4548 – Promoção de Direitos Humanos e Participação Social;
- ampliação das metas financeiras da Ação 4624 – Operacionalização dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos;
- alteração de finalidade, produto, territorialização e metas financeiras na Ação 4663 – Promoção do Direito à Memória, à Verdade e à Justiça;
- inclusão de nova ação, denominada Centro de Referência de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais Circenses;
- inclusão de nova ação, denominada Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT – Minas sem Homofobia;
- inclusão de nova ação, denominada Criação, Implementação e Monitoramento do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e dos Planos Temáticos de Convivência Familiar e Comunitária, de Enfrentamento ao Trabalho Infantil e de Enfrentamento à Violência Sexual;
- inclusão de nova ação, denominada Protagonismo Juvenil e Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente;
- inclusão de nova ação, denominada Centro de Referência da Juventude;
- inclusão de nova ação, denominada Apoio e Fortalecimento dos Conselhos Tutelares e de Direitos Municipais;
- inclusão de nova ação, denominada Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica;
- inclusão de nova ação, denominada Promoção da Autonomia das Mulheres;
- inclusão de nova ação, denominada Formação, Pesquisa, Campanhas e Publicações para a Garantia e Promoção dos Direitos Humanos de Mulheres do Campo e da Cidade, Jovens, Crianças, Adolescentes, Pessoas com Deficiência, LGBT, População de Rua, Negros, Povos Tradicionais, Indígenas, Idosos e outros.

Além disso, foi apresentada recomendação dirigida ao governo do Estado para garantir a execução do Decreto nº 40.404, de 1999, que dispõe sobre a contribuição para o Fundo para a Infância e a Adolescência – FIA –, especialmente no que se refere à obrigação das sociedades de economia mista, empresas públicas e entidades de direito privado sob controle direto ou indireto do Estado, integrantes da administração indireta do Poder Executivo, destinarem mensalmente ao fundo 1% do imposto de renda devido.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016, e de requerimentos para envio de pedidos de providências e de informações a órgãos do Poder Executivo.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 14/2015 na forma das emendas aos Projetos de Lei nos 2.937/2015 e 2.938/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 036 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: 4663 - PROMOÇÃO DO DIREITO À MEMÓRIA, À VERDADE E À JUSTIÇA



Mudança de finalidade:

Para: PROMOVER O DIREITO À MEMÓRIA, À VERDADE E À JUSTIÇA, APOIANDO A COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS, GARANTINDO A SUA ESTRUTURAÇÃO E o DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, bem como implantando e mantendo um centro de memória no prédio do antigo Dops-MG.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00
Multiterritorial	1	900.000,00	1	300.000,00	1	300.000,00	1	300.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 700.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 036 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: - Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT - Minas sem Homofobia

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: realizar ações de promoção dos direitos humanos e cidadania LGBT, promovendo o combate à discriminação da população LGBT.

Produto: PROGRAMA IMPLEMENTADO

Unidade de medida: PROGRAMA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	500.000,00	1	500.000,00	1	500.000,00	1	500.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 500.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 036 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: - Implementação e Monitoramento do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e dos Planos Temáticos de Convivência Familiar e Comunitária, Enfrentamento ao Trabalho Infantil e Enfrentamento à Violência Sexual.

Unidade Orçamentária: 4091 - FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA



Finalidade: prosseguir o processo de revisão e implantação dos planos estaduais; expandir e acompanhar o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual - Pair -, por meio de processos de monitoramento e avaliação de suas ações; e desenvolver ações de protagonismo juvenil no Estado.

Produto: PLANO IMPLANTADO

Unidade de medida: PLANO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	4	600.000,00	4	300.000,00	4	300.000,00	4	300.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 600.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 036 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: - Promoção da Autonomia das Mulheres

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: desenvolver ações que garantam a promoção dos direitos humanos e a autonomia das mulheres do campo e da cidade.

Produto: PESSOA ATENDIDA

Unidade de medida: PESSOA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: mulheres do Estado de Minas Gerais

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	100	300.000,00	100	300.000,00	100	300.000,00	100	300.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 300.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1651 - Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Ação: Promoção do Direito à Memória, à Verdade e à Justiça - Estruturação e Desenvolvimento das Atribuições da Comissão da Verdade em Minas Gerais.



Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 600.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 600.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1651 - Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Ação: Promoção do Direito à Memória, à Verdade e à Justiça - Elaboração de Projeto de Implementação do Centro de Memória no Prédio do Antigo Dops.

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 100.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 100.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 4091 - Fundo para a Infância e a Adolescência

Ação: Realização de Encontros Regionais e Estaduais de Protagonismo Juvenil no Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes.

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 100.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 100.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 14/2015, de Willian Lelis Brás Nascentes, do Ministério Público de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para que promova a gestão necessária junto ao governo do Estado com vistas à suplementação de recursos na Ação 4546 – Operacionalização das Conferências de Direitos Humanos – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, de modo a viabilizar as atividades nela previstas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...



Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 14/2015, de Willian Lelis Brás Nascentes, do Ministério Público de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de informações ao secretário de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania sobre a implementação dos Centros de Referência em Direitos Humanos, prevista na Ação 4547 do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, especialmente no que se refere ao cronograma de implantação das unidades, localização e custos de cada uma delas, com a indicação dos serviços e programas que serão disponibilizados para o atendimento da população.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 14/2015, de Willian Lelis Brás Nascentes, do Ministério Público de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para que promova a gestão necessária junto ao governo do Estado com vistas à suplementação de recursos na Ação 4548 – Promoção de Direitos Humanos e Participação Social – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, especialmente para os anos de 2017, 2018 e 2019, de modo a viabilizar as atividades nela previstas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 14/2015, de Willian Lelis Brás Nascentes, do Ministério Público de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para que promova a gestão necessária junto ao governo do Estado com vistas à suplementação de recursos na Ação 4624 – Operacionalização dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, de modo a viabilizar as atividades nela previstas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 14/2015, de Willian Lelis Brás Nascentes, do Ministério Público de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para implementar, no âmbito de sua competência, medidas que contribuam para a implantação e a manutenção do Centro de Referência de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais Circenses, inclusive no que se refere à disponibilização de recursos para essa finalidade.



Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 14/2015, de Willian Lelis Brás Nascentes, do Ministério Público de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Cultura para implementar, no âmbito de sua competência, medidas que contribuam para a implantação e a manutenção do Centro de Referência de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais Circenses, inclusive no que se refere à disponibilização de recursos para essa finalidade.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 14/2015, de Willian Lelis Brás Nascentes, do Ministério Público de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para implementar, no âmbito de sua competência, medidas que contribuam para a implantação e a manutenção de um Centro de Referência da Juventude, inclusive no que se refere à disponibilização de recursos para essa finalidade.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 14/2015, de Willian Lelis Brás Nascentes, do Ministério Público de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para priorizar medidas de fomento e fortalecimento dos conselhos tutelares e de direitos municipais no Estado.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 14/2015, de Willian Lelis Brás Nascentes, do Ministério Público de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para priorizar e fortalecer ações voltadas para a erradicação do sub-registro de nascimento e para a ampliação do acesso à documentação básica no Estado.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 14/2015, de Willian Lelis Brás Nascentes, do Ministério Público de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências ao governador do Estado para envidar esforços para o cumprimento do Decreto nº 40.404, de 1999, que dispõe sobre a contribuição para o Fundo para a Infância e a Adolescência – FIA –, especialmente no que se refere à obrigação das sociedades de economia mista, empresas públicas e entidades de direito privado sob controle direto ou indireto do Estado, integrantes da administração indireta do Poder Executivo, destinarem mensalmente ao fundo 1% do imposto de renda devido.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 15/2015**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 15/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Maria Luzia Roza e outros, sugere alterações no Programa 210 – Cooperação Estado Município na Área Educacional – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 5/11/2015, durante o processo de discussão participativa do eixo Educação e Cultura do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Durante a reunião dos grupos de trabalho, os participantes formularam sugestões de alterações no Programa 210 – Cooperação Estado Município na Área Educacional, as quais sintetizamos a seguir.

A Sugestão nº 111 visa a incluir no Programa 210 ação de atendimento à educação infantil nas escolas do campo dos municípios. A alteração que se pretende efetuar no texto do objetivo do Programa 210, contida na Sugestão nº 105, assim como a alteração em seus objetivos estratégicos, conforme a Sugestão nº 108, visa a integrar a nova ação de apoio à educação infantil ao escopo do programa. A Sugestão nº 110, por sua vez, visa alterar a finalidade e as metas físicas da Ação 4640 – Atendimento aos Municípios Mineiros –, de forma a ampliar o número de municípios beneficiados.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a criação de uma nova ação destinada ao apoio aos municípios para implementação e manutenção da educação infantil no campo no Programa 210 deve ser acolhida, considerando-se especialmente dois fatores: a Meta 1 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei 13.005, de 2014, que trata da universalização da pré-escola e do incremento no atendimento em creches, no percentual de 50% das crianças de 0 a 3 anos, até 2016; e a reconhecida defasagem das escolas do campo no que tange aos recursos humanos e à infraestrutura em relação às escolas urbanas. Não acolhemos a sugestão de adequação do objetivo do Programa 210, de

forma a estabelecer prioridade para atendimento da educação infantil no campo, pois entendemos que a criação de ação específica é medida suficiente para dar o relevo pretendido para essa etapa da educação. Além disso, pelo fato de o programa conter também uma ação para transporte escolar de alunos do ensino fundamental e médio, a priorização sugerida não abarcaria o programa como um todo. Por fim, entendemos pertinente solicitar informação ao órgão competente sobre quais são os 150 municípios previstos para serem beneficiados pelo programa e quais os critérios adotados para sua escolha, para possibilitar melhor acompanhamento da sua execução por esta Casa

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 15/2015, na forma das emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e do requerimento anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 210 - COOPERAÇÃO ESTADO MUNICÍPIO NA ÀREA EDUCACIONAL

Ação: - APOIO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO CAMPO

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: DISPONIBILIZAR RECURSOS HUMANOS, TÉCNICOS, MATERIAIS E FINANCEIROS PARA OS MUNICÍPIOS MINEIROS, COM VISTAS A IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CAMPO

Produto: MUNICÍPIO APOIADO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: CRIANÇAS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Caparaó	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Central	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Mata	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Metropolitano	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Mucuri	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Noroeste	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Norte	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Oeste	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Sudoeste	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Sul	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Triângulo Norte	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Triângulo Sul	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Vale do Aço	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Vale do Rio Doce	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
Vertentes	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00

Cancelamento Compensatório:



Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 170.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 15/2015, apresentada por Maria Luzia Roza e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de informações à Secretária de Estado de Educação para que esclareça quais são os 150 municípios que compõem a meta de atendimento da Ação 4640 – Atendimento aos Municípios Mineiros – do Programa 210 – Cooperação Estado Município na Área Educacional do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

Requer, ainda, que a Secretária informe qual o critério adotado para a seleção desses municípios.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 16/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 16/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Glêdston Gomes de Araújo, da Câmara Municipal de Governador Valadares, e outros, sugere alterações no Programa 213 – Convivência Democrática – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 5/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Educação e Cultura do PPAG – 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Durante a reunião dos grupos de trabalho, os participantes formularam sugestões de alterações no Programa 213 – Convivência Democrática –, as quais sintetizamos a seguir.

A Sugestão nº 106 visa alterar o objetivo do programa para que mencione os temas “orientação sexual e pessoa com deficiência, mulheres do campo, de florestas, das águas e indígenas”. Visa, ainda, que as ações do programa voltadas à juventude beneficiem, “notadamente jovens negros e negras”.

A Sugestão nº 115 pleiteia a criação de ação nova para trabalhar os direitos humanos com a comunidade escolar, “abordando temáticas de gênero, orientação sexual, étnico-racial, diversidade religiosa, educação inclusiva e direitos humanos”.



Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que as propostas devem ser acolhidas, com alterações, pelas razões a seguir aduzidas.

No contexto de uma educação democrática as diferenças individuais devem ser consideradas. Assim, a Sugestão nº 106 foi pertinente ao acrescentar ao objetivo do programa o atendimento a grupos que, por suas características, enfrentam grande dificuldade para terem seus direitos garantidos. Esta comissão optou por acolhê-la, mas julgou necessário efetuar algumas adequações na redação a ser alterada, a fim de torná-la mais clara e objetiva.

Em relação à Sugestão nº 115, que propõe a inclusão de nova ação no Programa 213, entendemos que pode ser acolhida no escopo da Ação 1161 – Educação, Convivência Democrática e Participação Social. Essa ação já abrange temas relativos aos direitos humanos, tendo em vista que sua finalidade é “construir ações educativas de promoção dos direitos da pessoa humana, fortalecendo integração entre escola e comunidade, ampliando as oportunidades de acesso a espaços de cidadania”. Desse modo, sugerimos nova redação à Ação 1161 para abarcar o que foi proposto na Sugestão nº 115 e, ainda, explicitar que a questão da violência nas escolas também está contida no âmbito dessa ação.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 16/2015 na forma das emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 anexas.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Doutor Jean Freire.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 213 – CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA

Mudança de objetivo:

Para: Promover PROJETOS ESPECÍFICOS QUE PROPICIEM A DISCUSSÃO SOBRE A DIVERSIDADE NAS ESCOLAS, DE FORMA A CONSCIENTIZAR A COMUNIDADE ESCOLAR para a importância de se reconhecer e respeitar as peculiaridades – características físicas, socioculturais, etárias, de gênero E ORIENTAÇÃO SEXUAL – DE CADA SEGMENTO OU GRUPO ÉTNICO-CULTURAL – INDÍGENAS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, MULHERES DO CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS. Contribuir para ampliação da postura cidadã e protagonista do jovem em minas gerais, por meio da articulação e desenvolvimento de ações conjuntas dos diversos órgãos do governo e da sociedade civil, COM DESTAQUE PARA AS QUE BENEFICIEM A JUVENTUDE NEGRA.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 213 - CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA

Ação: 1161 - EDUCAÇÃO, CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Mudança de finalidade:

Para: Construir ações educativas de promoção dos direitos da pessoa humana, ABARCANDO AS TEMÁTICAS DE GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL, ÉTNICO-RACIAL, DIVERSIDADE RELIGIOSA, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIREITOS HUMANOS, FORTALECENDO a integração entre escola e comunidade e a ampliação das oportunidades de acesso a espaços de cidadania E PROMOVER A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO FORMA DE INTERVENÇÃO EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 17/2015****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 17/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Alexandre Borges de Jesus, da Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais – Copimg –, e outros, sugere alterações no Programa 130 – Promoção e Difusão Cultural –, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 5, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Educação e Cultura do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Durante a reunião dos grupos de trabalho, os participantes formularam sugestões de alterações no Programa nº 130 – Promoção e Difusão Cultural –, as quais, em síntese, tratam de ações com vistas ao incremento da regionalização dos recursos para as ações de difusão da cultura e ao apoio a festivais e outros eventos de diversos segmentos da área cultural.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e dos requerimentos anexos, com pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura, à Fundação Clóvis Salgado, ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha/MG – e à Mesa da Assembleia.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 17/2015 na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 130 - PROMOÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL -

Ação: 4334 - PRODUÇÃO EDITORIAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	7	36.794,00	7	37.162,00	7	37.534,00	7	37.909,00
Multiterritorial	8	120.000,00	8	124.800,00	8	129.792,00	8	134.984,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:



A Comissão de Participação Popular, atendendo à Ação Legislativa nº 17/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Alexandre Borges de Jesus, da Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais – Copimg –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura para que, nos estudos que vêm sendo realizados acerca da revisão da legislação de fomento e incentivo à cultura do Estado, a distribuição equânime dos recursos entre os diferentes territórios de desenvolvimento seja um dos critérios da política de financiamento à cultura.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 17/2015, apresentada por Alexandre Borges de Jesus, da Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais – Copimg –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura para que inclua editais de apoio à rádios comunitárias na política de incentivo e fomento à cultura.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 17/2015, apresentada por Alexandre Borges de Jesus, da Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais – Copimg –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Fundação Clóvis Salgado para que amplie sua programação no interior do Estado.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 17/2015, apresentada por Alexandre Borges de Jesus, da Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais – Copimg –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais para que promova parceria com os municípios para a realização de programas de educação patrimonial, incorporando iniciativas já reconhecidas dos municípios, como o caso do Contagito, programa de educação patrimonial do município de Contagem.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 17/2015, apresentada por Alexandre Borges de Jesus, da Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais – Copimg –, e outros, requer a V. Exa., nos termos

regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Mesa da Assembleia para que realize evento institucional para discussão do Projeto de Lei nº 1.954/2015, que institui o Plano Estadual do Artesanato.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 18/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 18/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Joaquim de Souza Neto e outros, sugere alterações no Programa nº 211 – Infraestrutura, Custeio e Organização Escolar – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 05/11/2015, durante o processo de discussão participativa do Eixo Educação e Cultura do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 18/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Durante a reunião dos grupos de trabalho, os participantes formularam sugestões de alterações no Programa nº 211 – Infraestrutura, Custeio e Organização Escolar, as quais sintetizamos a seguir.

As sugestões 118, 125 e 126 pretendem que seja feita referência ao Custo Aluno Qualidade Inicial - CAQi, como padrão de atendimento nas escolas, no objetivo do Programa 211 e na finalidade das Ações 4643 e 4645, que tratam da gestão da infraestrutura no ensino fundamental e médio. As sugestões 121 e 123 pretendem que se incluam, na finalidade das Ações 2129 e 2130, que tratam da organização escolar no ensino fundamental e médio, a coleta de informações suplementares ao censo escolar e criação de indicadores. As sugestões 128 e 129 intentam alterar o título das Ações 4646 e 4647, que tratam da manutenção escolar, no ensino fundamental e médio para “Manutenção Estruturante e Funcional das Unidades Escolares”. Por fim, as sugestões 130 e 131 pleiteiam a criação de ações novas, uma com a finalidade de melhorar a eficiência na alocação e gestão financeira dos recursos da educação básica, por meio da revisão de valores cobrados por serviços nas escolas, outra com a finalidade de coletar informações e sistematizá-las acerca do uso dos equipamentos de educação básica pública.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta não deve ser acolhida pelas razões a seguir aduzidas:

- a sugestão de inclusão do CAQi no objetivo e indicadores do Programa 211 e na finalidade das Ações 4643 e 4645 seria uma medida precoce, pois a nova metodologia de cálculo do indicador ainda não foi aprovada, já que o Parecer CNE/CEB no 08/2010, citado na justificativa da proposta e que tem por objeto o estabelecimento do CAQi, na forma criada pela entidade não governamental Campanha Nacional pelo Direito à Educação, não foi homologado pelo Ministério da Educação. Apesar de o Plano Nacional de Educação determinar o prazo de 02 anos para implantação do CAQi, a sua operacionalização ainda não foi regulamentada.



- as alterações propostas para a finalidade das Ações 2129 e 2130 não acrescentariam conteúdo relevante ao texto. Além disso não faz parte do escopo das referidas ações de organização escolar produzir indicadores.

- a alteração do título das Ações 4646 e 4647 não traria maior clareza à sua finalidade, ao contrário, dificultaria o entendimento do seu escopo. A garantia de melhoria da infraestrutura, que parece ser a preocupação dos proponentes, já é objeto das Ações 4643 e 4645 - Gestão de Infraestrutura - Ensino Fundamental e Ensino Médio. Dessa forma, não há embasamento técnico que sustente a proposta;

- a gestão eficiente dos recursos destinados à educação deve constituir um princípio que norteie todo o conjunto de programas e ações do setor e não uma ação distinta como pretende a sugestão 130. Além disso, a pactuação de acordos com as instituições da administração indireta fornecedoras dos serviços citados visando à concessão de benefícios deve ser realizada por meio de instrumentos próprios, de forma bilateral, com fundamento em normas específicas relativas aos respectivos serviços sob concessão;

- a nova ação pleiteada na sugestão 131 não apresenta elementos concretos que justifiquem a sua inclusão no PPAG. Pelas expressões utilizadas, a proposta se assemelharia mais à realização de um diagnóstico da rede física, o que, segundo informações da SEE, já foi feito. Segundo o levantamento, apenas 26% das unidades escolares se encontravam em boas condições de funcionamento no início da gestão do atual governo e o restante necessitaria de intervenções. Foi publicado no site da SEE, em 29 de setembro, a tabela de investimentos para cada território de desenvolvimento, bem como a lista de escolas beneficiadas.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 18/2015.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Doutor Jean Freire.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 19/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 19/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Glêdston Gomes de Araújo, da Câmara Municipal de Governador Valadares, e outros, sugere alterações no Programa 214 – Desenvolvimento da Educação Básica – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 5/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Educação e Cultura do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Durante a reunião dos grupos de trabalho, os participantes formularam seguintes sugestões de alterações no Programa 214 – Desenvolvimento da Educação Básica:



- Sugestão nº 124: alteração do objetivo do programa para incluir referência às seguintes temáticas especiais: educação especial, educação do sistema prisional e socioeducativo, e educação do campo, indígena, e dos povos e comunidades tradicionais;
- Sugestão nº 157: ampliação da meta percentual de alimentos adquiridos da agricultura familiar para alimentação escolar;
- Sugestão nº 158: ampliação das metas físicas e financeiras da Ação 4653 – Desenvolvimento do Ensino Profissional;
- Sugestão nº 159: alterações na metodologia das avaliações externas feitas no âmbito do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – Simave;
- Sugestão nº 160: fortalecimento das instituições que ofertam educação especial, apoio aos Centros de Apoio às Pessoas com Deficiência Visual e participação dos movimentos sociais e sindicais na educação no campo;
- Sugestão nº 161: alteração da finalidade da Ação 4656 – Educação Integral – substituindo o termo “educação integral” por “educação em tempo integral”
- Sugestão nº 162: alteração da finalidade da ação 4657 – Desenvolvimento do Ensino Fundamental;
- Sugestão nº 163: alteração da Ação 4661 – Alimentação na Escola – de modo a prever a alimentação para os profissionais de educação na escola;
- Sugestão nº 166: ampliação das metas física e financeira da Ação 4662 – Atendimento às Escolas Família Agrícola;
- Sugestões nº 168, 170, 172, 177, 179 e 180: pleiteiam a criação de ações novas para atendimento da educação no campo, das Escolas Família Agrícola, implementação da educação ambiental e combate à violência nas escolas.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que as sugestões devem ser acolhidas, mas com alterações, pelas razões a seguir aduzidas.

Primeiramente é preciso informar que, durante as reuniões de negociação desta comissão com os órgãos competentes do Poder Executivo para discutir as sugestões populares de alteração ao PPAG, ficou evidenciada a necessidade de conferir maior visibilidade a alguns temas específicos da área de educação. Por isso, com a anuência desses órgãos acrescentamos ao PPAG um programa novo denominado “Diversidade e Inclusão” para tratar especificamente da educação do campo, especial, indígena, quilombola e das Escolas Família Agrícola. A inclusão desse programa proporcionará maior transparência sobre as ações do Estado dirigidas a esse público e favorecerá o exercício do controle social.

Incluímos ainda duas novas ações para tratar de modo específico a educação de jovens e adultos. Essa modalidade de ensino fazia parte do escopo da Ação 4652 – Desenvolvimento do Ensino Fundamental –, passando agora a ser abordada nas ações “Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental” e “Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio”.

Com a criação do programa “Diversidade e Inclusão” grande parte das demandas apresentadas na Sugestão nº 124 foram atendidas. Restou apenas a solicitação para incluir no objetivo do programa 214 o fortalecimento da educação no sistema prisional e socioeducativo e o fortalecimento e manutenção das escolas de educação especial. Julgamos adequada a sugestão sobre a educação no sistema prisional e socioeducativo, e, portanto, acolhemos. Em relação às escolas de educação especial, acreditamos ser temerário afirmar que serão fortalecidas e mantidas sem avaliação adequada da política para a educação especial do Estado. Desse modo, sugerimos que a demanda em relação a essas escolas seja atendida na forma de requerimento à Secretaria de Estado de Educação – SEE.

A Sugestão nº 157 visa alterar de 30% para 35% a meta do indicador do programa “Percentual de alimentos adquiridos da agricultura familiar”, mas julgamos que não é recomendável. A importância da agricultura familiar no contexto escolar é inegável e merece mesmo ser incentivada. Entretanto, seria necessário avaliar se tal alteração ocasionaria impacto em outras ações relativas à alimentação na escola. Por isso, sugerimos acolher a sugestão na forma de requerimento à Secretaria de Estado de Educação para que estimule a implementação da merenda escolar com produtos adquiridos da agricultura familiar.



Em relação à ampliação dos recursos financeiros para a Ação 4653 – Desenvolvimento do Ensino Profissional – podemos verificar que suas metas físicas e financeiras estão minuciosamente detalhadas. Isso pressupõe que houve uma análise técnica específica nessa modalidade de ensino, compatibilizando, em um primeiro momento, a oferta com a disponibilidade de cursos e os seus custos. Ademais, convém ponderar que o aumento aleatório de vagas pode implicar que elas não sejam preenchidas e isso não nos parece recomendável. Desse modo, somos favoráveis a acatar a Sugestão nº 158 na forma de requerimento à Secretaria de Estado de Educação, solicitando que envide esforços para aumentar, gradativamente, a oferta do ensino profissionalizante, onde se fizer necessário.

A reestruturação da metodologia do Simave pleiteada na Sugestão nº 159 parece-nos dispensável, tendo em vista que, atualmente, além dos testes que avaliam o desempenho escolar dos alunos, o processo de avaliação desse sistema inclui um questionário contextual, com o objetivo de obter dados sobre condições socioeconômicas dos alunos e de infraestrutura das escolas (infraestrutura geral, pedagógica e equipamentos). Além disso, o objetivo de todo processo de avaliação deve ser promover melhorias nos processos de ensino e aprendizagem. Desse modo, entendemos que o pleito já restaria atendido pela metodologia atual.

A Sugestão nº 160 é de teor análogo ao da Sugestão nº 124 no que se refere à educação especial, pois ambas solicitam o fortalecimento dessa modalidade de ensino no Estado. Portanto, serão acolhidas conjuntamente por meio de requerimento à Secretaria de Estado de Educação com essa solicitação. Em relação à demanda para garantir a participação dos movimentos sociais e sindicais na educação no campo, cumpre informar que o Decreto nº 46.218, de 15/4/2013, criou a Comissão Permanente de Educação no Campo em Minas Gerais, com o objetivo de propor à SEE diretrizes operacionais para a educação do campo no âmbito do Estado e acompanhar a sua implementação. A comissão é composta por diversos órgãos e entidades envolvidos com a educação no campo. O documento com a proposta para as diretrizes operacionais para a educação no campo foi entregue à secretária de Educação em maio de 2015, mas não foi devidamente publicizado. Desse modo, sugerimos envio de requerimento à SEE para publicá-lo e divulgá-lo.

As alterações propostas na finalidade da Ação 4656 – Educação Integral –, pleiteadas na Sugestão nº 161, não nos parecem adequadas. O conceito de educação em tempo integral remete à ampliação do tempo de permanência na escola, enquanto a educação integral envolve a integralidade da formação do aluno em seus vários aspectos, inclusive com ampliação da jornada escolar. Portanto, parece-nos que o termo educação integral é mais condizente com a política educacional que vislumbramos para o Estado. Em relação à demanda para realizar convênios com instituições não governamentais e proporcionar aos alunos de educação integral visitas a parques e museus, sugerimos acatar na forma de requerimento à SEE.

A alteração proposta para a finalidade da Ação 4657 – Desenvolvimento do Ensino Fundamental – visa incluir a população do sistema prisional e socioeducativo no escopo da ação. Entendemos não ser recomendável acatar a alteração na forma proposta, pois a oferta de educação a este público é efetivada por meio de parceria entre a SEE e a Secretaria de Defesa Social, ao passo que a unidade orçamentária da Ação 4657 é apenas a SEE. Desse modo, sugerimos acatar a Sugestão nº 162 na forma de requerimento às duas secretarias para que envidem esforços para dispor bibliotecas em todas as escolas de educação básica da rede estadual de ensino, incluindo as do sistema prisional e socioeducativo e, ainda, à SEE para que analise a possibilidade de ampliar o número de profissionais de educação para atuar nas escolas estaduais do sistema prisional e socioeducativo.

A Sugestão nº 163 visa alterar a Ação 4661 – Alimentação na Escola – para incluir os profissionais da educação das escolas estaduais como público-alvo desta ação. Os recursos utilizados nesta ação advém de repasse do governo federal ao Estado, especificamente em função da Lei Federal nº 11.947, de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Portanto, não é recomendável incluir os profissionais de educação nessa ação. Além disso, conforme os representantes do Poder Executivo, os recursos para a alimentação dos profissionais de educação serão repassados às escolas via caixa escolar.



As Sugestões nº 166, 177 e 179 têm o intuito de atender as Escolas Família Agrícola, alterando a meta física e financeira da Ação 4662 – Atendimento às Escolas Família Agrícola – e criando duas novas ações. Essas demandas foram acolhidas na forma de requerimento à SEE para que proceda a revisão do Decreto nº 43.978, de 3/3/2005, que regulamenta a Lei nº 14.614, de 31/3/2003, que institui o programa de apoio financeiro à escola família agrícola do estado de Minas Gerais, no que se refere aos critérios para o cálculo de pagamento das bolsas por aluno a essas escolas. Acolhemos ainda a proposta de criação de uma ação nova com a finalidade de apoiar a execução de obras de infraestrutura nessas escolas. Ademais, tendo em vista a criação do programa para tratar das temáticas específicas, realocaremos a ação que trata dessas escolas para esse novo programa.

Acolhemos o pleito da Sugestão nº 168, de criar ação nova para apoiar a manutenção da Rede Mineira de Educação do campo, por meio de requerimento à SEE para que realize encontro para discutir a educação no campo no Estado.

Sobre a reivindicação da Sugestão nº 170, de criar ação nova para promover a alfabetização e a elevação da escolaridade, integrada à profissionalização de jovens e adultos do campo, julgamos que deve ser acolhida, mas não da forma proposta. Já figura no Programa 214 a Ação 4653 – Desenvolvimento do Ensino Profissional –, voltada ao ensino profissional, o que nos levar a crer que o mais apropriado seria alterar a finalidade desta ação para contemplar também a população do campo.

A Sugestão nº 180 pleiteia criar ação nova para desenvolver atividades para combater a violência nas escolas. No entanto, de acordo com informações do Executivo, o Programa 213 – Convivência Democrática já trata especificamente desse tema. Assim, em vez de criar ação nova, entendemos ser pertinente alterar a finalidade do Programa 213 para explicitar que o escopo desta ação inclui o combate à violência nas escolas. Essa demanda foi atendida na PLE 16.

Por fim, a inclusão de ação nova para implementar a educação ambiental nas escolas de educação básica não foi acolhida na forma reivindicada. A educação ambiental é conteúdo transversal obrigatório em todos os níveis e modalidades de ensino, sendo inerente ao currículo escolar e, portanto, próprio do contexto pedagógico das escolas. Desse modo, acatamos a Sugestão nº 172 na forma de requerimento à SEE para que garanta espaço e tempo na organização escolar e, ainda, formação dos profissionais de educação para a efetivar a educação ambiental nas escolas da rede estadual de ensino.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 19/2015 na forma das emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 214 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: 4653 – DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL

Mudança de finalidade:

Para: Prover educação profissional e formação técnica em nível médio, INCLUSIVE PARA A POPULAÇÃO DO CAMPO, atendendo às demandas regionais e municipais, identificando e diagnosticando tendência do mercado de trabalho e necessidades de mão de obra e contribuindo para o desenvolvimento econômico do Estado.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 214 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Mudança de objetivo:

Para: Aumentar o tempo de permanência diária dos alunos nas escolas, INCLUSIVE OS ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIEDUCATIVA (educação integral), atingir o nível recomendado de proficiência por meio do desenvolvimento da educação básica (desenvolvimento da educação básica), estruturar o ensino médio, mais participativo, possibilitando a mobilização social e emancipação dos jovens (desenvolvimento do ensino médio), prover o ensino fundamental de qualidade de forma a ampliar o acesso e as taxas de proficiência (desenvolvimento do ensino fundamental), avaliar a qualidade do ensino do Sistema Público de Educação (Simave) E FORTALECER A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: - DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Eixo: Educação e Cultura

Unidade Responsável: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Tipo de Programa:

Objetivo: UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA, COM QUALIDADE, EM TODAS AS ETAPAS E MODALIDADES, COM ATENÇÃO ESPECIAL PARA A POPULAÇÃO JOVEM; REDUZIR AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS ENTRE REGIÕES, ESCOLAS, TURMAS E ESTUDANTES, ELEVANDO A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 15 (QUINZE) ANOS OU MAIS E APERFEIÇOANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS; GARANTIR QUE A ESCOLA SEJA UM ESPAÇO DE DIVERSIDADE E RESPEITO ÀS DIFERENÇAS, CONSIDERANDO AS COMUNIDADES TRADICIONAIS, DO CAMPO, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS.

Ação: - EDUCAÇÃO DO CAMPO - ENSINO FUNDAMENTAL

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: IMPLEMENTAR E FORTALECER AS POLÍTICAS E AÇÕES DAS DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS DE ÁREAS RURAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	590	4.800.000,00	450	3.000.000,00	450	3.000.000,00	450	3.000.000,00

Ação: - EDUCAÇÃO DO CAMPO - ENSINO MÉDIO

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: IMPLEMENTAR E FORTALECER AS POLÍTICAS E AÇÕES DAS DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS DE ÁREAS RURAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras
------------	---------	-------------	---------	-------------	---------	-------------	---------	-------------



	2016	2016	2017	2017	2018	2018	2019	2019
Multiterritorial	590	2.400.000,00	450	1.500.000,00	450	1.500.000,00	450	1.500.000,00

Ação: - EDUCAÇÃO ESPECIAL - ENSINO FUNDAMENTAL

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: ESTABELEECER E IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	3.064	7.510.000,00	3.264	8.042.000,00	3.410	9.472.000,00	3.464	9.480.344,00

Ação: - EDUCAÇÃO ESPECIAL - ENSINO MÉDIO

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: ESTABELEECER E IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	186	490.000,00	186	458.000,00	190	528.000,00	190	519.656,00

Ação: - EDUCAÇÃO INDÍGENA - ENSINO FUNDAMENTAL

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: GARANTIR O ENSINO DIFERENCIADO E ESPECÍFICO PARA OS POVOS INDÍGENAS, CONSIDERANDO CURRÍCULOS E METODOLOGIAS QUE VALORIZEM SUAS ESPECIFICIDADES CULTURAIS E SOCIAIS.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS INDÍGENAS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	18	1.000.000,00	19	1.000.000,00	20	1.000.000,00	20	1.000.000,00

Ação: - EDUCAÇÃO INDÍGENA - ENSINO MÉDIO

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: GARANTIR O ENSINO DIFERENCIADO E ESPECÍFICO PARA OS POVOS INDÍGENAS, CONSIDERANDO CURRÍCULOS E METODOLOGIAS QUE VALORIZEM SUAS ESPECIFICIDADES CULTURAIS E SOCIAIS.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS INDÍGENAS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	9	500.000,00	10	500.000,00	10	500.000,00	11	500.000,00

Ação: - EDUCAÇÃO QUILOMBOLA - ENSINO FUNDAMENTAL

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: DESENVOLVER O ENSINO DIFERENCIADO E ESPECÍFICO PARA OS POVOS DAS ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS PROPONDO CURRÍCULOS E METODOLOGIAS QUE VALORIZEM SUAS ESPECIFICIDADES CULTURAIS E SOCIAIS, BEM COMO GARANTIR O ATENDIMENTO ADEQUADO AOS ESTUDANTES; AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NAS DEFINIÇÕES DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA; AVANÇAR NA QUALIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA; PROTEÇÃO SOCIAL AOS QUILOMBOLAS AMPLIADA E INTEGRADA À REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS SOCIAIS.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS QUILOMBOLAS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	9	913.043,00	9	913.043,00	9	913.043,00	9	913.043,00

Ação: - EDUCAÇÃO QUILOMBOLA - ENSINO MÉDIO

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: DESENVOLVER O ENSINO DIFERENCIADO E ESPECÍFICO PARA OS POVOS DAS ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS PROPONDO CURRÍCULOS E METODOLOGIAS QUE VALORIZEM SUAS ESPECIFICIDADES CULTURAIS E SOCIAIS, BEM COMO GARANTIR O ATENDIMENTO ADEQUADO AOS ESTUDANTES; AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NAS DEFINIÇÕES DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA; AVANÇAR NA QUALIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA; PROTEÇÃO SOCIAL AOS QUILOMBOLAS AMPLIADA E INTEGRADA À REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS SOCIAIS.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS QUILOMBOLAS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	14	586.957,00	14	586.957,00	14	586.957,00	14	586.957,00

Ação: - MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: APOIO ÀS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA.



Produto: ESCOLA ATENDIDA

Unidade de medida: ESCOLA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	19	200.000,00	19	200.000,00	19	200.000,00	19	200.000,00

Ação: - ATENDIMENTO ÀS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS PARA APOIO ÀS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA CONFORME AS MODALIDADES DE ENSINO PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES EDUCATIVAS.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: ESCOLA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	400.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00
Caparaó	6	2.400.000,00	6	2.550.000,00	6	2.550.000,00	6	2.550.000,00
Mata	1	400.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	5	2.000.000,00	5	2.125.000,00	5	2.125.000,00	5	2.125.000,00
Mucuri	2	800.000,00	2	850.000,00	2	850.000,00	2	850.000,00
Noroeste	1	400.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00
Norte	2	800.000,00	2	850.000,00	2	850.000,00	2	850.000,00
Sul	1	400.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00
Vertentes	1	400.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00	1	425.000,00

Cancelamentos Compensatórios:

Programa: 214 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: 4655 - DIVERSIDADE E INCLUSÃO - ENSINO MÉDIO

Valor (R\$): 1.576.957,00

Programa: 214 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: 4659 - DIVERSIDADE E INCLUSÃO - ENSINO FUNDAMENTAL

Valor (R\$): 16.623.043,00

Programa: 214 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: 4662 - ATENDIMENTO ÀS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA

Valor (R\$): 8.000.000,00

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 200.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 214 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ENSINO FUNDAMENTAL

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: PROPORCIONAR OPORTUNIDADES DE ESTUDO A JOVENS E ADULTOS, AUMENTANDO A ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO QUE AINDA NÃO CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL E O ENSINO MÉDIO.

Produto: ALUNO BENEFICIADO

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	58.781	2.750.000,00	58.781	2.750.000,00	58.781	2.750.000,00	58.781	2.750.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 214 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: 4657 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Valor (R\$): 2.750.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 214 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ENSINO MÉDIO

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: PROPORCIONAR OPORTUNIDADES DE ESTUDO A JOVENS E ADULTOS, AUMENTANDO A ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO QUE AINDA NÃO CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL E O ENSINO MÉDIO.

Produto: ALUNO BENEFICIADO

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	243.063	5.500.000,00	243.063	5.500.000,00	243.063	5.500.000,00	243.063	5.500.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 214 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: 4657 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Valor (R\$): 5.500.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 214 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: 4662 - ATENDIMENTO ÀS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA



Justificativa: Ação transferida para o novo programa "Diversidade e Inclusão"

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2015, apresentada por Glédston Gomes de Araújo, da Câmara Municipal de Governador Valadares, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providência à Secretaria de Estado de Educação para que envie esforços para fortalecer a educação especial no Estado, mantendo e apoiando as instituições de educação especial existentes.

Requer, ainda, que dispense auxílio aos Centros de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual – CAP –, por meio de repasse de recursos humanos e financeiros.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2015, apresentada por Glédston Gomes de Araújo, da Câmara Municipal de Governador Valadares, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação para que estimule a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2015, apresentada por Glédston Gomes de Araújo, da Câmara Municipal de Governador Valadares, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação para que aumente, gradativamente, a oferta de ensino profissionalizante onde se fizer necessário.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2015, apresentada por Glédston Gomes de Araújo, da Câmara Municipal de Governador Valadares, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação para que publique e divulgue o documento elaborado pela Comissão Permanente de Educação no Campo com a proposta para as diretrizes operacionais para a educação no campo no Estado.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2015, apresentada por Glêdston Gomes de Araújo, da Câmara Municipal de Governador Valadares, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação para que analise a viabilidade de realizar convênios com instituições não governamentais para desenvolver ações de educação integral.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2015, apresentada por Glêdston Gomes de Araújo, da Câmara Municipal de Governador Valadares, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação para que sejam instaladas bibliotecas em todas as escolas de educação básica da rede estadual de ensino, inclusive as que ofertam educação de jovens e adultos e as do sistema prisional e socioeducativo.

Requer, ainda, que a secretaria avalie a possibilidade de ampliar o número de profissionais de educação para atuar nas escolas estaduais em funcionamento no sistema prisional.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2015, apresentada por Glêdston Gomes de Araújo, da Câmara Municipal de Governador Valadares, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Defesa Social para que sejam instaladas bibliotecas nas escolas do sistema prisional e socioeducativo.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2015, apresentada por Glêdston Gomes de Araújo, da Câmara Municipal de Governador Valadares, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação para a continuidade do repasse de recursos para a alimentação dos profissionais de educação nas escolas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:



A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2015, apresentada por Glêdston Gomes de Araújo, da Câmara Municipal de Governador Valadares, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação para que avalie a possibilidade de revisar o Decreto nº 43.978, de 3/3/2005, que regulamenta a Lei nº 14.614, de 31/3/2003, que institui o programa de apoio financeiro à escola família agrícola do Estado, para ampliar o valor da bolsa por aluno repassado as Escolas Família Agrícola.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2015, apresentada por Glêdston Gomes de Araújo, da Câmara Municipal de Governador Valadares, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providência à Secretaria de Estado de Educação para que avalie a possibilidade de realizar evento, em 2016, para discutir a educação no campo no Estado.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 19/2015, apresentada por Glêdston Gomes de Araújo, da Câmara Municipal de Governador Valadares, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providência à Secretaria de Estado de Educação para que garanta espaço e tempo na organização escolar e, ainda, formação dos profissionais de educação para efetivar a Educação Ambiental nas escolas da rede estadual de ensino.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 20/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 20/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Alexandre Borges de Jesus, do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais – Copimg –, e outros, sugere alterações no Programa nº 135 – Democratização do Acesso à Cultura – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 5/11/2015, durante o processo de discussão participativa do eixo Educação e Cultura do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de



2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Durante a reunião dos grupos de trabalho, foram apresentadas sugestões de alterações da finalidade, da regionalização e das metas físicas e financeiras da Ação 4342 – Criação, Estruturação e Dinamização de Bibliotecas Públicas Municipais – do Programa 135 – Democratização do Acesso à Cultura.

Originalmente, a Ação 4342 prevê o atendimento de 10 dos 17 territórios de desenvolvimento de Minas Gerais. Os proponentes sugeriram a inclusão dos 7 territórios não contemplados pela ação – Caparaó, Mata, Sudoeste, Sul, Triângulo Norte, Triângulo Sul, e Vertentes. As metas físicas e financeiras para esses territórios seriam iguais às dos já atendidos: 3.060 produtos disponibilizados ao custo de R\$ 22.350,00.

Além da alteração da regionalização da Ação 4342, os proponentes também solicitaram alteração de sua finalidade, de modo a garantir que o Estado de Minas Gerais incentive a adesão das bibliotecas ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais – SEBPM.

Somos favoráveis à alteração da finalidade da ação. Considerando que as bibliotecas públicas são o equipamento cultural mais presente nos municípios brasileiros, é essencial o incentivo à adesão de novas bibliotecas ao SEBPM, como forma de democratizar o acesso à leitura.

Quanto à alteração da regionalização e das metas físicas e financeiras da Ação 4342, apresentamos requerimento à Secretaria de Estado de Cultura solicitando a ampliação do atendimento às bibliotecas municipais nos 17 territórios de desenvolvimento de Minas Gerais.

Assim, a comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 20/2015 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e do requerimento anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 135 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA -

Ação: 4342 - CRIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Mudança de finalidade:

Para: IMPLEMENTAR POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À LEITURA, CULTURA E INFORMAÇÃO, INCENTIVANDO A CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, em atendimento à Proposta de Ação Legislativa nº 20, apresentada por grupo de trabalho composto por Alexandre Borges de Jesus, do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais – Copimg –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura solicitando que amplie o atendimento às bibliotecas municipais para os 17 territórios de desenvolvimento do Estado por meio

do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, no âmbito da Ação 4342 – Criação, Estruturação e Dinamização de Bibliotecas Públicas Municipais – do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2016-2019.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 21/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 21/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Alexandre Borges de Jesus, do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais – Copimig –, e outros, sugere alterações no Programa 138 – Modernização e Preservação da Infraestrutura cultural – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 5/11/2015, durante o processo de discussão participativa do Eixo Educação e Cultura do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Durante a reunião dos grupos de trabalho, foram apresentadas sugestões de alterações do nome, da finalidade, da regionalização e das metas físicas e financeiras da Ação 4345 – Manutenção de Grupos e Espaços Culturais – do Programa 138 – Modernização e Preservação da Infraestrutura Cultural. Quanto à alteração do nome e da finalidade da ação, não vislumbramos óbices ao acolhimento das sugestões apresentadas pelos proponentes.

Em relação à alteração das metas físicas e financeiras da Ação 4345, os proponentes solicitam o acréscimo de R\$ 24 milhões nas metas financeiras e o apoio a mais 4 projetos culturais. Pela proposta, seriam apoiados 10 projetos culturais no território Metropolitano ao custo de R\$ 38,8 milhões, e um projeto no território do Vale do Rio Doce ao custo de R\$ 4,5 milhões. Tais mudanças seriam necessárias para garantir recursos para os projetos de reforma e adequações do Museu dos Militares Mineiros, em Belo Horizonte; da Casa da Cultura de Vespasiano, do Cine-Teatro de Contagem e do Teatro Atiaia de Governador Valadares.

A alteração das metas financeiras proposta pelos participantes carece de argumentos que justifiquem aumento tão substancial de recursos à Ação 4345. No entanto, tendo em vista a importância destes equipamentos culturais e a situação precária na qual se encontram, julgamos razoável o aumento da meta física de modo a atender os equipamentos culturais ora listados, e da meta financeira, ainda que em patamar inferior ao pleiteado.

Assim, a comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 21/2015 na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015 anexas.



Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 138 - MODERNIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA INFRAESTRUTURA CULTURAL -

Ação: 4345 - MANUTENÇÃO DE GRUPOS E ESPAÇOS CULTURAIS

Mudança de nome:

Para: REFORMA, ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS E GRUPOS

Mudança de finalidade:

Para: REFORMAR, modernizar, preservar e manter espaços e grupos culturais geridos por entidades sem fins lucrativos e MUNICÍPIOS, visando fortalecer identidades culturais no estado de Minas Gerais.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	11	20.050.000,00	7	20.072.000,00	7	20.874.880,00	7	21.709.875,00
Vale do Rio Doce	1	300.000,00						

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 1.050.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1271 - Secretaria de Estado de Cultura

Ação: Manutenção de Grupos e Espaços Culturais

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 1.050.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 1.050.000,00

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 22/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 22/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Joaquim de Sousa Neto, da Escola Estadual José Augusto Ferreira de Caratinga, e outros, sugere alterações no Programa 212 – Valorização e Formação dos Profissionais da Educação – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 5/11/2015, durante o processo de discussão participativa do eixo Educação e Cultura do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Durante a reunião dos grupos de trabalho, os participantes formularam sugestões de alterações no Programa nº 212 – Valorização e Formação dos Profissionais da Educação –, as quais sintetizamos a seguir.

A Sugestão nº 134 visa a alterar o objetivo do Programa 212, incluindo referência ao cumprimento da política remuneratória dos profissionais de educação. A Sugestão nº 135 pretende acrescentar à finalidade da Ação 2139 – Valorização e Formação dos Profissionais de Educação – detalhamento dos conteúdos formativos a serem abordados nos cursos de qualificação. A Sugestão nº 136 visa à criação de nova ação no Programa 212 com objetivo de qualificar os profissionais que atuam nas Escolas Família Agrícola. Por fim, a Sugestão nº 143 visa alterar os valores do atributo Despesas Correntes do Programa 212, de forma a adequá-lo às novas ações incluídas e ao cumprimento da política remuneratória dos profissionais de educação.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental, prevendo-se a alteração do objetivo do Programa 212 e da finalidade e metas físicas e financeiras da Ação 2139 – Valorização e Formação dos Profissionais de Educação –, e na forma de requerimento à Secretaria de Estado de Educação para destacar, no planejamento das ações de formação e capacitação que integrarão a política de educação do campo, a participação dos profissionais de ensino das EFAS. Não acolhemos a Sugestão nº 143 por considerar que o grande incremento dos recursos, na forma proposta, não está amparado por uma adequada avaliação do impacto orçamentário. Já os ajustes relativos ao pagamento da remuneração dos profissionais de educação nos termos das leis de política remuneratória devem ser efetuados diretamente pelo Poder Executivo.

Por fim, apresentamos ao final deste parecer emenda ao PPAG com objetivo de alterar as metas físicas e financeiras da Ação 2139, conforme sugestão encaminhada pelo Poder Poder Executivo.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 22/2015, na forma das emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Ação: 2139 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Mudança de finalidade:

Para: Qualificar os PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO por meio de curso de educação básica, profissional, EXTENSÃO, aperfeiçoamento, superior, mestrado e doutorado, que contribuam para a melhoria da qualidade DA EDUCAÇÃO, DESTACANDO-SE A FORMAÇÃO EM TEMAS RELACIONADOS AOS ESTUDOS DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL, EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAL, EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DIVERSIDADE RELIGIOSA, DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO INTEGRAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	92	1.470.013,00	92	1.384.717,00	92	1.419.785,00	92	1.505.912,00
Caparaó	118	1.879.764,00	118	1.770.698,00	118	1.815.539,00	118	1.925.668,00
Central	35	550.057,00	35	518.142,00	35	531.265,00	35	563.489,00
Mata	200	3.179.175,00	200	2.994.725,00	200	3.070.556,00	200	3.256.826,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	98	1.567.267,00	98	1.476.334,00	98	1.513.719,00	98	1.605.545,00
Metropolitano	715	11.401.353,00	715	10.739.835,00	715	11.011.805,00	715	11.679.806,00
Mucuri	109	1.744.241,00	109	1.643.040,00	109	1.684.648,00	109	1.786.844,00
Noroeste	114	1.823.963,00	114	1.718.133,00	114	1.761.642,00	114	1.868.518,00
Norte	374	5.974.109,00	374	5.627.487,00	374	5.769.995,00	374	6.120.012,00
Oeste	169	2.691.302,00	169	2.535.148,00	169	2.599.347,00	169	2.757.028,00
Sudoeste	76	1.218.101,00	76	1.147.428,00	76	1.176.481,00	76	1.247.848,00
Sul	274	4.362.203,00	274	4.109.103,00	274	4.200.839,00	274	4.468.739,00
Triângulo Norte	184	2.916.131,00	184	2.746.887,00	184	2.828.791,00	184	3.000.396,00
Triângulo Sul	94	1.503.493,00	94	1.416.259,00	94	1.452.123,00	94	1.540.213,00
Vale do Aço	113	1.798.452,00	113	1.694.103,00	113	1.737.004,00	113	1.842.376,00
Vale do Rio Doce	128	2.039.200,00	128	1.920.885,00	128	1.969.528,00	128	2.089.006,00
Vertentes	107	1.712.355,00	107	1.613.005,00	107	1.653.850,00	107	1.754.177,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Mudança de objetivo:

Para: REMUNERAR OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO, CONFERINDO CONDIÇÕES ADEQUADAS AO CUMPRIMENTO DA POLÍTICA REMUNERATÓRIA ESTABELECIDA PELA LEI Nº 21.710, DE 30/6/2015. Qualificar o servidor por meio de curso de educação básica, profissional, extensão, aperfeiçoamento, superior, mestrado e doutorado, que contribuam para a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços públicos restados ao cidadão. Capacitar de forma continuada os profissionais da educação nos diferentes campos de atuação por meio de programas presenciais, semipresenciais e virtuais, de maneira a promover a melhoria da qualidade do sistema público de educação de Minas Gerais

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 22/2015, apresentada por Joaquim de Sousa Neto, da Escola Estadual José Augusto Ferreira de Caratinga, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação, para que, no planejamento das ações de formação e capacitação que integrarão a política de educação do campo, seja prevista a participação dos profissionais de ensino das Escolas Família Agrícola – EFAs.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 23/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 23/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por João Paulo Rocha Cirne, da Prefeitura Municipal de Governador Valadares, e outros, sugere alterações no Programa 140 – Fomento e Incentivo à Cultura – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 5, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Educação e Cultura do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Durante a reunião dos grupos de trabalho, os participantes formularam sugestões de alterações no Programa nº 140 – Fomento e Incentivo à Cultura – as quais, em síntese, abordam alterações nas regionalizações, nas metas físicas e financeiras de diferentes ações do programa, do atendimento às demandas das Escolas Famílias Agrícolas e dos grupos de cultura popular de Minas Gerais.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016 e na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 23/2015 na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015 e requerimento anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 140 - FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

Ação: 4353 - APOIO, ESTÍMULO, DIFUSÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS DO SETOR AUDIOVISUAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	60	8.000,00	75	8.320,00	80	8.653,00	85	8.999,00
Multiterritorial	60	8.000,00	60	8.000,00	60	8.000,00	60	8.000,00



Cancelamento compensatório:

Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 8.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 140 - FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

Ação: 4348 - PREMIAÇÃO À PRODUÇÃO CULTURAL

Mudança de nome:

Para: PREMIAÇÃO À PRODUÇÃO LITERÁRIA BRASILEIRA

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 140 - FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

Ação: 4364 - ESTÍMULO À PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E INTERCÂMBIO CULTURAL

Mudança de finalidade:

Para: Incentivar e apoiar a produção, a difusão e o intercâmbio da cultura mineira nos diversos segmentos tais como: artes visuais, circo, dança, teatro, audiovisual (cinema e vídeo), novas mídias, literatura, livro e leitura, memória, cultura afro-brasileira, CULTURAS INDÍGENAS, patrimônio museológico, patrimônio cultural, design e moda, gestão e produção cultural, serviços criativos, humanidades, diversidade cultural e artesanato, dentre outras, nos âmbitos regional, nacional e internacional.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	400.000,00	1	400.000,00	1	400.000,00	1	400.000,00
Multiterritorial	40	450.000,00	42	468.000,00	44	486.720,00	46	506.190,00

Cancelamento compensatório:

Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 400.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1271 - Secretaria de Estado de Cultura

Ação: Apoio, Estímulo, Difusão e Internacionalização de Projetos Culturais do Setor Audiovisual

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 8.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 8.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1271 - Secretaria de Estado de Cultura

Ação: Estímulo à Produção, Circulação e Intercâmbio Cultural

Objeto do gasto: Específico

Realização do Festivale no território Médio/Baixo Jequitinhonha.

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 400.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 400.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 23/2015, apresentada por grupo de trabalho composto por João Paulo Rocha Cirne, da Prefeitura Municipal de Governador Valadares, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura para que, nos estudos que vêm sendo realizados acerca da revisão da legislação de fomento e incentivo à cultura do Estado, seja proposta a inclusão de pessoa física entre os proponentes admitidos pelo Fundo Estadual de Cultura.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 24/2015**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 24/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Aelton Aleixo Fernandes, da Fundação Educacional Caio Martins – Fucam –, e outros, sugere alterações no Programa nº 212 – Valorização e Formação dos Profissionais da Educação – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 5/11/2015, durante o processo de discussão participativa do Eixo Educação e Cultura do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Durante a reunião dos grupos de trabalho, foi solicitada a inclusão de nova ação ao Programa 212 – Valorização e Formação dos Profissionais da Educação –, destinada a implantar e desenvolver uma política de saúde ocupacional e bem-estar para os profissionais da educação por meio de ações de sensibilização, prevenção e promoção da saúde.

Tendo em vista que a Ação 4526 – Implantação da Política de Bem-estar, Saúde e Segurança no Ambiente de Trabalho dos Servidores Públicos – já se destina aos servidores dos diversos setores do Estado, não é recomendável a criação de ação específica para os profissionais de educação, não obstante as metas físicas da ação parecerem estar subestimadas em relação ao quantitativo de servidores.

No entanto, como a saúde dos trabalhadores em educação apresenta certas especificidades, como os problemas envolvendo a saúde vocal, julgamos pertinente encaminhar requerimento à Secretaria de Estado de Educação solicitando a implementação de políticas de saúde e de prevenção de doenças profissionais voltadas aos profissionais de educação. Aliás, há uma ação estratégica do Plano Decenal de Educação em vigor, instituído pela Lei nº 19.481, de 2011, com essa finalidade.

Dessa forma, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 24/2015, na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, em atendimento à Proposta de Ação Legislativa nº 24/2015, apresentada por Aelton Aleixo Fernandes, da Fundação Educacional Caio Martins – Fucam –, e outros, requer, nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação solicitando a implementação de políticas de saúde e de prevenção de doenças profissionais voltadas aos profissionais de educação.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 25/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 25/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Albano Silveira Machado e outros, sugere alterações no Programa 164 – Consolidação do Ensino Profissionalizante e Superior –, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 5/11/2015, durante o processo de discussão participativa do eixo Educação e Cultura do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Durante a reunião dos grupos de trabalho, os participantes formularam sugestões de alterações no Programa 164 – Consolidação do Ensino Profissionalizante e Superior –, as quais sintetizamos a seguir.

A Sugestão nº 150 visa a incluir a palavra “Expansão” no início do nome do programa. A Sugestão nº 151 pretende alterar a descrição do público-alvo da Ação 1081 – Regionalização Harmônica do Ensino Técnico, Profissionalizante e Superior –, incorporando a previsão do atendimento da ação para as regiões Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Rio Doce e Vale do Aço e a criação de uma escola agrícola no Município de Caratinga. A Sugestão nº 152 propõe a revisão da política de cotas da Universidade Estado de Minas Gerais – Uemg – e da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, de modo que o critério étnico-racial seja adotado sem a restrição do critério socioeconômico. A Sugestão nº 153 propõe a inclusão de nova ação no Programa 164 para possibilitar a implantação de *campi* da Uemg nas regiões do Caparaó e do Vale do Rio Doce e dos Vales do Aço, Jequitinhonha e Mucuri. Por fim, a Sugestão nº 154 visa a exclusão da Ação 1083 – Cidade das Águas – Sectes.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao PPAG, prevendo-se a alteração do nome do Programa 164, e na forma de requerimentos:

- à Fapemig, para que amplie o atendimento da Ação 1081 para as regiões determinadas;
- à Uemg, à Unimontes e à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior – Sectes –, para que procedam a uma avaliação da efetividade da política de cotas das instituições de ensino superior do Estado;
- e à Uemg, para que envide esforços para implantação de novos *campi* dessa instituição de ensino superior, de forma a atender as regiões do Caparaó e do Vale do Rio Doce e dos Vales do Aço, Jequitinhonha e Mucuri.

Manifestamo-nos contrários à sugestão de exclusão da Ação 1083, uma vez que a implantação do centro de pesquisa Cidades das Águas, no município de Frutal, já se encontra em execução e que sua interrupção seria contrária a boa gestão dos recursos públicos.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 25/2015 na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 164 – Consolidação do Ensino Profissionalizante e Superior

Mudança do nome do programa:

Para: EXPANSÃO e Consolidação do Ensino Profissionalizante e Superior

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 25/2015, apresentada por Albano Silveira Machado, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais,

seja encaminhado pedido de providências à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig –, solicitando um estudo acurado que viabilize a expansão da Ação 1081 – Regionalização Harmônica do Ensino Técnico, Profissionalizante e Superior – de forma a atender as regiões Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Vale do Aço.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 25/2015, apresentada por Albano Silveira Machado, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, solicitando uma avaliação técnica da eficácia e de possíveis alterações do sistema de cotas, definido pela Lei nº 15.259, de 2004.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 25/2015, apresentada por Albano Silveira Machado, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – solicitando uma avaliação técnica da eficácia e de possíveis alterações do sistema de cotas, definido pela Lei nº 15.259, de 2004.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 25/2015, apresentada por Albano Silveira Machado, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sectes –, solicitando uma avaliação técnica da eficácia e de possíveis alterações do sistema de cotas, definido pela Lei nº 15.259, de 2004.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 25/2015, apresentada por Albano Silveira Machado, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, solicitando sejam realizados estudos e envidados os esforços necessários para a implantação de novos *campi* dessa instituição de ensino superior, de forma a atender as regiões do Caparaó e do Vale do Rio Doce e dos Vales do Aço, Jequitinhonha e Mucuri.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 26/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 26/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, e outros, sugere alterações no Programa 205 – Gestão Integrada de Defesa Social – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 3/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Segurança Pública do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 205 – Gestão Integrada de Defesa Social:

- inclusão, nas áreas X objetivos estratégicos do programa, do objetivo “intensificar as ações de capacitação e formação dos servidores dos sistemas socioeducativo e prisional e dos agentes de defesa social”; recomendação de que o sistema de videomonitoramento seja implantado na área externa das unidades prisionais e socioeducativas, especialmente em localidades de alta concentração de unidades; e aumento das metas financeiras da Ação 1145 – Projeto Implantação de Videomonitoramento (Olho Vivo) –, sem indicar, no entanto, as metas físicas (municípios atendidos); os valores propostos foram baseados em informações trazidas por um participante do grupo que atua na área da defesa social no Estado, a partir dos gastos com o videomonitoramento nos anos anteriores;

- alteração da regionalização (incluindo Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha) e aumento das metas físicas e financeiras da Ação 1146 – Expansão do Serviço Operacional de Bombeiros;

- alteração da finalidade (incluindo os servidores dos sistemas socioeducativo e prisional) e das metas financeiras da Ação 4610 – Formação e Capacitação dos Profissionais do Sistema de Defesa Social;

- ampliação das metas financeiras da Ação 4620 – Reestruturação, Modernização e Manutenção da Escola de Formação da Seds com vistas à implantação da Academia de Defesa Social.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que o aumento das metas físicas e financeiras da Ação 1146 – Expansão do Serviço Operacional de Bombeiros – será atendido na Proposta de Ação Legislativa nº 38/2015. As demais sugestões devem ser acolhidas na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e de cinco requerimentos para envio de pedido de providências aos órgãos responsáveis pelas ações objeto das propostas populares. Os requerimentos são os seguintes:



- envio de pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar, para que seja promovida gestão junto ao governo do Estado para suplementação da Ação 1145 – Projeto Implantação de Videomonitoramento (Olho Vivo) –, com vistas a viabilizar as atividades nela previstas;

- envio de pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar, para que se estude a viabilidade de implantar sistema de videomonitoramento na área externa das unidades prisionais e socioeducativas do Estado;

- envio de pedido de providências ao Comando-Geral dos Bombeiros Militares, para que seja promovida gestão junto ao governo do Estado para suplementação da Ação 1146 – Expansão do Serviço Operacional dos Bombeiros –, com vistas a viabilizar as atividades nela previstas;

- envio de pedido de providências à Secretaria de Defesa Social, para que seja promovida gestão junto ao governo do Estado para suplementação da Ação 4610 – Formação e Capacitação dos profissionais do Sistema de Defesa Social –, com vistas a viabilizar as atividades nela previstas;

- envio de pedido de providências à Secretaria de Defesa Social, para que seja promovida gestão junto ao governo do Estado para suplementação da Ação 4620 – Reestruturação, Modernização e Manutenção da Escola de Formação da Seds com vistas à Implantação da Academia de Defesa Social –, com o objetivo de viabilizar as atividades nela previstas.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 26/2015 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Doutor Jean Freire.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 205 - GESTÃO INTEGRADA DE DEFESA SOCIAL

Ação: 4610 - FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL

Mudança de finalidade:

Para: CONSOLIDAR O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DEFESA SOCIAL, POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PRESENCIAIS E À DISTÂNCIA DOS AGENTES DE DEFESA SOCIAL e demais servidores dos sistemas socioeducativo e prisional, ALÉM DE PROMOVER AO AGENTE PÚBLICO DO SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO, O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS QUE O HABILITE PARA O DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 26/2015, de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar para que seja promovida gestão junto ao governo do Estado para suplementação da Ação 1145 – Projeto Implantação de Videomonitoramento (Olho Vivo) – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, com vistas a viabilizar as atividades nela previstas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.



REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 26/2015, de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social para que seja promovida gestão junto ao governo do Estado para suplementação da Ação 1145 – Projeto Implantação de Videomonitoramento (Olho Vivo) – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, com vistas a viabilizar as atividades nela previstas, e para que se estude a viabilidade de implantar sistema de videomonitoramento na área externa das unidades prisionais e socioeducativas do Estado, no âmbito dessa mesma ação.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 26/2015, de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências ao Comando-Geral dos Bombeiros Militares para que seja promovida gestão junto ao governo do Estado para suplementação da Ação 1146 – Expansão do Serviço Operacional dos Bombeiros – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, com vistas a viabilizar as atividades nela previstas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 26/2015, de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social para que seja promovida gestão junto ao governo do Estado para suplementação da Ação 1146 – Expansão do Serviço Operacional dos Bombeiros – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, com vistas a viabilizar as atividades nela previstas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 26/2015, de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social para que seja promovida gestão junto ao governo do Estado para suplementação da Ação 4610 – Formação e Capacitação dos Profissionais do Sistema de Defesa Social – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, com vistas a viabilizar as atividades nela previstas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 26/2015, de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social para que seja promovida gestão junto ao governo do Estado para suplementação da Ação 4620 – Reestruturação, Modernização e Manutenção da Escola de Formação da Seds com vistas à Implantação da Academia de Defesa Social – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, com o objetivo de viabilizar as atividades nela previstas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 27/2015**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 27/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Adriana de Castro Pereira Martins, da Associação Mineira de Epilepsia, e outros, sugere alterações no Programa 220 – Integração, Coordenação e Ampliação da Oferta de Serviços e Ações para a Juventude – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 4/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Saúde e Proteção Social do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 220 – Integração, Coordenação e Ampliação da Oferta de Serviços e Ações para a Juventude:

- alteração do objetivo do programa;
- inclusão de nova ação, denominada Fomento e Provisão de Serviços e Projetos para Adolescentes e Jovens Vítimas de Violência Sexual.
- alteração de público-alvo e produto na Ação 4685 – Apoio a Iniciativas e Oferta de Ações para a Juventude em Territórios Urbanos;

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que:

- as duas primeiras não devem ser acolhidas, respectivamente por não ser oportuno e por já haver ações no âmbito da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – que atendem, por meio dos serviços de média e alta complexidade da política de assistência social, à finalidade pretendida para a nova ação;

- a terceira deve ser acolhida na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 27/2015 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 anexa.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 220 - INTEGRAÇÃO, COORDENAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS E AÇÕES PARA A JUVENTUDE

Ação: 4685 - APOIO A INICIATIVAS E OFERTA DE AÇÕES PARA A JUVENTUDE EM TERRITÓRIOS URBANOS

Mudança de produto:

Para: território intraurbano atendido

Mudança de unidade de medida:

Para: território intraurbano

Mudança de público-alvo:

Para: Adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social em territórios urbanos com concentração de homicídios de jovens

Justificativa: A alteração se justifica uma vez que o público-alvo lançado no PPAG está incorreto, não correspondendo ao público que realmente será o foco da ação.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 28/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 28/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Adriana Chagas Corrêa, do Serviço Social do Comércio – Sesc –, e outros, sugere alterações no Programa nº 189 – Incentivo ao Esporte – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 4/11/2015, durante o processo de discussão participativa do eixo Saúde e Proteção Social do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Durante a reunião dos grupos de trabalho, foram apresentadas as seguintes sugestões ao Programa nº 189 – Incentivo ao Esporte:

1. alteração da regionalização das quatro ações que compõem o programa em questão;
2. alteração da finalidade da Ação 4507 – Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos;
3. alteração das metas físicas e financeiras da Ação 4508 – Apoio e Realização de Eventos Esportivos; e
4. inclusão de nova ação ao programa, destinada a garantir a realização dos jogos indígenas de Minas Gerais.

Em relação à regionalização das quatro ações que compõem o Programa 189, originalmente elas eram direcionadas somente ao território metropolitano. Os participantes dos grupos de trabalho sugeriram a ampliação da abrangência das ações, de modo que elas atendam todo o território mineiro. Somos favoráveis à alteração da regionalização das Ações 4507, 4508, 4509 – Apoio ao Atleta e ao Profissional do Esporte – e 4510 – Fomento ao Futebol Amador.

A sugestão de alteração da finalidade da Ação 4507, cujo objetivo é garantir a reforma, estruturação e construção de instalações esportivas e de lazer, visa determinar que seus recursos sejam destinados prioritariamente à manutenção de instalações multiesportivas, ao invés daquelas em que é possível a prática de apenas uma modalidade esportiva.

Somos favoráveis à alteração da finalidade da Ação 4507. Tendo em vista que uma das estratégias de implementação desta ação consiste na priorização de demandas de ampliação/reestruturação de espaços que viabilizem a promoção da prática de atividades físicas, acreditamos que a alteração da finalidade da ação complementa sua estratégia de implementação, já que espaços multiesportivos podem atrair maior número de praticantes do que aqueles destinados apenas a uma modalidade específica.

Quanto à alteração das metas físicas e financeiras da Ação 4508, apresentamos requerimento à Secretaria de Estado de Esportes solicitando que esta envide esforços no sentido de promover e incentivar, a realização de pelo menos um evento esportivo em cada território de desenvolvimento do estado de Minas Gerais. Já em relação à inclusão de ação destinada a garantir a realização dos jogos indígenas de Minas Gerais, somos favoráveis à proposta.

Assim, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e de requerimento com pedido de providências encaminhado à Secretaria de Estado de Esportes.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 28/2015 na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e de requerimento anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 189 - INCENTIVO AO ESPORTE -

Ação: 4507 - AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS

Mudança de finalidade:

Para: Modernização de espaços esportivos, BUSCANDO PRIORIZAR AQUELES QUE ATENDAM MAIS DE UMA MODALIDADE ESPORTIVA, com o objetivo de estimular a prática de atividade física e de esportes, por meio de apoio financeiro para a reforma, estruturação e construção de instalações esportivas e de lazer, assim como apoio para a aquisição de equipamentos necessários para a utilização destes espaços.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	59	7.100.000,00	62	7.455.000,00	65	7.827.750,00	70	8.219.137,00

**EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015**

Programa: 189 - INCENTIVO AO ESPORTE -

Ação: 4508 - APOIO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 189 - INCENTIVO AO ESPORTE -

Ação: 4509 - APOIO AO ATLETA E AO PROFISSIONAL DO ESPORTE

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 189 - INCENTIVO AO ESPORTE -

Ação: 4510 - FOMENTO AO FUTEBOL AMADOR

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 189 - INCENTIVO AO ESPORTE

Ação: - PROMOÇÃO DO ESPORTE INDÍGENA

Unidade Orçamentária: 1671 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

Finalidade: PROPICIAR CONDIÇÕES PARA A PRÁTICA ESPORTIVA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS, INCLUSIVE DOS ESPORTES QUE FAZEM PARTE DA CULTURA INDÍGENA, E REALIZAR OS JOGOS INDÍGENAS DE MINAS GERAIS.

Produto: EVENTO APOIADO

Unidade de medida: EVENTO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: INDÍGENA PARTICIPANTE DOS JOGOS INDÍGENAS DE MINAS GERAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	200.000,00						

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 200.000,00

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, em atendimento à Proposta de Ação Legislativa nº 28/2015, apresentada por Adriana Chagas Corrêa, do Serviço Social do Comércio – Sesc –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Esportes solicitando que envide esforços no sentido de promover e incentivar, no âmbito da Ação 4508 – Apoio e Realização de Eventos Esportivos – do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio de 2016 a 2019; a realização de pelo menos dois eventos esportivos em cada território de desenvolvimento do Estado.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 29/2015**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 29/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, sugere alterações no Programa 208 – Infraestrutura do Sistema Prisional – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 3/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Segurança Pública do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 208 – Infraestrutura do Sistema Prisional:

- alteração da finalidade da Ação 1135 – Humanização do Sistema Prisional, Implantação de Apac – (substituindo “centros de condenados” por “centros de reintegração social”, “percentual maior de condenados” por “percentual maior de recuperandos” e “possibilitando” por “e”) bem como aumento de suas metas físicas e financeiras;

- aumento das metas financeiras (acréscimo de R\$5.500.000,00 no Multiterritorial em 2016) da Ação 1136 – Modernização e Expansão do Sistema Prisional;

- inclusão de nova ação, denominada Implementação e Estruturação de Apacs.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de uma emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, alterando a finalidade da Ação 1135 conforme sugerido, e de dois requerimentos:

- de envio de pedido de providências à Secretaria de Defesa Social – Seds – para fortalecer as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – Apacs – em Minas Gerais, com ênfase no acompanhamento e na conclusão das oito novas



unidades já em construção e, ao longo do quadriênio, na implementação de outras novas unidades e na ampliação do número de vagas em todo o Estado;

- de envio de pedido de providências à Secretaria de Defesa Social – Seds – para adquirir equipamentos de raio-X e detectores de metal e alugar equipamentos de *body scan* para todas as unidades do sistema prisional de Minas Gerais, de modo a eliminar as chamadas “revistas vexatórias”.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 29/2015 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Doutor Jean Freire.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 208 - INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL -

Ação: 1135 - HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL, IMPLANTAÇÃO DE APAC

Mudança de finalidade:

Para: GARANTIR A MANUTENÇÃO DAS VAGAS DISPONIBILIZADAS PELAS APACS E FOMENTAR A CRIAÇÃO DE NOVOS CENTROS DE reintegração social NO ESTADO DE MINAS GERAIS, POSSIBILITANDO UM PERCENTUAL MAIOR DE recuperandos SENDO ATENDIDOS PELA METODOLOGIA APAC, e, ASSIM, UMA HUMANIZAÇÃO MAIS EFICAZ E MENOS ONEROSA PARA O ESTADO. AMPLIAR O ATENDIMENTO HUMANIZADO AO PRESO, INVESTINDO EM AÇÕES DE NATUREZA SOCIAL, VOLTADAS PARA A RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DO TRABALHO E ESCOLARIZAÇÃO.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 29/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social – Seds – para fortalecer as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – Apacs – em Minas Gerais, com ênfase no acompanhamento e na conclusão das oito novas unidades já em construção e, ao longo do quadriênio, na implementação de outras novas unidades e na ampliação do número de vagas em todo o Estado.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 29/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social – Seds – para adquirir equipamentos de raio-X e detectores de metal e alugar equipamentos de *body scan* para todas as unidades do sistema prisional de Minas Gerais, de modo a eliminar as chamadas “revistas vexatórias”.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 30/2015****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 30/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Stephanie Caroline Araújo Silva, do Instituto Elo, e outros, sugere alterações no Programa 203 – Prevenção Social à Criminalidade – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 3/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Segurança Pública do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 203 – Prevenção Social à Criminalidade:

- aumento das metas físicas e financeiras da Ação 1124 – Implantação de Serviços de Prevenção à Criminalidade –, recomendando-se que a implantação das novas unidades se dê nos municípios com mais de 100 mil habitantes e em territórios (aglomerados) com altos índices de homicídios e criminalidade violenta;

- alteração da finalidade (incluindo capacitação) e aumento das metas físicas e financeiras da Ação 1140 – Grupos Especializados em Policiamento em Áreas de Risco (Gepar) –, recomendando-se que as metas sejam destinadas à reestruturação de 63 Gepar, para despesas de capital e de custeio e para capacitação de 189 policiais militares;

- aumento das metas financeiras da Ação 4579 – Prevenção Social às Violências e Criminalidades –, redistribuindo-se os valores proporcionalmente entre os territórios já previstos, recomendando-se que parte desses recursos seja destinada à atualização dos índices do indicador "Média de participação mensal de jovens no Programa Fica Vivo! (média)".

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, alterando a finalidade da Ação 1140 conforme sugerido, e de três requerimentos:

- para envio de pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, para promover gestão junto ao governo do Estado a fim de complementar a Ação 1140 – Grupos Especializados em Policiamento em Áreas de Risco (Gepar) –, com vistas a viabilizar as atividades nela previstas;

- para envio de pedido de providências à Secretaria de Defesa Social – Seds –, para promover gestão junto ao governo do Estado a fim de complementar a Ação 1124 – Implantação de Serviços de Prevenção à Criminalidade –, com vistas a viabilizar as atividades nela previstas;

- para envio de pedido de providências à Secretaria de Defesa Social – Seds –, para promover gestão junto ao governo do Estado a fim de complementar a Ação 4579 – Prevenção Social às Violências e Criminalidades –, com vistas a viabilizar as atividades nela previstas, bem como para atualizar os índices do indicador "Média de participação mensal de jovens no Programa Fica Vivo! (média)".



Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 30/2015 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Doutor Jean Freire.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 203 - PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Ação: 1140 - GRUPOS ESPECIALIZADOS EM POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO GEPAR

Mudança de finalidade:

Para: REDUZIR A INCIDÊNCIA DE HOMICÍDIOS EM ÁREAS DE RISCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR MEIO DA ESTRUTURAÇÃO e da capacitação DOS GRUPOS ESPECIALIZADOS EM POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO - GEPAR.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 30/2015, de Stephanie Caroline Araújo Silva, do Instituto Elo, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para promover gestão junto ao governo do Estado a fim de suplementar a Ação 1140 – Grupos Especializados em Policiamento em Áreas de Risco (Gepar) – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, com vistas a viabilizar as atividades nela previstas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 30/2015, de Stephanie Caroline Araújo Silva, do Instituto Elo, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social – Seds – para promover gestão junto ao governo do Estado a fim de suplementar a Ação 1124 – Implantação de Serviços de Prevenção à Criminalidade – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, com vistas a viabilizar as atividades nela previstas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 30/2015, de Stephanie Caroline Araújo Silva, do Instituto Elo, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social – Seds – para promover gestão junto ao governo do Estado a fim de suplementar a Ação 4579 – Prevenção Social às Violências e Criminalidades – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, com



vistas a viabilizar as atividades nela previstas bem como para atualizar os índices do indicador "Média de participação mensal de jovens no Programa Fica Vivo! (média)".

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 31/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 31/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Adriana Chagas Corrêa, do Serviço Social do Comércio – Sesc – Saúde São Francisco, e outros, sugere alterações no Programa 75 – Desenvolvimento e Produção de Medicamentos para o Sistema Único de Saúde – SUS – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 4/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Saúde e Proteção do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 75 – Desenvolvimento e Produção de Medicamentos para o Sistema Único de Saúde;

- alteração da finalidade da Ação 4430 – Produção de Medicamentos para o Componente Básico e Estratégico da Assistência Farmacêutica – para acrescentar a produção, pela Fundação Ezequiel Dias – Funed –, de medicamentos que a indústria farmacêutica não tem interesse em produzir;

- ampliação das metas financeiras da Ação 4430 para 2016, 2017, 2018 e 2019.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 31/2015 na forma das emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015 anexas.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 075 - DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).

Ação: 4430 - PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O COMPONENTE BÁSICO E ESTRATÉGICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Mudança de finalidade:

Para: Fornecer medicamentos para os componentes básico e estratégico da assistência farmacêutica do Sistema Único de Saúde E OS QUE AS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS NÃO TÊM INTERESSE EM PRODUZIR. O componente básico está relacionado aos medicamentos e insumos da assistência farmacêutica no âmbito da atenção básica à saúde e o componente estratégico está relacionado com medicamentos utilizados para o tratamento de agravos específicos, que possuam perfil endêmico e tenham impacto socioeconômico.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	168.702.288	300.000,00	208.702.288	304.000,00	308.702.288	308.080,00	408.702.288	312.241,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 100.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 2261 - Fundação Ezequiel Dias

Ação: Produção de Medicamentos para o Componente Básico e Estratégico da Assistência Farmacêutica

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 100.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 100.000,00

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 32/2015**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 32/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Adriana Chagas Corrêa, do Serviço Social do Comércio – Sesc – Saúde São Francisco, e outros, sugere alterações no Programa 192 – Atenção Básica à Saúde – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 4/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Saúde e Proteção Social do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.



Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 192 – Atenção Básica à Saúde:

- ampliação das metas físicas (em 1%) e financeiras (em 10%) da Ação 4527 – Fortalecimento da Atenção Básica – em cada ano;
- ampliação das metas físicas (em 40%) e financeiras (em 10%) da Ação 4531 – Apoio ao Desenvolvimento da Atenção Básica Integral e Resolutiva –, nas regiões Metropolitana, Oeste, Alto Jequitinhonha e Vertentes;
- inclusão de nova ação, denominada Atenção à Saúde das Comunidades Indígenas e Quilombolas, com a finalidade de organizar o acesso das populações indígenas e quilombolas às redes de atenção à saúde do Estado, de acordo com as especificidades de morbimortalidade desses grupos populacionais.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e dos seguintes requerimentos com pedidos de providências e de informação à Secretaria de Estado de Saúde:

- solicitando o quantitativo atual de equipes de Saúde da Família e a compatibilização das metas físicas da Ação 4527 com o atual número de equipes informado pelo Ministério da Saúde/Datasus para Minas Gerais;
- solicitando informações sobre a previsão de meta física e financeira para os territórios Alto Jequitinhonha, Central, Vale do Rio Doce e Multiterritorial, que estão com meta física - Município Beneficiado - igual a zero, na Ação 4531;
- solicitando o remanejamento, na execução orçamentária de 2016, de R\$4.410.000,00, originalmente alocados na Ação 4527 para a promoção da saúde indígena e quilombola, destinando-os à nova ação criada para esse fim.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 32/2015 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 192 - ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

Ação: - ATENÇÃO À SAÚDE DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Unidade Orçamentária: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: ORGANIZAR O ACESSO DA POPULAÇÃO INDÍGENA ÀS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICIDADES DE MORBIMORTALIDADE DESSE GRUPO POPULACIONAL E DESENVOLVER AÇÕES ESPECÍFICAS PARA O POVO QUILOMBOLA A PARTIR DO DESENHO E IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE.



Produto: MUNICÍPIO COM COMUNIDADE QUILOMBOLA BENEFICIADO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público-alvo: população indígena e quilombola

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	11	1.000,00						
Caparaó	4	1.000,00						
Central	1	1.000,00						
Mata	6	1.000,00						
Médio e Baixo Jequitinhonha	9	1.000,00						
Metropolitano	20	1.000,00						
Mucuri	11	1.000,00						
Noroeste	6	1.000,00						
Norte	24	1.000,00						
Oeste	6	1.000,00						
Sudoeste	1	1.000,00						
Sul	1	1.000,00						
Triângulo Norte	1	1.000,00						
Vale do Aço	2	1.000,00						
Vale do Rio Doce	3	1.000,00						
Vertentes	7	1.000,00						

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 16.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2015, apresentada por Adriana Chagas Corrêa, do Serviço Social do Comércio – Sesc – Saúde São Francisco, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de informação à Secretaria de Estado de Saúde – SES – sobre o quantitativo atual de equipes de Saúde da Família e a compatibilização das metas físicas da Ação 4527 – Fortalecimento da Atenção Básica – com o atual número de equipes informado pelo Ministério da Saúde/Datasus para Minas Gerais.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2015, apresentada por Adriana Chagas Corrêa, do Serviço Social do Comércio – Sesc – Saúde São Francisco, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de informações sobre a previsão de meta física e financeira



para os territórios Alto Jequitinhonha, Central, Vale do Rio Doce e Multiterritorial, que estão com meta física – Município Beneficiado – igual a zero, na Ação 4531 – Apoio ao Desenvolvimento da Atenção Básica Integral e Resolutiva.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 32/2015, apresentada por Adriana Chagas Corrêa, do Serviço Social do Comércio – Sesc – Saúde São Francisco, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde solicitando o remanejamento, na execução orçamentária de 2016, de R\$4.410.000,00, originalmente alocados na Ação 4527 para a promoção da saúde indígena e quilombola, destinando-os à nova ação criada para esse fim.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 33/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 33/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Stephanie Caroline Araújo Silva, do Instituto Elo, e outros, sugere alterações no Programa 726 – Acesso à Justiça, do eixo Especial do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 3/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Segurança Pública do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 726 – Acesso à Justiça:

- alteração na regionalização, incluindo territórios e respectivas metas físicas e financeiras (1 território e R\$1.000,00 em 2016, 2017, 2018 e 2019) da Ação 1050 – Expansão da Defensoria Pública no Estado;
- alteração da finalidade (contemplando os negros, índios, povos e comunidades tradicionais, pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional) da Ação 1099 – Implantação de Núcleos de Assistência Jurídica Especializada;
- alteração da finalidade e aumento das metas físicas (de 250 para 350 defensores/servidores capacitados) e financeiras (de R\$200.000,00 para R\$500.000,00) da Ação 2068 – Capacitação de Membros e Servidores da Defensoria Pública;
- inclusão de nova ação, denominada Ampliação do Número de Estagiários da Defensoria Pública;

- inclusão de nova ação, denominada Criação e Ampliação da Casa da Mulher Mineira.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a sugestão de incluir a ação denominada Ampliação do Número de Estagiários da Defensoria Pública deve ser acolhida, não com a criação de ação nova específica para a contratação de estagiários, mas acrescentando recursos para esse fim na Ação 4150 – Assistência Jurídica –, uma vez que a ampliação do número de estagiários pode contribuir para atingir a finalidade da ação, que é realizar, em espaços adequados e bem equipados, assistência jurídica integral e gratuita, judicial e extrajudicial, destinada às pessoas necessitadas, garantindo às camadas menos favorecidas da população amplo acesso à justiça.

Esta e as demais alterações devem ser acolhidas na forma de três emendas ao já mencionado Projeto de Lei nº 2.937/2015, de duas emendas ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016, e de dois requerimentos:

- para envio de pedido de providências à Defensoria Pública, a fim de que seja promovida gestão junto ao governo do Estado para a suplementação da Ação 2068 – Capacitação de Membros e Servidores da Defensoria Pública, com vistas a viabilizar as atividades nela previstas;

- para envio de pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac –, a fim de que sejam firmados acordos ou convênios para expansão do projeto Casa da Mulher Brasileira nos municípios do Estado ou para a criação de projeto similar, denominado Casa da Mulher Mineira.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 33/2015 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 2.937/2015 e 2.938/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 726 - ACESSO À JUSTIÇA

Ação: 1050 - EXPANSÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	283.102,00	1	308.423,00	1	336.008,00	1	366.061,00
Caparaó			1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Central			1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Mata					1	1.000,00	1	1.000,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	157.198,00	1	172.892,00	1	188.355,00	1	205.202,00
Metropolitano	1	283.102,00	1	308.423,00	1	336.008,00	1	366.061,00
Mucuri	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Noroeste			1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Norte	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Oeste	1	283.102,00	1	308.282,00	1	335.702,00	1	365.561,00
Sudoeste					1	1.000,00	1	1.000,00
Sul					1	1.000,00	1	1.000,00
Triângulo Norte					1	1.000,00	1	1.000,00
Triângulo Sul					1	1.000,00	1	1.000,00
Vale do Aço			1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00



Vale do Rio Doce	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Vertentes					1	1.000,00	1	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 3.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1441 - Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Ação: Expansão da Defensoria Pública no Estado

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES

Valor (R\$): 3.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR

Valor (\$): 3.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 726 - ACESSO À JUSTIÇA

Ação: 1099 - IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIZADA

Mudança de finalidade:

Para: IMPLANTAR NÚCLEOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIZADA, EM PARTICULAR NÚCLEOS ITINERANTES, TENDO EM VISTA O ATENDIMENTO AOS PÚBLICOS CONSIDERADOS PRIORITÁRIOS POR SUA VULNERABILIDADE SOCIAL, COMO MULHERES, IDOSOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, CONSUMIDORES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, LGBTs, QUILOMBOLAS, negros, índios, povos e comunidades tradicionais, pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional, ETC

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 726 - ACESSO À JUSTIÇA

Ação: 2068 - CAPACITAÇÃO DE MEMBROS E SERVIDORES DA DEFENSORIA PÚBLICA

Mudança de finalidade:

Para: Promover a capacitação de defensores e servidores, com foco nos métodos de solução extrajudicial de conflitos, TAIS COMO CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO, JUSTIÇA RESTAURATIVA E ARBITRAGEM, BEM COMO EM MEDIDAS CAUTELARES PENAS, PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS, visando à prestação de assistência jurídica mais eficiente e qualificada à população hipossuficiente, à diminuição da judicialização de conflitos e à melhoria da gestão das atividades da defensoria pública.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)



Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	330	300.000,00	330	300.000,00	330	300.000,00	330	300.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 100.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 726 - ACESSO À JUSTIÇA

Ação: 4150 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Caparaó	50.906	640.819,00	50.906	393.669,00	50.906	427.919,00	50.906	463.611,00
Central	9.355	117.771,00	9.355	72.349,00	9.355	78.643,00	9.355	85.203,00
Mata	234.248	2.948.848,00	234.248	1.811.541,00	234.248	1.969.143,00	234.248	2.133.397,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	3.344	42.094,00	3.344	25.859,00	3.344	28.109,00	3.344	30.453,00
Metropolitano	1.023.589	12.985.486,00	1.023.589	7.915.832,00	1.023.589	8.604.505,00	1.023.589	9.322.228,00
Mucuri	22.409	282.093,00	22.409	173.296,00	22.409	188.373,00	22.409	204.085,00
Noroeste	41.793	526.108,00	41.793	323.200,00	41.793	351.318,00	41.793	380.622,00
Norte	66.288	834.467,00	66.288	512.631,00	66.288	557.230,00	66.288	603.710,00
Oeste	119.272	1.501.466,00	119.272	922.384,00	119.272	1.002.629,00	119.272	1.086.263,00
Sudoeste	65.800	828.319,00	65.800	508.852,00	65.800	553.122,00	65.800	599.261,00
Sul	248.204	3.124.549,00	248.204	1.919.477,00	248.204	2.086.471,00	248.204	2.260.509,00
Triângulo Norte	148.938	1.874.928,00	148.938	1.151.809,00	148.938	1.252.015,00	148.938	1.356.449,00
Triângulo Sul	110.185	1.387.059,00	110.185	852.100,00	110.185	926.232,00	110.185	1.003.491,00
Vale do Aço	41.253	519.306,00	41.253	319.021,00	41.253	346.775,00	41.253	375.700,00
Vale do Rio Doce	41.580	523.433,00	41.580	321.556,00	41.580	349.531,00	41.580	378.687,00
Vertentes	77.335	973.549,00	77.335	598.072,00	77.335	650.105,00	77.335	704.331,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 100.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1441 - Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Ação: Capacitação de Membros e Servidores da Defensoria Pública

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor (R\$): 100.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência



Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR

Valor (R\$): 100.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1441 - Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Ação: Assistência Jurídica - Ampliação do Número de Estagiários da Defensoria Pública de Minas Gerais

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES

Valor (R\$): 100.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR

Valor (R\$): 100.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 33/2015, de Stephanie Caroline Araújo Silva, do Instituto Elo, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Defensoria Pública para que seja promovida gestão junto ao governo do Estado para suplementação de recursos da Ação 2068 – Capacitação de Membros e Servidores da Defensoria Pública, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, com vistas a viabilizar as atividades nela previstas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 33/2015, de Stephanie Caroline Araújo Silva, do Instituto Elo, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac –, para firmar acordos ou convênios de expansão do projeto Casa da Mulher Brasileira nos municípios do Estado ou viabilizar a criação de projeto similar, denominado Casa da Mulher Mineira.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 34/2015****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 34/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, sugere alterações no Programa 4 – Infraestrutura e Logística da Polícia Civil – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 3/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Segurança Pública do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 4 – Infraestrutura e Logística da Polícia Civil:

- alteração da finalidade, do produto, da unidade de medida e da territorialização, bem como aumento das metas físicas e financeiras da Ação 2003 – Gestão da Infraestrutura Predial;
- aumento das metas físicas e financeiras da Ação 2004 – Manutenção da Frota;
- aumento das metas físicas e financeiras da Ação 2005 – Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação;
- aumento das metas físicas e financeiras e alteração da regionalização da Ação 2011 – Renovação da Frota;
- alteração da finalidade e da regionalização e aumento da meta financeira da Ação 2084 – Aparelhamento das Unidades da Polícia Civil;
- inclusão de nova ação, denominada Infraestrutura e Gestão de Pessoal, com a finalidade de “suprir a Polícia Civil de Minas Gerais com instrumentos tecnológicos, recomposição e gestão de pessoal, a fim de garantir a efetividade da prestação de serviços à população, com a periódica reposição e alocação de quadros em todas as carreiras”.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016, e dos seguintes requerimentos:

- envio de pedido de providências à Secretaria de Defesa Social para que sejam implementados Postos de Perícia Integrada nos Municípios de Contagem e Ipatinga;
- envio de pedido de providências à Chefia da Polícia Civil para que sejam implementados Postos de Perícia Integrada nos Municípios de Contagem e Ipatinga;
- envio de pedido de providências à Secretaria de Defesa Social solicitando estudo da viabilidade de atendimento de sugestão popular para que sejam feitos investimentos na ampliação da frota da Polícia Civil;



- envio de pedido de providências à Chefia da Polícia Civil solicitando estudo da viabilidade de atendimento de sugestão popular para que sejam feitos investimentos na ampliação da frota da Polícia Civil;

- envio de pedido de providências à Chefia da Polícia Civil para que seja promovida gestão junto ao governo do Estado para a suplementação da Ação 2005 – Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação – com vistas a viabilizar as atividades nela previstas;

- envio de pedido de informações ao secretário de Planejamento e Gestão sobre o cronograma de nomeação de novos servidores para a Polícia Civil, tendo em vista os concursos públicos realizados para a corporação.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 34/2015 na forma das emendas aos Projetos de Lei nos 2.937/2015 e 2.938/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 004 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DA POLÍCIA CIVIL

Ação: 2003 - GESTÃO DA INFRAESTRUTURA PREDIAL

Mudança de finalidade:

Para: PROPORCIONAR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO AOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL, COMO FORMA DE MELHORAR O ATENDIMENTO À SOCIEDADE E A EFETIVIDADE DO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE, assegurando também a criação de estrutura específica voltada para o atendimento às mulheres vítimas de violência, com instalação predial e posto pericial para cada território.

Mudança de produto:

Para: OBRA CONCLUÍDA

Mudança de unidade de medida:

Para: OBRA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Oeste	2	105.000,00	0	0	0	0	0	0
Mata	2	614.571,00	0	0	0	0	0	0
Sul	3	930.000,00	0	0	0	0	0	0
Sudoeste	2	158.000,00	0	0	0	0	0	0
Norte	3	558.000,00	0	0	0	0	0	0
Alto Jequitinhonha	1	380.000,00	0	0	0	0	0	0
Metropolitano	5	1.154.429,00	0	0	0	0	0	0
Multiterritorial	2	500.000,00	0	0	0	0	0	0

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 500.000,00



EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 004 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DA POLÍCIA CIVIL

Ação: 2084 - APARELHAMENTO DAS UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL

Mudança de finalidade:

Para: PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE TRABALHO ADEQUADAS AOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL, NO QUE TANGE ÀS CONDIÇÕES DE USO DAS MÁQUINAS, APARELHOS, UTENSÍLIOS, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS DE USO ADMINISTRATIVO, COMO FORMA DE MELHORAR O ATENDIMENTO À SOCIEDADE E A EFETIVIDADE DO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE, em especial instrumentos de tecnologia relacionados à medicina legal e à sexologia forense.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1511 - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Ação: Gestão da Infraestrutura Predial - Obras Necessárias à Instalação de Delegacias de Mulheres e Postos Periciais em Contagem e Ipatinga.

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS DE CAPITAL Valor: R\$ 500.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 500.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 34/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social para que sejam implementados Postos de Perícia Integrada nos Municípios de Contagem e Ipatinga.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 34/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Chefia da Polícia Civil para que sejam implementados Postos de Perícia Integrada nos Municípios de Contagem e Ipatinga.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.



REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 34/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, e tendo em vista sugestão popular para que sejam feitos investimentos na ampliação da frota da Polícia Civil, requer a V. Exa., nos termos regimentais seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social solicitando estudo da viabilidade de atendimento dessa demanda.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 34/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, e tendo em vista sugestão popular para que sejam feitos investimentos na ampliação da frota da Polícia Civil, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Chefia da Polícia Civil solicitando estudo da viabilidade de atendimento dessa demanda.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 34/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, e tendo em vista sugestão popular para que sejam feitos investimentos em tecnologia na Polícia Civil, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Chefia da Polícia Civil para que seja promovida gestão junto ao governo do Estado para a suplementação da Ação 2005 – Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, com vistas a viabilizar as atividades nela previstas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 34/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, e com base em sugestão popular para que seja ampliado o efetivo da Polícia Civil, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de informações ao secretário de Planejamento e Gestão sobre o cronograma de nomeação de novos servidores para a corporação, tendo em vista os concursos públicos realizados para a Polícia Civil.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 35/2015****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 35/2015, apresentada por Antonioni Afonso, do Instituto DH, sugere alteração no Programa 36 – Promoção da Cidadania e Participação Social – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada no dia 4/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Saúde e Proteção Social do PPAG 2016-2019, e apresentada em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, o participante formulou sugestão de inclusão de ação nova no Programa 36 – Promoção da Cidadania e Participação Social –, denominada Diagnóstico e Mapeamento de Organizações com Atuação na Área de Direitos Humanos, com a finalidade de mapear e diagnosticar toda a rede de organizações da sociedade civil e do poder público que trabalham direta ou indiretamente com direitos humanos no Estado, especificando R\$200.000,00 de meta financeira para a implementação desse diagnóstico.

Após realizar estudo de viabilidade da sugestão, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de requerimento para envio de pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, para realização de um mapeamento georreferenciado das entidades da sociedade civil de defesa dos direitos humanos existentes em Minas Gerais.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 35/2015 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire, relator – Fábio Cherem.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 35/2015, de Antonioni Afonso, do Instituto DH, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para realizar o mapeamento georreferenciado das entidades da sociedade civil de direitos humanos existentes em Minas Gerais, a fim de identificar e melhor articular as instituições com essa atuação no Estado.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 36/2015****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 36/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Willian Lelis Brás Nascentes, do Ministério Público de Minas Gerais, e outros, sugere alterações no Programa 22 – Políticas de Proteção de Direitos Humanos – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 4/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Saúde e Proteção Social do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 22 – Políticas de Proteção de Direitos Humanos:

- ampliação dos recursos previstos para as ações do programa (para, no mínimo, R\$2.000.000,00 por ano), com a consequente ampliação do valor total do programa (para, no mínimo, R\$10.000.000,00 por ano);
- inclusão de nova ação, denominada Programa de Proteção da Juventude Negra;
- inclusão de nova ação, denominada Enfrentamento à Violência contra a Mulher;
- inclusão de nova ação, denominada Programa de Proteção de Pessoas com Deficiência;
- inclusão de nova ação, denominada Proteção à Vida de Jovens e Familiares em Contexto de Violência Institucional.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e de requerimentos para envio de pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 36/2015 na forma das emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 022 - POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ação: - Programa de Proteção da Juventude Negra

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA



Finalidade: proteger os jovens de 15 a 29 anos ameaçados de morte e/ou com seus direitos violados, inclusive por violência institucional, garantindo-se sua integridade física e psicológica por meio de ações específicas de enfrentamento à violência letal contra a juventude negra acompanhada ou não de seu núcleo familiar.

Produto: PESSOA ATENDIDA / PROTEGIDA

Unidade de medida: PESSOA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: jovem negro ameaçado (18 a 29 anos)

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	100	1.000.000,00	100	1.000.000,00	100	1.000.000,00	100	1.000.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 1.000.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 022 - POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ação: - Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: promover ações de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres do campo e da cidade.

Produto: PESSOA ATENDIDA / PROTEGIDA

Unidade de medida: PESSOA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: mulheres vítimas de violência

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	200	100.000,00	100	1.000.000,00	100	1.000.000,00	100	1.000.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 100.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 022 - POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Alteração do Objetivo estratégico do Programa para:

-CONSOLIDAR O SISTEMA DE PROTEÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE;



- ELIMINAR TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES, JOVENS, POPULAÇÃO NEGRA, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, PESSOAS IDOSAS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E POPULAÇÃO LGBT.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 36/2015, de Willian Lelis Brás Nascentes, do Ministério Público de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para que promova a gestão necessária junto ao governo do Estado com vistas à suplementação de recursos no Programa 022 – Políticas de Proteção de Direitos Humanos –, de modo a viabilizar e ampliar as atividades nele previstas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 36/2015, de Willian Lelis Brás Nascentes, do Ministério Público de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para ampliar e fortalecer as ações direcionadas à proteção da pessoa com deficiência em situação de vulnerabilidade e de exploração familiar no âmbito dos programas e políticas de proteção de direitos humanos existentes no Estado, inclusive com a destinação de recursos orçamentários específicos para essa finalidade.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 37/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 37/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, sugere alterações no Programa 6 – Academia de Polícia Civil – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 3/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Segurança Pública do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e

Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam a seguinte sugestão de alteração no Programa 6 – Academia de Polícia Civil:

- inclusão de nova ação, denominada Protocolo de Humanização do Atendimento à Vítima de Violência Sexual, com a finalidade de “desenvolver o protocolo de humanização do atendimento à vítima de violência sexual, por meio de ações de capacitação dos agentes de segurança pública e dos atores do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente para a prestação de atendimento humanizado às vítimas”.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 37/2015 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 anexa.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 006 - ACADEMIA DE POLICIA CIVIL

Ação: - Protocolo de Humanização do Atendimento à Vítima de Violência Sexual

Unidade Orçamentária: 1511 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Implementar o protocolo de humanização do atendimento à vítima de violência sexual por meio de ações de capacitação dos agentes de segurança pública e dos atores do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente para o atendimento humanizado das vítimas de violência sexual.

Produto: SERVIDOR CAPACITADO

Unidade de medida: SERVIDOR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	500	150.000,00	500	150.000,00	500	150.000,00	500	150.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 150.000,00

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 38/2015****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 38/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, sugere alterações no Programa 080 – Promoção de Defesa Civil – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 3/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Segurança Pública do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações na Ação 2093 – Reforma e Ampliação de Unidades Prediais do CBMMG –, do Programa 080 – Promoção de Defesa Civil:

- alteração do nome, da finalidade e do produto (incluindo a construção de novas unidades);
- alteração da territorialização (incluindo: Alto Jequitinhonha, com previsão de metas físicas e financeiras para 2017 e 2018; Médio e Baixo Jequitinhonha, com previsão de metas físicas e financeiras para 2016; e Central, com previsão de metas físicas e financeiras para 2019);
- alteração das metas físicas e financeiras (acrescendo-as nos territórios Metropolitano – 2 metas físicas e R\$3.000.000,00 para 2016, 1 meta física e 1.500.000 para 2017, 2018 e 2019; e Norte – 1 meta física e R\$5.176.000,00 para 2018);
- recomendação de destinação de recursos para a reforma estrutural do pelotão dos bombeiros militares de Venda Nova e do Bairro Ipiranga (Metropolitano) e para a instalação de um pelotão completo no Baixo e Médio Jequitinhonha.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016, e de requerimentos para envio de pedido de providências ao Comando-Geral dos Bombeiros Militares e à Secretaria de Defesa Social solicitando que se faça gestão junto ao governo do Estado para suplementação da Ação 1146 – Expansão do Serviço Operacional dos Bombeiros –, de modo a viabilizar a construção de um pelotão dos bombeiros militares no Município de Itaobim e a reforma dos pelotões de Venda Nova e do Bairro Ipiranga, em Belo Horizonte.

A proposta de alteração do nome, da finalidade e do produto da Ação 2093 – Reforma e Ampliação de Unidades Prediais do CBMMG – para contemplar a demanda de construção de novas unidades dos bombeiros militares é desnecessária, pois esse objeto já está previsto na Ação 1146 – Expansão do Serviço Operacional de Bombeiros.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 38/2015 na forma das emendas aos Projetos de Lei nos 2.937/2015 e 2.938/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 205 - GESTÃO INTEGRADA DE DEFESA SOCIAL -

Ação: 1146 - EXPANSÃO DO SERVIÇO OPERACIONAL DE BOMBEIROS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	75.000,00						

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 75.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1401 - Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Ação: Expansão do Serviço Operacional de Bombeiros - Desenvolvimento de Projeto de Pelotão do Cbm no Município de Itaobim.

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 75.000,00

Dedução: UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 75.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 38/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, e tendo em vista sugestões populares para a instalação de pelotão dos bombeiros militares no Baixo e Médio Jequitinhonha e para a realização de reformas estruturais nos pelotões de Venda Nova e do Bairro Ipiranga, em Belo Horizonte, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências ao Comando-Geral dos Bombeiros Militares para que se faça gestão junto ao governo do Estado para suplementação da Ação 1146 – Expansão do Serviço Operacional dos Bombeiros – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, de modo a viabilizar a construção de um pelotão dos bombeiros militares no Município de Itaobim e a reforma dos pelotões de Belo Horizonte mencionados.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 38/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, e tendo em vista sugestões populares para a instalação de pelotão dos bombeiros militares no Baixo e Médio Jequitinhonha e para a realização de reformas estruturais nos pelotões de Venda Nova e do Bairro Ipiranga, em Belo Horizonte, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social para que se faça gestão junto ao governo do Estado para suplementação da Ação 1146 – Expansão do Serviço Operacional dos Bombeiros – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, de modo a viabilizar a construção de um pelotão dos bombeiros militares no Município de Itaobim e a reforma dos pelotões de Belo Horizonte mencionados.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 39/2015**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 39/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Willian Lelis Brás Nascentes, do Ministério Público de Minas Gerais, e outros, sugere alterações no Programa 46 – Regularização Fundiária e Acesso à Terra – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 4/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Saúde e Proteção Social do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 46 – Regularização Fundiária e Acesso à Terra:

- alteração de nome, finalidade e público-alvo, bem como inclusão dos territórios Triângulo Sul e Triângulo Norte (com previsão de metas físicas e financeiras de 2016 a 2019 para esses territórios) na Ação 2115 – Mediação de Conflitos Urbanos;
- inclusão de ação nova, denominada Destinação de Terra para Aldeamento de Diversas Etnias Indígenas, de forma a atender as famílias indígenas que residem na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão verificou que a primeira (que propõe alterações na Ação 2115 – Mediação de Conflitos Urbanos) foi atendida, em parte, na Proposta de Ação Legislativa nº 49/2015, na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019. No que toca à inclusão de ação nova, denominada Destinação de Terra para Aldeamento de Diversas Etnias Indígenas, entendemos pelo não acolhimento da sugestão.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 39/2015.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire, relator – Fábio Cherem.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 40/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 40/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, sugere alterações no Programa 110 – Polícia Ostensiva – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 3/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Segurança Pública do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 110 – Polícia Ostensiva:

- alteração na territorialização da Ação 1067 – Polícia para Cidadania –, incluindo o Multiterritorial, com previsão de metas físicas e financeiras em 2016, 2017, 2018 e 2019 para a capacitação de policiais militares nos 64 municípios mais vulneráveis e com maior índice de criminalidade, definidos em lista a ser elaborada pela PMMG;

- realocação de recursos da Ação 4246 – Locação de Viaturas – para a Ação 2004 – Manutenção da Frota –, do Programa 004 – Infraestrutura e Logística da Polícia Civil – (transferência de 700 viaturas da meta física e R\$30.000.000,00 da meta financeira);

- inclusão de nova ação voltada para a gestão da Polícia Civil, com a finalidade de viabilizar a distribuição adequada de efetivo (escrivão, investigador, perito criminal, médico legista e delegado), priorizando os municípios com maior índice de criminalidade, sem especificação dos demais atributos;

- recomendação de nomeação e posse de 2.472 investigadores de polícia, 180 peritos, 64 médicos legistas e aumento do efetivo de delegados e escrivães para a Polícia Civil de Minas Gerais, a fim de recompor o efetivo, com prioridade para os municípios com maior índice de criminalidade.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a de realocação de recursos da Ação 4246 – Locação de Viaturas – foi atendida na Proposta de Ação Legislativa nº 34/2015, devendo as demais serem acolhidas na forma dos seguintes requerimentos:

- de envio de pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para promover gestão junto ao governo do Estado a fim de complementar a Ação 1067 – Polícia para Cidadania –, com vistas a ampliar o



número de policiais militares capacitados nos municípios mais vulneráveis e com maior índice de criminalidade do Estado, em lista a ser definida pela PMMG;

- de envio de pedido de providências à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – para a nomeação e posse de 2.472 investigadores de polícia, 180 peritos, 64 médicos legistas e aumento do efetivo de delegados e escrivães para a Polícia Civil de Minas Gerais, a fim de recompor o efetivo, com prioridade para os municípios com maior índice de criminalidade.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 40/2015 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire, relator – Fábio Cherem.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 40/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para promover gestão junto ao governo do Estado a fim de complementar a Ação 1067 – Polícia para Cidadania – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, com vistas a ampliar o número de policiais militares capacitados nos municípios mais vulneráveis e com maior índice de criminalidade do Estado, em lista a ser definida pela PMMG.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 40/2015, de Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Planejamento e Gestão – Seplag – para a nomeação e posse de 2.472 investigadores de polícia, 180 peritos, 64 médicos legistas e aumento do efetivo de delegados e escrivães para a Polícia Civil de Minas Gerais, a fim de recompor o efetivo, com prioridade para os municípios com maior índice de criminalidade

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 41/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 41/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Albano Silveira Machado e outros, sugere alterações no Programa 34 – Turismo como Fator de Sustentabilidade Regional, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.



A proposta foi elaborada coletivamente no dia 29/10/2015, durante o processo de discussão participativa do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam sugestões de alterações no Programa 34 – Turismo como Fator de Sustentabilidade Regional, de responsabilidade da Secretaria de Estado de Turismo. Abaixo são relacionadas as mudanças propostas pelo grupo de trabalho.

Para a Ação 2147 – Aprimoramento do Arcabouço Legal do Turismo e Apoio ao Conselho Estadual de Turismo, foi sugerida a alteração de sua territorialização para multiterritorial e o aumento de sua meta financeira para R\$ 100 mil para o período 2016 a 2019.

Para a Ação 4092 – Qualificação da Cadeia Produtiva do Turismo, foi proposta a alteração do título para “Qualificação da Gestão Pública do Turismo nos Municípios”, e a alteração da sua finalidade para “potencializar a competitividade turística por meio da qualificação dos produtos e serviços em turismo visando ao fortalecimento da cadeia produtiva e à melhoria da satisfação dos visitantes e, conseqüentemente, aumentar a geração de negócios e renda em atividades econômicas relacionadas ao turismo, e potencializar a qualificação dos gestores municipais do turismo a fim de trabalhar a competitividade dos destinos e valorizar as vocações regionais”.

Para a Ação 4094 – Regionalização e Fomento à Descentralização e da Política Estadual do Turismo, foi proposta a alteração do título para “Fomento à Política de Regionalização e Fortalecimento dos Circuitos Turísticos”, a mudança do seu identificador de ação governamental para ação de acompanhamento intensivo, e o aumento de suas metas físicas do período 2016-2019 para R\$ 1 milhão por ano.

Para a Ação 4095 – Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos Em Minas Gerais, foi proposta a inclusão dos territórios Norte, Sul e Vale do Rio Doce, cada um com meta física 1 e meta financeira de R\$ 30 mil para 2016, R\$ 31.500,00 para 2017, R\$ 33.075,00 para 2018 e R\$ 34.728,00 para 2019. A inclusão dessas metas físicas tem por objetivo o atendimento de Montes Claros e região, do Circuito das Águas e de Governador Valadares, respectivamente.

Para a Ação 4123 – Infraestrutura dos Atrativos e Destinos Turísticos, foi solicitado o aumento da meta física para 10, e da meta financeira para R\$ 110 mil.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016, e de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Turismo e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 41/2015 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 2.937 e 2.938, de 2015, e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Emenda ao PPAG nº 1

Programa: 034 – TURISMO COMO FATOR DE SUSTENTABILIDADE REGIONAL -

Ação: 4092 – QUALIFICAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO

Mudança de nome:

Para: Qualificação dos Gestores Públicos e da Cadeia Produtiva do Turismo

Mudança de finalidade:

Para: POTENCIALIZAR A COMPETITIVIDADE TURÍSTICA POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS EM TURISMO VISANDO O FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA E MELHORIA DA SATISFAÇÃO DOS VISITANTES E, CONSEQUENTEMENTE, AUMENTAR A GERAÇÃO DE NEGÓCIOS E RENDA EM ATIVIDADES ECONÔMICAS RELACIONADAS AO TURISMO. Potencializar a qualificação dos gestores municipais do turismo a fim de aumentar a competitividade dos destinos e valorizar as vocações regionais.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Emenda ao PPAG nº 2

Programa: 034 – TURISMO COMO FATOR DE SUSTENTABILIDADE REGIONAL -

Ação: 4094 – REGIONALIZAÇÃO E FOMENTO A DESCENTRALIZAÇÃO E DA POLÍTICA ESTADUAL DO TURISMO

Mudança de nome:

Para: Fomento à Política de Regionalização e Descentralização para Fortalecimento dos Circuitos Turísticos

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Emenda ao PPAG nº 3

Programa: 034 – TURISMO COMO FATOR DE SUSTENTABILIDADE REGIONAL -

Ação: 4095 – POTENCIALIZAÇÃO DO TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS EM MINAS GERAIS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mata	1	30.000,00	1	31.500,00	1	33.075,00	1	34.728,00
Metropolitano	1	30.000,00	1	31.500,00	1	33.075,00	1	34.728,00
Norte	1	30.000,00	1	31.500,00	1	33.075,00	1	34.728,00
Sul	1	30.000,00	1	31.500,00	1	33.075,00	1	34.728,00
Triângulo Norte	1	30.000,00	1	31.500,00	1	33.075,00	1	34.728,00
Triângulo Sul	1	30.000,00	1	31.500,00	1	33.075,00	1	34.728,00
Vale do Rio Doce	1	30.000,00	1	31.500,00	1	33.075,00	1	34.728,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 90.000,00



EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Emenda Orçamentária nº 1

Acréscimo:

UO beneficiada: 1411 - Secretaria de Estado de Turismo

Ação: Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos em Minas Gerais - Relatório a Ser Elaborado para Municípios do Circuito das Águas

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 30.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 30.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Emenda Orçamentária nº 5

Acréscimo:

UO beneficiada: 1411 - Secretaria de Estado de Turismo

Ação: Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos em Minas Gerais - Relatório a Ser Elaborado para o Município de Montes Claros e Região

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 30.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 30.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Emenda Orçamentária nº 6

Acréscimo:

UO beneficiada: 1411 - Secretaria de Estado de Turismo

Ação: Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos em Minas Gerais - Relatório a Ser Elaborado para o Município de Governador Valadares e Região

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 30.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 30.000,00

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 41/2015, de Albano Silveira Machado, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Turismo pedido de providências com vistas à ampliação das ações realizadas no âmbito da Ação 4123 – Infraestrutura dos Atrativos e Destinos Turísticos, com vistas ao incremento da infraestrutura necessária para potencializar o desenvolvimento socioeconômico e a competitividade turística dos municípios mineiros.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 41/2015, de Albano Silveira Machado, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Turismo pedido de providências com vistas a aumentar para o período 2016-2019 os recursos disponíveis para a Ação 2147 – Aprimoramento do Arcabouço Legal do Turismo e Apoio ao Conselho Estadual de Turismo.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 41/2015, de Albano Silveira Machado, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências com vistas a aumentar para o período 2016-2019 os recursos disponíveis para a Ação 2147 – Aprimoramento do Arcabouço Legal do Turismo e Apoio ao Conselho Estadual de Turismo.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 42/2015**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 42/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Albano Silveira Machado, e outros, sugere alterações no Programa 35 – Identidade Turística de Minas Gerais – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 29/10/2015, durante o processo de discussão participativa do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.



Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as sugestões de alterações no Programa 35 – Identidade Turística de Minas Gerais – elencadas abaixo.

Para a Ação 4087 – Diversificação da Oferta Turística e Apoio à Comercialização, foi proposto o aumento da meta física para 5.

Para a Ação 4088 – Fomento à Economia Criativa e Gastronomia, foi proposta a alteração da finalidade para “fomentar a economia criativa, a gastronomia e o empreendedorismo no Estado, organizar a produção de diferentes segmentos da indústria criativa mineira, fortalecer a identidade de Minas Gerais, promover a integração do turismo com os setores cultura, meio ambiente e agropecuária, contribuir para a geração de oportunidades e novos negócios no Estado por meio do turismo, contribuir para o aumento do fluxo de turistas e geração de emprego e renda, melhorar a satisfação dos visitantes e fomentar o turismo de base comunitária, por meio da produção associada ao turismo”. Foi proposta ainda a alteração das metas financeiras para R\$ 500 mil por ano no período 2016 a 2019.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta de mudança na Ação 4087 não teria como ser acolhida. O aumento das metas físicas, sem a definição prévia das ações a serem desenvolvidas e sem o aporte correspondente de recurso, acabaria por tornar inviável a execução do solicitado pelo grupo.

Já a proposta referente à Ação 4088 deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 42/2015 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 2.937/2015 e 2.938/2015 anexas.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Emenda ao PPAG nº 4

Programa: 035 – IDENTIDADE TURÍSTICA DE MINAS GERAIS -

Ação: 4088 – FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA E GASTRONOMIA

Mudança de finalidade:

Para: FOMENTAR A ECONOMIA CRIATIVA, A GASTRONOMIA E O EMPREENDEDORISMO NO ESTADO, ORGANIZAR A PRODUÇÃO DE DIFERENTES SEGMENTOS DA INDÚSTRIA CRIATIVA MINEIRA, FORTALECER A IDENTIDADE DE MINAS GERAIS, PROMOVER A INTEGRAÇÃO DO TURISMO COM OS SETORES CULTURA, MEIO AMBIENTE E AGROPECUÁRIA, CONTRIBUIR PARA A GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES E NOVOS NEGÓCIOS NO ESTADO POR MEIO DO TURISMO, CONTRIBUIR PARA O AUMENTO DO FLUXO DE TURISTAS E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, MELHORAR A SATISFAÇÃO DOS VISITANTES e fomentar o turismo de base comunitária, por meio da produção associada ao turismo.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)



Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	2	500.000,00	2	500.000,00	2	500.000,00	2	500.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 284.882,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Emenda Orçamentária nº 2

Acréscimo:

UO beneficiada: 1411 - Secretaria de Estado de Turismo

Ação: Fomento à Economia Criativa e Gastronomia

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 284.882,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 284.882,00

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 43/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 43/2015, apresentada por Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, e Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, sugere alterações em programas do eixo Segurança Pública do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi apresentada em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 3/11/2015, em Belo Horizonte.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Os programas do PPAG estão organizados em cinco eixos temáticos, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 3/11/2015, foram apresentadas as seguintes sugestões:

- ampliação da unidade socioeducativa em Patos de Minas, criação da unidade de semiliberdade socioeducativa em Unai e efetiva regionalização de ambas;

- implantação do programa Fica Vivo em municípios de grande porte no território Noroeste;



- efetivação da regionalização do sistema prisional;
 - ampliação das áreas de monitoramento do Programa Olho Vivo nos Municípios de Paracatu, São Gotardo, Carmo do Paranaíba e Patos de Minas;
 - aumento do efetivo e da estrutura logística da Polícia Militar em todos os territórios, com a consequente ampliação da patrulha familiar, escolar e rural, priorizando-se o Município de Paracatu, o qual possui o maior índice de criminalidade da região Noroeste e Alto Paranaíba;
 - aumento do efetivo e da estrutura logística da Polícia Civil em todos os territórios, priorizando-se o Município de Paracatu, o qual possui o maior índice de criminalidade da região Noroeste e Alto Paranaíba;
 - inclusão de novo eixo temático, denominado Meio Ambiente;
 - inclusão de novo programa, denominado Animais Usados para Policiamento (Cães e Cavalos), destinado às Polícias Civil, Militar e Ambiental e ao Corpo de Bombeiros;
 - inclusão dos animais não humanos nos programas agrupados por destinatários (negros, índios, mulheres, idosos, LGBT, pessoas com deficiência, etc), considerando-se a Declaração de Cambridge Sobre a Consciência em Animais Humanos e Não Humanos, que comprovou que os animais são seres sencientes, ou seja, capazes de sentir dor, frio, estresse, prazer e felicidade;
 - aumento proporcional das metas físicas e financeiras das ações do Programa 4 – Infraestrutura e Logística da Polícia Civil –, para que atendam também a Delegacia de Crimes Contra a Fauna e para criação de mais duas delegacias no Estado, de forma a estruturar adequadamente essa delegacia, com pessoal suficiente e vocacionado;
 - criação de espaço físico adequado para receber os animais resgatados de maus-tratos pela Delegacia de Crimes contra a Fauna e outras a serem criadas;
 - destinação de R\$50.000,00 em cada ano no Programa 123 – Educação Profissional de Segurança Pública – para capacitação dos profissionais das Polícias Civil, Militar e Ambiental e do Corpo de Bombeiros, para que tenham condições de identificar maus-tratos praticados pela população contra os animais, conforme dispõem o inciso VII do §1º do art. 225 da Constituição da República e o art. 32 da Lei Federal nº 9.605, de 1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais.
- Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a inclusão de novo eixo temático, denominado Meio Ambiente, será atendida na Proposta de Ação Legislativa nº 63/2015. As demais sugestões devem ser acolhidas na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, de modo a incluir nova ação, denominada Promoção e Desenvolvimento de Políticas para Proteção Animal, no Programa 121 – Gestão Ambiental Integrada –, e de nove requerimentos para envio de pedido de providências:
- à Secretaria de Defesa Social – Seds –, para a ampliação da unidade socioeducativa em Patos de Minas e para a criação de unidade de semiliberdade socioeducativa em Unaí;
 - à Seds, para a implantação do programa Fica Vivo em municípios de grande porte no território Noroeste;
 - à Seds, para a efetiva regionalização do sistema prisional no Estado;
 - à Seds, para a ampliação das áreas de monitoramento do programa Olho Vivo nos Municípios de Paracatu, São Gotardo, Carmo do Paranaíba e Patos de Minas;
 - ao Comando-Geral da Polícia Militar, para a ampliação das áreas de monitoramento do programa Olho Vivo nos Municípios de Paracatu, São Gotardo, Carmo do Paranaíba e Patos de Minas;
 - ao Comando-Geral da Polícia Militar, para que se faça gestão junto ao governo do Estado com vistas a aumentar o efetivo e a estrutura logística da Polícia Militar em todos os territórios, com a ampliação das patrulhas familiar, escolar e rural, priorizando-se o Município de Paracatu, que possui o maior índice de criminalidade da região Noroeste e Alto Paranaíba;



- à Chefia da Polícia Civil, para que se faça gestão junto ao governo do Estado com vistas a aumentar o efetivo e a estrutura logística da Polícia Civil em todos os territórios, priorizando-se o Município de Paracatu, que possui o maior índice de criminalidade da região Noroeste e Alto Paranaíba;

- à Chefia da Polícia Civil, para o fortalecimento da Delegacia de Crimes contra a Fauna, estruturando-a adequadamente, com pessoal suficiente e vocacionado, e para a expansão dessas delegacias no Estado;

- à Chefia da Polícia Civil, para disponibilizar espaço físico adequado para receber os animais resgatados de maus-tratos pela Delegacia de Crimes contra a Fauna no Estado.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 43/2015 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 2.397/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 121 - GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação: - Promoção e Desenvolvimento de Políticas para Proteção Animal

Unidade Orçamentária: 1371 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Promover políticas voltadas à proteção animal no Estado de Minas Gerais.

Produto: AÇÃO REALIZADA

Unidade de medida: AÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 100.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 43/2015, de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, e Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social – Seds – para a ampliação da unidade socioeducativa no Município de Patos de Minas e para a criação de unidade de semiliberdade socioeducativa no Município de Unai.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.



REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 43/2015, de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, e Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social – Seds – para a implantação do programa Fica Vivo em municípios de grande porte no território Noroeste.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 43/2015, de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, e Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social – Seds – para a efetiva regionalização do sistema prisional no Estado.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 43/2015, de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, e Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social – Seds – para a ampliação das áreas de monitoramento do programa Olho Vivo nos Municípios de Paracatu, São Gotardo, Carmo do Paranaíba e Patos de Minas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 43/2015, de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, e Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar para a ampliação das áreas de monitoramento do programa Olho Vivo nos Municípios de Paracatu, São Gotardo, Carmo do Paranaíba e Patos de Minas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:



A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 43/2015, de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, e Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar para que promova gestão junto ao governo do Estado com vistas a aumentar o efetivo e a estrutura logística da Polícia Militar em todos os territórios, com a ampliação das patrulhas familiar, escolar e rural, priorizando-se o Município de Paracatu, que possui o maior índice de criminalidade da região Noroeste e Alto Paranaíba.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 43/2015, de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, e Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Chefia da Polícia Civil para que promova gestão junto ao governo do Estado com vistas a aumentar o efetivo e a estrutura logística da Polícia Civil em todos os territórios, priorizando-se o Município de Paracatu, que possui o maior índice de criminalidade da região Noroeste e Alto Paranaíba.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 43/2015, de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, e Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Chefia da Polícia Civil para o fortalecimento da Delegacia de Crimes contra a Fauna, estruturando-a adequadamente, com pessoal suficiente e vocacionado, e para a expansão dessas delegacias no Estado.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 43/2015, de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, e Watson Wilton de Azevedo Rocha, da Loja Maçônica Nova Luz, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Chefia da Polícia Civil para disponibilizar espaço físico adequado para receber os animais resgatados de maus-tratos pela Delegacia de Crimes contra a Fauna no Estado.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 44/2015****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 44/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Willian Lelis Brás Nascentes, do Ministério Público de Minas Gerais, e outros, sugere alterações no Programa 706 – Prestação Jurisdicional –, do eixo Especial do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 4/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Saúde e Proteção Social do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 706 – Prestação Jurisdicional:

- alteração da finalidade da Ação 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas;
- inclusão de nova ação, denominada Criação e Ampliação das Varas Especializadas da Lei Maria da Penha.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a primeira delas (alteração da finalidade da Ação 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas) não deve ser acolhida, tendo em vista a inadequação das modificações pretendidas. Anote-se que o grupo sugeriu que a oferta e o aprimoramento de formação inicial e continuada prevista na finalidade da ação fosse estendida para além dos magistrados, servidores e colaboradores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, abarcando todo o sistema de justiça. Verifica-se, no entanto, que a unidade orçamentária responsável pelo programa, e pela mencionada ação, é o Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, vinculado à Unidade Orçamentária do TJMG e criado pela Lei nº 20.802, de 2013, com o objetivo de assegurar recursos necessários ao desenvolvimento das atividades específicas do Poder Judiciário.

No que toca à segunda sugestão (inclusão de nova ação, denominada Criação e Ampliação das Varas Especializadas da Lei Maria da Penha), entendemos que deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências ao TJMG para a criação de novas varas especializadas na Lei Maria da Penha no Estado.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 44/2015 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire, relator – Fábio Cherem.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:



A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 44/2015, de Willian Lelis Brás Nascentes, do Ministério Público de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais para ampliar o número de varas especializadas na Lei Maria da Penha, mediante, especialmente, a criação de unidades em comarcas do interior, tomando-se em consideração a demanda e o acervo processual já existente em cada um dos territórios de desenvolvimento do Estado.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 45/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 45/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Altino Rodrigues Neto, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, sugere alterações no Programa 25 – Geração de Conhecimento e de Tecnologia Agropecuária – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 29 de outubro de 2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e tecnológico do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 25 – Geração de Conhecimento e de Tecnologia Agropecuária:

– Acréscimo de R\$15.000.000,00 em recursos de fonte 10 (recursos do Tesouro), além do que já está aportado em fonte 60 (recursos diretamente arrecadados), distribuídos proporcionalmente entre as ações do Programa 25 - Geração de Conhecimento e de Tecnologia Agropecuária.

Uma das formas de se promover o aumento da produtividade e o desenvolvimento sustentável do agronegócio e da agricultura familiar é a difusão de tecnologias e inovações tecnológicas.

Em 12/8/2015, foi realizada uma audiência pública da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da ALMG, para debater o papel da Fapemig no fomento à pesquisa agropecuária no Estado e a sua contribuição para a integração das ações voltadas para a pesquisa e para a inovação científica. Na ocasião, foi mencionada a situação financeira crítica da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig, sendo que, até aquela data, a empresa já contabilizava déficit de R\$ 1,1 milhão, uma vez que as receitas arrecadadas correspondiam a R\$ 3,9 milhões e as despesas eram da ordem de R\$ 5,1 milhões. O presidente da Epamig relatou que o maior desafio da empresa era ter dotação orçamentária específica para garantir sua manutenção.

Assim sendo, considerou-se oportuna a alteração sugerida, tendo sido acatada as seguintes modificações:

– Acréscimo de R\$1.000.000 na Ação 4056 – Difusão e Transferência de Tecnologia –, destinados à geração de conhecimento e de tecnologia agropecuária.

– Envio de requerimento à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – de pedido de providências para o retorno do financiamento, via Tesouro do Estado, para atuação da Epamig, tendo em vista a impossibilidade de financiamento do custeio da empresa com recursos da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig.

– Encaminhamento à Epamig de pedido de informações sobre suas planilhas de receitas e custos em que se explicita a necessidade de suplementação de seu financiamento.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016, e dos requerimentos mencionados.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 45/2015 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 2.938/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 3051 - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

Ação: Difusão e Transferência de Tecnologia

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 1.000.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 45/2015, de autoria de Altino Rodrigues Neto, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para o retorno do financiamento, via Tesouro do Estado, para atuação da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig –, tendo em vista a impossibilidade de financiamento do custeio da empresa com recursos da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 45/2015, de autoria de Altino Rodrigues Neto, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para o retorno do financiamento, via Tesouro do Estado, para atuação da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 45/2015, de autoria de Altino Rodrigues Neto, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado ao diretor executivo da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – pedido de informações sobre as planilhas de receitas e custos da instituição, em que se explicita a necessidade de suplementação de seu financiamento.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 46/2015**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 46/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Albano Silveira Machado e outros, sugere alterações no Programa 122 – Água para Todos – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 4 de novembro de 2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Saúde e Proteção Social do PPAG-2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 122 – Água para Todos – Universalização do Acesso e Uso da Água:

– Alterar a regionalização e as metas física e financeira da Ação 1056 – Implantação de Barraginhas –, incluindo o território Alto Jequitinhonha (ano 2016), com meta física de 125 barraginhas implantadas e meta financeira de R\$1.190.476,00;

e território Médio e Baixo Jequitinhonha (ano 2016), com meta física de 400 barraginhas implantadas e meta financeira de R\$ 3.809.523,00, bem como recomendar à Sednor aporte de recursos para implantação de barraginhas no Vale do Jequitinhonha.

– Alterar a regionalização e as metas física e financeira da Ação 1059 – Implantação de Cisternas de Consumo –, incluindo o território Alto Jequitinhonha (ano 2016), com meta física de 500 cisternas implantadas e meta financeira de R\$1.700.000,00 e recomendar à Sednor aporte de recursos para implantação de cisternas no Alto Jequitinhonha.

– Alterar a regionalização e as metas física e financeira da Ação 1060 – Implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água –, incluindo o território Alto Jequitinhonha (ano 2016), com meta física de 94 sistemas implantados e meta financeira de R\$14.100.000,00 e recomendar à Sednor aporte de recursos para implantação de sistemas de abastecimento de água no Médio e Baixo Jequitinhonha.

Não se tem dúvidas da importância das ações que integram o “Programa Água para Todos”, principalmente no atendimento das pequenas comunidades mais distantes dos centros urbanos, em especial no Vale do Jequitinhonha, que enfrentam a escassez hídrica e não contam com as redes de distribuição do abastecimento público.

O Vale do Jequitinhonha é caracterizada por baixos indicadores econômicos e sociais. Nessa região do semiárido mineiro e seu entorno, a situação é agravada pela grande intermitência do período de chuvas, prevalecendo a estiagem durante a maior parte do ano. A ação do Estado é, pois, imprescindível para garantir a redução da pobreza e a universalização do acesso regular à água destinada ao consumo humano e ao desenvolvimento sustentável na região. Esse papel o Estado pode cumprir, no caso em exame, por meio da construção de barragens, cisternas ou sistemas simplificados de abastecimento de água para o abastecimento humano e animal, bem como para os agricultores rurais.

Segundo os participantes, a escolha do programa se deveu à necessidade de revisão das metas físicas e financeiras de suas ações, bem como de regionalização, com inclusão de aporte financeiro para o Vale do Jequitinhonha.

Para essas alterações foram sugeridos acréscimos significativos aos valores das metas físicas e financeiras das ações analisadas. Assim sendo, conclui-se serem oportunas as seguintes alterações:

– Ação 1056 – Implantação de Barraginhas: inclusão das regiões Alto Jequitinhonha, com meta financeira de R\$400.000,00; e Médio e Baixo Jequitinhonha, com meta financeira de R\$600.000,00 e metas físicas proporcionais;

- Ação 1059 – Implantação de Cisterna de Consumo: inclusão do Alto Jequitinhonha, com meta financeira de R\$340.000,00 e metas físicas proporcionais;

- Ação 1060 – Implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água: a proposta em questão foi rejeitada, pois as regiões Alto e Médio/ Baixo Jequitinhonha já estão contempladas pela ação.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma das emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 46/2015 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 2.937/2015 e 2.938/2015 anexas.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 122 - ÁGUA PARA TODOS - UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DA ÁGUA -

Ação: 1056 - IMPLANTAÇÃO DE BARRAGINHAS OU PEQUENA BARRAGEM



Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	42	400.000,00						
Médio e Baixo Jequitinhonha	63	600.000,00						
Norte	525	5.000.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 1.000.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1591 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais

Ação: Implantação de Barraginhas Ou Pequena Barragem

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS DE CAPITAL Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 1.000.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 122 - ÁGUA PARA TODOS - UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DA ÁGUA -

Ação: 1059 - IMPLANTAÇÃO DE CISTERNA DE CONSUMO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	100	340.000,00						
Médio e Baixo Jequitinhonha	864	2.938.775,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Norte	606	2.061.225,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 340.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1591 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais

Ação: Implantação de Cisterna de Consumo

Objeto do gasto: Genérico



Categoria Econômica: DESPESAS DE CAPITAL Valor: R\$ 340.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 340.000,00

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 47/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 47/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Altino Rodrigues Neto, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, sugere alterações no Programa 68 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 29 de outubro de 2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 68 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais:

- Alteração da regionalização da Ação 4158 para multiterritorial, ampliando as metas física e financeira em todos os anos;

- Inclusão de ação destinada à promoção de Ater para acesso, captação, armazenamento e produção de água nas regiões mineiras do semiárido;

- Inclusão de ação destinada à promoção de Ater para jovens e mulheres, e recomendação à Emater de atendimento diferenciado a jovens e mulheres do campo, adequando suas atividades à realidade desses grupos e destinando um percentual mínimo dos atendimentos para esses segmentos;

- Transferência da Ação 4420 do Programa 104 – Segurança de Alimentos – para o Programa 68, com meta financeira de R\$120.000,00 por ano e regionalização multiterritorial;

- Transferência da Ação 4677 do Programa 55 – Certifica Minas Café – para o Programa 68, com meta financeira de R\$250.000, em 2016, 300.000, em 2017, 350.000, em 2018, e 400.000, em 2019, e regionalização multiterritorial.

- Transferência da Ação 4254 do Programa 104 – Segurança de Alimentos – para o Programa 68, com meta financeira de R\$300.000, por ano, com regionalização multiterritorial.



- Envio à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – e à Secretaria de Desenvolvimento Agrário – Seda – de pedido de providências para que a prestação de serviços de Ater seja feita não apenas por meio da Emater, mas também por um percentual mínimo de organizações da sociedade civil, garantindo a participação do terceiro setor e promovendo a utilização da mão de obra formada nas Escolas Família Agrícola e nos Institutos Federais de Ensino Superior – Ifes.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma dos requerimentos mencionados.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 47/2015 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 47/2015, de autoria de Altino Rodrigues Neto, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater – seja feita não apenas por meio da Emater, mas também por um percentual mínimo de organizações da sociedade civil, garantindo-se a participação do terceiro setor e promovendo-se a utilização da mão de obra formada nas Escolas Família Agrícola e nos Institutos Federais de Ensino Superior – Ifes.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 47/2015, de autoria de Altino Rodrigues Neto, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Agrário – Seda – pedido de providências para que a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater – seja feita não apenas por meio da Emater, mas também por um percentual mínimo de organizações da sociedade civil, garantindo-se a participação do terceiro setor e promovendo-se a utilização da mão de obra formada nas Escolas Família Agrícola e dos Institutos Federais de Ensino Superior – Ifes.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 48/2015**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 48/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Albano Silveira Machado, e outros, sugere alterações no Programa 181 – Distribuição de Energia Elétrica – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 29 de outubro de 2015, durante o processo de discussão participativa do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 181 – Distribuição de Energia Elétrica:

– Alteração do território de abrangência da Ação 1110 para que atenda a todos os territórios do Estado de Minas Gerais. Sugeriu-se, também, a abertura de janelas para recursos nos anos de 2017 a 2019, acrescentando metas físicas e financeiras, tendo em vista a proposta de universalização do acesso ao serviço de energia elétrica: regionalização: Multiterritorial (2016, 2017, 2018 e 2019) – Metas Físicas: 1 repasse de contrapartida efetuada/ Metas Financeiras: R\$1.000,00

– Encaminhar pedido de providências à Cemig para que priorize, na Ação 1110, o atendimento do Distrito Industrial do Vale do Rio Doce.

– Encaminhar pedido de providências à Cemig para que os recursos destinados à política de eficiência energética, aplicados por esta, sejam empregados nos serviços de iluminação pública de municípios de baixo IDH dos territórios do Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri e Vale do Rio Doce.

Conforme indicaram os participantes do grupo de trabalho, a demanda por alterações no Programa 181 se deveu à necessidade da ampliação do território de abrangência da Ação 1110 (Multiterritorial), para atender o Estado de Minas Gerais como um todo, conforme público-alvo descrito. Além disso, indicaram ser importante a abertura de janelas para recursos também nos anos de 2017 a 2019, acrescentando metas físicas e financeiras, tendo em vista a proposta de universalização do acesso ao serviço de energia elétrica. Como complemento às alterações propostas, entenderam ser pertinente encaminhar à Cemig pedido de providências para que priorize, nessa ação, o Distrito Industrial do Vale do Rio Doce, pois as constantes quedas de energia elétrica no Distrito Industrial dificultam a produção atual das empresas, a ampliação produtiva dessas unidades, e também a instalação de novas plantas industriais.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu como pertinentes as seguintes alterações:

- Alteração da regionalização da Ação 1110 – Distribuição de Energia Elétrica – para multiterritorial, com as mesmas metas físicas e financeiras previstas para 2016, mantendo-se os mesmos valores e metas para os próximos anos, até 2019.

- Requerimento de envio à Cemig de pedido de providências no sentido de priorizar o incremento da disponibilidade de energia elétrica no Distrito Industrial do Vale do Rio Doce, no âmbito da Ação 3011 – Plano de Desenvolvimento da Distribuidora.



- Requerimento de envio à Cemig de pedido de providências para que os recursos destinados à Política de Eficiência Energética, aplicados por esta empresa, sejam empregados nos serviços de iluminação pública de municípios de baixo IDH dos territórios do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri e Vale do Rio Doce, no âmbito da Ação 3011 – Plano de Desenvolvimento da Distribuidora.

Assim sendo, conclui-se que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e dos requerimentos com pedidos de providências à Cemig.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 48/2015 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 181 - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA -

Ação: 1110 - REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 48/2015, de autoria de Albano Silveira Machado, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Cemig pedido de providências no sentido de priorizar o incremento da disponibilidade de energia elétrica no Distrito Industrial do Vale do Rio Doce, no âmbito da Ação 3011 – Plano de Desenvolvimento da Distribuidora.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 48/2015, de autoria de Albano Silveira Machado, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Cemig pedido de providências para que os recursos destinados à Política de Eficiência Energética, aplicados por esta empresa, sejam empregados nos serviços de iluminação pública de municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – dos territórios do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri e Vale do Rio Doce, no âmbito da Ação 3011 – Plano de Desenvolvimento da Distribuidora.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 49/2015****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 49/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Altino Rodrigues Neto, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, sugere alterações no Programa 46 – Regularização Fundiária e Acesso à Terra – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 26 de outubro de 2015, durante o processo de discussão participativa do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 46 – Regularização Fundiária e Acesso à Terra:

- Transferir a Ação 2115 para o Programa 147 – Nossa Cidade Melhor –, por se tratar de acesso à terra urbana;
- Alterar a regionalização da Ação 4106 para multiterritorial, preservando as mesmas metas física e financeira;
- Dobrar a meta financeira da Ação 4107, em todos os anos, mantendo-se a meta física;
- Alterar a regionalização da Ação 4108 para multiterritorial, com alteração da meta financeira no valor de 1.000 reais por imóvel georreferenciado, mantendo-se a meta física;
- Alterar o público-alvo da Ação 4112, incluindo as escolas família agrícola;
- Transferir a Ação 4549 para o Programa 147 – Nossa Cidade Melhor –, por se tratar de acesso à terra urbana;
- Retirar os objetivos estratégicos vinculados à área de Desenvolvimento de Cidades e Regiões Metropolitanas, em razão da proposta de transferência das Ações 2115 e 4549 do Programa 46 – Regularização Fundiária e Acesso à Terra – para o Programa 147 – Nossa Cidade Melhor.

Em sua justificativa, o grupo afirmou que suas sugestões centraram-se na ampliação de recursos financeiros por tratar-se de uma questão que, ao longo da história de Minas Gerais, não foi priorizada. Segundo o grupo, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário apresenta potencial para executar o desenvolvimento agrário no Estado. Além disso, acredita que o programa seja de extrema importância, motivo pelo qual propõe que seja executado em todos os territórios do Estado.

Assim sendo, foram acatadas as seguintes alterações:

- Manutenção da Ação 2115 no programa 046, acrescentando-se a expressão "e rurais", no nome da ação, mantendo nesse programa os objetivos estratégicos vinculados à área de Desenvolvimento de Cidades e Regiões Metropolitanas;
- Pedido de providências para a Seda solicitando que, nos próximos anos, seja ampliado o número de territórios atendidos na Ação 4106.
- Acréscimo de recursos na Ação 4108 sendo: R\$84.000,00 para o Norte, R\$84.000,00 para o Médio e Baixo Jequitinhonha; e R\$84.000,00 para o Mucuri.
- Alteração do público-alvo da Ação 4112, incluindo as escolas família agrícola.



No caso da sugestão incidente sobre a Ação 4107, a demanda foi rejeitada devido à situação de escassez de recursos e à falta de elementos objetivos para a qualificação da tomada de decisão. Já a sugestão de transferir a Ação 4549 – Regularização Fundiária Urbana Plena – para o Programa 147 – Nossa Cidade Melhor – foi atendida por meio da PLE nº 61/2015.

Além dessas sugestões, durante o processo de discussão participativa do eixo Saúde e Proteção Social, ocorrido no dia 4 de novembro de 2015, o grupo que discutiu temas relacionados aos direitos humanos apresentou a outra sugestão: alteração de nome, finalidade e público-alvo da Ação 2115 – Mediação de Conflitos Urbanos –, e inclusão, na ação, dos territórios Triângulo Sul e Triângulo Norte, com a respectiva previsão de metas físicas e financeiras. Essa sugestão, integrante originalmente da PLE nº 39/2015, será acolhida nesta proposição, na forma de emenda ao PPAG.

Desse modo, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016, bem como de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Desenvolvimento Agrário – Seda.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 49/2015 na forma das emendas aos Projetos de Lei nos 2.937/2015 e 2.938/2015 e do requerimento anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 046 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E ACESSO A TERRA -

Ação: 2115 - MEDIAÇÃO DE CONFLITOS URBANOS

Mudança de nome:

Para: Mediação de Conflitos urbanos e rurais

Mudança de público-alvo:

Para: Ocupantes de áreas urbanas e rurais irregulares

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 046 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E ACESSO A TERRA -

Ação: 4112 - CRÉDITO FUNDIÁRIO RURAL

Mudança de finalidade:

Para: TRABALHADORES RURAIS, FILHOS DE AGRICULTORES FAMILIARES OU ESTUDANTE DE ESCOLAS AGROTÉCNICAS e de Escolas Família Agrícola, COM RENDA FAMILIAR ANUAL DE ATÉ R\$ 15 MIL, PATRIMÔNIO DE ATÉ R\$ 30 MIL E MAIS DE 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA RURAL NOS ÚLTIMOS 15 ANOS.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1641 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Ação: Georreferenciamento de Propriedades Rurais

Objeto do gasto: Genérico



Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 84.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 84.000,00

Emenda Orçamentária nº 37

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1641 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Ação: Georreferenciamento de Propriedades Rurais

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 84.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 84.000,00

Emenda Orçamentária nº 38

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1641 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Ação: Georreferenciamento de Propriedades Rurais

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 84.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 84.000,00

Emenda Orçamentária nº 39

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 49/2015, de autoria de Altino Rodrigues Neto, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Agrário – Seda – pedido de providências para que, nos próximos anos, seja ampliado o número de territórios atendidos no âmbito da Ação 4106 – Destinação de Imóveis Rurais Devolutos.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 50/2015****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 50/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Albano Silveira Machado e outros, sugere alterações no Programa 145 – Saneamento é Vida – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 28 de outubro de 2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Infraestrutura e Logística do PPAG- 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 145 – Saneamento é Vida:

– Ação 1112 – Implantação e Melhorias de Sistemas de Abastecimento de Água: Alterar a unidade de medida do produto da ação para “sistema implantado” e recomendar à Secretaria Estadual de Política Urbana e Gestão Metropolitana – Sedru – providências para aumentar o aporte de recursos para atender os municípios e comunidades não atendidos pela Copasa e pela Copanor, inclusive nas áreas rurais.

– Ação 1113 – Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos: Alterar a regionalização e metas físicas e financeiras da ação, com vistas a aumentar os recursos para a implantação de sistemas de destinação final de resíduos sólidos, com prioridade para os consórcios intermunicipais, em especial para o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Ambiental do Alto Vale do Jequitinhonha – Cidasaje – e promover a implantação de aterros sanitários no Estado de Minas Gerais, em especial naqueles territórios não atendidos pelas Parcerias Público Privadas – PPPs – de resíduos sólidos da RMBH.

– Ação 2107 – Coordenação da Política Estadual de Saneamento Básico: Alterar a meta financeira da Ação 2107, com vistas a aportar recursos para a elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico, que norteará as ações de saneamento do Estado nos próximos anos e cuja elaboração deverá ser feita por meio de processo participativo, tendo sido sugerido o valor de R\$ 2.500.000,00.

– Inclusão de ação nova no Programa 145 denominada “Saneamento na Região Metropolitana de Belo Horizonte”, com a finalidade de “universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário em Esmeraldas, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sabará, Mateus Leme, Sarzedo, Ibitiré, Igarapé, Brumadinho, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e demais municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte”. A proposta informa o público-alvo, o produto a unidade orçamentária (Sedru) e demais requisitos, com metas físicas e financeiras respectivas de 11 planos elaborados e implantados e R\$33.000.000,00, com especificação do objeto do gasto: Destinar recursos para os municípios de Esmeraldas, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sabará, Mateus Leme, Sarzedo, Ibitiré, Igarapé, Brumadinho, Mário Campos, São Joaquim de Bicas. Recomendou-se ainda, que a partir de 2017, os investimentos sejam focados nos municípios com menor índice de desenvolvimento humano – IDH.



Conforme indicaram os participantes do grupo de trabalho, a demanda por alterações no Programa 145 se basearam na necessidade de reforçar as ações e obras de saneamento básico nos municípios da RMBH que ainda têm atendimento precário (Esmeraldas, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sabará, Mateus Leme, Sarzedo, Ibitiré, Igarapé, Brumadinho, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, etc.) e demais territórios do Estado, especialmente aqueles que, embora atendidos pela Copasa e Copanor, ainda não têm o serviço com a qualidade necessária, inclusive nas áreas rurais. Também foi identificada a necessidade de implementação de sistema de destinação de resíduos sólidos e aterros sanitários em diversos territórios do Estado, e, em especial, na RMBH.

Assim sendo, foram acatadas as seguintes alterações:

– Alteração da unidade de medida da Ação 1112, para “sistema implantado”, bem como envio de requerimento com pedido de providências à Secretaria Estadual de Política Urbana e Gestão Metropolitana – Sedru – para atender os municípios e comunidades atualmente não atendidas pela Copasa e Copanor, inclusive nas áreas rurais.

– Requerimento de envio de pedido de providências à Secretaria Estadual de Política Urbana e Gestão Metropolitana – Sedru – para implantação de sistemas de destinação final de resíduos sólidos, com prioridade para os consórcios intermunicipais; bem como para implantação de aterros sanitários no Estado de Minas Gerais, em especial naqueles territórios não atendidos pelas PPPs de resíduos sólidos da RMBH.

– Acréscimo de recursos na Ação 2107 – Coordenação da Política Estadual de Saneamento Básico, no valor de R\$500.000,00 com especificação do gasto para elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico e requerimento de envio de informações ao Secretário Estadual de Política Urbana e Gestão Metropolitana sobre o estágio atual da elaboração do Plano Estadual de Saneamento.

– Requerimento de envio de pedido de informações ao Secretário Estadual de Política Urbana e Gestão Metropolitana sobre a situação do saneamento básico na RMBH, com especificação das empresas que operam na região; e de pedido de providências à Secretaria Estadual de Política Urbana e Gestão Metropolitana – Sedru – com vistas à universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário em todas as cidades da RMBH, conforme deliberação dos participantes da discussão do PPAG na ALMG.

Desse modo, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016 e de requerimentos com pedido de informações e de providências já mencionados.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 50/2015 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 2.937/2015 e 2.938/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 145 - SANEAMENTO É VIDA

Ação: 1112 - IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

Mudança de produto:

Para: SISTEMA IMPLANTADO

Mudança de unidade de medida:

Para: SISTEMA



Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	0	2.415.000,00	7	1.710.000,00	0	0,00	0	0,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	0	1.260.000,00	5	840.000,00	0	0,00	0	0,00
Metropolitano	0	10.800,00	0	10.800,00	1	10.800,00	1	10.800,00
Mucuri	0	2.940.000,00	8	1.960.000,00	0	0,00	0	0,00
Norte	1	3.956.023,00	4	720.000,00	0	0,00	0	0,00
Oeste	2	3.512.173,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sudoeste	3	10.286.198,00	5	4.956.267,00	0	0,00	0	0,00
Sul	2	3.959.644,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 145 - SANEAMENTO É VIDA

Ação: 2107 - COORDENAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Mudança de IAG:

Para: 1 - Ações de Acompanhamento Intensivo

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	510.900,00	1	10.900,00	1	10.900,00	1	10.900,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 500.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1471 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Ação: Coordenação da Política Estadual de Saneamento Básico - Elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 500.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 500.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 50/2015, de autoria de Albano Silveira Machado e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado pedido de providências à Secretaria Estadual de Política Urbana e Gestão Metropolitana – Sedru – para atender os municípios e comunidades atualmente não atendidas pela Copasa e



Copanor, inclusive nas áreas rurais, no âmbito da Ação 1112 – Implantação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgoto, constante do Programa 145 – Saneamento é Vida.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 50/2015, de autoria de Albano Silveira Machado e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado pedido de providências à Secretaria Estadual de Política Urbana e Gestão Metropolitana – Sedru –, com vistas a implantar sistemas de destinação final de resíduos sólidos, com prioridade para os consórcios intermunicipais, em especial para o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Ambiental do Alto Vale do Jequitinhonha – Cidasaje –, no âmbito da Ação 1113 – Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos, constante do Programa 145 – Saneamento é Vida.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 50/2015, de autoria de Albano Silveira Machado e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado pedido de providências à Secretaria Estadual de Política Urbana e Gestão Metropolitana – Sedru –, com vistas a promover a implantação de aterros sanitários no Estado de Minas Gerais, em especial naqueles territórios não atendidos pelas Parcerias Público-Privadas – PPPs – de resíduos sólidos da RMBH, no âmbito da Ação 1113 – Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos, constante do Programa 145 – Saneamento é Vida.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 50/2015, de autoria de Albano Silveira Machado e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado pedido de informações ao secretário de Estado de Política Urbana e Gestão Metropolitana sobre o estágio atual da elaboração do Plano Estadual de Saneamento, no âmbito da Ação 2107 – Coordenação da Política Estadual de Saneamento Básico, constante do Programa 145 – Saneamento é Vida.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 50/2015, de autoria de Albano Silveira Machado e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado pedido de informações ao secretário de Estado de Política Urbana e Gestão Metropolitana sobre a situação do saneamento básico na RMBH, com especificação das empresas que

operam na região, no âmbito da Ação 1112 – Implantação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgoto, constante do Programa 145 – Saneamento é Vida.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 50/2015, de autoria de Albano Silveira Machado e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado pedido de providências à Secretaria Estadual de Política Urbana e Gestão Metropolitana – Sedru – com vistas à universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário em todas as cidades da RMBH, no âmbito da Ação 1112 – Implantação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgoto, constante do Programa 145 – Saneamento é Vida.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 51/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 51/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Altino Rodrigues Neto, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, sugere alterações no Programa 57 – Minas Pecuária – Competitividade da Pecuária Bovina – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 29 de outubro de 2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 57 – Minas Pecuária – Competitividade da Pecuária Bovina:

– Adequar a meta financeira à meta física proposta da Ação 4182 – Assistência técnica aos produtores rurais, considerando até duas visitas por mês, por propriedade rural assistida.

– Aumentar a meta financeira da Ação 4226 – Modernização da infraestrutura de pesquisa e de transferência de tecnologia, com vistas a adequar a infraestrutura das unidades demonstrativas e de referência tecnológica para ageração de tecnologias e capacitação de extensionistas/produtores.



Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – Seapa –, para que sejam promovidas gestões junto ao governo do Estado para a suplementação de recursos das ações do Programa 57, de modo a viabilizar a execução das atividades previstas nessas ações.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 51/2015 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire, relator – Fábio Cherem.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 51/2015, de autoria de Altino Rodrigues Neto, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – Seapa –, para que promova gestão junto ao governo do Estado com vistas à suplementação orçamentária das ações do Programa 57 – Minas Pecuária - Competitividade da Pecuária Bovina – de modo a viabilizar as atividades previstas nessas ações.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 52/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 52/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Alexandre Alves Ribeiro e outros, sugere alterações no Programa 66 – Desenvolvimento e Integração da Infraestrutura de Transportes – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 28/10/2015, durante o processo de discussão participativa do eixo Infraestrutura e Logística do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 66 – Desenvolvimento e Integração da Infraestrutura de Transportes. A seguir estão relacionadas as mudanças propostas pelo grupo de trabalho.



Para a Ação 1035 – Desenvolvimento Aeroviário, foi sugerida a inclusão do território das Vertentes, especificamente para o aeroporto Bandeirinhas, em Conselheiro Lafaiete, com meta física de 1 e meta financeira de R\$ 2.000.000,00 para 2016, transferindo recursos disponíveis para o território Sul.

Também foi sugerida a criação de ações. A primeira nova ação, intitulada “Segurança dos Terminais e Estações do Move Metropolitano”, teria a finalidade de equipar todas as estações e terminais do Move metropolitano com câmeras de segurança interligadas ao monitoramento da PMMG, com melhoria da iluminação. Para tanto, o público-alvo seria os usuários do transporte público da região metropolitana e o produto seria kits de CFTV instalados.

A segunda nova ação, intitulada “Modernização Tecnológica da Fiscalização do Transporte Público Metropolitano”, teria a finalidade de desenvolver um aplicativo para a modernização tecnológica da fiscalização do DER-MG sobre o transporte público metropolitano. Para tanto, o público-alvo seria os usuários do transporte público da região metropolitana e o produto seria o aplicativo desenvolvido e em operação.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de requerimentos com pedido de informações à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas, sobre o contrato vigente para elaboração de estudos de viabilidade e projeto executivo para o aeroporto das Bandeirinhas, com pedido de informação sobre a implantação do CFTV nos terminais metropolitanos do Move, com pedido de providências para a ligação em fibra ótica dos circuitos de cada estação do Move metropolitano com os centros de controle e com pedido de providência para maiores esforços na modernização tecnológica da realização de fiscalizações de transporte e trânsito.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 52/2015 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 52/2015, de Alexandre Alves Ribeiro e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre o contrato vigente para elaboração de estudos de viabilidade e projeto executivo para o aeroporto das Bandeirinhas, em Conselheiro Lafaiete.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 52/2015, de Alexandre Alves Ribeiro e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre a implantação do CFTV nos terminais metropolitanos do Move.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 52/2015, de Alexandre Alves Ribeiro e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a ligação em fibra ótica dos circuitos de cada estação do Move metropolitano com os centros de controle.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 52/2015, de Alexandre Alves Ribeiro e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a modernização tecnológica das fiscalizações de transporte e trânsito.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 53/2015**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 53/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Altino Rodrigues Neto, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, sugere alterações no Programa 58 – Cidadania no Campo: construindo o Desenvolvimento Sustentável – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 29 de outubro de 2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 58 – Cidadania no Campo: Construindo o Desenvolvimento Sustentável:

– Ação 1058 – Apoio à inclusão produtiva e à autonomia econômica das mulheres do campo: alterar o título da ação para “Diagnóstico da Situação Socioeconômica das Trabalhadoras do Campo”; alterar a finalidade da ação para “Elaborar diagnóstico para conhecer a realidade socioeconômica das mulheres do campo para orientar políticas públicas nesta área”; e adequar a meta financeira da Ação 1058 à meta física estipulada, pois os recursos são insuficientes;

– Ação 4129 – Inclusão pela Cidadania e pela Educação Alimentar e Nutricional: alterar a finalidade da ação para "Promover a melhoria da qualidade de vida no campo, por meio do apoio aos municípios para a ampliação do conhecimento sobre a ação intersetorial nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional sustentável" e alterar o público-alvo para "técnicos, gestores e agentes da sociedade civil envolvidos com as questões rurais";

– Ação 4132 – Acesso à Terra e Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais: adequar as metas financeiras da ação às metas físicas, uma vez que os recursos são insuficientes, prevendo 10 comunidades beneficiadas com meta financeira R\$ 1.000.000,00 no quadriênio 2016-2019;

– Ação 4135 – Água para Plantio, Dessedentação Animal e Consumo Humano: alterar as metas física e financeira da ação, uma vez que são insuficientes, prevendo 35 projetos apoiados e meta financeira R\$2.000.000,00 no quadriênio 2016-2019;

– Ação 4136 – Apoio à Permanência do Jovem no Campo e a Continuidade da Agricultura Familiar: alterar a regionalização da ação, prevista apenas para o território Mucuri, para multiterritorial, e alterar as metas físicas e financeiras, uma vez que o número de jovens atendidos e os recursos destinados são insuficientes. Assim, nos anos 2016, 2017, 2018 e 2019, a meta física deve ser 500 jovens atendidos e a meta financeira R\$ 2.000.000,00;

– Criação de ação de inclusão produtiva para autonomia das mulheres do campo, com finalidade de contribuir para a emancipação produtiva e econômica e melhoria da qualidade de vida das mulheres do campo, considerando os problemas históricos relacionados à questão de gênero. A finalidade dessa ação nova é, na prática, semelhante à da Ação 1058, visando conservá-la, pois ela teve uma proposta de alteração para priorizar a elaboração dos diagnósticos. Metas físicas (projetos apoiados) e financeiras sugeridas:

- Multiterritorial (ano 2016): Meta Física: 30/ Meta Financeira: R\$ 1.100.000,00
- Multiterritorial (ano 2017): Meta Física: 30/ Meta Financeira: R\$ 1.100.000,00
- Multiterritorial (ano 2018): Meta Física: 30/ Meta Financeira: R\$ 1.200.000,00
- Multiterritorial (ano 2019): Meta Física: 30/ Meta Financeira: R\$ 1.300.000,00

– Criação de ação para inclusão produtiva do jovem no campo, de forma a contribuir para a emancipação produtiva e econômica e melhoria da qualidade de vida dos jovens do campo, assegurando sua permanência. Metas físicas (projetos apoiados) e financeiras sugeridas:

- Multiterritorial (ano 2016): Meta Física: 50/ Meta Financeira: R\$ 1.000.000,00
- Multiterritorial (ano 2017): Meta Física: 50/ Meta Financeira: R\$ 1.100.000,00
- Multiterritorial (ano 2018): Meta Física: 50/ Meta Financeira: R\$ 1.200.000,00
- Multiterritorial (ano 2019): Meta Física: 50/ Meta Financeira: R\$ 1.300.000,00

Além dessas sugestões, os participantes do grupo recomendam a criação de uma Diretoria de Políticas para as Mulheres na Secretaria de Desenvolvimento Agrário.

O Programa 58 tem o objetivo de diminuir a pobreza rural e garantir a segurança alimentar e nutricional sustentável da população de Minas Gerais. Para a realização desse objetivo, os participantes do grupo de trabalho consideram necessárias ações intersetoriais de fomento, atuando com foco nos municípios de menor índice de desenvolvimento humano – IDH –, além de conhecimento da realidade socioeconômica das mulheres, dos jovens, dos agricultores do campo e dos povos e comunidades tradicionais, que necessitam ter acesso ao desenvolvimento sustentável. Para tanto, julgam imprescindíveis a promoção do acesso à terra e o desenvolvimento de políticas públicas de segurança alimentar e sustentável.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu como pertinentes as seguintes alterações:

– Ação 1058 – Apoio à Inclusão Produtiva e Autonomia Econômica das Mulheres do Campo. Alteração do produto para "projeto apoiado" e da unidade de medida para "projeto". Alteração da meta física para 3 projetos apoiados, acrescentando

recursos de R\$73.500,00 na regionalização Multiterritorial em 2016, e inclusão de meta física de 3 projetos apoiados e meta financeira de R\$200.000,00 para os anos de 2017, 2018 e 2019. Tendo em vista que o diagnóstico da situação socioeconômica das trabalhadoras do campo já está sendo elaborado, os recursos acrescentados serão destinados aos projetos de inclusão produtiva. Também se prevê o envio de pedido de informações à Secretaria de Desenvolvimento Agrário – Seda – sobre a situação do estágio da elaboração do Diagnóstico da Situação Socioeconômica das Trabalhadoras do Campo e de pedido de providências para a criação de uma Diretoria de Políticas para as Mulheres nessa secretaria.

– Ação 4132 – Acesso à Terra e Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Prevê-se o envio de requerimento com pedido de providências à Seda para que promova gestão junto ao governo do Estado para suplementação de recursos, de modo a viabilizar a execução das atividades previstas nessa ação.

– Ação 4135 – Água para Plantio, Dessedentação Animal e Consumo Humano – Água para a Vida. Prevê-se o envio de requerimento com pedido de providências à Seda para que promova gestão junto ao governo do Estado para suplementação de recursos, de modo a viabilizar as atividades previstas nessa ação.

– Ação 4136 – Apoio à Permanência do Jovem no Campo e à Continuidade da Agricultura Familiar. Inclusão da regionalização multiterritorial, com acréscimo de meta física de 60 jovens atendidos e meta financeira de R\$250.000,00. Também prevê-se o envio à Seda pedido de providências para que estude a viabilidade de criar uma ação voltada para a inclusão produtiva do jovem do campo, visando contribuir para a sua emancipação produtiva e econômica, a melhoria de sua qualidade de vida, de forma a assegurar a permanência dos jovens do campo. Essa ação deve ter como público-alvo jovens que sejam trabalhadores rurais sem-terra, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, atingidos por barragens e grandes empreendimentos.

Assim, esta comissão entende que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016, bem como de requerimentos com pedidos de providências ao citado órgão.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 53/2015 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 2.937/2015 e 2.938/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 058 - CIDADANIA NO CAMPO: CONSTRUINDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL -

Ação: 1058 - APOIO À INCLUSÃO PRODUTIVA E AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES DO CAMPO

Mudança de produto:

Para: PROJETO APOIADO

Mudança de unidade de medida:

Para: PROJETO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	3	200.000,00	3	200.000,00	3	200.000,00	3	200.000,00

Cancelamento Compensatório:



Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 73.500,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1641 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Ação: Apoio à Inclusão Produtiva e Autonomia Econômica das Mulheres do Campo

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 73.500,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 73.500,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 058 - CIDADANIA NO CAMPO: CONSTRUINDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL -

Ação: 4136 - APOIO À PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO E À CONTINUIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR - SUCESSÃO RURAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mucuri	40	159.100,00	40	171.354,00	40	179.898,00	40	188.868,00
Multiterritorial	60	250.000,00						

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 250.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1641 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Ação: Apoio à Permanência do Jovem no Campo e à Continuidade da Agricultura Familiar - Sucessão Rural

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 250.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 250.000,00



REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 53/2015, de autoria de Altino Rodrigues Neto, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Agrário pedido de informações sobre a situação do estágio da elaboração do Diagnóstico da Situação Socioeconômica das Trabalhadoras do Campo, relacionado à Ação 1058 – Apoio à Inclusão Produtiva e Autonomia Econômica das Mulheres do Campo.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 53/2015, de autoria de Altino Rodrigues Neto, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Agrário – Seda – pedido de providências para a criação de uma Diretoria de Políticas para as Mulheres nesta secretaria.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 53/2015, de autoria de Altino Rodrigues Neto, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Agrário – Seda – pedido de providências para que seja promovida gestão junto ao governo do Estado, para suplementação de recursos nas Ações 4132 – Acesso à Terra e Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais – e 4135 – Água para Plantio, Dessedentação Animal e Consumo Humano – Água para a Vida –, de modo a viabilizar a execução das atividades previstas nessas ações.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 53/2015, de autoria de Altino Rodrigues Neto, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Agrário – Seda – pedido de providências no sentido de estudar a viabilidade da criação de ação, no âmbito do Programa 58 – Cidadania no Campo –, voltada para a inclusão produtiva do jovem do campo, visando contribuir para sua emancipação produtiva e econômica, a melhoria de sua qualidade de vida e assegurar a permanência dos jovens no campo e tendo como produto “projeto apoiado” e como público-alvo jovens que sejam trabalhadores rurais sem-terra, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, atingidos por barragens ou por grandes empreendimentos.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 54/2015****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 54/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Alexandre Alves Ribeiro e outros, sugere alterações no Programa 67 – Planejamento, Gerenciamento e Fiscalização de Serviços de Infraestrutura de Transportes – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 28/10/2015, durante o processo de discussão participativa do eixo Infraestrutura e Logística do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as sugestões de alterações no Programa 67 – Planejamento, Gerenciamento e Fiscalização de Serviços e Infraestrutura de Transportes. A seguir estão relacionadas as mudanças propostas pelo grupo de trabalho.

Para a Ação 1037 – Desenvolvimento e Gerenciamento de Estudos e Projetos de Transportes, foi sugerida a alteração das metas física e financeira com acréscimo de meta física de 1 e financeira de R\$7.000.000,00 no território metropolitano, para ramal de trem de passageiros Betim e Contagem, e acréscimo de meta física de 1 e financeira de R\$3.000.000,00 no território Vertentes, para ramal de trem de passageiros Paraopeba.

Também foi sugerida a criação de ação intitulada “Transporte sobre Trilhos”, com a finalidade de implementar o transporte ferroviário por trem de passageiro, com a realização de projeto básico que atenda todos os ramais ferroviários do colar metropolitano, com ênfase na integração entre os modais ferroviário e rodoviário, priorizando a realização do ramal Vale do Paraopeba, por contemplar um número maior de municípios de médio porte. Para tanto, o público-alvo seria os usuários do transporte público da região metropolitana, o produto seria “projeto básico concluído” e a unidade de medida do produto seria “%”.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e de requerimentos com pedido de informações à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas sobre o projeto básico de Betim Contagem, contratado com recursos do PAC, no valor de R\$ 10,5 milhões; e à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas e com pedido de informações à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte sobre a existência ou planejamento de estudos de viabilidade de ramais de transporte sobre trilhos para passageiros conectando municípios do Colar Metropolitano, em especial, aqueles do Vale do Paraopeba.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 54/2015 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

**EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015**

Emenda ao PPAG nº 60

Programa: 067 - PLANEJAMENTO, GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Ação: - TRANSPORTE METROPOLITANO INTEGRADO

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Elaborar plano de mobilidade da RMBH considerando as diversas modalidades, em especial o transporte ferroviário (trens de passageiros).

Produto: PLANO ELABORADO.

Unidade de medida: PLANO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: população da RMBH

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016
Metropolitano	1	3.000.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 3.000.000,00

Justificativa: Título: TRANSPORTE METROPOLITANO INTEGRADO

Finalidade: Elaborar plano de mobilidade da RMBH considerando as diversas modalidades, em especial o transporte ferroviário (trens de passageiros).

Público-alvo: população da RMBH

Produto: Plano elaborado

Unidade de Medida: Plano

Unidade Orçamentária: Setop

Territorialização: Metropolitano - metas físicas:1 metas financeiras: R\$ 3.000.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 54/2015, de Alexandre Alves Ribeiro e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre o projeto básico do metrô de Betim-Contagem, contratado com recursos do PAC, no valor de R\$ 10,5 milhões.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:



A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 54/2015, de Alexandre Alves Ribeiro e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre a existência ou planejamento de estudos de viabilidade de ramais de transporte sobre trilhos para passageiros conectando municípios do Colar Metropolitano, em especial, aqueles do Vale do Paraopeba.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 54/2015, de Alexandre Alves Ribeiro e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à diretora-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte pedido de informações sobre a existência ou planejamento de estudos de viabilidade de ramais de transporte sobre trilhos para passageiros conectando municípios do colar metropolitano, em especial, aqueles do Vale do Paraopeba.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 55/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 55/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Alexandre Alves Ribeiro e outros, sugere alterações no Programa 79 – Estradas de Minas: Infraestrutura Logística – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 28/10/2015, durante o processo de discussão participativa do eixo Infraestrutura e Logística do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 79 – Estradas de Minas: Infraestrutura Logística. Abaixo são relacionadas as mudanças propostas pelo grupo de trabalho.

Para a Ação 4184 – Construção e Adequação de Rodovias, foi sugerida a inclusão dos seguintes trechos:

- no território Alto Jequitinhonha, pavimentação do trecho de 52 km que liga Capelinha a Itamarandiba;
- no território Central, pavimentação do trecho de 40 km que liga Papagaios a Pompéu, MG-060;



- no território Médio e Baixo Jequitinhonha, pavimentação da BR 367, entre Minas Novas e Virgem da Lapa, com 59,7 km, da LMG-677, entre José Gonçalves de Minas (Ijicatu) e Virgem da Lapa, com 40 km, da rodovia entre Pedra Azul e Almenara, com 90 km e da rodovia entre Novo Cruzeiro e Araçuaí, com 92 km;

- no território Metropolitano, construção de ponte sobre o rio Paraopeba e extensão de 4 km com ciclovias ligando a MG-040 à Avenida Inhotim, asfaltamento do trecho entre Casa Branca e Brumadinho, com 18,4 km e da estrada que liga Sete Lagoas a Araçuaí, com 34 km, e retomada da obra de duplicação da LMG-806, que liga Justinópolis a Ribeirão das Neves;

- no território Vale do Rio Doce, pavimentação de 3,6 km em Governador Valadares, na extensão da Avenida Minas Gerais, entre MG-259 e BR-116.

Para a Ação 4186 – Recuperação e Manutenção da Malha Viária, foi recomendada a retomada da contratação de conservação e recuperação de rodovias no modelo Pró-MG, utilizando recurso da Cide.

Também foi sugerida a retomada das negociações de contratação de financiamento junto ao BID no valor de US\$ 1 bilhão, sendo US\$ 700 milhões de partida e US\$ 300 milhões de contrapartida, para construção, adequação, recuperação e manutenção de rodovias.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de requerimentos com pedido de informações à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – sobre a existência de planejamento para atendimento aos trechos citados, sobre o desenvolvimento do novo modelo de contratação de conservação e manutenção de rodovias e sobre as fontes de financiamento das ações de construção e manutenção de rodovias.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 55/2015 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 55/2015, de Alexandre Alves Ribeiro e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre o desenvolvimento do novo modelo de contratação de conservação e manutenção de rodovias, sobre as fontes de financiamento das ações de construção e manutenção de rodovias e sobre a existência de planejamento para atendimento aos seguintes trechos:

- no território Alto Jequitinhonha, pavimentação do trecho de 52 km que liga Capelinha a Itamarandiba;

- no território Central, pavimentação do trecho de 40 km que liga Papagaios a Pompéu, MG-060;

- no território Médio e Baixo Jequitinhonha, pavimentação da BR-367, entre Minas Novas e Virgem da Lapa, com 59,7 km, da LMG 677, entre José Gonçalves de Minas (Ijicatu) e Virgem da Lapa, com 40 km, da rodovia entre Pedra Azul e Almenara, com 90 km e da rodovia entre Novo Cruzeiro e Araçuaí, com 92 km.

- no território Metropolitano, construção de ponte sobre o rio Paraopeba e a extensão de 4 km com ciclovias ligando a MG-040 à Avenida Inhotim, asfaltamento do trecho entre Casa Branca e Brumadinho, com 18,4 km e da estrada que liga Sete Lagoas a Araçuaí, com 34 km, e retomada da obra de duplicação da LMG-806, que liga Justinópolis a Ribeirão das Neves.

- no território Vale do Rio Doce, pavimentação de 3,6 km em Governador Valadares, na extensão da Avenida Minas Gerais, entre MG-259 e BR-116.



Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 55/2015, de Alexandre Alves Ribeiro e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre o desenvolvimento do novo modelo de contratação de conservação e manutenção de rodovias, sobre as fontes de financiamento das ações de construção e manutenção de rodovias e sobre a existência de planejamento para atendimento aos seguintes trechos:

- no território Alto Jequitinhonha, pavimentação do trecho de 52 km que liga Capelinha a Itamarandiba.
- no território Central, pavimentação do trecho de 40 km que liga Papagaios a Pompéu, MG-060.
- no território Médio e Baixo Jequitinhonha, pavimentação da BR-367, entre Minas Novas e Virgem da Lapa, com 59,7 km, da LMG-677, entre José Gonçalves de Minas (Ijicatu) e Virgem da Lapa, com 40 km, da rodovia entre Pedra Azul e Almenara, com 90 km e da rodovia entre Novo Cruzeiro e Araçuaí, com 92 km.
- no território Metropolitano, construção de ponte sobre o rio Paraopeba e a extensão de 4 km com ciclovias ligando a MG-040 à Avenida Inhotim, asfaltamento do trecho entre Casa Branca e Brumadinho, com 18,4 km e da estrada que liga Sete Lagoas a Araçuaí, com 34 km, e retomada da obra de duplicação da LMG-806, que liga Justinópolis a Ribeirão das Neves.
- no território Vale do Rio Doce, pavimentação de 3,6 km em Governador Valadares, na extensão da Avenida Minas Gerais, entre MG-259 e BR-116.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 56/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 56/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais, e outros, sugere alterações no Programa 61 – Estradas Vicinais de Minas – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 29/10/2015, durante o processo de discussão participativa do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.



Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam sugestão de alteração no Programa 61 – Estradas Vicinais de Minas.

Para Ação 2047 – Readequação de Estradas Vicinais com Enfoque Ambiental, foi sugerido readequar e conservar os leitos das estradas vicinais com enfoque ambiental nos Municípios de Divinópolis, São Sebastião e Pedras do Indaiá, incluindo nesse escopo e no valor previsto a pavimentação, com calçamentos, dos pontos críticos das estradas, a exemplo do Município de Divinópolis. Além disso, como previsto no escopo da ação, pede-se a construção de bacias de captação no Município de Divinópolis.

A escolha da sugestão se justifica pelo fato de que as estradas mal conservadas são causadoras de assoreamento nos córregos, nascentes e rios. A readequação das estradas vicinais de forma ambientalmente correta traria um ganho ambiental. Com a construção de bacias e a pavimentação dos topos de morro, haveria uma redução das enxurradas e um aumento do fluxo de água no Rio Itapecerica, que atende a uma população de 120 mil habitantes.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Fundação Ruralminas para suplementação de recursos na Ação 2047, com vistas a atender à sugestão dos proponentes.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 56/2015 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 56/2015, de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Fundação Ruralminas pedido de providências para suplementação de recursos na Ação 2047, com vistas a readequar e conservar os leitos das estradas vicinais com enfoque ambiental nos Municípios de Divinópolis, São Sebastião e Pedras do Indaiá, incluindo nesse escopo e no valor previsto a pavimentação, com calçamentos, dos pontos críticos das estradas, a exemplo do Município de Divinópolis, e a construir bacias de captação no Município de Divinópolis.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 57/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 57/2015, elaborada por Márcia Cristina de Carvalho, do Serviço Social do Comércio – Sesc-MG – sugere alterações de programas do eixo Educação e Cultura do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi apresentada no dia 5, em Belo Horizonte, na reunião do grupo de trabalho de discussão participativa do eixo Educação e Cultura do PPAG – 2016-2019.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.



Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Após a reunião do grupo de trabalho, a participante apresentou sugestões de alteração de programas da área da educação, as quais sintetizamos a seguir.

Uma sugestão visa ofertar o acompanhamento psicopedagógico aos estudantes com baixo rendimento escolar e envolvidos em situações de conflito ou violência escolar. Demais sugestões objetivam promover atendimento aos alunos do sistema socioeducativo por meio de projetos de alfabetização, capacitação de educadores e atividades de reforço escolar.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta Comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida pelas razões aduzidas a seguir.

Quanto à primeira sugestão, entendemos necessário consignar no planejamento do Estado uma ação que se destine ao cumprimento da Lei nº 16.683, de 10/1/2007, que prevê o desenvolvimento de ações de acompanhamento social nas escolas e que coincide com a demanda da proponente.

Com relação às demandas que tratam da educação no sistema socioeducativo, julgamos importante que as ações do Estado para custear essa modalidade de ensino sejam destacadas no PPAG para possibilitar o seu acompanhamento.

Desse modo, acolhemos a proposição sob comento na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2016-2019, visando à criação de duas novas ações no Programa 214 – Desenvolvimento da Educação Básica – para acompanhamento psicopedagógico e apoio à educação no sistema socioeducativo, e na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação para que desenvolva programa de educação prisional e do sistema socioeducativo, em articulação com a Secretaria de Estado de Defesa Social.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 57/2015 na forma das emendas ao Projetos de Lei nº 2.937/2015 e do requerimento anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Fábio Cherem, relator – Elismar Prado.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 214 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: - Rede de acompanhamento social nas escolas

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: PROMOVER O ACOMPANHAMENTO SOCIAL NAS ESCOLAS DE FORMA INTEGRADA AOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

Produto: ESCOLA ASSISTIDA

Unidade de medida: ESCOLA

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público-alvo: ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Metas por território (R\$1,00)



Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	2	100.000,00	2	100.000,00	2	100.000,00	2	100.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 100.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 214 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: - Desenvolvimento da educação no sistema socioeducativo

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: Garantir a oferta da educação básica para adolescentes em jovens em cumprimento de medida socioeducativa, priorizando a alfabetização e a capacitação de professores que atendem a esse público.

Produto: UNIDADE PRISIONAL OU SOCIOEDUCATIVA BENEFICIADA

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: ALUNOS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 1.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 57/2015, apresentada por Márcia Cristina de Carvalho, do Serviço Social do Comércio – Sesc-MG, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providência à Secretaria de Estado de Educação, para que desenvolva programa de educação prisional e do sistema socioeducativo em articulação com a Secretaria de Estado de Defesa Social.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 58/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 58/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, sugere

alterações no Programa 143 – Proteção das áreas Ambientalmente Conservadas, a Fauna, e a Biodiversidade Florestal – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 29 de outubro de 2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico do PPAG – 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 143 – Proteção das Áreas Ambientalmente Conservadas, a Fauna, e a Biodiversidade Florestal:

- Acréscimo de recursos financeiros, em todos os anos, à Ação 4322, destinada ao Fomento Florestal, além de inclusão do território Médio e Baixo Jequitinhonha com metas físicas e financeiras similares às regiões já contempladas;
- Acréscimo de recursos financeiros (passando de 25 para 28 milhões de reais) em 2016 na Ação 4380, destinada à Criação, Gestão e Implantação das Unidades de Conservação, além de inclusão do território Médio e Baixo Jequitinhonha;
- Aumento dos valores das metas físicas e financeiras em quatro vezes todos os anos ao Programa 4417, que dispõe sobre a Regularização Fundiária de Unidades de Conservação, incluindo também o território Médio e Baixo Jequitinhonha;
- Acréscimo de recursos financeiros, de R\$3.000.000 para o ano de 2016, e inclusão do território Médio e Baixo Jequitinhonha, com metas físicas e financeiras à Ação 4433, destinada à Proteção da Fauna Silvestre;
- Acréscimo de recursos financeiros anuais à Ação 4435 (R\$1.700.000,000 para cada ano), destinada à Proteção da Biodiversidade;
- Acréscimo de recursos financeiros, de 80.000.000 para o ano de 2016, e inclusão do território Médio e Baixo Jequitinhonha com metas físicas e financeiras à Ação 4488, destinada ao Bolsa Verde;
- Inclusão do território Médio e Baixo Jequitinhonha com metas físicas e financeiras à Ação 4489 que diz respeito ao Controle de Atividades Florestais.

Praticamente, todas as propostas relativas às ações do Programa 143 requisitam a inclusão do território Médio e Baixo Jequitinhonha. A falta desse território nas ações pressupõe que não se faz necessária, naquele território, a ampliação e manutenção de áreas ambientalmente conservadas ou a recuperação de áreas degradadas, o que, no entanto, não foi claramente explicitado nas discussões dos eixos temáticos. Assim, recomendamos o envio de pedido de providências ao IEF para que realize estudos para avaliar se é viável incluir o território Médio e Baixo Jequitinhonha na regionalização das ações citadas na PLE.

Da mesma forma, recomenda-se que, frente aos recursos destinados ao fomento florestal (Ação 4322), seja enviado pedido de providências ao IEF para que otimize a utilização de tais recursos para beneficiar o maior número possível de territórios de planejamento.

Quanto à proposta de acréscimo financeiro à Ação 4380 – Criação, Gestão e Implantação das Unidades de Conservação, sabe-se que grande parte das unidades de conservação ainda não dispõem de adequados planos de manejo,



conforme as diferentes categorias, sejam de uso sustentável ou de proteção integral. Nessa última categoria, há aquelas que necessitam de maiores cuidados por sua fragilidade e particularidades ambientais, bem como as que ainda contam com indefinição fundiária e até ocupação humana, além da falta de pessoal técnico e de recursos financeiros para a sua administração. Recomenda-se encaminhar ao IEF pedido de informações sobre a situação das unidades de conservação estaduais (qualidade da proteção ambiental) e a gestão (pessoal disponível e efetividade na execução do Plano de Manejo), para melhor subsidiar as propostas e decisões de proteção e conservação das unidades já criadas.

O pedido de aumento dos valores das metas físicas e financeiras para a Regularização Fundiária de Unidades de Conservação (Ação 4417) tem sido recorrente no processo de revisão do PPAG. No atual, os recursos anuais são da ordem de R\$22.000.000,00, mas não se tem uma informação exata do passivo total existente no Estado e das correspondentes necessidades financeiras. Justifica-se um pedido de informações ao IEF sobre o diagnóstico do passivo de regularização fundiária de UCs e o planejamento da regularização prevista para o quadriênio 2016-2019.

Para a Ação 4433 – Proteção da Fauna Silvestre, o PPAG apresenta a meta financeira de R\$5.000,00 reais para 2016. A presença do Estado na proteção da fauna se torna mais efetiva por força da Lei Complementar nº 140, de 2011, que preconiza o compartilhamento da gestão da fauna silvestre entre a União e os estados. Foi assinado o Acordo de Cooperação entre o Ibama-MG, a Semad e o IEF, passando as atividades relacionadas à gestão, fiscalização, recebimento, manejo e destinação da fauna silvestre em Minas Gerais a ser realizadas também pelas instituições estaduais. A ação tem o mérito de iniciar medidas oriundas desse acordo. A título de correção, sua meta física de atendimento a apenas 3 animais para as regiões da Mata, Metropolitana e Norte denota um claro erro de registro, devendo-se corrigir a meta física para 3000 animais. Quanto à territorialização, o IEF informou que não faz sentido incluir o Médio e Baixo Jequitinhonha, já que o transporte dos animais será feito por outros Centros de Triagens de Animais Silvestres – Cetas.

A Ação 4435 – Proteção à Biodiversidade tem como principal medida o funcionamento estadual do Cadastro Ambiental Rural – CAR. A data limite para inscrição no cadastro foi prorrogada, por portaria federal, até 5 de maio de 2016. O registro é obrigatório para todos os imóveis rurais e tem como finalidade integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. Dada a importância do CAR, opinamos pelo acréscimo de R\$250.000,00 em emenda à LOA) e pelo envio de pedido de providências para a implantação definitiva do CAR no Estado.

O Programa Bolsa Verde (atendido pela Ação 4488, com meta de R\$30.225.488,00 para 2016) tem por objetivo apoiar a conservação da cobertura vegetal nativa em Minas Gerais, mediante pagamento por serviços ambientais aos proprietários e posseiros que já preservam ou que se comprometem a recuperar a vegetação de origem nativa em suas propriedades ou posses. Para as modalidades de manutenção e recuperação da cobertura vegetal nativa do Bolsa Verde, foram lançados editais em 2010 e 2011. Só foram feitos pagamentos de pequena parcela dos projetos aprovados, o que causou indignação a um grande número de beneficiários não atendidos, resultando prejuízos à meta de conservação da vegetação nativa. Para um real conhecimento da situação existente em relação aos editais referidos, sugere-se um pedido de informações ao IEF sobre a situação do Programa do Bolsa Verde, no que diz respeito à quantidade atual de beneficiados e ao cronograma e planejamento de pagamentos para fechar o passivo existente.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016 e de requerimentos com pedidos de providências e pedidos de informação aos citados órgãos.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 58/2015 na forma de emendas aos Projetos de Lei nºs 2.937/2015 e 2.938/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 143 - PROTEÇÃO DAS ÁREAS AMBIENTALMENTE CONSERVADAS, A FAUNA, E A BIODIVERSIDADE FLORESTAL. -

Ação: 4433 - PROTEÇÃO DA FAUNA SILVESTRE

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	0	250.000,00	0	35.250,00	0	275.625,00	0	289.406,00
Central	0	250.000,00	0	35.250,00	0	275.625,00	0	289.406,00
Mata	1.000	250.000,00	1.000	35.250,00	1.000	275.625,00	1.000	289.406,00
Metropolitano	1.000	2.000.000,00	1.000	282.000,00	2.000	2.205.000,00	2.000	2.315.253,00
Mucuri	0	250.000,00	0	35.250,00	0	275.625,00	0	289.406,00
Noroeste	0	250.000,00	0	35.250,00	0	275.625,00	0	289.406,00
Norte	1.000	500.000,00	1.000	70.500,00	1.000	551.250,00	1.000	578.812,00
Oeste	0	250.000,00	0	35.250,00	0	275.625,00	0	289.406,00
Sul	0	250.000,00	0	35.250,00	0	275.625,00	0	289.406,00
Triângulo Norte	0	250.000,00	0	35.250,00	0	275.625,00	0	289.406,00
Vale do Rio Doce	0	250.000,00	0	35.250,00	0	275.625,00	0	289.406,00
Vertentes	0	250.000,00	0	35.250,00	0	275.625,00	0	289.406,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 2101 - Instituto Estadual de Florestas

Ação: Proteção da Biodiversidade

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 250.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 250.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 58/2015, apresentada por Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – para que realize estudo de viabilidade para a inclusão do território do Médio e Baixo Jequitinhonha na regionalização das



ações que integram o Programa 143 – Proteção das Áreas Ambientalmente Conservadas, a Fauna, e a Biodiversidade Florestal.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 58/2015, apresentada por Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – para que otimize a utilização dos recursos destinados à Ação 4322 – Fomento Florestal, para beneficiar o maior número possível de territórios de planejamento.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 58/2015, apresentada por Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de informações sobre a situação das unidades de conservação estaduais quanto à qualidade da proteção ambiental e à gestão (pessoal disponível e efetividade na execução do Plano de Manejo), para melhor subsidiar as propostas e decisões de proteção e conservação das unidades já criadas, em especial para execução da Ação 4380 – Criação, Gestão e Implantação das Unidades de Conservação.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 58/2015, apresentada por Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de informações ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – sobre o diagnóstico do passivo de regularização fundiária de Unidades de Conservação – UCs – e o planejamento da regularização prevista para o quadriênio 2016-2019 no âmbito da Ação 4417 – Regularização Fundiária de Unidades de Conservação.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 58/2015, apresentada por Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e

outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências ao Instituto Estadual de Florestas – IEF –, para a implantação definitiva do Cadastro Ambiental Rural – CAR – no Estado.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 58/2015, apresentada por Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de informações ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, sobre a situação do Programa do Bolsa Verde, no que diz respeito à quantidade atual de beneficiados e ao cronograma e planejamento de pagamentos para fechar o passivo existente.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 59/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 59/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais, e outros, sugere alterações no Programa 206 – Cultivando Água Boa – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 29 de outubro de 2015, durante o processo de discussão participativa do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 206 – Cultivando Água Boa:

- Criação de ação para revitalização das bacias do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas;
- Inclusão da APA Várzea das Flores no escopo da Ação 4592 – Ampliação das Áreas de Vegetação Nativa e Recuperação de Áreas Degradadas –, com a finalidade de proteger as suas nascentes, por meio de acréscimo, na finalidade da ação, do seguinte texto: “incluindo a APA Várzea das Flores, que abrange os municípios de Contagem e Betim, e o Vale do Jequitinhonha”. Além disso, há sugestões de metas físicas e financeiras para o período 2016-2019.

Os proponentes justificam as sugestões de alterações, alinhando-as com a finalidade da Ação 4592, voltada para a proteção de nascentes, o desenvolvimento da agricultura sustentável e a manutenção do ciclo hidrológico. Solicitam, além disso, a inclusão da referida APA nessa ação, bem como a extensão dos objetivos da ação ao Vale do Jequitinhonha.



A APA Várzea das Flores, nos Municípios de Betim e Contagem, como já muito debatido na Casa Legislativa, necessita de medidas urgentes do poder público para a defesa de seus recursos hídricos e ambientais, com ações de combate à poluição, à ocupação irregular do seu entorno e outras medidas de revitalização da bacia na qual está inserida. Da mesma forma, entende-se a importância de se valorizarem as medidas para a ampliação das áreas de vegetação nativa e recuperação de áreas degradadas, bem como de proteção das nascentes, contempladas nos objetivos do Programa Cultivando Água Boa. Esse programa visa “proteger os mananciais a partir da recuperação e da preservação de microbacias hidrográficas, por meio de ações que têm no estabelecimento de parcerias o caminho para a sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural”. O programa “tem em sua concepção o incremento de uma cultura de sustentabilidade, por meio das ações de educação ambiental, formal, não formal e educomunicação”, buscando articular atividades a partir da premissa de responsabilidade compartilhada entre governos, sociedade civil, comitês de bacias hidrográficas, Ongs e cidadãos para compartilhar o compromisso das águas e fazer cumprir, inclusive, os planos diretores das bacias hidrográficas.

As sugestões dos proponentes podem ser atendidas com foco na Ação 4592 – Ampliação das Áreas de Vegetação Nativa e Recuperação de Áreas Degradadas, Cultivando Água Boa –, por meio de três emendas à LOA: 1) acrescentando R\$1.100.000 para a APA Várzea das Flores (Metropolitano); 2) acrescentando R\$250.000 para o Alto Jequitinhonha; e 3) acrescentando \$250.000 para o Médio e Baixo Jequitinhonha.

Além disso, propõe-se requerer o encaminhamento de pedido de providências à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – para efetivar a proteção das nascentes da APA Várzea das Flores, que abrange os Municípios de Contagem e Betim, e da região do Vale do Jequitinhonha.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016, e de requerimento com pedido de providências à Semad.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 59/2015 na forma das emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, ao Projeto de Lei nº 2.938/2015 e do requerimento anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 206 - CULTIVANDO ÁGUA BOA -

Ação: 4592 - AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS DE VEGETAÇÃO NATIVA E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS, CULTIVANDO ÁGUA BOA.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	50	250.000,00						
Médio e Baixo Jequitinhonha	100	250.000,00						
Metropolitano	80	1.100.000,00						
Multiterritorial	200	1.000,00	240	1.607.732,00	280	1.623.809,00	300	1.640.047,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 1.600.000,00



EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 2101 - Instituto Estadual de Florestas

Ação: Ampliação das Áreas de Vegetação Nativa e Recuperação de Áreas Degradadas, Cultivando Água Boa. - No Território Metropolitano, R\$1.100.000 para a proteção das nascentes da APA Várzea das Flores, situada nos Municípios de Contagem e Betim.

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 1.600.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 1.600.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 59/2015, apresentada por Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais, e outros, requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que seja efetivada a proteção das nascentes da APA Várzea das Flores, nos Municípios de Contagem e Betim, e da região do Vale do Jequitinhonha.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 60/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 60/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais, e outros, sugere alterações no Programa 169 – Regularização Ambiental – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 29 de outubro de 2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.



Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam a seguinte sugestão de alteração no Programa 169 – Regularização Ambiental:

– Inclusão, no Programa 169, de nova ação denominada Otimização dos Fluxos Processuais de Regularização Ambiental, com meta física de 10 processos de atos e meta financeira de R\$300.000,00, para 2016.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 60/2015 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire, relator – Fábio Cherem.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 60/2015, apresentada por Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais, e outros, requer seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – para que, no âmbito da Ação 4426 – Regularização Ambiental –, promova a otimização e o aperfeiçoamento dos fluxos processuais, a eliminação de redundâncias de atos administrativos e a integração dos instrumentos de gestão e planejamento ambiental nos processos de análise relativos a Avaliação Ambiental Estratégica, ZEE, ZAP, ISA-Seapa, GTA-Semad.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 61/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 61/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Antônio Cândido Sobrinho, da F5 Informática Ltda., e outros, sugere alterações no Programa 147 – Nossa Cidade Melhor – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 28/10/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Infraestrutura e Logística do PPAG – 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.



Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 147:

(1) Inclusão de ação, cujos atributos e metas físicas (un.) e financeiras (R\$) são apresentados nos quadros a seguir:

Título da Ação	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS EXISTENTES COM INFRAESTRUTURA PARCIAL E POPULAÇÃO URBANA OU RURAL PREDOMINANTEMENTE DE BAIXA RENDA
Descrição IAG	ACOMPANHAMENTO INTENSIVO
Finalidade da Ação	PROPORCIONAR ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA SEGURANÇA HABITACIONAL E ACESSO A TERRA REGULAR
Público-alvo	POPULAÇÃO COM RENDA DE ATÉ TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS
Produto	PROJETO FINALIZADO
Unidade de Medida do Produto	PROJETO

Territórios	2016		2017		2018		2019	
	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras
Alto Jequitinhonha	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Caparaó	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Central	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Mata	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Metropolitano	3	1.500.000	3	1.500.000	3	1.500.000	3	1.500.000
Mucuri	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Noroeste	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Norte	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Oeste	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Sudoeste	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Sul	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Triângulo Norte	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Triângulo Sul	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Vale do Aço	2	1.000.000	2	1.000.000	2	1.000.000	2	1.000.000
Vale do Rio Doce	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Vertentes	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
TOTAL	20	10.000.000	20	10.000.000	20	10.000.000	20	10.000.000

(2) Inclusão de ação, cujos atributos e metas físicas (un.) e financeiras (R\$) são apresentados no quadro abaixo:

Título da Ação	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS URBANAS E RURAIS
Descrição IAG	ACOMPANHAMENTO INTENSIVO
Finalidade da Ação	PROPORCIONAR ÀS FAMÍLIAS SEGURANÇA HABITACIONAL E ACESSO A TERRA REGULAR
Público-alvo	POPULAÇÃO INDÍGENA, QUILOMBOLA E COMUNIDADES TRADICIONAIS
Produto	PROJETO FINALIZADO
Unidade de Medida do Produto	PROJETO

Territórios	2016		2017		2018		2019	
	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras
Multiterritorial	3	1.500.000	3	1.500.000	3	1.500.000	3	1.500.000
TOTAL	3	1.500.000	3	1.500.000	3	1.500.000	3	1.500.000



Segundo os participantes do grupo de trabalho, haveria a necessidade de acrescentar ações para incrementar o respectivo programa, de forma a atender a população rural, urbana, quilombola e indígena com regularização fundiária em todos os territórios do Estado, promovendo assim o acesso à terra e a habitação regular para esses grupos populacionais.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016.

Quanto à sugestão (1), entendemos que já existe a Ação 4549 – Regularização Fundiária Urbana Plena, sob o controle da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e vinculada ao Programa 046 – Regularização Fundiária e Acesso à Terra, cujo objetivo é similar ao proposto. Entendemos contraproducente criar outra ação com os mesmos objetivos. Assim, estamos propondo uma alteração nessa ação, da seguinte forma: tornando-a uma ação de acompanhamento intensivo, o que facilita seu acompanhamento, dada sua centralidade como política pública; alterando sua finalidade e público-alvo, focando-a para o atendimento a assentamentos com população de baixa renda; transferindo-a para o Programa 147, no nosso entender, mais apropriado para essa ação e conforme sugestão nesse sentido apresentada na PLE nº 49/2015; e adicionando recursos financeiros à sua previsão orçamentária. A adição de recursos, embora em volume inferior ao proposto, poderá dar um fôlego extra às ações de regularização fundiária, que terão à sua disposição recursos cerca de 24 vezes superior ao previsto na peça orçamentária original. Ressaltamos que consideramos mais prudente no momento adicionar os recursos na categoria locacional “Multiterritorial”, por não termos condições de estimar com precisão as metas físicas e financeiras para cada território e para permitir maior flexibilidade na execução da ação.

Já em relação à sugestão (2), consideramos que também já existe uma ação com objetivos similares à nova ação proposta. Trata-se da Ação 4132 – Acesso à Terra e Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, vinculada ao Programa 058 – Cidadania no Campo: Construindo o Desenvolvimento Sustentável, operacionalizado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário. Nesse caso, entendemos que o mais adequado seria explicitar, na finalidade da Ação 4132, a questão da regularização fundiária. Consideramos, apesar da justeza das reivindicações, que, nesse momento, não é possível atender ao pleito de aumento dos recursos orçamentários para essa finalidade.

Entendemos, assim, que, a despeito das dificuldades financeiras por que passa Minas Gerais e o Brasil, conseguimos atender aos principais pleitos dos participantes com as emendas elencadas em anexo.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 61/2015 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 2.937/2015 e 2.938/2015 anexas.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 046 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E ACESSO A TERRA

Ação: 4549 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA PLENA

Mudança de finalidade:

Para: PROMOVER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA EM CONSONÂNCIA COM O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE, PREFERENCIALMENTE EM ASSENTAMENTOS EM ÁREAS URBANAS HABITADOS POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.

Mudança de IAG:



Para: 1 - Ações de Acompanhamento Intensivo

Mudança de público alvo:

Para: OCUPANTES, PREFERENCIALMENTE DE BAIXA RENDA, DE ÁREAS URBANAS IRREGULARES

Transferência da ação para o programa: 147 - NOSSA CIDADE MELHOR

Mudança de regionalização para:

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	150	1.190.977,00	220	70.694,00	300	115.322,00	350	137.854,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 1.150.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1471 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Ação: Regularização Fundiária Urbana Plena

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 1.190.977,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 1.150.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 058 - CIDADANIA NO CAMPO: CONSTRUINDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL -

Ação: 4132 - ACESSO À TERRA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Mudança de finalidade:

Para: APOIAR E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (PCTS) COM O OBJETIVO DE SUPERAR A POBREZA NO MEIO RURAL E URBANO DESSES GRUPOS, CONTRIBUINDO, POR MEIO DO INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DE INICIATIVAS COLETIVAS, PARA O ACESSO À TERRA, A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, A AGREGAÇÃO DE VALOR E A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DOS PCTS E A VALORIZAÇÃO IDENTITÁRIA E CULTURAL DESTES POVOS.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 62/2015****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 62/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais, e outros, sugere alterações no Programa 166 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Ambiental – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 29 de outubro de 2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 166 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Ambiental:

- Acréscimo de seis milhões de reais em cada ano para todos os territórios na Ação 4416 – Fiscalização Ambiental Integrada;
- Acréscimo de 500 mil reais em cada ano para todos os territórios na Ação 4422 – Fiscalização Ambiental Produtiva;
- Acréscimo de R\$15,5 milhões em cada ano para todos os territórios na Ação 4424 – Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais.

Segundo o grupo de participantes, o programa foi escolhido devido ao fato de os recursos para ele previstos no Projeto de Lei nº 2.937/2015 serem suficientes apenas para manter as ações rotineiras de fiscalização. Para o grupo, o cenário atual, de crise hídrica e avanço do desmatamento, demonstra a necessidade de aprimoramento e intensificação das ações previstas no programa. Assim, a sugestão de intervenção na Ação 4416 visa permitir a incorporação de ações estratégicas voltadas para a inibição das infrações ambientais, com a aquisição de equipamentos e ferramentas tecnológicas que subsidiarão as ações de fiscalização. O acréscimo de recursos proposto deve permitir implementar o plano de prevenção e combate ao desmatamento dos biomas mineiros e combate ao uso irregular dos recursos hídricos. O grupo também sugeriu intervenções na Ação 4422, com vistas a dar continuidade ao programa de prevenção aos ilícitos ambientais por meio de projetos nos moldes do Programa “Navegando com o Theo pelo Rio das Velhas”. Por fim, o grupo propôs alterações na Ação 4424, entendendo que os incêndios podem ser considerados tão devastadores para o clima, a água, a fauna e a flora quanto o desmatamento, e que o valor previsto no orçamento para a ação não é suficiente sequer para manter o Previncêndio. O grupo entende que novos recursos financeiros para a ação devem se originar da taxa de fiscalização minerária criada pela Lei 19.976, de 2011.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de requerimentos com dois pedidos de informações e um pedido de providências à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad.



Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 62/2015 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire, relator – Fábio Cherem.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 62/2015, apresentada por Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de informações ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável sobre a estrutura da secretaria e seu planejamento para realizar suas atividades de fiscalização (atividades desenvolvidas, custo unitário das atividades, capacidade operacional para realizá-las, e demandas da secretaria).

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 62/2015, apresentada por Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – para que seja assegurada a continuidade do projeto “Navegando com Theo pelo Rio das Velhas”.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 62/2015, apresentada por Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de informações ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável sobre a estrutura e o planejamento da Semad para prevenção e combate a incêndios nas unidades de conservação, especificando atividades desenvolvidas, custo unitário das atividades, capacidade operacional para realizá-las e as demandas da Secretaria.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 63/2015**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 63/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais, e outros, sugere alterações no Programa 121 – Gestão Ambiental Integrada – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 29 de outubro de 2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico do PPAG – 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 121 – Gestão Ambiental Integrada:

– Alteração da finalidade da Ação 4587, para inclusão do Sistema de Informações ao Meio Ambiente, entre os instrumentos de gestão ambiental objeto de modernização;

– Criação de ação para implementação da educação ambiental, com a finalidade de desenvolver e coordenar programas, projetos e ações de educação e extensão ambiental por meio de parcerias, visando à conscientização, à mobilização e à formação da sociedade para práticas ambientalmente sustentáveis. Para essa nova ação foram demandadas metas físicas de 5 projetos apoiados e meta financeira de R\$500.000,00, sendo a regionalização sugerida: 2016 - Metropolitano; 2017 - Mucuri; 2018 - Mata; e 2019 - Norte;

– Criação de ação para revitalização, conservação e preservação do Parque Fernão Dias. Para essa ação foram demandadas metas físicas de 127 hectares de áreas revitalizadas e meta financeira de R\$ 3.000.000,00, com regionalização metropolitana;

– Criação do eixo específico de Meio Ambiente no âmbito do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, com consequente compatibilização no PPAG, para concentrar os programas e ações relativos ao meio ambiente, tendo em vista a relevância do tema.

Conforme indicaram os participantes do grupo de trabalho, a demanda por alterações no Programa 121 se deveu à necessidade de esclarecer a finalidade real da Ação 4587 e à necessidade de criar uma ação voltada especificamente para a educação ambiental – já que o projeto de lei encaminhado pelo Executivo prevê apenas uma ação de educação ambiental, voltada para os prédios da administração pública estadual. Além disso, o grupo discutiu a necessidade de que o Estado assuma efetivamente a gestão do Parque Fernão Dias, que está em grande situação de risco, tendo sido alvo de despejo de entulhos, supressão de árvores, ocupação irregular e depredação de equipamentos.

Com relação à sugestão de alteração da finalidade da Ação 4587, para inclusão do Sistema de Informações ao Meio Ambiente, concluímos ser mais oportuno não mencionar na finalidade da ação um instrumento específico em detrimento de



outros existentes. Assim sendo, optamos por sugerir mais atenção da Semad ao sistema de informações, no âmbito dessa ação.

Concluimos ser oportuna a sugestão de criação de ação visando à implementação de educação ambiental, tendo em vista as demandas recorrentes que têm chegado à ALMG de maior efetividade na implementação dessas ações. Nas reuniões realizadas pela Comissão Extraordinária das Águas no biênio 2013-2014, muito se questionou sobre a falta de atenção dos poderes públicos com a educação ambiental, especialmente nos âmbitos municipal e estadual. Considerou-se mais adequada a regionalização multiterritorial e o envio de requerimento à Semad solicitando providências no sentido de focar a ação nas regiões: Metropolitano, Mucuri, Mata e Norte.

Com relação à criação de ação específica para revitalização do Parque Fernão Dias, é importante mencionar que a ALMG fez uma visita técnica ao local, no dia 3/9/2015, quando foi constatado que o parque se encontra fechado, em situação de abandono e risco, sendo usado para despejo de entulhos, ocupação irregular e sofrendo ainda com a retirada de madeira, a supressão de árvores e a depredação dos equipamentos existentes. Assim sendo, considerou-se pertinente a criação da ação, com os atributos sugeridos, mas com meta financeira, em 2016, destinada ao desenvolvimento do estudo técnico para a criação do parque como unidade de conservação, no valor de R\$ 800.000,00, sendo que a partir de 2017, prevê-se a sua efetiva implantação. Verificou-se ser oportuno ainda, o envio de requerimento com pedido de informações ao IEF sobre a caracterização do parque e viabilidade da implantação do mesmo como UC (nos Municípios de Contagem e Betim).

No processo de discussão do PPAG, vários participantes manifestaram sua insatisfação com o fato da expressão “meio ambiente” não constar do nome do eixo “Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico”, no qual esse tema foi discutido. Considerando a relevância do tema, concluimos ser legítima a solicitação e o atendimento por meio de emenda ao Projeto de Lei nº 3.039/2015, que atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e dá outras providências, alterando o nome do “Eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico” para “Meio Ambiente e Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico”, bem como o envio de requerimento à Secretaria de Planejamento e Gestão – Seplag – solicitando providências para realização de estudos de viabilidade da criação do Eixo Meio Ambiente no PMDI, tendo em vista a relevância do tema.

Desse modo, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016, ao Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e de requerimentos com pedido de informações ao IEF e pedido de providências à Semad e à Seplag.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 63/2015 na forma das emendas aos Projetos de Lei nos 2.937/2015, 2.938/2015 e 3.039/2015, e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 121 - GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação: - Educação e Extensão Ambiental

Unidade Orçamentária: 1371 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Desenvolver e coordenar programas, projetos e ações de educação e extensão ambiental por meio de parcerias, visando à conscientização, à mobilização e à formação da sociedade para práticas ambientalmente sustentáveis.



Produto: PROJETO APOIADO

Unidade de medida: PROJETO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: Municípios Mineiros e Sociedade Civil

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	5	500.000,00	5	500.000,00	5	500.000,00	5	500.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 500.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 121 - GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação: - Revitalização, conservação e preservação do Parque Fernão Dias

Unidade Orçamentária: 1371 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: REVITALIZAR, CONSERVAR E PRESERVAR O PARQUE FERNÃO DIAS VISANDO AO EQUILÍBRIO AMBIENTAL E ECOLÓGICO, BEM COMO A PRESERVAÇÃO DAS NASCENTES, FAUNA E FLORA E SUA UTILIZAÇÃO PARA O LAZER, A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE METROPOLITANA.

Produto: Área revitalizada, conservada e preservada

Unidade de medida: HECTARE

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	127	800.000,00	127	800.000,00	127	800.000,00	127	800.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 800.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1371 - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Ação: Desenvolvimento do Estudo Técnico para a Criação do Parque Fernão Dias, nos Municípios de Contagem e Betim, Como Unidade de Conservação.

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 800.000,00



Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 800.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.039/2015

Substitua-se, no Projeto de Lei nº 3.039/2015, que atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e dá outras providências, e em seus Anexos I, II e III, a expressão “Eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico” por “Eixo Meio Ambiente e Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico”, promovendo-se a compatibilização com o PPAG 2016-2019.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 63/2015, de autoria de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – para que envie esforços com vistas à modernização do sistema de informações de meio ambiente e de instrumentos tecnológicos, no âmbito da Ação 4587 – Desenvolvimento dos instrumentos de gestão ambiental, do Programa 121 – Gestão Ambiental Integrada.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 63/2015, de autoria de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para atenção especial junto aos territórios Metropolitanos, Mucuri, Mata e Norte, no âmbito da nova ação de Educação e Extensão Ambiental, criada no Programa 121 – Gestão Ambiental Integrada.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 63/2015, de autoria de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de informações sobre a caracterização do Parque Fernão Dias e a viabilidade da implantação do Parque, nos Municípios de Contagem e Betim, como Unidade de Conservação, tendo em vista a criação da ação de Revitalização, Conservação e Preservação do Parque Fernão Dias, no âmbito do Programa 121 – Gestão Ambiental Integrada.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 63/2015, de autoria de Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para realização de estudos de viabilidade de desmembramento do atual Eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico, no PMDI, com vistas à criação de um eixo específico para a temática do meio ambiente, tendo em vista a relevância do tema.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 64/2015**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 64/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Altino Rodrigues Neto, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, sugere alterações no Programa 150 – Tecnocampo – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 29 de outubro de 2015, durante o processo de discussão participativa do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico do PPAG – 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 150 – Tecnocampo:

– Alterar a Ação 4351 com o aporte de R\$200.000,00, para melhoramento genético da ovinocaprinocultura para pequenos e médios produtores para difusão tecnológica de bem-estar animal.

A Ação 4351 – Desenvolvimento Agropecuário nos Territórios – contribui para o desenvolvimento do produtor rural e das respectivas atividades agropecuárias, com foco local e para atender às exigências de mercado para produtos de origem vegetal e animal. Alinhado a esses pressupostos, o melhoramento genético da ovinocaprinocultura se constitui em atividade importante para o setor, motivo pelo qual a ampliação de recursos se faz adequada, propondo-se:

- No PPAG: Acrescentar R\$ 500.000 ao valor original da Ação 4351, dividindo as metas físicas e financeiras da seguinte forma: Vale do Rio Doce 17; 46.709; Vale do Aço 15; 39.590; Metropolitano 15; 39.590; Oeste 15; 35.590; Caparaó 15; 35.590; Mata 27, 75.186; Vertentes 15; 35.590; Sul 15; 39.590; Sudoeste 27; 75.183; Triângulo Norte 20; 53.827; Noroeste 15; 39.590; Norte 18; 50268; Médio e Baixo Jequitinhonha 15; 39.590; Mucuri 15; 39.590; Alto Jequitinhonha 17; 46.709; Central 33; 92.979; Triângulo Sul 19; 53.829. Na regionalização Multiterritorial, alocar R\$500.000,00.



- Na LOA: Nos R\$500.000,00 da regionalização Metropolitano, especificar o objeto do gasto direcionando R\$400mil para aquisição de dispositivo refrigerado para transporte de sêmen e R\$100.000,00 para melhoramento genético da ovinocaprinocultura para pequenos e médios produtores e para a difusão tecnológica de bem-estar animal.

- Pedido de providências à Seapa para viabilizar o melhoramento genético da ovinocaprinocultura para pequenos e médios produtores e para a difusão tecnológica de bem-estar animal.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016, e de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa,

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 64/2015 na forma emenda ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, anexas, e do requerimento abaixo redigido.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 150 - TECNOCAMPO -

Ação: 4351 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO NOS TERRITÓRIOS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	17	46.709,00						
Caparaó	15	39.590,00						
Central	33	92.979,00						
Mata	27	75.186,00						
Médio e Baixo Jequitinhonha	15	39.590,00						
Metropolitano	15	39.590,00						
Mucuri	15	39.590,00						
Multiterritorial	1	500.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Noroeste	15	39.590,00						
Norte	18	50.268,00						
Oeste	15	39.590,00						
Sudoeste	27	75.183,00						
Sul	15	39.590,00						
Triângulo Norte	20	53.827,00						
Triângulo Sul	19	53.829,00						
Vale do Aço	15	39.590,00						
Vale do Rio Doce	17	46.709,00						
Vertentes	15	39.590,00						

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1231 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Ação: Desenvolvimento Agropecuário nos Territórios - dos R\$500.000,00 Acrescentados na Regionalização Multiterritorial, R\$400.000 têm como objeto do gasto a aquisição de dispositivo refrigerado para transporte de sêmen e R\$100.000 têm como destinação o melhoramento genético da ovinocaprinocultura para pequenos e médios produtores e para a difusão tecnológica de bem estar animal.

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS DE CAPITAL Valor: R\$ 500.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 500.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 64/2015, apresentada por Altino Rodrigues Neto, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para o desenvolvimento de projetos de melhoramento genético da ovinocaprinocultura voltados para o atendimento de produtores de pequeno e médio porte, e para a difusão tecnológica de bem-estar animal nesse segmento da pecuária.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 65/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 65/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Albano Silveira Machado e outros, sugere alterações no Programa 59 – Apoio à Produção Sustentável, Agregação de Valor e Comercialização – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 29 de outubro de 2015, durante o processo de discussão participativa do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 59 – Apoio à Produção Sustentável, Agregação de Valor e Comercialização:



- Alterar o objetivo do programa para “Fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar e a produção sustentável e solidária, por meio do apoio à transição agroecológica e da infraestrutura necessária, do associativismo e do acesso aos mercados, garantindo que os produtos da agricultura familiar cheguem à mesa dos mineiros e mineiras”;

- Alterar as metas físicas e financeiras da Ação 2034 – Apoio à Adequação, Regularização e Construção de Agroindústrias Familiares;

- Alterar metas físicas e financeiras da Ação 4131 – Apoio a Feiras Livres da Agricultura Familiar – “Aqui Tem Feira!”;

- Na Ação 4141- Alterar meta física para 72 e financeira para R\$800.000;

Na Ação 4143, alterar regionalização, transferindo as metas dos territórios Metropolitano e Norte para Multiterritorial, e aumentar metas físicas para 48 e metas financeiras para 1.500.000.

- Na Ação: 4144 - Alterar metas físicas para 20.000 e as financeiras para 1.000.000.

- Na Ação 4242 - Alterar meta física para 1.800 e meta financeira para R\$1.500.000.

- Incluir ação nova:

Título da Ação: CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA REDUÇÃO DO USO DE AGROTÓXICO

Descrição IAG: Ação de Acompanhamento Intensivo

Finalidade da Ação: Promover a conscientização dos efeitos nocivos advindos do uso de agrotóxico para os agricultores familiares e à sociedade em geral, principalmente através da contaminação dos alimentos.

Público-alvo: Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, trabalhadores rurais sem-terra, atingidos por barragens e grandes empreendimentos.

Produto: EVENTO REALIZADO

Unidade de Medida do Produto: EVENTO

Unidade Orçamentária Responsável pela Ação: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Regionalização: multiterritorial

Metas físicas (2016 a 2019): 17

Metas financeiras (2016-2019): 500.000

- Inclusão de nova ação, com os parâmetros:

Título da Ação: FEIRA ESTADUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Descrição IAG: Ação de Acompanhamento Intensivo

Finalidade da Ação: Realizar uma feira estadual da agricultura familiar, tendo como objetivo fortalecer a comercialização de seus produtos e expandir o acesso aos mercados

Público-alvo: Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, trabalhadores rurais sem-terra, atingidos por barragens e grandes empreendimentos, cooperativas e associações de agricultores

Produto: Feira realizada

Unidade de Medida do Produto: EVENTO

Unidade Orçamentária Responsável pela Ação: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Regionalização: multiterritorial

Meta física (2016 a 2019): 1

Meta financeira: R\$600.000 para 2016; R\$700.000 para 2017; R\$800.000 para 2018 e R\$900.000 para 2019.



Todas essas sugestões de alterações para as ações que integram o programa de apoio à produção sustentável expressam, certamente, uma preocupação legítima em otimizar as atividades e ações governamentais de estímulo à agricultura familiar, com agregação de valor e resultados que possam ser medidos e constatados no processo de comercialização e na mesa do consumidor. Dessa forma, poderão ser alcançados os pressupostos de fortalecimento da agricultura familiar, tão necessária à segurança alimentar, e de estímulo à inclusão econômica, produtiva e social, almejando-se reais benefícios para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária e atingidos por barragens, conforme os objetivos explícitos do Programa 59.

Achamos oportuno acatar as sugestões dos participantes com as propostas de emendas e requerimentos seguintes:

1) Emenda ao PPAG para alterar o objetivo do Programa 059 – Apoio à Produção Sustentável, Agregação de Valor e Comercialização – para:

“Fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar e a produção sustentável e solidária, por meio do apoio à transição agroecológica, da agregação de valor, da promoção da agroindústria e da infraestrutura necessária, do associativismo e do acesso aos mercados, garantindo que os produtos da agricultura familiar cheguem à mesa dos mineiros e mineiras.”

2) Apresentação de requerimentos com pedidos de providências:

– à Seda, solicitando esforços para a suplementação dos recursos alocados na Ação 2034, para viabilizar investimentos em construções e reformas de agroindústrias familiares;

– à Seda, solicitando esforços para a suplementação dos recursos alocados na Ação 4141, com vistas a viabilizar as atividades previstas nessa ação, adequando-as aos custos reais das atividades previstas;

– à Seda, solicitando esforços para a suplementação dos recursos alocados na Ação 4144, com vistas a viabilizar as atividades previstas nessa ação, adequando-as aos custos reais das atividades previstas;

– à Seda, solicitando esforços para a suplementação dos recursos alocados na Ação 4242, com vistas a viabilizar as atividades previstas nessa ação, adequando-as aos custos reais das atividades previstas.

3) Emendas ao PPAG e à LOA:

– Na Ação 4131: acréscimo da região multiterritorial, com meta física 20 e R\$ 134.600,00 na região multiterritorial;

– Na Ação 4143: acréscimo da região multiterritorial, com meta física 3 e R\$ 100.000,00 na região multiterritorial.

4) apresentação de 2 Emendas à LOA para acrescentar as seguintes ações novas:

– Título: “Campanha de Conscientização para Redução do Uso de Agrotóxico”. Meta física 17 e financeira R\$ 200.000,00 e IAG: acompanhamento geral. Acatar as demais sugestões;

– Título: “Feira Estadual da Agricultura Familiar”. Meta física 1 e financeira R\$400.000,00 no território metropolitano e IAG: acompanhamento geral. Acatar as demais sugestões;

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões (delineadas acima), esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019 (relativas aos objetivos do Programa 059, às metas das Ações 4141, 4143, e à inclusão de duas ações novas), e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016 (relativamente às metas financeiras das Ações 4121 e 4143), e de requerimentos com pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 65/2015 na forma de emendas aos Projetos de Lei nº 2.937/2015 e nº 2.938/2015 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.



Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 059 - APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO - DO CAMPO À MESA

Mudança de objetivo:

Para: Fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar e a produção sustentável E SOLIDÁRIA, por meio do apoio à transição agroecológica, da agregação de valor, da promoção da agroindústria e da infraestrutura necessária, do associativismo e do acesso aos mercados, garantindo que os produtos da agricultura familiar cheguem à mesa dos mineiros e mineiras.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 059 - APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO - DO CAMPO À MESA -

Ação: 4131 - APOIO A FEIRAS LIVRES DA AGRICULTURA FAMILIAR - "AQUI TEM FEIRA!"

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	5	65.400,00	5	65.400,00	5	65.400,00	5	65.400,00
Mata	5	65.400,00	5	65.400,00	5	65.400,00	5	65.400,00
Metropolitano	0	3.800,00	0	24.242,00	0	38.494,00	0	53.458,00
Multiterritorial	20	134.600,00						
Norte	5	65.400,00	5	65.400,00	5	65.400,00	5	65.400,00
Vertentes	5	65.400,00	5	65.400,00	5	65.400,00	5	65.400,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 134.600,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1641 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Ação: Apoio a Feiras Livres da Agricultura Familiar - "Aqui Tem Feira!"

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 134.600,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 134.600,00

**EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015**

Programa: 059 - APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO - DO CAMPO À MESA -

Ação: 4143 - APOIO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS E PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	6	198.700,00	6	198.700,00	6	198.700,00	6	198.700,00
Multiterritorial	3	100.000,00						
Norte	2	66.200,00	2	86.603,00	2	100.829,00	2	115.764,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 100.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1641 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Ação: Apoio e Realização de Eventos e Produção de Informações para o Desenvolvimento Rural

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 100.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 100.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 059 - APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO - DO CAMPO À MESA

Ação: - Campanha de conscientização para redução do uso de agrotóxico

Unidade Orçamentária: 1641 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Finalidade: Promover a conscientização dos efeitos nocivos advindos do uso de agrotóxicos para os agricultores familiares e à sociedade em geral, principalmente através da contaminação dos alimentos.

Produto: EVENTO REALIZADO

Unidade de medida: EVENTO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, trabalhadores rurais sem terra, atingidos por barragens e por grandes empreendimentos.

Metas por território (R\$1,00)



Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	17	200.000,00						

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 200.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 059 - APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO - DO CAMPO À MESA

Ação: - Feira Estadual da Agricultura Familiar

Unidade Orçamentária: 1641 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Finalidade: Realizar uma feira estadual da agricultura familiar, tendo como objetivo fortalecer a comercialização de seus produtos e expandir o acesso aos mercados

Produto: FEIRA REALIZADA

Unidade de medida: FEIRA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, trabalhadores rurais sem terra, atingidos por barragens e por grandes empreendimentos, cooperativas e associações de agricultores

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	400.000,00						

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 400.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 65/2015, de autoria de Albano Silveira Machado e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda – pedido de providências para envidar esforços para a suplementação dos recursos alocados na Ação 2034 – Apoio à Adequação, Regularização e Construção de Agroindústrias Familiares, para viabilizar investimentos em construções e reformas de agroindústrias familiares, no âmbito da ação.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 65/2015, de autoria de Albano Silveira Machado, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG –, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda – pedido de providências para envidar esforços para a suplementação dos recursos alocados na Ação 4141 – Apoio ao Cooperativismo e Acesso a Mercados Institucionais –, com vistas a viabilizar as atividades nela previstas, adequando-as aos custos reais desse tipo de atividade.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 65/2015, de autoria de Albano Silveira Machado, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG –, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda – pedido de providências para envidar esforços para a suplementação dos recursos alocados na Ação 4144 – Apoio à Infraestrutura Rural, Logística e Acesso aos Serviços Públicos no Campo, com vistas a viabilizar as atividades nela previstas, adequando-as aos custos reais desse tipo de atividade.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 65/2015, de autoria de Albano Silveira Machado, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG –, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda – pedido de providências para envidar esforços para a suplementação dos recursos alocados na Ação 4242 – Fomento à Produção Sustentável da Agricultura, Criação Animal, Extrativismo e Pesca Familiar – Transição Ecológica, com vistas a viabilizar as atividades nela previstas, adequando-as aos custos reais desse tipo de atividade.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

Marília Campos, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 66/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 66/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Ana Paula Soares Medina, do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, e outros, sugere alterações no Programa 126 – Políticas de Educação Profissional – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 4/11/2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Saúde e Proteção Social do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 126 – Políticas de Educação Profissional:

- alteração do objetivo do Programa 126;
- alteração de territorialização e metas físicas e financeiras da Ação 4538 – Qualificação para o Trabalho.

Essa comissão considerou desnecessária a inclusão da economia solidária no objetivo do Programa 126, tendo em vista que já existe um programa específico a ela destinado (Programa 125 – Consolidação da Política de Economia Solidária).

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 66/2015 na forma das emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015 e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015 anexas.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 126 - POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL -

AÇÃO: 4538 - QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mata	165	327.401,00	210	343.770,00	210	360.960,00	210	379.006,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	33	61.545,00	50	64.622,00	50	67.853,00	50	71.246,00
Metropolitano	470	929.257,00	560	975.718,00	560	1.024.506,00	560	1.075.731,00
Mucuri	25	50.000,00	25	50.000,00	25	50.000,00	25	50.000,00
Norte	198	369.270,00	300	387.732,00	300	407.118,00	300	427.476,00
Sudoeste	33	61.545,00	50	64.622,00	50	67.853,00	50	71.246,00
Sul	66	123.090,00	100	129.244,00	100	135.706,00	100	142.492,00
Triângulo Norte	33	61.545,00	50	64.622,00	50	67.853,00	50	71.246,00
Triângulo Sul	66	123.090,00	100	129.244,00	100	135.706,00	100	142.492,00
Vale do Aço	66	120.622,00	80	126.653,00	80	132.986,00	80	139.635,00
Vale do Rio Doce	25	50.000,00	25	50.000,00	25	50.000,00	25	50.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 100.000,00

**EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015**

Acréscimo:

UO beneficiada: 1481 - Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Ação: Qualificação para o Trabalho

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 100.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 100.000,00

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 67/2015**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 67/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Alexandre Alves Ribeiro e outros, sugere alterações no Programa 157 – Energia Competitiva e Sustentável – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 29 de outubro de 2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 157 – Energia Competitiva e Sustentável:

– Alteração da regionalização, das metas física e financeira da Ação 4459 – Promoção da Eficiência Energética em Minas Gerais –, no ano 2016, de Metropolitano para:

– Alto Jequitinhonha: meta física: 1 estudo elaborado; meta financeira: R\$10.100,00

– Médio e Baixo Jequitinhonha: meta física: 1 estudo elaborado; meta financeira: R\$10.100,00

– Mucuri: meta física: 1 estudo elaborado; meta financeira: R\$10.100,00

– Norte: meta física: 1 estudo elaborado; meta financeira: R\$10.100,00

– Vale do Rio Doce: meta física: 1 estudo elaborado; meta financeira: R\$10.100,00.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu como pertinente a inclusão da territorialização sugerida na Ação 4459, com meta física de 1 estudo elaborado e meta financeira de R\$ 1.000,00 para cada um

dos cinco territórios sugeridos. Para tanto, propõe emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 67/2015 na forma das emendas aos Projetos de Lei nº 2.937/2015 e nº 2.938/2015 anexas.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 157 - ENERGIA COMPETITIVA E SUSTENTÁVEL -

Ação: 4459 - PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM MINAS GERAIS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	1.000,00						
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	1.000,00						
Metropolitano	1	1.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Mucuri	1	1.000,00						
Norte	1	1.000,00						
Vale do Rio Doce	1	1.000,00						

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 1461 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Ação: Promoção da Eficiência Energética em Minas Gerais

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 5.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 5.000,00

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 68/2015

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 68/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por Antônio Cândido Sobrinho, da F5 Informática Ltda., e outros, sugere alterações no Programa 62 – Infraestrutura Rural – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.



A proposta foi elaborada coletivamente no dia 29 de outubro de 2015, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico do PPAG 2016-2019, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada na mesma data.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/11/2015, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção; e Educação e Cultura.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 62 – Infraestrutura Rural:

- Incluir os territórios Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha e alterar metas físicas e financeiras da ação 4149, de cada ano, respectivamente, para 1 e R\$1.000,00;
- Incluir os territórios Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha e Mucuri e alterar metas físicas e financeiras da ação 4672, de cada ano, respectivamente, para 1 e R\$1.000,00;
- Criar ação intitulada Fomento à Apicultura, IAG: ação de acompanhamento intensivo, com impacto financeiro de R\$105.000,00.

Para atender à solicitação, sugerimos as seguintes emendas ao PPAG e à LOA, no âmbito do Programa 62 – Infraestrutura Rural:

- na Ação 4149 – Conservação e Revitalização de Sub-Bacias Hidrográficas – Incluir os territórios Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha e alterar metas físicas e financeiras, de cada ano, respectivamente, para 1 e R\$1.000,00;
- na Ação 4672 – Piscicultura – Incluir os territórios Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha e Mucuri e alterar metas físicas e financeiras, de cada ano, respectivamente, para 1 e R\$1.000,00;
- Criar uma ação intitulada Fomento à Apicultura, e IAG: ação de acompanhamento intensivo, com metas financeiras de R\$105.000,00.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, e ao Projeto de Lei nº 2.938/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 68/2015 na forma de emendas aos Projetos de Lei nº 2.937/2015 e nº 2.938/2015 anexas.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Elismar Prado, relator – Fábio Cherem.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 062 - INFRAESTRUTURA RURAL -

Ação: 4149 - CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE SUB BACIAS HIDROGRÁFICAS



Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Central	2	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Metropolitano	2	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Noroeste	2	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Norte	11	1.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Oeste	5	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Triângulo Norte	1	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vertentes	1	500,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 2.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 2111 - Fundação Rural Mineira

Ação: Conservação e Revitalização de Sub Bacias Hidrográficas

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 2.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 2.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 062 - INFRAESTRUTURA RURAL -

Ação: 4672 - PISCICULTURA

Mudança de nome:

Para: Fomento à Piscicultura

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Mucuri	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Norte	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA



Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 3.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.938/2015

Acréscimo:

UO beneficiada: 2111 - Fundação Rural Mineira

Ação: Piscicultura

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 3.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 3.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2015

Programa: 062 - INFRAESTRUTURA RURAL

Ação: - Fomento à Apicultura

Unidade Orçamentária: 2111 - FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA-RURALMINAS

Finalidade: IMPLANTAR E CONSOLIDAR ESTRUTURAS DE PRODUÇÃO DE MEL E DERIVADOS, PROPORCIONANDO A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, SEGURANÇA ALIMENTAR E FIXAÇÃO DO PRODUTOR NO MEIO RURAL

Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA

Unidade de medida: FAMÍLIA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: Produtor e trabalhador rural

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2016	Financeiras 2016	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	50	25.000,00	50	25.000,00	50	25.000,00	50	25.000,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	50	25.000,00	50	25.000,00	50	25.000,00	50	25.000,00
Mucuri	50	25.000,00	50	25.000,00	50	25.000,00	50	25.000,00
Norte	60	30.000,00	60	30.000,00	60	30.000,00	60	30.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 105.000,00

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.673/2015****Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas****Relatório**

De iniciativa do deputado Gustavo Corrêa e decorrente do desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.597/2011, a proposição em epígrafe visa a dar denominação ao trecho da Rodovia LMG-650 que liga os Municípios de Medina e Comercinho.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto tem por finalidade prestar homenagem a um líder político do Vale do Jequitinhonha, pelo empréstimo de seu nome ao trecho da Rodovia LMG-650, que liga o Município de Medina ao de Comercinho.

Trata-se do Sr. Antônio Cacique, mineiro nascido em Felisburgo, que, além de dedicado comerciante e fazendeiro nos Municípios de Medina, Itaobim, Jequitinhonha e Montes Claros, se consagrou à vida pública e se tornou um dos mais destacados líderes políticos da região.

Conforme esclarece o autor da matéria, Antônio Cacique foi prefeito municipal de Medina no período de 1950 a 1954, presidente do PSD, correligionário de Benedito Valadares, Bias Fortes, Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves, entre outras grandes personalidades da política mineira. Ademais, foi responsável pela construção de mais de 20 escolas públicas no Vale do Jequitinhonha, participou das negociações políticas que resultaram na implantação da BR-116, também conhecida por Rodovia Rio-Bahia, entre outras tantas obras que contribuíram para o desenvolvimento da região. Como empresário, foi responsável pela maior plantação de café do Estado, gerando centenas de empregos e fortalecendo a economia regional.

Falecido em 1982 e admirado por todos os que com ele conviveram, Antônio Cacique tem seu nome definitivamente ligado à história da região; por isso consideramos justa e meritória a honraria que se pretende conceder em sua memória.

Cumprido esclarecer que a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais enviou a esta Casa a Nota Técnica Jurídica nº 478, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop –, e a Nota Técnica de 2/6/2015, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, por meio das quais esses órgãos se manifestam favoráveis à pretensão do projeto, visto que o referido trecho não possui denominação oficial.

Embora a proposição não contenha vício que obste a sua tramitação, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou-lhe a Emenda nº 1, com a finalidade de "identificar o trecho a ser denominado de acordo com o *Boletim Rodoviário* do DER-MG".

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.673/2015, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2015.

Anselmo José Domingos, relator.

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.584/2015****Comissão de Saúde****Relatório**

De autoria do deputado Carlos Pimenta, o projeto de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 797/2011, “torna obrigatória a presença de profissional treinado em primeiros socorros nos eventos públicos promovidos pelo Estado” e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Em cumprimento ao disposto no art. 173, § 2º, do Regimento Interno, foram anexados à proposição os Projetos de Lei nºs 2.118 e 2.119/2015, posteriormente retirados de tramitação a pedido do autor.

Vem, agora, o projeto a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em estudo visa a tornar obrigatória a presença de profissional treinado em primeiros socorros nos eventos públicos promovidos pelo Estado, deixando a cargo do Poder Executivo a responsabilidade de verificar a necessidade dessa providência em razão do número de pessoas, do local e do tipo de evento a ser realizado. Além disso, determina que o número de profissionais necessários para a cobertura do evento, bem como as suas atribuições, sejam definidos em regulamento.

A matéria está em consonância com o disposto na Lei Federal nº 8.080, de 1990, que regulamenta o Sistema Único de Saúde, cujo § 1º do art. 2º estabelece que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos. O projeto está de acordo também com o parágrafo único do art. 8º do Código de Saúde do Estado, estabelecido pela Lei nº 13.317, de 1999, que determina que, nas atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde, será priorizado o caráter preventivo.

Normalmente, os grandes eventos já contam com a presença de profissional treinado em primeiros socorros. Entretanto, a medida em tela torna obrigatória essa presença nos eventos realizados sob a responsabilidade do Estado em que se prevejam grandes aglomerações. O Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, ampliou a obrigatoriedade de oferta de pronto atendimento médico para os eventos públicos de qualquer natureza realizados no Estado, acrescentando esse dispositivo à Lei nº 14.130, de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico.

Além disso, essa comissão incorporou ao dispositivo a ser acrescentado na lei o conteúdo dos §§ 1º e 2º do art. 1º do projeto, que remetem ao Poder Executivo a análise da aplicação da medida com observância de fatores como número previsto de pessoas, local e tipo de evento a ser realizado, bem como a definição do número de profissionais necessário para cada evento e suas atribuições. Assim, entendendo-se que esses elementos dependem de uma análise de conveniência e oportunidade, o Poder Executivo poderá, de acordo com as características e peculiaridades de cada evento, dispor sobre as exigências técnicas. Consideramos, portanto, pertinente a alteração proposta pela referida comissão.

Por fim, parece-nos que o projeto de lei em exame pode contribuir para a proteção e a defesa da saúde da população, e, portanto, somos pela sua aprovação.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.584/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.

Arlen Santiago, presidente – Glaycon Franco, relator – Geraldo Pimenta.

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.946/2015****Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável****Relatório**

O Projeto de Lei nº 2.946/2015, do governador do Estado, encaminhado por meio da Mensagem nº 87/2015, “dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente – Sisema – e dá outras providências”.

Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, vem agora o projeto a esta comissão e à Comissão de Administração Pública, para que sejam emitidos pareceres quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, I e VIII, do Regimento Interno.

Fundamentação

Conforme relatado pela Comissão de Constituição e Justiça, a proposição em exame visa a disciplinar o Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema.

De um lado, o projeto visa a reformular a estrutura e as competências de alguns dos principais órgãos e entidades integrantes desse sistema, notadamente a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, a Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam –, o Instituto Estadual de Florestas – IEF –, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – e o Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam.

De outro lado, a proposição objetiva estabelecer as diretrizes gerais do licenciamento ambiental no âmbito estadual, apresentando relevantes inovações na matéria.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu que o projeto tem amparo jurídico, constitucional e legal. Entendeu, porém, pela necessidade de ajustes. Efetivamente, a referida comissão promoveu alterações no texto da proposição, tanto por exigências constitucionais ou legais, como por força de reivindicações da sociedade ou de órgãos ou entidades do Estado.

Nesse sentido, cumpre mencionar, sobretudo, a reintrodução da Polícia Militar no Sisema; a articulação da proposição com as políticas estaduais relativas ao meio ambiente e aos recursos hídricos, especialmente pela afirmação do caráter exemplificativo das competências definidas para Semad, Feam, IEF, Igam e Copam; o restabelecimento das prerrogativas constitucionais do Copam; e a exclusão da previsão de anuência tácita dos chamados órgãos ou entidades intervenientes no licenciamento ambiental.

Importa ressaltar que, para discutir a proposição, promovemos, no dia 27 de outubro de 2015, a 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública, de Constituição e Justiça, de Participação Popular, de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Extraordinária das Águas.

Na ocasião, tivemos a oportunidade de escutar e debater as considerações de diversos representantes de órgãos e entidades públicos envolvidos e de organizações da sociedade civil, em especial dos seguintes convidados: Luís Márcio Vianna, relações institucionais do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais – Sindiextra – e do Instituto Brasileiro de Mineração – Ibram; Carlos Eduardo Ferreira Pinto, promotor de justiça e coordenador do Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Wagner Soares Costa, gerente de meio ambiente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg; Coronel Idzel Mafra Fagundes, diretor de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Henri Dubois Collet, diretor de Áreas Protegidas do IEF; Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, diretora-geral do Igam; Diogo Soares de Melo Franco, presidente da Feam; Marcos de Abreu e Silva, assessor especial da presidência da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg; Eduardo Nascimento, assessor da presidência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg; Maria Dalce Ricas, superintendente executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda; Adriano Tostes de Macedo, presidente da Associação Sindical dos Servidores Estaduais do Meio Ambiente – Assema; Marcus Vinícius Polignano,



coordenador do Projeto Manuelzão; ex-deputado Ronaldo Vasconcellos Novais, presidente da Organização Ponto Terra; e o deputado Luiz Sávio Souza Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Colhemos, então, importantes contribuições para a análise da matéria, que se desenvolveu, posteriormente, em uma série de reuniões promovidas com esses e outros representantes do Estado e da sociedade, que vieram até esta Assembleia Legislativa reiterar ou acrescentar considerações ou observações para a discussão da proposição. Entendemos, assim, que estamos suficientemente bem informados para relatar e opinar sobre o projeto, bem como para considerar que o Substitutivo no 1, da Comissão de Constituição e Justiça, merece aperfeiçoamentos, respeitados os avanços que apresentou.

Inicialmente, concordamos com a necessidade de atuação participativa dos órgãos e das entidades responsáveis pelas políticas de meio ambiente e de recursos hídricos.

Entendemos, ainda, na linha das explicações apresentadas pelo secretário, que as unidades regionais da Semad não devem se limitar às atividades de regularização ambiental e isso deve ser registrado na sua nomenclatura, que passaria a “superintendências regionais de meio ambiente”.

Quanto às competências do Igam, particularmente a atribuição de outorgar o direito de uso dos recursos hídricos, importa ressaltar as competências dos comitês de bacia hidrográfica e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG –, definidas na Lei nº 13.199, de 1999, que “dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências”.

No que toca ao Copam, cuja reforma é certamente um dos principais pontos do projeto, não concordamos com a exclusão da sua finalidade de deliberar sobre diretrizes e políticas para preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais, tampouco com a regulamentação por decreto das matérias próprias do regimento interno do órgão, especialmente as regras de funcionamento do conselho.

Por outro lado, porque devemos levar a sério as considerações da Comissão de Constituição e Justiça e as manifestações apresentadas na mencionada audiência pública, avançamos no diálogo com o secretário para definir no próprio texto legal a repartição de competências entre a Semad e o Copam no tocante à decisão sobre os processos de licenciamento ambiental. Assim, ficou esclarecido que devem permanecer no âmbito da competência originária do Copam os processos relativos a atividades ou empreendimentos considerados de grande porte e médio potencial poluidor, de médio porte e grande potencial poluidor e de grande porte e grande potencial poluidor – que correspondem às classes 5 e 6 da Deliberação Normativa Copam nº 74/2004, que “estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente passíveis de autorização ambiental de funcionamento ou de licenciamento ambiental no nível estadual (...) e dá outras providências”. Quanto aos demais empreendimentos ou atividades, de porte e potencial poluidor menos significativos, concordamos que o Copam possa funcionar como instância recursal nos processos de licenciamento ambiental.

Similarmente, conseguimos, em articulação com o governo, definir no texto da proposição todo o segundo escalão da Semad, da Feam, do IEF e do Igam. Dessa forma, avançamos também na manutenção das principais decisões acerca da estrutura do Sisema no plano da lei.

No que tange aos procedimentos do licenciamento ambiental, não nos parece razoável a previsão de encaminhar ao órgão responsável pela análise de projetos prioritários os processos não concluídos no prazo regulamentar. Até porque isso significaria a imediata transformação do órgão em uma espécie de autoridade ordinária para o licenciamento. A propósito, entendemos relevante esclarecer que a competência desse órgão deve restringir-se à “análise” dos processos de licenciamento. Entendemos, ainda, que, segundo o sistema da Lei Delegada nº 180, de 2011, que “dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências”, esse órgão seria mais bem-definido como uma unidade administrativa da Semad.



Enfim, com as alterações propostas, incluímos uma série de sugestões e reivindicações de colegas deputados e de órgãos e entidades públicos e organizações da sociedade, em especial do Ministério Público e das entidades ambientalistas e do setor produtivo, que contribuíram significativamente para nosso exame da matéria, pelo que agradecemos.

Na oportunidade, não poderíamos deixar de observar que o recente desastre ocorrido em Mariana acabou por demonstrar, infelizmente, a necessidade de revisão da legislação ambiental, em especial do licenciamento ambiental e sua fiscalização. Pois ficou evidenciado, uma vez mais, a ineficácia da legislação em vigor para garantir, efetivamente, a realização dos princípios da prevenção e da precaução ambientais, que são os próprios fundamentos do instrumento do licenciamento.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.946/2015 na forma do Substitutivo nº 2, a seguir apresentado, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

CAPÍTULO I

DO SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SISEMA

Seção I

Da Estrutura do Sisema

Art. 1º – O Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – é o conjunto de órgãos e entidades responsáveis pelas políticas de meio ambiente e de recursos hídricos, com a finalidade de conservar, preservar e recuperar os recursos ambientais e promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade ambiental do Estado.

Parágrafo único – O Sisema atuará de forma integrada, transversal e participativa.

Art. 2º – O Sisema integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, criado pela Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 3º – Integram o Sisema os seguintes órgãos e entidades:

I – a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, que o coordenará;

II – o Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam;

III – o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG;

IV – a Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam;

V – o Instituto Estadual de Florestas – IEF;

VI – o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam;

VII – a Polícia Militar de Minas Gerais;

VIII – os núcleos de gestão ambiental das demais Secretarias de Estado;

IX – os comitês de bacias hidrográficas;

X – as agências de bacias hidrográficas e entidades a elas equiparadas.



Parágrafo único – Os órgãos e as entidades do Sisema, para cumprirem o disposto nesta lei e promoverem a integração regional, poderão compartilhar a execução das atividades de suporte, os recursos materiais, a infraestrutura e o quadro de pessoal, nos termos de decreto.

Seção II

Da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad

Art. 4º – A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – tem por finalidade formular, coordenar, executar e supervisionar as políticas públicas para conservação, preservação e recuperação dos recursos ambientais, visando ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade ambiental do Estado, competindo-lhe:

I – planejar, executar e coordenar a gestão ambiental de forma participativa e descentralizada, por meio da regularização ambiental e da aplicação de outros instrumentos de gestão ambiental;

II – coordenar e exercer o poder de polícia administrativa;

III – promover a educação ambiental e a produção de conhecimento científico com vistas à melhoria da formulação e da implementação das políticas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos;

IV – propor, estabelecer e promover a aplicação de normas relativas à conservação, à preservação e à recuperação dos recursos ambientais e ao controle das atividades e dos empreendimentos considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, em articulação com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais;

V – orientar, analisar e decidir sobre processo de licenciamento ambiental e autorização para intervenção ambiental, ressalvadas as competências do Copam;

VI – determinar medidas emergenciais, bem como a redução ou a suspensão de atividades em caso de grave e iminente risco para vidas humanas ou para o meio ambiente e em casos de prejuízos econômicos para o Estado;

VII – exercer atividades correlatas.

Art. 5º – A Semad tem a seguinte estrutura orgânica básica:

I – Gabinete;

II – Assessoria Jurídica;

III – Auditoria Setorial;

IV – Assessoria de Comunicação Social;

V – Assessoria de Planejamento;

VI – Subsecretaria de Regularização Ambiental;

VII – Subsecretaria de Fiscalização Ambiental;

VIII – Subsecretaria de Gestão Regional.

§ 1º – A estrutura complementar da Semad contará com unidade administrativa responsável pela análise dos projetos prioritários definidos pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social – Cedes – nos termos do art. 24.

§ 2º – Integrarão a estrutura complementar da Semad superintendências regionais de meio ambiente, até o limite de dezessete unidades.

Art. 6º – Integram a área de competência da Semad:

I – por subordinação administrativa:

a) o Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam;

b) o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG;



II – por vinculação:

- a) a Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam;
- b) o Instituto Estadual de Florestas – IEF;
- c) o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam.

Art. 7º – O exercício do poder de polícia administrativa para fins de fiscalização, de aplicação de sanções administrativas, de cobrança e de arrecadação de tributos, multas e outras receitas, será compartilhado entre a Semad, a Feam, o IEF e o Igam, admitida a sua delegação à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG.

Seção III

Da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam

Art. 8º – A Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam – tem por finalidade desenvolver e implementar as políticas públicas relativas à mudança do clima, às energias renováveis, à qualidade do ar, à qualidade do solo e à gestão de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, competindo-lhe:

I – promover a aplicação de instrumentos de gestão ambiental;

II – propor indicadores e avaliar a qualidade ambiental e a efetividade das políticas de proteção do meio ambiente;

III – desenvolver, coordenar, apoiar e incentivar estudos, projetos de pesquisa e ações com o objetivo de promover a modernização e a inovação tecnológica nos setores da indústria, da mineração, do turismo, da agricultura, da pecuária e de infraestrutura, com ênfase para o uso racional dos recursos ambientais e de fontes renováveis de energia;

IV – prestar o apoio técnico necessário aos órgãos e às entidades integrantes do Sisema nos processos de regularização ambiental e no âmbito de sua atuação;

V – exercer atividades correlatas.

Art. 9º – A Feam tem a seguinte estrutura orgânica básica:

I – Conselho Curador;

II – Direção Superior, exercida pelo Presidente;

III – Unidades Administrativas:

- a) Gabinete;
- b) Procuradoria;
- c) Auditoria Seccional;
- e) Diretoria de Gestão de Resíduos;
- f) Diretoria de Gestão da Qualidade e Monitoramento Ambiental;
- g) Diretoria de Instrumentos de Gestão e Planejamento Ambiental;
- h) Diretoria de Administração e Finanças.

Parágrafo único – Integrarão a estrutura complementar da Feam unidades regionais, até o limite de dezessete unidades.

Seção IV

Do Instituto Estadual de Florestas – IEF

Art. 10 – O Instituto Estadual de Florestas – IEF – tem por finalidade desenvolver e implementar as políticas florestal e de biodiversidade do Estado, visando à manutenção do equilíbrio ecológico, à conservação, à preservação, ao uso sustentável e à recuperação dos ecossistemas, competindo-lhe:

I – promover o mapeamento, o inventário e o monitoramento da cobertura vegetal do Estado;



- II – administrar os dados e informações necessários ao implemento e à gestão do Cadastro Ambiental Rural – CAR;
- III – apoiar a definição das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e para a criação de unidades de conservação;
- IV – executar as atividades relativas à criação, à implantação, à proteção e à gestão das unidades de conservação;
- V – promover a conservação e a recuperação da cobertura vegetal nativa, mediante o incentivo ao reflorestamento, o pagamento por serviços ambientais, entre outros instrumentos de gestão ambiental;
- VI – fomentar pesquisas e estudos relativos à manutenção e ao restabelecimento do equilíbrio ecológico;
- VII – executar os atos de sua competência relativos à regularização ambiental, em articulação com os demais órgãos e entidades do Sisema;
- VIII – controlar a exploração, a utilização e o consumo de matérias-primas oriundas da biodiversidade e das florestas plantadas;
- IX – promover a preservação, a conservação e o uso racional dos recursos faunísticos, bem como o desenvolvimento de atividades que visem à proteção da fauna silvestre, terrestre e aquática;
- X – exercer atividades correlatas.

Art. 11 – O IEF tem a seguinte estrutura orgânica básica:

- I – Conselho de Administração;
- II – Direção Superior, exercida pelo Diretor-Geral;
- III – unidades administrativas:
 - a) Gabinete;
 - b) Procuradoria;
 - c) Auditoria Seccional;
 - d) Diretoria de Unidades de Conservação;
 - e) Diretoria de Conservação e Recuperação de Ecossistemas;
 - f) Diretoria de Proteção à Fauna;
 - g) Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia;
 - h) Diretoria de Administração e Finanças.

Parágrafo único – Integrarão a estrutura complementar do IEF unidades regionais de florestas e biodiversidade, até o limite de dezessete unidades, e núcleos de apoio necessários ao cumprimento no disposto nesta lei.

Seção V

Do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam

Art. 12 – O Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, entidade gestora do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRH-MG –, tem por finalidade desenvolver e implementar a política estadual de recursos hídricos, competindo-lhe:

- I – disciplinar, em caráter complementar, coordenar e implementar o controle e a avaliação dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos;
- II – controlar e monitorar os recursos hídricos e regular seu uso;
- III – promover e prestar apoio técnico à criação, à implantação e ao funcionamento de comitês de bacia hidrográfica, de agências de bacias hidrográficas e de entidades a elas equiparadas;



IV – outorgar o direito de uso dos recursos hídricos de domínio do Estado, bem como dos de domínio da União, quando houver delegação, ressalvadas as competências dos comitês de bacia hidrográfica e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH;

V – arrecadar, distribuir e aplicar as receitas auferidas com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado;

VI – implantar e operar as redes hidrometeorológica, sedimentométrica e de qualidade das águas superficiais e subterrâneas, próprias ou de outras instituições, em articulação com órgãos e entidades públicas ou privadas integrantes ou usuárias das referidas redes;

VII – promover ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de eventos hidrológicos críticos, em articulação com os órgãos e as entidades responsáveis pela proteção e pela defesa civil;

VIII – fiscalizar as barragens de acumulação destinadas à reservação de água, bem como definir as condições de operação dos reservatórios;

IX – atuar de forma articulada com os órgãos e entidades outorgantes da União e dos estados limítrofes a Minas Gerais para a gestão de bacias hidrográficas compartilhadas;

X – elaborar e manter atualizados o cadastro de usuários de recursos hídricos e o de infraestrutura hídrica;

XI – realizar previsão de tempo e clima;

XII – exercer atividades correlatas.

Art. 13 – O Igam tem a seguinte estrutura orgânica básica:

I – Conselho de Administração;

II – Direção Superior, exercida pelo Diretor-Geral;

III – unidades administrativas:

a) Gabinete;

b) Procuradoria;

c) Auditoria Seccional;

d) Secretaria Executiva do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro;

e) Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

f) Diretoria de Planejamento e Regulação;

g) Diretoria de Operações e Eventos Críticos;

h) Diretoria de Administração e Finanças.

Parágrafo único – Integrarão a estrutura complementar do Igam unidades regionais de águas, até o limite de dezessete unidades.

Seção VI

Do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam

Art. 14 – O Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – tem por finalidade deliberar sobre diretrizes e políticas e estabelecer normas regulamentares e técnicas, padrões e outras medidas de caráter operacional, para preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais, competindo-lhe:



I – aprovar normas relativas ao licenciamento e às autorizações para intervenção ambiental, inclusive as concernentes à tipologia de atividades e empreendimentos, considerando os critérios de localização, porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento;

II – definir os tipos de atividades ou empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, considerando os critérios de localização, porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento;

III – decidir, por suas câmaras técnicas, sobre processo de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos:

a) de grande porte e médio potencial poluidor;

b) de médio porte e grande potencial poluidor;

c) grande porte e grande potencial poluidor;

IV – decidir, por meio de suas unidades regionais colegiadas – URCs –, sobre processo de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades não concluído no prazo de que trata o art. 21;

V – homologar acordos, que visem à conversão de penalidade pecuniária em obrigação de execução de medidas de interesse de proteção ambiental, nos termos da legislação vigente;

VI – decidir, em grau de recurso, sobre a aplicação de penalidades por prática de infração à legislação ambiental, nos termos da legislação vigente;

VII – decidir, em grau de recurso, sobre os processos de licenciamento e intervenção ambiental, nas hipóteses estabelecidas em decreto;

VIII – estabelecer diretrizes para aplicação dos recursos previstos no § 3º do art. 214 da Constituição Estadual e de fundos de apoio à política ambiental e de desenvolvimento sustentável;

IX – aprovar seu regimento interno;

X – exercer atividades correlatas.

Art. 15 – O Copam tem a seguinte estrutura orgânica básica:

I – Presidência;

II – Secretaria Executiva;

III – Plenário;

IV – Câmara Normativa e Recursal;

V – câmaras técnicas especializadas;

VI – unidades regionais colegiadas – URCs –, até o limite de dezessete unidades.

§ 1º – O Plenário é o órgão superior de deliberação do Copam.

§ 2º – A Presidência do Copam será exercida pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que fará o controle de legalidade dos atos e das decisões da Câmara Normativa e Recursal, das câmaras técnicas especializadas e das URCs.

§ 3º – A função de Secretário Executivo do Copam será exercida pelo Secretário Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

§ 4º – As URCs terão sua sede e circunscrição coincidentes com as sedes e circunscrições das unidades regionais da Semad e de suas entidades vinculadas.

§ 5º – O Poder Executivo estabelecerá, em decreto, a composição do Copam, observada a representação paritária entre o poder público e a sociedade civil e assegurada a participação dos setores produtivo, técnico-científico, de defesa do meio ambiente e do Ministério Público.



§ 6º – O mandato dos membros do Copam e dos seus respectivos suplentes, representantes da sociedade civil, será de dois anos, não permitida a reeleição para o período subsequente.

CAPÍTULO II

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 16 – A construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental.

Parágrafo único – Considera-se licenciamento ambiental o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;

Art. 17 – Constituem modalidades de licenciamento ambiental:

I – Licenciamento Ambiental Trifásico;

II – Licenciamento Ambiental Concomitante;

III – Licenciamento Ambiental Simplificado.

Art. 18 – No Licenciamento Ambiental Trifásico, as etapas de viabilidade ambiental, instalação e operação de um empreendimento ou atividade serão analisadas em fases sucessivas, e, se aprovadas, serão expedidas as seguintes licenças:

I – Licença Prévia – LP –, que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento ou atividade quanto à sua concepção e localização, com o estabelecimento dos requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II – Licença de Instalação – LI –, que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, dos programas e dos projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes;

III – Licença de Operação – LO –, que autoriza a operação da atividade ou do empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta na LP e na LI, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação e, quando necessário, para a desativação.

Art. 19 – No Licenciamento Ambiental Concomitante serão analisadas as mesmas etapas definidas no Licenciamento Ambiental Trifásico, observados os procedimentos definidos pelo órgão ambiental competente, sendo as licenças expedidas concomitantemente, de acordo com a localização, a natureza, as características e a fase da atividade ou do empreendimento, segundo as seguintes alternativas:

I – LP e LI, sendo a LO expedida posteriormente;

II – LI e LO, sendo a LP expedida previamente;

III – LP, LI e LO.

Art. 20 – O Licenciamento Ambiental Simplificado poderá ser realizado eletronicamente, em uma única fase, por meio de cadastro ou da apresentação do Relatório Ambiental Simplificado pelo empreendedor, segundo critérios e condições estabelecidos pelo órgão ambiental competente, resultando na concessão de uma Licença Ambiental Simplificada – LAS.

Art. 21 – Poderão ser estabelecidos prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licenciamento ambiental, desde que observado o prazo máximo de seis meses a contar da formalização do respectivo requerimento, devidamente instruído, até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA – ou audiência pública, quando o prazo será de até doze meses.



Art. 22 – O prazo para conclusão do processo de licenciamento ambiental será suspenso para o cumprimento das exigências de complementação de informações, de documentos ou de estudos, pelo prazo máximo de sessenta dias, admitida a prorrogação pelo mesmo período por uma única vez.

Parágrafo único – As exigências de complementação de que trata o caput serão comunicadas ao empreendedor em sua completude, uma única vez, ressalvadas aquelas decorrentes de fatos supervenientes verificados pela equipe técnica e devidamente justificados nos autos do licenciamento ambiental.

Art. 23 – Esgotados os prazos previstos no art. 21 sem que o órgão ambiental competente tenha se pronunciado, os processos de licenciamento ambiental serão incluídos na pauta de discussão e julgamento da URC respectiva, sobrestando a deliberação quanto aos demais assuntos.

Art. 24 – O Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social – Cedes –, considerando a relevância do empreendimento para o desenvolvimento social e econômico do Estado, poderá solicitar a análise de processo de licenciamento pela unidade de projetos prioritários de que trata o art. 5º, § 1º.

Parágrafo único – Concluída a análise do licenciamento pela unidade de projetos prioritários nos termos do caput deste artigo, o processo retornará ao órgão competente para decisão.

Art. 25 – Os procedimentos para o licenciamento ambiental serão estabelecidos pelo órgão ambiental competente de forma a compatibilizar o conteúdo dos estudos técnicos e os documentos exigíveis para a análise das etapas de viabilidade ambiental, instalação e operação das atividades e dos empreendimentos, respeitados os critérios e as diretrizes estabelecidos na legislação ambiental e tendo por base as peculiaridades das tipologias de atividades ou empreendimentos.

Parágrafo único – Os termos de referência para elaboração dos estudos técnicos a serem apresentados pelo empreendedor para subsidiar a análise da viabilidade ambiental e a avaliação da extensão e intensidade dos impactos ambientais de uma atividade ou empreendimento, bem como a proposição de medidas mitigadoras, compensatórias e de monitoramento, serão definidos pelo órgão ambiental competente.

Art. 26 – Caso o empreendimento represente impacto social em terra indígena, em terra quilombola, em bens culturais acautelados, em zona de proteção de aeródromos, áreas de proteção ambiental municipal e em área onde ocorra a necessidade de remoção de população atingida, entre outros, o empreendedor deverá instruir o processo de licenciamento com as informações e documentos necessários à avaliação das intervenções pelos órgãos ou pelas entidades públicas federais, estaduais e municipais detentores das respectivas atribuições e competências para análise.

§ 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar termos de cooperação técnica com os órgãos ou as entidades públicas federais, estaduais e municipais, objetivando o fornecimento célere das informações de que trata o caput deste artigo, com o intuito de cumprir os prazos definidos nesta lei.

§ 2º – Caso as informações e os documentos de que trata o caput deste artigo sejam da área de competência de órgãos ou entidades estaduais e municipais, o prazo para manifestação deverá ser compatível com os prazos previstos nesta lei.

§ 3º – A documentação de que trata o caput deste artigo poderá ser juntada no decorrer do trâmite do licenciamento, desde que apresentada antes da entrada do processo na pauta de decisão pelo órgão competente, devendo ser considerada quando da deliberação.

Art. 27 – Entre as medidas de controle ambiental determinadas para o licenciamento ambiental de atividade ou empreendimento que possa colocar em grave risco vidas humanas ou o meio ambiente, assim caracterizados pelo órgão ambiental competente, será exigida do empreendedor a elaboração e a implementação de Plano de Segurança e, caso necessário, de Plano de Ação de Emergência.

§ 1º – O órgão ambiental competente definirá o conteúdo mínimo, a qualificação do responsável técnico e os procedimentos pertinentes à elaboração, à implementação e à revisão dos planos de que trata o caput deste artigo.



§ 2º – Em caso de atividade ou empreendimento que possa colocar em grave risco vidas humanas, o Plano de Ação de Emergência a que se refere o *caput* deste artigo incluirá sistema de alerta sonoro ou outra solução tecnológica de maior eficiência.

§ 3º – A implementação dos planos de que trata o *caput* deste artigo será inspecionada pelo órgão ambiental competente na periodicidade determinada no licenciamento ambiental, a expensas do empreendedor.

Art. 28 – O Poder Executivo fomentará, por todos os meios, alternativas à implantação de barragens, com a finalidade de promover a preservação do meio ambiente e a redução dos impactos ambientais gerados por empreendimentos de mineração.

Parágrafo único – Considera-se barragem a estrutura em um curso permanente ou temporário de água para fins de contenção ou acumulação de substâncias líquidas ou de misturas de líquidos e sólidos, compreendendo o barramento e as estruturas associadas.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 – A Semad disponibilizará, em plataforma *on line*, banco de dados com as informações constantes nos estudos ambientais exarados no bojo dos processos administrativos das atividades e dos empreendimentos em trâmite perante o Sisema.

§ 1º – Compete à Semad a inclusão, a gestão e a atualização das informações que deverão constar no banco de dados de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º – O banco de dados previsto no *caput* deste artigo será disponibilizado aos órgãos e às entidades que integram o Sisema, aos empreendedores e aos órgãos e às entidades intervenientes em processo de licenciamento ambiental.

Art. 30 – Lei específica criará o fundo estadual do meio ambiente, de natureza programática, destinado à execução de programas de trabalho voltados para o meio ambiente, composto por receitas específicas e ordinárias, que terá como órgão gestor a Semad.

Art. 31 – O produto da arrecadação de multa aplicada pela Semad, pela Feam, pelo IEF, pelo Igam ou pelo Copam constituirá receita do fundo estadual do meio ambiente.

Art. 32 – A Semad, a Feam, o IEF e o Igam instituirão os emolumentos e outros valores pecuniários, necessários à aplicação da legislação do meio ambiente e de gestão dos recursos hídricos, incluídos os custos operacionais relacionados com as atividades de regularização ambiental, que integrarão o fundo estadual do meio ambiente.

Parágrafo único – Os valores correspondentes às etapas de vistoria e análise para a regularização ambiental serão fixados em resolução do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 33 – Até que o fundo estadual do meio ambiente seja criado, o produto da arrecadação a que se referem os arts. 31 e 32 constituirá receita do órgão ou da entidade do Sisema que o gerou.

Art. 34 – As regras, os fluxos e os procedimentos aplicáveis aos processos de regularização ambiental, a autorização para intervenção ambiental e a outorga do direito de uso de recursos hídricos serão estabelecidos em decreto.

Parágrafo único – Até que haja a regulamentação, os procedimentos de que trata o *caput* deste artigo serão formalizados e analisados pelas superintendências regionais de regularização ambiental.

Art. 35 – O art. 16-C da Lei nº 7.772, de 8 de setembro de 1980, fica acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 16-C – (...)



§ 4º – A tramitação e o julgamento da defesa e do recurso poderão ser diferenciados, observados os critérios e a forma previstos em decreto, em razão do menor valor da multa ou da menor complexidade da matéria discutida, hipóteses em que o procedimento poderá ser denominado rito sumário.”.

Art. 36 – O Poder Executivo poderá editar decretos contendo normas de transição para garantir a segurança jurídica e a eficiência das atividades exercidas no âmbito do Sisema, até que as regras e estruturas definidas por esta lei sejam implementadas.

§ 1º – As Autorizações Ambientais de Funcionamento – AAFs – exaradas antes da vigência desta lei serão convertidas em Licenças Ambientais Simplificadas.

§ 2º – Até a implementação desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a emitir Autorizações Ambientais de Funcionamento – AAFs –, que serão, posteriormente, convertidas em Licenças Ambientais Simplificadas, nas condições e nos prazos estipulados por decreto.

Art. 37 – A Advocacia-Geral do Estado promoverá a defesa de agentes públicos por atos ou omissões praticados no exercício regular de sua função em processos de licenciamento ou regularização ambiental, autorização para intervenção ambiental e outorga do direito de uso de recursos hídricos, nos termos do art. 2º-A da Lei Complementar nº 83, de 28 de janeiro de 2005.

Art. 38 – Ficam revogados:

I – o § 2º do art. 4º e os arts. 5º a 16 da Lei nº 7.772, de 1980;

II – a Lei Delegada nº 178, de 29 de janeiro de 2007;

III – o inciso XIV do art. 5º e o inciso XI do art. 12 da Lei Delegada nº 179, de 1º de janeiro de 2011;

IV – os arts. 199 a 208 da Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011.

Art. 39 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.

João Magalhães, presidente – Cássio Soares, relator – Dilzon Melo – Inácio Franco – Durval Ângelo – Bosco.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 19/11/2015, a seguinte comunicação:

Do deputado Emidinho Madeira em que notifica o falecimento da Sra. Maria da Conceição Evangelista Silva, ocorrido em 18/11/2015, em Nova Resende. (- Ciente. Oficie-se.)



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 19/11/2015, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Antônio Carlos Ramos Pereira, secretário adjunto de Educação, encaminhando o diagnóstico utilizado para a elaboração do projeto de lei do Plano Estadual de Educação. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.882/2015.)



Do Sr. Eduardo Barbosa, deputado federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.664/2015, da Comissão de Minas e Energia.

Da Empresa São Gonçalo Ltda., prestando informações relativas ao Requerimento Ordinário nº 2.187/2015, da Comissão de Administração Pública.

Da Sra. Josely Ramos Pontes, promotora de justiça de Defesa da Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.505/2015, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Julvan Rezende Araújo Lacerda, prefeito municipal de Moema, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.786/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Da Sra. Maria Theresa Rodrigues da Cunha, chefe de gabinete da Secretaria de Saúde (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 892 e 901/2015, da Comissão de Saúde. (– Anexem-se aos respectivos requerimentos.)

Do Sr. Nivaldo da Silva, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento Ordinário nº 2.081/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais.)

Do Sr. Paulo Luís Rabello, prefeito municipal de Três Pontas (2), prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 2.827 e 2.828/2015, em atenção a pedidos de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexem-se aos respectivos projetos de lei.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência em 15/9/2015, em Betim, que resultou na apreensão de uma submetralhadora de fabricação italiana e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 2.399/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência em 15/9/2015, em Ipatinga, que resultou na apreensão de dois menores, arma de fogo, drogas, munição e máquina para passar cartão de crédito (Requerimento nº 2.405/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 3º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência em 15/9/2015, em Diamantina, que resultou na apreensão de dois menores, drogas, pinos para acondicionar cocaína, armas brancas, aparelhos celulares e na prisão de duas pessoas (Requerimento nº 2.408/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 5º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência em 15/9/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de um menor, uma arma de fogo e objetos de valor (Requerimento nº 2.409/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 2º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/9/2015, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de uma menor, drogas e arma de fogo e na prisão de três pessoas (Requerimento nº 2.434/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 56º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 17/9/2015, em Cristina, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição e explosivo e na detenção de seis pessoas (Requerimento nº 2.435/2015, do deputado Cabo Júlio);



de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 17/9/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, armas de fogo e balanças e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 2.437/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 27º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 18/9/2015, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição, drogas, balança, quantia em dinheiro e materiais usados para tráfico de drogas e na detenção de seis pessoas (Requerimento nº 2.438/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 12ª Companhia de Missões Especiais e no 14º e no 58º Batalhões de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 18/9/2015, em Timóteo, que resultou na apreensão de armas, munição, celulares, folhas de cheque, relógios, balanças, joias, um coldre, comprovantes de depósitos e quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 2.439/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 12ª Cia. de Missões Especiais, pela atuação na ocorrência, em 23/9/2015, em Ipatinga, que resultou na apreensão de um menor e de 1,5kg de *crack* e na prisão de um homem (Requerimento nº 2.529/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 63º Batalhão de Polícia Militar e na 7ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 25/9/2015, em Formiga, que resultou na apreensão de armas de fogo, droga, munição e quantia em dinheiro e na detenção de cinco pessoas (Requerimento nº 2.530/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 33º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 26/9/2015, em Betim, que resultou na apreensão de drogas, arma branca e quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 2.531/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 46º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 27/9/2015, em Patrocínio, que resultou na apreensão de drogas, balança de precisão e munição (Requerimento nº 2.532/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 2º Batalhão de Polícia Militar e na 4ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 27/9/2015, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de quatro menores, quantia em dinheiro, drogas e celulares (Requerimento nº 2.533/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 7º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 23/9/2015, em Dolores do Indaiá, que resultou na apreensão de drogas, material para embalagem de drogas e arma de fogo e na prisão de três pessoas (Requerimento nº 2.542/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com o Sr. Vanderlei Oliveira de Timóteo, jornalista, pela sua atuação como debatedor no programa "Rádio Vivo" da Rádio Itatiaia de Belo Horizonte (Requerimento nº 2.582/2015, do deputado Douglas Melo);

de congratulações com a comunidade de Boa Esperança pelo aniversário desse município (Requerimento nº 2.641/2015, da deputada Geisa Teixeira);

de congratulações com a comunidade de Alfenas pelo aniversário desse município (Requerimento nº 2.645/2015, da deputada Geisa Teixeira);

de congratulações com a comunidade de São Sebastião do Paraíso pelo aniversário desse município (Requerimento nº 2.646/2015, da deputada Geisa Teixeira);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 127ª Companhia de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/10/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de arma de fogo, munição, drogas e uma balança de precisão e na prisão de uma pessoa (Requerimento nº 2.660/2015, do deputado Sargento Rodrigues);



de congratulações com a Sociedade Viçosense de Proteção aos Animais – Sovipa – pela brilhante atuação no caso que envolve a pesquisa com animais pelo Departamento de Veterinária da Universidade Federal de Viçosa (Requerimento nº 2.693/2015, do deputado Noraldino Júnior);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 9ª Companhia de Polícia Militar Independente, pela atuação na ocorrência, em 14/10/2015, em Entre-Rios de Minas, que resultou na apreensão de armas de fogo e munição e na prisão de um homem (Requerimento nº 2.695/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 1ª e na 4ª Companhias da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 14/10/2015, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de 10 flanelinhas suspeitos de ameaçar e extorquir motoristas na região do Bairro Savassi (Requerimento nº 2.704/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Sr. Lincoln Luiz Pereira, promotor de justiça do Estado do Paraná, pela atuação na interposição de ação civil pública que obteve decisão judicial proibindo a realização de eventos que utilizem instrumentos de maus-tratos aos animais na Comarca de Grandes Rios (PR) (Requerimento nº 2.719/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais);

de congratulações com a Sra. Fernanda Orsomarzo, juíza de direito da Comarca de Grandes Rios (PR), pela decisão interlocutória, proferida em sede de ação civil pública, que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela determinando a proibição do uso de todo subterfúgio capaz de provocar sofrimento nos animais durante a IV Festa do Laço Comprido, realizada no Município de Rosário do Ivaí (PR) (Requerimento nº 2.720/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais);

de aplauso ao Sr. Rafael Vasconcelos Porto, juiz federal da Subseção Judiciária de Governador Valadares, pela excelência na condução de processos civis e penais que visam ao combate aos crimes contra o patrimônio público e aos atos de corrupção (Requerimento nº 2.729/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso ao Sr. André Prado de Vasconcelos, juiz federal titular da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, pela excelência na condução de processos civis e penais que visam ao combate aos crimes contra o patrimônio público e aos atos de corrupção (Requerimento nº 2.730/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais rodoviários federais que atuaram na ocorrência em 21/10/2015, na BR-381, próximo a Sabará, que resultou na apreensão de dois menores, além de 160kg de maconha (Requerimento nº 2.744/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos agentes penitenciários lotados na Penitenciária Agrícola de Teófilo Ottoni pela contenção de presos durante a rebelião ocorrida em 12/10/2015 (Requerimento nº 2.745/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso ao Sr. Bernardo Santana, secretário de Defesa Social, por viabilizar a contratação de técnicos em radiologia para operar os equipamentos de escaneamento corporal nas unidades prisionais do Estado, conforme informação recebida em audiência pública de 13/10/2015, que debateu o Projeto de Lei nº 2.719/2015 (Requerimento nº 2.751/2015, da Comissão de Participação Popular);

de congratulações com o Sindicato Rural de Pará de Minas pelos 50 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.752/2015, da Comissão de Participação Popular);

de congratulações com o jornal *Sete Dias* pelos 24 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.770/2015, do deputado Douglas Melo);

de congratulações com o Sr. Artur Scavone, jornalista, pela carta dirigida à presidente Dilma Rousseff (Requerimento nº 2.771/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de aplauso à União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil – UNSP – pelos 63 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.815/2015, do deputado Anselmo José Domingos);



de pesar à família do ex-deputado Elmo Braz Soares por seu falecimento, ocorrido em 25/10/2015, em Guarani (Requerimento nº 2.827/2015, do deputado Gil Pereira);

de congratulações com a Diretoria, com o Conselho Fiscal e com os delegados representantes do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais – Sinduscon-MG – por sua posse (Requerimento nº 2.829/2015, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Diretoria, com o Conselho Fiscal e com os delegados representantes do Serviço Social da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais – Seconci-MG – por sua posse (Requerimento nº 2.830/2015, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Diretoria do Sindicato dos Proprietários de Centros de Formação de Condutores no Estado de Minas Gerais – Siprocfc-MG – por sua posse (Requerimento nº 2.867/2015, do deputado Duarte Bechir);

de aplauso ao pastor Paulo Luiz Leocádio Júnior, presidente da Assembleia de Deus Ministério Montes Claros, pelo excelente trabalho desenvolvido à frente dessa igreja (Requerimento nº 2.869/2015, do deputado Léo Portela);

de congratulações com o Pe. Maurício de Almeida Cantarino pelos trabalhos sociais realizados em defesa dos mais necessitados, das crianças, dos jovens, dos idosos e das famílias de Juiz de Fora (Requerimento nº 2.877/2015, do deputado Isauro Calais).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/11/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 18/11/2015, que nomeou André Santos Foschetti, padrão VL-50, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Agostinho Patrus Filho;

nomeando Jose Joaquim Afonso, padrão VL-45, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tiago Ulisses.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 87/2015

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 178/2015

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 9/12/2015, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de perfis de alumínio para acabamento de escadas – cantoneiras frisadas.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 88/2015****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 177/2015**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 10/12/2015, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de pacotes de licenças adicionais para ponto de acesso *wireless*.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 89/2015****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 183/2015**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 3/12/2015, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de materiais elétricos.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

EDITAL DE SELEÇÃO PARA OCUPAÇÕES DA GALERIA DE ARTE

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG – faz saber aos interessados que se encontram abertas, no período de 23 de novembro a 18 de dezembro de 2015, as inscrições para o programa de exposições para o ano de 2016, na Galeria de Arte do Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

REGULAMENTO**1. FINALIDADE**

Selecionar propostas nas modalidades de artes visuais (pintura, desenho, esculturas, gravuras, documentos, fotografias, instalações e congêneres) e artesanato para realização de exposições de caráter cultural, didático ou científico gratuitas individuais ou coletivas, de março a novembro de 2016, abertas à visitação em dias úteis, das 8 horas às 18 horas, na Galeria de Arte do Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, localizado à Rua Rodrigues Caldas, 30, Santo Agostinho, Belo Horizonte, Minas Gerais.

2. PARTICIPAÇÃO



2.1 O presente edital destina-se a artistas (pessoa física ou jurídica) e artesãos representados por associações ou cooperativas (pessoa jurídica).

2.1.1 É facultada a participação de artistas iniciantes.

2.2 Não poderão participar do processo seletivo os membros das Comissões Organizadora e de Seleção.

2.3 Não poderão participar do processo seletivo os artistas ou coletivos que foram contemplados no edital de ocupação da Galeria de Arte da ALMG no ano de 2015.

3. INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão gratuitas e realizadas no período de 23 de novembro a 18 de dezembro de 2015, das 8 horas às 18 horas. As propostas deverão ser encaminhadas pessoalmente ou via correios com Aviso de Recebimento para:

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema - Galeria de Arte

Rua Rodrigues Caldas, 30 – Térreo – Bairro Santo Agostinho

CEP: 30.190-921

Belo Horizonte/Minas Gerais

3.1.1 As inscrições recebidas presencialmente contarão com protocolo de recebimento ao inscrito. No caso das inscrições recebidas via correio, o Aviso de Recebimento será considerado como protocolo.

3.1.2 Para as propostas enviadas via Correios, será considerada a data da postagem, não se aceitando, em hipótese alguma, inscrições fora do prazo.

3.2 Para efeito de inscrição, deverão ser entregues dois envelopes fechados, sendo: ENVELOPE 1 – DOCUMENTAÇÃO e ENVELOPE 2 – PROPOSTA, lacrados e devidamente identificados, a saber:

a) o primeiro envelope, com o título “DOCUMENTAÇÃO”, deverá conter em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres, com o preenchimento das informações solicitadas:

EDITAL DE SELEÇÃO PARA OCUPAÇÕES DA GALERIA DE ARTE

ENVELOPE Nº 1 – DOCUMENTAÇÃO

CANDIDATO:

PROJETO:

ÁREA: () ARTES VISUAIS () ARTESANATO

SUBÁREA ARTES VISUAIS:

() PINTURA () DESENHO () ESCULTURAS () GRAVURA () DOCUMENTOS

() FOTOGRAFIAS () INSTALAÇÕES () OUTROS

b) o segundo envelope, com o título “PROPOSTA”, deverá conter em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres, com o preenchimento das informações solicitadas:

EDITAL DE SELEÇÃO PARA OCUPAÇÕES DA GALERIA DE ARTE

ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA

CANDIDATO:

PROJETO:

ÁREA: () ARTES VISUAIS () ARTESANATO



SUBÁREA ARTES VISUAIS:

- () PINTURA () DESENHO () ESCULTURAS () GRAVURA () DOCUMENTOS
() FOTOGRAFIAS () INSTALAÇÕES () OUTROS

Parágrafo único – As inscrições deverão ser feitas apenas em uma modalidade para exposições (pintura, desenho, objetos, esculturas, artesanato, documentos, fotografias e instalações), preferencialmente, coletivas.

3.2.1 Para fins de habilitação, os candidatos deverão apresentar dentro do ENVELOPE N° 1 – DOCUMENTAÇÃO, em uma via, não sendo admitido nenhum tipo de rasura, conforme abaixo discriminado:

- a) Ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada pelo responsável ou representante legal de entidade (Anexo I) em uma via;
- b) Cópia da carteira de identidade e do CPF do responsável (pessoa física) ou do CNPJ (pessoa jurídica);
- c) Declaração de entidade (associação, cooperativa) que comprove serem os artesãos a ela filiados, quando a inscrição se der na modalidade artesanato, e em que a entidade se declare como responsável pela mediação dos artesãos com o Espaço Político-Cultural da Assembleia;
- d) Cópia do estatuto ou contrato social atualizado, no caso de pessoa jurídica;
- e) Declaração comprobatória da autoria das obras constantes no projeto;
- f) Contato atualizado do responsável (telefone, *e-mail*, endereço completo) e a respectiva lista de participantes, no caso de exposições coletivas;
- g) Currículo artístico (identificação, formação e exposições realizadas).
- h) Cópias de convites, catálogos e textos críticos, comprobatórios do currículo (quando houver);

3.2.2 Para fins de seleção, os candidatos deverão apresentar o ENVELOPE N° 02 – PROPOSTA, conforme abaixo discriminado:

- a) Projeto expositivo sobre a exposição inscrita, indicando quantidade e dimensões de obras que se pretendem expor;
- b) *Release* para imprensa contendo informações sobre o artista, a técnica e a estética do trabalho que se pretende expor;
- c) Fotos coloridas, no formato mínimo 10cmx15cm, ou impressas em alta definição, de no mínimo 5 e no máximo 10 das produções a serem expostas, fixadas em papel sulfite ou ofício, com legenda contendo ano da realização, técnica, dimensões reais, título, nome do artista. As fotos deverão registrar o crédito do fotógrafo para divulgação;
- d) Críticas publicadas sobre a obra (se houver).

3.2.2.1 Em caso de exposição de fotografias, as fotos para julgamento deverão ser apresentadas nas cores originais.

3.3 Para exposições didáticas, temáticas, institucionais, políticas ou científicas, a proposta ainda deverá ser instruída com:

- a) Notícias ou informações sobre a importância da mostra no contexto da classe em que a proposta se enquadra;
- b) Indicação do público específico;
- c) Plano de divulgação;
- d) Outros documentos ou comprovações que o candidato julgue conveniente apresentar.

3.4 Não serão aceitas documentação ou propostas enviados eletronicamente.

3.5 No caso de projetos de autoria coletiva, deverá ser indicado um responsável. Não poderão ser acrescentados posteriormente novos integrantes.

3.6 O ato de inscrição implica a aceitação integral deste regulamento.



–SELEÇÃO

4.1 A seleção será realizada em duas etapas: a etapa de habilitação e a etapa de julgamento

4.2 A habilitação terá caráter eliminatório e será realizada por comissão organizadora composta por dois representantes da ALMG, com o objetivo de verificar se o candidato cumpre as exigências documentais previstas neste Edital.

4.3 Após a publicação da relação dos inscritos habilitados, o candidato não habilitado poderá interpor recurso no prazo de cinco dias úteis contados a partir da publicação no *Diário do Legislativo*.

4.4 O recurso deverá ser protocolado na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema – Rua Rodrigues Caldas, 30 – Térreo – Bairro Santo Agostinho – CEP: 30.190-921 – Belo Horizonte/Minas Gerais, de segunda a sexta feira, das 8 horas às 18 horas, exceto em feriados e em dias em que houver pontos facultativos.

4.5 Os candidatos não habilitados terão o prazo de 30 dias após a publicação do resultado da fase de habilitação para retirar o envelope nº 2 – PROPOSTA.

4.6. Será designada uma comissão avaliadora, que será formada por cinco membros, sendo dois representantes de áreas técnicas da ALMG com trabalhos ligados à cultura e três profissionais de notório saber na área cultural. Será publicada no Diário do Legislativo a relação dos membros da Comissão Avaliadora antes do fim das inscrições deste Edital.

4.7 A Comissão Avaliadora ficará responsável pela escolha dos projetos apresentados.

4.8 A Comissão Avaliadora é soberana.

4.9 O júri obedecerá aos seguintes critérios para seleção dos projetos de artes visuais:

- a) Adequação da proposta ao espaço expositivo;
- b) Adequação da exposição à imagem institucional da ALMG;
- c) Grau de expectativa de interesse do público e atratividade do tema;
- b) Qualidade e contemporaneidade;
- c) Relevância estética e conceitual;
- d) Originalidade.

4.10 O júri obedecerá aos seguintes critérios para seleção dos projetos de artesanato:

- a) Adequação da proposta ao espaço expositivo;
- b) Adequação da exposição à imagem institucional da ALMG;
- c) Diversidade das técnicas, dos ofícios artesanais e de seus produtos;
- d) Pluralidade dos tipos de artesanato, observadas a peculiaridades regionais do Estado de Minas Gerais.

4.11 A Comissão Avaliadora atribuirá a cada trabalho, pontuação na escala de 1 a 10, para cada critério supracitado, sendo que a nota mínima, 1, deverá ser atribuída ao critério que menos se adequar aos objetivos expostos neste edital, e a nota máxima, 10, àquele que melhor se adequar.

4.12 O resultado da seleção será divulgado com uma lista dos aprovados no Diário do Legislativo no site: www.almg.gov.br.

4.13 Após a divulgação do resultado, as propostas não selecionadas deverão ser retiradas na administração da Galeria do Espaço Político-Cultural no prazo máximo de 30 dias. Após esse período, elas serão descartadas.

4.15 Os trabalhos a serem expostos deverão ser os constantes na proposta inscrita obrigatoriamente. As propostas escolhidas ficarão na galeria até a data da abertura da mostra ou do evento, quando serão devolvidas.

5. OBRIGAÇÕES

5.1 Da Assembleia Legislativa:



5.1.1 Tornar público o resultado da seleção do presente Edital.

5.1.2 Comunicar o resultado aos artistas, criar a programação de exposições e convocar os selecionados para uma reunião até 30 (trinta) dias antes da data prevista de início da exposição para assinatura do Termo de Cessão, nos termos da Deliberação nº 2.545/2012, e para planejamento da exposição.

5.1.3 Disponibilizar os espaços expositivos nos devidos prazos, bem como mobiliário (ver Anexo III), sem cobrança de taxa de concessão de direito de uso.

5.1.4 Acompanhar e supervisionar a montagem e a desmontagem da exposição em horários previamente agendados com os artistas.

5.1.5 Divulgar as exposições, por meio da elaboração e distribuição de material informativo à imprensa, bem como das imagens cedidas pelo artista ou grupo selecionado, para os veículos de comunicação de Belo Horizonte e nas mídias institucionais da ALMG (TV ALMG, Rádio ALMG, Portal da Assembleia, Intranet, Redes Sociais da ALMG).

5.1.6 Criar o convite virtual de cada exposição para divulgação pelo artista.

5.1.7 Providenciar 500 convites impressos (padrão) para cada exposição para divulgação pelo artista.

5.1.8 Providenciar um banner com informações fornecidas pelo artista para o espaço expositivo juntamente com o texto da Instituição.

5.1.9 Criar e publicar anuário eletrônico com informações das exposições realizadas na programação de 2016.

Parágrafo único: Caso o artista selecionado necessite mais do que o auxílio fornecido pela ALMG, como convites diferentes do modelo padronizado, montagens, equipamentos e/ou materiais especiais, manutenção das obras e monitoria, estas providências serão de inteira responsabilidade do artista e deverão ser aprovados pela ALMG.

5.2 Do cessionário:

5.2.1 Assinar, quando convocado pela ALMG, o Termo de Cessão, conforme modelo expresso na Deliberação n.º 2.545/2012.

5.2.2 Comunicar a ALMG, caso o artista não tenha mais interesse em realizar a exposição, com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias, via ofício, no qual justifique a desistência. A reincidência na desistência implicará impossibilidade de utilização da galeria de arte pelo proponente durante um ano, se ocorrer dentro do prazo de 20 dias, e durante dois anos, se ocorrer fora desse prazo.

5.2.3 Fazer chegar à ALMG e recolher, por sua conta e risco, as obras e os trabalhos em exposição, custeando despesas de transporte e embalagem das obras e dos trabalhos.

5.2.4 Promover a montagem e a desmontagem da exposição, com acompanhamento e supervisão de um integrante do Espaço Político-Cultural da ALMG, dentro dos prazos e das normas de utilização determinados pela ALMG.

5.2.5 Fornecer ao Espaço Político-Cultural da ALMG a relação completa das obras a serem expostas. Essa relação, depois de conferida pelas duas partes, será rubricada, a fim de facilitar sua retirada no encerramento da exposição

5.2.6 Fornecer textos e imagens para elaboração de *release* e *banner* e para divulgação nas mídias previstas pela ALMG na reunião a ser realizada até 30 dias antes da data de abertura da exposição.

5.2.7 Fazer constar nas peças de divulgação do evento a seguinte inscrição: "Realização da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais".

5.2.8 Se desejar, promover cuidados especiais à integridade das obras e contratar seguro das obras e dos trabalhos.

5.3 É vedada a cessão do espaço em parte ou no todo para terceiros.

5.4 Se houver interesse do artista em oferecer coquetel na abertura da mostra, as despesas correrão por conta do artista, devendo o coquetel ocorrer no horário das 19 horas às 22 horas.



6. DATAS E PERÍODOS DAS EXPOSIÇÕES

6.1 Cada exposição de artes visuais terá a duração de duas semanas. Para as de artesanato, o período de exposição será de cinco dias úteis.

6.2 A montagem e a desmontagem das exposições de artes visuais deverão ocorrer em dias úteis, fora do período expositivo, previamente agendadas no Espaço Político-Cultural da ALMG.

6.3 O Espaço Político-Cultural da ALMG entrará em contato com os artistas selecionados para que as datas das exposições sejam agendadas de acordo com a disponibilidade dos espaços e a conveniência da ALMG.

6.4 A Comissão Avaliadora selecionará propostas individuais para compor exposições coletivas.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 Não será exigida nenhuma contrapartida dos artistas pela ALMG, além das obrigações contidas no item 5.2.

7.2 A assinatura da Ficha de Inscrição e do Termo de Cessão implica a aceitação total das normas de funcionamento da Galeria de Arte do Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema da ALMG (vide Deliberação nº 2.545, de 2012).

7.3 É de responsabilidade dos proponentes manter todos os dados cadastrais permanentemente atualizados junto à coordenação do Espaço Político-Cultural da ALMG.

7.4 Quaisquer esclarecimentos sobre este edital, bem como o fornecimento dos anexos citados neste regulamento, poderão ser obtidos junto à Coordenação do Espaço Político-Cultural da ALMG, pelos telefones (31) 2108-7826 e (31) 2108-7827, no horário das 8 às 18 horas, pelo *e-mail* cultural@almg.gov.br ou no Portal da Assembleia: www.almg.gov.br.

7.5 As datas das exposições poderão ser alteradas por comum acordo entre as partes ou unilateralmente, pela ALMG, por motivos de conveniência e oportunidade, mediante comunicação expressa ao artista.

7.6 Os resultados (Inscrições Deferidas, Recursos contra Indeferimento de Inscrições e Resultado Final dos Aprovados) serão publicados no *Diário do Legislativo*.

7.7 Este edital contém os seguintes anexos, publicados no Portal da Assembleia (www.almg.gov.br):

- a) Anexo I – Ficha de Inscrição
- b) Anexo II – Lista de itens mobiliários e materiais disponibilizados pela ALMG
- c) Anexo III – Planta da Galeria de Arte
- d) Anexo IV – Normas gerais de utilização (Deliberação nº 2.545, de 2012)

7.8 A ALMG poderá cancelar este edital a qualquer momento, devendo dar publicidade a tal decisão.

7.9 A ALMG se resguarda o direito de efetuar reserva técnica de datas para promover eventos institucionais.

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2015

Rodrigo Barreto de Lucena, diretor de Comunicação Institucional.